



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

FREDERICO DE LIMA SILVA

**LITERATURA E VIOLÊNCIA:
EFEITOS DO DESMENTIDO NA CONTÍSTICA DE RINALDO DE
FERNANDES**

**JOÃO PESSOA – PB
2017**

FREDERICO DE LIMA SILVA

**LITERATURA E VIOLÊNCIA:
EFEITOS DO DESMENTIDO NA CONTÍSTICA DE RINALDO DE
FERNANDES**

Dissertação elaborada por Frederico de Lima Silva e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, área de concentração Literatura, Cultura e Tradução, linha de pesquisa Linguagem, Discurso e Memória, com vistas à obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Hermano de França Rodrigues

**JOÃO PESSOA – PB
2017**

S586l Silva, Frederico de Lima.
Literatura e violência: efeitos do desmentido na contística de
Rinaldo de Fernandes / Frederico de Lima Silva. - João
Pessoa, 2017.
205 f.: il. -

Orientador: Hermano de França Rodrigues.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL

1. Literatura. 2. Literatura e Psicanálise. 3. Violência.
4. Fernandes, Rinaldo de, 1961-. I. Título.

UFPB/BC

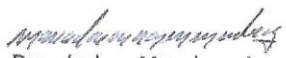
CDU: 82(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ATA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO(A) DO ALUNO(A)
FREDERICO DE LIMA SILVA

Aos dezanove dias do mês maio do ano de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, realizou-se na Sala de Reunião do CCHLA, a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada: "Literatura e Violência: efeitos do desmentido na contística de Rinaldo de Fernandes", apresentada pelo(a) aluno(a) **Frederico de Lima Silva**, Licenciado em Letras pela UFPB, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de MESTRE EM LETRAS, área de Concentração em Literatura e Cultura, segundo encaminhamento da Profa. Dra. Ana Cristina Marinho Lucio, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. O(A) Prof.(a) Dr.(a) Hermano de França Rodrigues (PPGL/UFPB), na qualidade de orientador(a), presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte as Professores(as) Doutores(as) Luciane Alves Santos (PPGL/UFPB), Maria das Mercês Maia Muribeca (UNIFE). Dando início aos trabalhos, o(a) Senhor(a) Presidente Prof.(a) Dr.(a) Hermano de França Rodrigues convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida foi concedida a palavra ao(à) mestrando(a) para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguido(a) pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, as examinadoras deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito: Aprovado - Conceito A. Proclamados os resultados pelo(a) Prof.(a) Dr.(a). Hermano de França Rodrigues, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Prof.(a) Dr.(a) Hermano de França Rodrigues, (Secretário(a) ad hoc) lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 19 de maio de 2017.


Prof.(a) Dr.(a). Maria das Mercês Maia
Muribeca
(Examinador)


Prof.(a) Dr.(a). Hermano de França
Rodrigues
Presidente da Banca


Prof.(a) Dr.(a). Luciane Alves Santos
(Examinadora)


Frederico de Lima Silva
Mestrando(a)

Ao meu pai, Antônio, e à minha mãe, Maria,
pelos pais que foram;

Aos meus irmãos, Fabiana e Flávio, pelos pais
que foram e ainda são para mim;

Ao meu irmão gêmeo e alma gêmea,
Florêncio, pela companhia desde o útero e para
sempre.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Hermano de França Rodrigues, pela orientação, pela amizade e, principalmente, pela confiança que depositou em mim;

À minha família, pelo amor incondicional, pelo apoio nos momentos difíceis, por ser o meu porto seguro, minha certeza de paz e, sobretudo, por ser o motivo principal de todo o meu esforço em relação aos estudos;

Às professoras Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne e Fernanda Barboza de Lima, por terem aceito participar da Banca de Qualificação da minha dissertação e pelas inúmeras contribuições que possibilitaram a conclusão deste trabalho;

Às professoras Maria das Mercês Maia Muribeca e Luciane Alves Santos, pela honrosa participação na Banca Examinadora desta dissertação, bem como pelos apontamentos feitos, que forneceram os subsídios necessários ao depósito final deste material;

A Ulysses de Araújo Lima, pelas conversas, pela motivação e pelas inúmeras contribuições, sempre relevantes, que ajudaram na tessitura deste trabalho tão extenso, denso e cansativo;

Às amigas(os) do grupo de pesquisa LIGEPSI, que, durante esses dois anos de convivência, contribuíram para que eu suportasse os desafios acadêmicos que surgiram, representadas(os) por Érika Vanessa, Márcia Carlos e Ivanildo, que me ofereceram um valioso apoio emocional em um percurso tão prazeroso, mas, igualmente, física e psicologicamente tão desafiador;

A toda a equipe do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB – PPGL -, aqui representada por Rosilene Marafon e Mônica Muniz, por todo o auxílio prestado e pela amizade que construímos;

A todos os professores a quem tive a honra de encontrar nas disciplinas que cursei durante o mestrado e que contribuíram para o meu amadurecimento teórico e ampliação de horizontes de análise, destacando a grata surpresa de ter conhecido a Prof. Dr. Geralda Medeiros Nóbrega;

À CAPES, pelo fomento que permitiu, além dos meus deslocamentos, a compra de grande parte da valiosa, extensa e frutífera bibliografia que compõe este trabalho científico.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao meu orientador, Prof. Dr. Hermano de França Rodrigues, por ter me guiado, desde a graduação, no desafiador, instigante e revelador mundo das teorias psicanalíticas; pelas muitas conversas/reuniões que, às vezes, duraram horas e das quais sempre saí alimentado de novas informações e capaz de alcançar novos níveis de conhecimento; por ter sido o maior responsável pela minha evolução enquanto pesquisador e escritor de textos científicos; por ter me incentivado a realizar contínuos questionamentos às minhas certezas quanto à pesquisa que resultou neste trabalho, no intuito de melhorá-lo progressivamente; por ter me feito atentar para o fato de que o maior desafio para qualquer pesquisador não é a análise de *corpus* e teorias científicas, mas a permanente autoanálise de si mesmo; pelos conselhos extra-acadêmicos, que me proporcionaram alcançar um maior nível de maturidade e compreensão de quem eu sou e do mundo à minha volta; pela escolha/aceitação mútua de termos um ao outro como orientando e orientador, pela amizade que construímos e fortalecemos durante esses anos; humildemente, por ter me dado a oportunidade de tê-lo como orientador, pessoa, profissional e pesquisador ao qual tenho e sempre terei a honra de poder dizer que fui e sou orientando.

Ao senhor, Prof. Hermano, meu agradecimento por tudo acima relatado e também minhas sinceras desculpas pela omissão daquilo de que, porventura, não me recordo.

"O grande tema da literatura já não é a aventura do homem lançado à conquista do mundo externo, mas a aventura do homem que explora os abismos e as cavernas da sua própria alma."

Ernesto Sábato

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar uma leitura acerca dos registros da violência, enquanto manifestação do funcionamento perverso, na contística do escritor contemporâneo Rinaldo de Fernandes, onde, alicerçados pelas elucidações propostas, sobretudo, pela teoria psicanalítica freudiana e auxiliados pelas contribuições de outras vertentes psicanalíticas e outras áreas do saber, como a filosofia e a sociologia, demarcaremos nuances dos efeitos da violência como resultado de, pelo menos, dois processos decorrentes da ação do desmentido, na qualidade de operador da perversão: a instabilidade do homem contemporâneo ante a incapacidade da sociedade de lhe garantir segurança e, conseqüentemente, a escolha pela recusa/desmentido em relação às leis que regem e tentam garantir o bem-estar da civilização, em nome da satisfação derivada da eliminação de suas tensões. Nos contos *O Perfume de Roberta* e *Ilhado*, que serviram como amostras da contística de Rinaldo de Fernandes, notam-se inúmeros marcadores da fragilização das relações humanas, um mal que não é produto da nossa contemporaneidade, mas que se encontra potencializado pela ação de diversos componentes criados e/ou aperfeiçoados na atualidade, como, por exemplo, o capitalismo, que se mostra como um dos maiores provedores da desigualdade entre os indivíduos, e fomentador da busca desenfreada pela obtenção de um gozo inatingível. Como efeito dessa fragilização das relações e da aparente insuficiência do superego dos sujeitos na época atual, tais processos tendem a ocasionar atos de violência em que os instintos mais primitivos do ser humano — a agressividade e a sexualidade — vêm à tona de uma forma bastante acentuada, resultando, como efeito do funcionamento perverso, em um apagamento da alteridade de um indivíduo em relação ao outro. Almejamos que este material, por ora, possa contribuir para futuras análises literárias de cunho psicanalítico e, mesmo que não seja este o nosso objetivo primeiro, também possa favorecer pesquisas psicanalíticas em relação à escrita literária, assim como para as demais áreas do conhecimento aqui utilizadas, pois entendemos que todo material resultante de uma pesquisa acadêmica, principalmente aqueles que fazem uso da interdisciplinaridade, devem garantir uma ampla abrangência e utilização de seus resultados. Da mesma forma, espera-se que este trabalho possa representar uma importante contribuição à fortuna crítica do escritor Rinaldo de Fernandes, responsável por uma escrita que desvela tantos componentes de nossa humanidade, mesmo que seja da parte mais obscura de nós mesmos.

Palavras-chave: Literatura contemporânea; Violência; Psicanálise; Rinaldo de Fernandes.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es presentar una lectura de la violencia como manifestación del funcionamiento perverso en la cuentística del escritor contemporáneo Rinaldo de Fernandes, donde basándonos en las dilucidaciones propuestas, sobretudo por la teoría psicoanalítica freudiana y auxiliados por las vertientes de otras corrientes psicoanalíticas y otras áreas del saber, como la filosofía y la sociología, marcaremos matices de la violencia como resultado de, por lo menos, dos procesos recurrentes en la acción del *desmentido*, en calidad de operador de la perversión: la inestabilidad del hombre contemporáneo ante la incapacidad de la sociedad de garantizar seguridad, y, consecuentemente, la elección por la recusa/desmentida en relación a las leyes que rigen e intentan garantizar el bienestar de la civilización, en nombre de la satisfacción derivada de la eliminación de sus tensiones. En los cuentos *Perfume de Roberta* y *Aislado*, que sirvieron como muestras de la cuentística de Rinaldo de Fernandes, se notan innumerables marcadores de la fragilidad de las relaciones humanas, un mal que no es producto de nuestra contemporaneidad, pero que se encuentra potenciado por la acción de diversos componentes nacidos y/o perfeccionados en la actualidad, como, por ejemplo, el capitalismo, que se muestra como uno de los mayores proveedores de la desigualdad entre los individuos, y fomentador de la búsqueda desenfrenada por la obtención de un gozo intangible. Como efecto de esta fragilización de las relaciones y de la aparente insuficiencia del superego de los sujetos de la época actual, estos procesos tienden a ocasionar actos de violencia en que los instintos más primitivos del ser humano — la agresividad y la sexualidade — se alumbran de una manera bastante acentuada, resultando, como efecto del funcionamiento perverso, en un apagamiento de la alteridad de un individuo en relación al otro. Ansiamos que este material pueda contribuir para futuros análisis literarios de cuño psicoanalítico y, aunque no sea esto nuestro objetivo primero, también pueda favorecer búsquedas psicoanalíticas en relación a los escritos literarios, así como para las demás áreas de conocimiento aquí utilizadas, pues entendemos que todo material resultante de una búsqueda académica, incluso aquellos que hacen uso de la interdisciplinariedad, debe garantizar un amplio alcance y utilización de sus resultados. Del mismo modo, se espera que este trabajo pueda representar una importante contribución a la fortuna crítica del escritor Rinaldo de Fernandes, responsable por un escrito que revela tantos componentes de nuestra humanidad, por más que sea la parte más oscura de nosotros mismos.

Palabras clave: Literatura contemporánea; Violencia; Psicoanálisis; Rinaldo de Fernandes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Afresco com representação do deus Priapus (Pompeia)	44
Figura 2: Afresco que retrata relação sexual entre dois homens e uma mulher (Pompeia)	45
Figura 3: Representação, em cerâmica, de um <i>erastas</i> e um <i>eromenos</i>	46
Figura 4: Vaso de ritual etrusco com representação de Hércules, Iolau e Eros	47
Figura 5: <i>A Morte de Jacinto (The Death of Hyacinthus)</i> , pintura de Joseph Blondel (1810). ..	49
Figura 6: <i>Édipo e esfinge (Oedipus et Sphinx)</i> , pintura de Jean Auguste Dominique.....	51
Figura 7: Édipo e Antígona, gravura de Aleksander Kokular (1825-1828)	52
Figura 8: Pintura sacra do Mosteiro Rila, Bulgária, meados do século XIX	57
Figura 9: Primeira edição do <i>Psychopathia Sexualis</i> (1886), por Richard von Krafft-Ebing..	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
MESTRE DO CONTO.....	18
 Caput 1 – Literatura e História: caminhos possíveis	 27
CAPÍTULO 1 – O LUGAR DOS PERVERSOS NA HISTÓRIA	36
1.1. A MITOLOGIA GRECO-ROMANA: DA <i>HYBRIS</i> COMO MODELO DE DESCOMEDIMENTO AO ESTATUTO CIVILIZADOR.....	36
1.1.1. Da (homo)sexualidade regulada.....	44
1.1.2. O incesto e o parricídio	50
1.2. A PERVERSÃO NOS TEMPOS DA “TEOLOGIA DO MEDO”	55
1.3. O SÉCULO XIX: PERVERSÃO MORAL E A HIGIENIZAÇÃO MÉDICA	71
1.4. O SÉCULO XX: SUBJETIVIDADE, GUERRA E CAPITALISMO.....	76
1.5. SÉCULO XXI: DAS NEOSSEXUALIDADES AO CONFLITO DAS IDENTIDADES FRAGMENTADAS.....	84
 Caput 2 – Psicanálise e Literatura: aproximações freudianas.....	 93
CAPÍTULO 2 – PERVERSÃO, PSICANÁLISE E CONTEMPORANEIDADE	107
2.1. A PSICANÁLISE FREUDIANA DAS PERVERSÕES	107
2.1.1. Perversidade: agressividade e violência.....	107
2.1.2. Perversões sexuais: do modelo médico-jurídico ao pensamento freudiano.....	114
2.2. PERVERSÃO E CONTEMPORANEIDADE	132
 Caput 3 – O conto como registro da dinâmica cultural contemporânea	 142
CAPÍTULO 3 – VIOLÊNCIA COMO RESPOSTA À INSUSTENTABILIDADE DO SER HUMANO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	151
3.1. OBJETIFICAÇÃO DOS SUJEITOS EM <i>O PERFUME DE ROBERTA</i>	151
3.2. NÁUFRAGOS DE SI MESMOS EM <i>ILHADO</i>	171
 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	 186
REFERÊNCIAS	189

INTRODUÇÃO

“Apresenta-se-nos agora a conclusão de que há, na verdade, algo inato atrás das perversões, mas que é algo inato em todas as pessoas, embora, como uma disposição, possa variar de intensidade e ser aumentado pelas influências da vida real.”

Sigmund Freud (1905)

Muitas são as teorias acerca do caráter agressivo/violento do ser humano. Alguns estudiosos, como Sigmund Freud (1856 - 1939) e Thomas Hobbes (1588 - 1679), defenderam, em suas teorias, a tese de que o ser humano é constituído naturalmente de uma disposição à violência. Freud, por exemplo, ao fundar a psicanálise e fazer do inconsciente um elemento revolucionário no entendimento das mazelas psíquicas, também trouxe à tona uma importante ponderação acerca de um dos ingredientes que compõem o psiquismo humano e que está, em sua grande maioria, contido nessa parte obscura de nós mesmos: a agressividade, uma força pulsional inata ao ser humano enquanto sujeito no mundo, independentemente de ser particular ou social.

Thomas Hobbes, importante filósofo inglês, por sua vez, antecedendo Freud e sua nova teoria, postulou que o homem, enquanto componente do reino animal, assim como os demais animais que se encontram em estado natural, mesmo estando aparentemente em perfeita harmonia com essa natureza, age com base em seus instintos primitivos, pois é composto, em essência, por características primitivas que vão de encontro ao processo civilizatório, o que geraria um constante estado de ameaça e guerra entre os de sua espécie. Usando esse discurso para efetivar a importância de um Estado forte e efetivo, o filósofo inglês propunha que o Estado fosse o regulador do homem na condição que melhor garantisse sua segurança, a social. Dessa forma, tornando-se social, e regido por uma força medidora, reguladora e repressora, o homem encontraria meios de garantir sua sobrevivência sem a constante ameaça de aniquilação.

Na contramão desse ponto de vista está, por exemplo, o filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau (1712 - 1778), em obras como *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens* (1755/1993) e *Do contrato social* (1762/1989), vai diferir dos nomes citados anteriormente, alvitando que a violência não seria inata ao ser humano, mas o resultado das imposições e impasses da civilização ao homem que, segundo esse autor, é pacífico e bondoso por natureza.

Afastando-nos de qualquer impasse de ordem filosófica, tomaremos o fenômeno da violência sob a ótica da psicanálise, que entende a violência como a expressão excessiva da inclinação natural do ser humano à agressividade, cujo sentido se aproxima muito daquilo que denota o termo latino *violentia* (ferocidade, veemência, ardor, impetuosidade, força física), bem como suas manifestações que direcionam para a transgressão/subversão da ordem instituída, tanto em decorrência de uma escolha própria do psiquismo de cada sujeito (como forma de estar no mundo, mas sob o imperativo perverso do gozo), como resultante da fragilização/falência dos mecanismos civilizatórios de sublimação e de suas próprias instituições reguladoras que, em ambos os casos, culminam em um parcial ou, dependendo do caso, total subjugação da alteridade dos correlatos sociais, nesse caso, aproximando-se mais do verbo *violare* (ultrajar, desonrar, profanar, desobedecer).

Como nossa análise é de base psicanalítica, optamos, a esse respeito, por nos alicerçar nos postulados freudianos acerca das perversões, pois entendemos que, mesmo que a violência não tenha constituído um conceito específico na teoria psicanalítica freudiana, o perverso, por meio do desmentido, viola/violenta as regras e o lugar do outro em suas práticas e, deste ponto de vista, o pai da teoria psicanalítica nos oferece contribuições basilares acerca das forças e dos processos psíquicos que condicionam o ser humano a perverter as condições de entrada e permanência no convívio social.

Todavia, compreendendo que nem a teoria psicanalítica freudiana, em toda sua extensa bibliografia, pode abarcar totalmente todas as novas formas de subjetivação, suas manifestações, intensidades e os conflitos que não fizeram parte do ambiente psicanalítico de seu tempo, faremos uso, de forma auxiliar, de outros importantes psicanalistas, que contribuem com estudos acerca das consequências da escolha humana pela via civilizatória e de como essa escolha, na atualidade, causa ao ser humano um mal-estar não apenas na cultura, mas no modo como o ser humano se encontra posto nesse ambiente.

Nesse quadro de teóricos suplementares, no intuito de dar lugar a todos os aspectos da violência contemporânea presentes no *corpus* analisado neste trabalho dissertativo, recorreremos a outros campos do conhecimento para reforçar o que a teoria psicanalítica orienta como elementos do mal-estar na civilização, de modo que esse apanhado teórico possa oferecer um ponto de vista mais agregador das manifestações de perversão registradas sob a forma de violência. Sendo assim, matérias como a história, filosofia, sociologia, teologia etc., se farão presentes no decorrer de toda esta pesquisa. Tais teóricos não se encontram aqui listados devido ao fato de que a escolha estrutural que optamos para o desenvolvimento desta

pesquisa abarca esse dever de forma mais detalhada nos *caputs* que precedem cada um dos capítulos que compõem nosso trabalho.

Literatura e psicanálise, com suas contribuições particulares, servirão como ferramentas de leitura do ser humano no que concerne a seu percurso histórico e sua existência no corpo social. Nesse processo interdisciplinar, a teoria psicanalítica permitirá uma compreensão particular do texto literário, desvelando como as narrativas analisadas neste trabalho vislumbram a atual realidade do homem no contexto social, como ele introjeta as particularidades da civilização e, conseqüentemente, como elas interferem na sua relação com esse meio e, simultaneamente, em seu processo de subjetivação.

Sabendo que a literatura, enquanto meio valioso de acesso aos registros do inconsciente, bem como resultado de uma série de manifestações particulares e sociais do ser humano, consegue embutir em suas entrelinhas elementos culturais, políticos, ideológicos, históricos etc., temos a certeza de que o recorte textual da contística de Rinaldo de Fernandes, que constitui o *corpus* de nossa análise, será capaz de metaforizar de modo contundente parte dos cenários, dos conflitos e das escolhas que levam o ser humano contemporâneo a optar pela via da violência, da perversão, para se sustentar diante da incapacidade da opção civilizatória de garantir sua segurança.

Lançado no ano de 2005, pela Editora Garamond, *O Perfume de Roberta* é uma coletânea de contos de autoria do premiado escritor maranhense, radicado na Paraíba, Rinaldo de Fernandes, autor cuja obra vem ganhando destaque nacional pelo fato de comportar uma escrita ficcional que retrata sobremaneira os cenários da vida cotidiana do cenário urbano brasileiro e, em especial, as angústias que enredam a vida do ser humano contemporâneo.

Na coletânea, encontramos diversos e singulares cenários do itinerário humano, sobretudo aqueles em que os conflitos internos e externos dos sujeitos que integram a sociedade se fazem presentes, manifestando-se das mais diversas formas, dadas as particularidades de cada indivíduo em relação aos traumas que o afligem, salientando como tais conflitos se configuram de maneira cada vez mais extrema em nossa contemporaneidade e, conseqüentemente, revelando-nos como as leis registradas tanto no consciente, como no inconsciente, já não dão conta de sublimar as tensões pulsionais arcaicas dos sujeitos sociais, o que gera, conseqüentemente, um funcionamento de ordem perversa, e que constitui a matéria-prima de nossa investigação de base psicanalítica.

No intuito de abranger todas as etapas necessárias à consolidação desta pesquisa, optamos por uma estrutura textual composta por três capítulos que, por sua vez, também estão subdivididos de forma a contemplar contundentemente alguns aspectos primordiais acerca da

matéria, tanto em seu aspecto histórico, como no teórico, a fim de que, concluída nossa investigação, seu resultado contribua para um melhor entendimento desse tema tão polêmico, bem como para sublinhar a frutífera parceria entre literatura e psicanálise no entendimento da subjetividade humana. Cada um dos três capítulos que nuclearizam este trabalho será precedido de um *caput*, onde objetivamos, além de apresentar os pontos principais acerca do capítulo que o sucede, expor alguns pontos adicionais ao objetivo de cada grande tópico.

O primeiro *caput*, que antecede o capítulo de contextualização histórica, apresentará algumas considerações acerca do potencial que o texto literário possui em documentar aspectos históricos que demarcam a presença do homem civilizado em seu determinado tempo e sociedade.

No primeiro capítulo, apresentamos um panorama histórico do fenômeno das perversões através dos tempos. Nosso ponto de partida se dará pela **civilização greco-romana**, fortemente marcada pela mitologia e suas inúmeras representações, capazes de simbolizar os mais obscuros antros da subjetividade das sociedades a que pertencem, e cujos textos e suas simbolizações foram capazes de reverberar até a nossa contemporaneidade, servindo, inclusive, como bases para a construção de conceitos importantes para a teoria psicanalítica; passaremos pela **Idade Média** e sua fortíssima moral cristã que, mesmo agindo com extremo rigor, não foi capaz de consolidar a até hoje inatingida unificação de um modelo padrão para as práticas sexuais humanas; transitaremos pelo **século XIX**, berço da teoria psicanalítica, onde vislumbraremos a falência da exclusividade interpretativa das práticas perversas pela Igreja Cristã e a apropriação da ciência e do poder judiciário das prerrogativas de determinar a patologia e julgar/condenar sua manifestação/prática, ou seja, as perversões passaram a ser entendidas, concomitantemente, como manifestações patológicas e criminais; ao adentrarmos o **século XX**, período de consolidação da teoria psicoterapêutica freudiana, bem como do surgimento de outras correntes psicanalíticas, veremos que muitas das práticas tidas como perversas deixam de configurar o campo das patologias, como é, por exemplo, o caso das orientações/escolhas sexuais que diferem da heteronormatividade.

Por último, nosso percurso histórico destacará o estado conflituoso em que o ser humano do século XXI se encontra, assombrado pelos novos e constantes conflitos fomentados pela sociedade e seus dispositivos, que tendem a gerar funcionamentos de ordem perversa e que já são o novo dilema tanto da cultura, como da psicanálise na atualidade.

O segundo *caput* destina-se a apresentar possíveis vias de aproximação do texto literário com a teoria psicanalítica, usando como base o esforço freudiano de se lançar nesse tipo de linguagem para mostrar como suas postulações poderiam ser constatadas nos escritos

de épocas longínquas, já que a literatura, para ele, representa um acesso ao registro daquilo que se encontra no território do inconsciente.

No segundo capítulo, destinado ao delineamento do marco teórico de nossa pesquisa, propomos uma discussão linear acerca do fenômeno das perversões, onde, por meio da apresentação das postulações teóricas desde meados do século XIX, marcado pelo que ficou conhecido como higienização médico-jurídica da sociedade, até a criação da teoria psicanalítica e o seu novo modo de pensar as perversões, faremos uma dissecação do tema, mostrando suas possibilidades de entendimento e o modo como a teoria psicanalítica freudiana se mostrou no século passado, e ainda mais, fundamental para a compreensão do fenômeno das perversões em nossa contemporaneidade, marcada, como nunca antes, pelo conflito pulsional que caracteriza o psiquismo humano.

O *caput* que antecede o terceiro capítulo deste trabalho está reservado a considerações acerca do gênero conto e de como este, em sua estrutura narrativa, e dinâmica textual, consegue registrar os conflitos cada vez mais ocorrentes no cotidiano contemporâneo.

O terceiro capítulo compreenderá a análise dos contos que delimitamos como amostras da contística de Rinaldo de Fernandes: *O Perfume de Roberta*, sob a ótica da perversão sexual, e *O Ilhado*, sob a ótica da violência como efeito de um desmedido da pulsão de agressividade; ambas as manifestações refletindo, através das entrelinhas dos contos, o mal-estar, o conflito constitutivo do ser humano social, que se vê, cada dia mais, insatisfeito ante a incapacidade que o processo civilizatório apresenta em nossa contemporaneidade, o que gera, entre outras possibilidades, a opção pelo funcionamento perverso, a ocorrência da busca pelo prazer imediato mediante a quebra da tensão pulsional e, que podem ser manifestados pelo atalho da violência.

Sabendo que o texto literário, como sendo a matéria escrita da subjetividade humana, permite-nos um imergir/adentrar os refúgios da alma humana, e que a teoria psicanalítica desenvolvida por Sigmund Freud nos dá a possibilidade singular de investigação dessa subjetividade, lançamo-nos em direção aos conflitos registrados nas linhas e entrelinhas da contística de Rinaldo de Fernandes, no intuito de desvelar os conflitos da existência humana em seus mais particulares fenômenos, sexualmente e agressivamente marcados em sua constituição, e que, graças à literatura, permite que nos coloquemos no lugar do outro, vivenciando suas angústias, que, ao mesmo tempo, também são nossas, e apesar de, muitas vezes, serem obscenas e cruéis, são elementos que nos fazem humanos.

MESTRE DO CONTO

Embora seja conhecido no atual cenário literário brasileiro, onde é prestigiado pelo crescente público que lê suas obras e pela crítica especializada, que veem na escrita desse autor uma série de “fotografias” viscerais do conturbado cotidiano na atualidade, a literatura de Fernandes ainda carece de estudos, principalmente em nível de pós-graduação, que possam dar lugar aos diversos aspectos trabalhados pelo autor.

A breve descrição a seguir tem por intuito apresentar um pouco da produção literária de Fernandes, a fim de que se possa ter uma maior familiaridade com seu nome, sua escrita e sua obra ao longo das linhas reservadas neste trabalho à análise de sua contística.

Rinaldo de Fernandes nasceu em 18 de abril de 1961, na cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão, graduou-se em Letras pela Universidade Federal do Ceará, obteve o título de mestre em Teoria da Literatura pela Universidade Federal da Paraíba e de doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente, encontra-se radicado no Estado da Paraíba, onde ministra aulas de literatura na Universidade Federal da Paraíba.

OBRAS

Fernandes é autor dos livros de contos:

- ***O Caçador*** (Paraíba: Editora da UFPB): reúne cinquenta contos escritos pelo autor ao longo de dez anos (1986-1996) e tem um prefácio assinado por Amador Ribeiro Neto, cujo título é *Um narrador gritando a urgência da vida*. Os contos presentes no livro trazem uma fina crítica ao enfraquecimento da esquerda brasileira após a queda do modelo socialista real, além de expor questões como sexo, repressão sexual, violência, morte, machismo e a situação da mulher na sociedade, preconceito contra mulheres, racismo etc.;
- ***O Perfume de Roberta*** (Rio de Janeiro: Garamond, 2005): obra da qual extraímos os contos que servem de base para a análise a que este trabalho se propõe. O livro é composto por contos relançados e inéditos, que expõem, em sua maioria, o cotidiano

caótico do ser humano urbano na sociedade brasileira. O prefácio, intitulado *A arte do conto*, é assinado por Moacyr Scliar;

- ***O Professor de Piano*** (Rio de Janeiro: 7Letras, 2010): posfaciado por Regina Zilberman, o livro é composto por onze contos e suas temáticas vão desde a crítica política expressa no texto alegórico *O Caçador*, passando pela reflexão sobre como o capitalismo influencia negativamente a subjetividade humana na atualidade em *Ilhado* e *Oferta*, até a ficção científica presente no conto *Onde Está O Agente?*;
- ***Confidências de um amante quase idiota*** (Rio de Janeiro: 7Letras, 2012): com prefácio do crítico literário Luís Augusto Fischer, o livro reúne contos, minicontos e microcontos que têm como principal mote o universo das relações amorosas. Na obra, o autor apresenta textos inéditos e alguns já publicados em redes sociais;
- ***Contos Reunidos*** (Rio de Janeiro: Novo Século, 2016): coletânea que reúne os contos publicados nos livros *O Perfume de Roberta* (2005), *O Professor de Piano* (2010), *Confidências de um amante quase idiota* (2012) e alguns dos textos presentes em *O livro dos 1001 microcontos*, que Fernandes desenvolve, no *Facebook*, desde o ano de 2013.

Como romancista, o autor publicou os livros:

- ***Rita no pomar*** (Rio de Janeiro: 7Letras, 2008): foi finalista do Prêmio São Paulo de Literatura e do Prêmio Passo Fundo Zaffari & Bourbon. Na atualidade, *Rita no Pomar* é a obra mais estudada da literatura de Fernandes, tanto pela crítica, como pela academia. É composta, de forma alternada, por vinte e dois capítulos de monólogos, sete capítulos apresentando anotações de agenda e cinco capítulos contendo contos. O romance narra, de forma fragmentada, a história de Rita, uma jornalista que, decidida a refazer/dar novos rumos à sua vida, muda-se para a fictícia Praia do Pomar, no litoral da Paraíba. No decorrer da trama, eventos da vida da protagonista são revelados, mostrando, por meio de memórias, que a personagem é marcada por um passado traumático, cruel e perverso;

- **Romeu na estrada** (Rio de Janeiro: Garamond, 2014): romance em que o autor revisita dois contos presentes em obras já publicadas por ele anteriormente (*O Perfume de Roberta* (2005) e *O Professor de Piano* (2010)) para contar a história de Romeu, um professor universitário de música, parente de um implacável torturador da cidade de Recife, nos anos setenta. Apesar do parentesco, a narrativa se fixa num fragmentado drama romântico vivido pelo protagonista.

Fernandes também é um profícuo organizador de coletâneas. Foi responsável por organizar:

- ***O clarim e a oração: cem anos de Os sertões*** (São Paulo: Geração Editorial, 2002): uma homenagem aos cem anos do clássico *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, onde o autor reúne figuras notórias da prosa, poesia, crítica literária, sociologia, história e da semiótica, como Ariano Suassuna, Augusto de Campos, Roberto Pompeu de Toledo, Benedito Nunes, Regina Zilberman, Gilberto Mendonça Telles etc., para demonstrar como a obra euclidiana metaforizou questões sociais presentes no cotidiano nacional;
- ***Chico Buarque do Brasil: textos sobre as canções, o teatro e a ficção de um artista brasileiro*** (Rio de Janeiro: Garamond/Fundação Biblioteca Nacional, 2004): em homenagem aos sessenta anos de Chico Buarque de Hollanda, Fernandes reuniu aclamados escritores, críticos literários, ensaístas e jornalistas, como José Saramago, Antonio Candido, Regina Zappa, Adélia Bezerra de Meneses etc., no intuito de contribuir com a compreensão das muitas nuances presentes na obra de um dos mais conhecidos artistas brasileiros;
- ***Contos cruéis: as narrativas mais violentas da literatura brasileira contemporânea*** (São Paulo: Geração Editorial, 2006): na obra, Fernandes reúne 47 contos que, segundo ele, são os mais cruéis da literatura brasileira contemporânea, levando-se em conta um recorte temporal que delimita a escolha dos contos a partir da década de setenta até a atualidade. Na coletânea, somos (re)apresentados aos textos de escritores célebres, como *Venha ver o pôr-do-sol*, de Lygia Fagundes Telles, e *Feliz ano novo*, de Rubem Fonseca, assim como às obras de escritores menos conhecidos, mas não menos talentosos, tais como, por exemplo, *Irmão*, de Ataíde Tartari, e *Pelos pobres de Tegucigalpa*, de Arturo Gouveia;

- ***Quartas histórias: contos baseados em narrativas de Guimarães Rosa*** (Rio de Janeiro: Garamond, 2006): coletânea que homenageia os sessenta anos da publicação de *Sagarana* e os cinquenta anos da publicação de *Grande Sertão: veredas*. Na obra, Fernandes reúne narrativas de quarenta escritores da literatura brasileira contemporânea, (re)criadas a partir da literatura de Guimarães Rosa. Entre os muitos escritores que compõem o elenco de peso, encontre-se presentes, por exemplo, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos e Tom Jobim;
- ***Capitu mandou flores: contos para Machado de Assis nos cem anos de sua morte*** (São Paulo: Geração Editorial, 2008): nos cem anos da morte daquele que é considerado o maior escritor brasileiro, Fernandes reúne 40 escritores brasileiros com a proposta de recriarem dez dos melhores contos de Machado de Assis. A coletânea traz dez contos originais e, em seguida, os textos baseados em cada um deles. O resultado é uma seleta de narrativas que recontam, de forma ousada, e de um ponto de vista atual, as histórias que Machado de Assis tornou célebres;
- ***50 versões de amor e prazer*** (São Paulo: Geração Editorial, 2012): coletânea em que Fernandes congrega 50 contos eróticos de treze escritoras brasileiras. As narrativas — que fogem do modelo proposto pelo movimento que ficou conhecido como “*Mommy Porn*”, encabeçado pelo sucesso de vendas *Cinquenta Tons de Cinza* —, trazem um erotismo refinado, pouco embebido em romantismo, que faz dos textos um verdadeiro convite ao sexo, seja ele implícito, explícito, perverso/pervertido, indo até mesmo à fronteira do grotesco. A obra reúne textos de autoras conhecidas, como Márcia Denser e Cecília Prada, bem como de jovens autoras da literatura nacional, como a gaúcha Luísa Geisler;
- ***Chico Buarque: o poeta das mulheres, dos desvalidos e dos perseguidos – ensaios sobre a mulher, o pobre e a repressão militar nas canções de Chico*** (São Paulo: LeYa, 2013): coletânea que coliga 24 ensaios produzidos por renomados ensaístas do cenário acadêmico e da crítica literária brasileira e internacional que — assim como a coletânea de 2004, que homenageava os sessenta anos de Chico Buarque — desta vez, homenageia os setenta anos desse grande nome da cultura brasileira. Os ensaios presentes no livro fazem uma consistente análise da obra poética de Chico Buarque,

transitando pelas vielas, pelas entrelinhas, buscando significados presentes nas canções compostas pelo autor.

Como ensaísta, Fernandes publicou a obra:

- ***Vargas Llosa - Um Prêmio Nobel Em Canudos - Ensaaios de Literatura Brasileira e Hispano-americana*** (Rio de Janeiro: Garamond, 2012): Na obra, Fernandes publicou uma série de ensaios sobre diversos autores, obras e literatura hispano-americanos. O título do volume faz alusão à obra *A Guerra do Fim do Mundo*, do escritor peruano Mario Vargas Llosa, ganhador do prêmio Nobel de Literatura de 2010, que serviu como base para a escrita da tese de doutorado de Fernandes, defendida em 2002. O livro conta ainda com ensaios sobre Gabriel García Márquez, Julio Cortázar, Ferreira Gullar, José Lins do Rêgo, Miguel Sanches Neto, Aleilton Fonseca, Carlos Ribeiro, Renato Tardivo, Sérgio de Castro Pinto, Mercedes ‘Pepita’ Cavalcanti, W. J. Solha, Antônio Mariano, André Aguiar, entre outros.

Fernandes já participou de antologias de contos nacionais e internacionais como, por exemplo:

- ***Futuro Presente - Dezoito Ficções Sobre o Futuro*** (Rio de Janeiro: Record, 2009): Organizada pelo, também, escritor Nelson de Oliveira, a antologia reúne contos de escritores como Rinaldo de Fernandes, André Carneiro, Márcio Souza, Ivan Hegenberg, Carlos Moraes, Andréa del Fuego, Roberto de Sousa Causo, entre outros. Todos os dezoito contos que compõem o livro se propõem a trabalhar um dos gêneros literários mais ricos e crescentes no cenário literário nacional e mundial, a ficção científica;
- ***90-00: cuentos brasileños contemporáneos*** (Lima: PetroPeru/Ediciones Cope, 2009): na antologia organizada pelos escritores e pesquisadores Maria Alzira Brum Lemos e Nelson de Oliveira, cuja proposta é firmar no mercado literário internacional que a contística brasileira vai além dos textos dos já consagrados Clarice Lispector e Rubem Fonseca, encontramos contos de escritores de peso no cenário da literatura brasileira contemporânea, a saber: André Sant’Anna, Fausto Fawcett, João Filho, Paulo Sandrini, Edyr Augusto, Marcelino Freire, Paulo Scott, Rinaldo de Fernandes, Ronaldo

Bressane, Santiago Nazarian, Ana Paula Maia, Daniel Galera, Sérgio Fantini, Joca Reiners Terron, Ademir Assunção, Andréa del Fuego, Marcelo Barbon, Luci Collin, Maria Esther Maciel, Michel Melamed e Veronica Stigger;

- ***Tempo bom***,¹ (São Paulo: Iluminuras, 2010): em prol das vítimas e da recuperação das cidades atingidas pelas inundações que assolaram algumas cidades do nordeste brasileiro em 2010, Sidney Rocha e Cristhiano Aguiar organizaram uma antologia que reúne 43 contos de escritores como Rinaldo de Fernandes, Raimundo Carrero, Marcelino Freire, Ronaldo Correia de Brito, Xico Sá, entre outros.

RECEPÇÃO CRÍTICA

Rinaldo de Fernandes figura como um dos mais importantes expoentes da atual produção literária brasileira. Tal reconhecimento é visto não apenas pelas críticas positivas em relação à sua obra, mas, também, ao crescente uso de seus textos em trabalhos acadêmicos, em nível graduação e pós-graduação, de diversas universidades brasileiras e estrangeiras.

Regina Zilberman, que é professora, escritora e uma das maiores estudiosas de literatura infanto-juvenil e História da Literatura no Brasil, ao analisar a “grande condensação dramática e o impacto narrativo” da obra de Fernandes, diz, no posfácio de *O Professor de Piano*, que ele é um “mestre do conto”. Em um dos trechos do posfácio, Zilberman comenta como a concisão do texto de Fernandes sucinta um aspecto previsto por Edgar Allan Poe no tocante à brevidade da poesia e sua capacidade de arrematar sua potência de uma só vez:

Da tradição do conto, Rinaldo de Fernandes retira seu nódulo básico – a brevidade do texto, já que, materialmente, as histórias consomem poucas páginas, suscitando, pois, o tipo de leitura previsto por Edgar Allan Poe a propósito da poesia, cuja apropriação se faz de uma só vez. Com efeito, a leitura dos contos de O professor de piano supõe um ato único por parte de seu destinatário, que não interrompe sua apreensão dos eventos apresentados antes de chegar a seu final. (ZILBERMAN, 2010, pp.89-94)

Moacyr Scliar (Médico das Letras), célebre escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras, ao tecer algumas considerações no prefácio de *O Perfume de Roberta*, aponta que “o que temos aqui [em *O Perfume de Roberta*] é o trabalho de um contista consumado, que

¹ A vírgula faz parte do título do livro.

trabalha o gênero com grande talento e seriedade” (SCLIAR, 2005, p. 10), salientando como Fernandes possui uma escrita desafiadora em sua complexidade, mas que, justamente nesse quesito, vislumbra perfeitamente o drama do viver na sociedade brasileira contemporânea.

Ainda em *O Perfume de Roberta*, vemos reunidos vários comentários críticos de escritores e pesquisadores brasileiros, como Mário Chamie, Nelson de Oliveira, José Castello, Luiz Antônio Mousinho Magalhães, Sônia Lúcia Ramalho de Farias, destacando, cada um, as facetas que permeiam a contística de Fernandes. Citemos, como exemplo, um trecho do comentário de Sônia Lúcia Ramalho de Farias, que faz uma importante colocação acerca do lugar do feminino na obra do autor:

Nas diferentes possibilidades que o fingimento ficcional propicia, os contos de Rinaldo buscam iluminar a alteridade feminina, delegando voz à própria mulher para que fale de sua outridade e exprima, sem mediação tutelar, sua forma de situar-se e resistir numa sociedade ainda com fortes traços patriarcais. Com isso, alinham-se ao lado de significativos títulos que representam a mulher na nossa literatura contemporânea, independentemente do gênero que possa distinguir a identidade sexual do autor. (FARIAS, 2005, p. 183)

O Romance de estreia de Fernandes, *Rita no Pomar*, é uma das obras mais aplaudidas pela crítica. Finalista do Prêmio São Paulo de Literatura e do Prêmio Passo Fundo Zaffari & Bourbon, dois dos mais importantes prêmios literários do Brasil, a obra recebeu inúmeros comentários positivos da crítica especializada. A crítica e tradutora italiana Silvia Marianecci, em sua resenha intitulada *Nordeste: paradiso o purgatorio*, ressalta o aspecto sensual da narrativa, os conflitos internos da protagonista e sua busca por uma nova identidade. Nas palavras da resenhista:

Per questo la Rita di Fernandes con il suo soliloquio suggestivo e frammentario, ora nostalgico, ora rancoroso, rappresenta la condizione del genere umano che, di fronte alla perdita delle proprie certezze e al turbinio delle proprie angosce, nell'impossibilità di una comunicazione autentica e nella crisi totale delle relazioni, trova rifugio nell'apparente calma di un paesaggio marino e nella follia della solitudine o, se vogliamo, nella solitudine della follia.²

O escritor, professor de Teoria Literária e ensaísta Alcir Pécora, em resenha intitulada *Peripécia em obra fragmentar não surpreende*, publicada no caderno “Ilustrada” do Jornal

² Disponível em: <http://rinaldofernandes.blog.uol.com.br/arch2009-12-27_2010-01-02.html> Acesso em 19 de novembro de 2016.

Folha de São Paulo, em vinte e um de fevereiro de 2009, tece uma crítica que foge a linha de visão do restante da grande maioria da crítica especializada, apontando que:

Trata-se, em suma, de empurrar a narrativa, em si mesma tergiversada e derivativa, para uma peripécia que faz de quem parecia vítima criminoso. Nenhuma novidade, a não ser a surpreendente ideia de que se possa obter peripécia sem a existência de uma narrativa consistente que crie no leitor expectativas de um desfecho.³

O comentário de Pécora, apesar de seu valor crítico, aparentemente não agrega as significações que a obra de Rinaldo de Fernandes suscita. A esse respeito, acreditamos que Mousinho (2009), ao tecer algumas considerações acerca do romance em questão, em resenha publicada na edição de número 33 da *Revista Cerrados*, da Universidade de Brasília, deixa evidente alguns sentidos questionados por Pécora, principalmente a questão referente ao desfecho e sua potencialidade significativa. Para Mousinho:

Se o romance ao final não define a punição de Rita – para purgar os nossos crimes e porque ela merece – não tira do leitor a chance de criar para si um outro tempo e lugar. E de dar a chance de, no plano individual e coletivo, recomeçar, recomeçar, recomeçar; recriar um outro mundo, transformar o caos em cosmos, mesmo que para Rita não dê mais pé. Se a vida, fragmentada, fere como a sensação do brilho, algum dia de repente a gente brilhará. (MOUSINHO, 2009, p. 222)

No que tange à esfera acadêmica, a obra literária de Rinaldo de Fernandes vem sendo alvo de vários estudos e servindo de base para a produção de vários trabalhos. Abaixo, citamos uma pequena parcela da produção científica que usa a obra do escritor como *corpus*:

Artigos Científicos:

- Ravel Giordano Paz (2009), publicou o artigo intitulado *Até tu, Pet, ou Rita no Pomar e a arte de (des)pentear cachorros*, na *Revista Remate de Males* (Dossiê Literatura e Arquivos), da Universidade Estadual de Campinas, onde propôs uma leitura do romance de estreia de Rinaldo de Fernandes com um olhar mais restrito ao fato da protagonista narrar suas agruras passadas e presentes ao seu cachorro, o Pet, no intuito de revelar o que não se pode ver, num primeiro momento, no diálogo entre as duas personagens;

³ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2102200915.htm>> Acesso em 19 de novembro de 2016.

- Em 2014, Bruna Belmont de Oliveira publicou *A Semiose em Rita no Pomar*, no volume 16 da *Revista Graphos* (Período do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba). O artigo, como apontou a pesquisadora, buscou analisar o romance *Rita no Pomar* a partir da Teoria do Signo de Charles Sanders Peirce, “buscando perceber como se organizam na sua estrutura os arranjos dos signos na produção do efeito de descontinuidade e antecipação da trama” (OLIVEIRA, 2014, p. 6);
- Márcia Manir Miguel Feitosa (2015) publicou o artigo “*O Caçador*”, de Rinaldo de Fernandes: o viver o jogo e a experiência urbana da ocupação, edição número 34 da *Revista de Letras*, da Universidade Federal do Ceará. O estudo procurou analisar o conto *O Caçador* sob a perspectiva da ocupação do espaço, fundamentando-se num viés fenomenológico-existencialista que pretendeu aliar os campos da literatura e da geografia.

Trabalho de Conclusão de Curso, dissertação e tese:

- Em 2014, Frederico de Lima Silva defendeu seu Trabalho de Conclusão de Curso nomeado *Da Letra ao Inconsciente: dimensões do desejo perverso*, onde analisou, à luz da teoria psicanalítica das perversões, a insinuação ao incesto no conto *O Perfume de Roberta*.
- Em 2015, Bruna Belmont de Oliveira volta a desenvolver novo trabalho acerca da obra *Rita no Pomar*, a dissertação de mestrado denominada *A semiose da linguagem traumática em Rita no Pomar*. O trabalho apresenta uma análise da obra de Rinaldo de Fernandes a partir da semiótica de Charles Sanders, no intuito de demonstrar, na estrutura do romance, os arranjos dos signos icônicos, indexicais e simbólicos que marcam os efeitos de descontinuidade e antecipação presentes na narrativa;
- Em 2012, Glória Maria Oliveira Gama defendeu a tese de doutorado intitulada *Escrita Masculina/Personagens Femininas: os contos de Rinaldo de Fernandes*. No trabalho, a pesquisadora analisou a representação das mulheres na literatura de Rinaldo de Fernandes, demonstrando como personagens do sexo feminino podem ser confortavelmente desenvolvidas por autores do sexo masculino e sem comprometimentos à sua construção.

O texto acima, que serve como amostra da crescente biografia, bibliografia e fortuna crítica do autor, não possui a capacidade — e nem pretendeu — de abarcar todas as informações existentes, todavia, desejamos que ele desperte a atenção do leitor para as demais linhas deste trabalho que, após concluído, contribuirá humildemente para a ampliação do leque de trabalhos científicos que a obra de Rinaldo de Fernandes fomentou.

Caput 1 — Literatura e história: caminhos possíveis

Antes de nos lançarmos a qualquer empreendimento acerca do caráter histórico-literário daquilo a que este trabalho se propõe, torna-se imprescindível que, diante da utilização, em um primeiro momento, de duas áreas de estudo tão amplas no campo das ciências humanas, tenhamos algumas considerações que possibilitem uma reflexão acerca da relação entre a literatura, enquanto forma de expressão artística e acesso à subjetividade humana, e que, por si só, já constitui um importante arcabouço histórico-documental da constituição e desenvolvimento das civilizações, e a história, como um processo de caráter sociocultural que, assim como a literatura, também revela as marcas da ação da subjetividade humana.

Buscamos, com isso, dar lugar a cada uma, bem como mostrar os caminhos possíveis entre elas, a fim de consubstanciar uma metodologia consistente em que ambas trabalhem juntas, corroborando para um melhor entendimento dos processos que desenvolverão, a seguir, em nossa pesquisa e, destarte, no intuito de balizarmos o itinerário que virá, tomaremos como ponto de partida as considerações de dois grupos de discussão teórica, formados por três teóricos cada, e que, mesmo não contemplando toda a gama de contribuições conceituais presentes em nosso trabalho, demarcam, de forma contundente, a convergência de pensamentos necessária a nossa proposta.

O primeiro grupo é formado por críticos literários, a saber: Terry Eagleton (C.f. 1997), crítico literário britânico, famoso por pregar, de forma sutil, a ideia de que as ideias não surgem, do nada, na cabeça de intelectuais e artistas, pois todos estão profundamente marcados pelas condições sociais que alicerçaram/alicerçam sua criação, mesmo que, de modo mútuo, também possam influenciá-la; Afrânio Coutinho (1911-2000) (C.f. 2008), um dos mais renomados críticos e historiógrafos da literatura brasileira, responsável por dar lugar a um pensamento que via a obra literária brasileira como um espelho que refletia, um documento que registrava, em suas entrelinhas, a sociedade de sua época; Antonio Candido (C.f. 2000), considerado por muito como o mais importante crítico literário brasileiro, dada sua vasta e englobante obra acadêmica. Em sua crítica, tece notáveis considerações no tocante ao fato da produção literária está ligada à construção e estrutura da sociedade, influenciado, entre outras coisas, por sua formação em Sociologia. Esse grupo é formado por estudiosos que veem a produção literária com uma intrínseca ligação com a sociedade e sua formação, algo fundamental para nosso estudo, tendo em vista que, do mesmo modo, pretendemos, no primeiro capítulo deste trabalho, apresentar nuances de como o ser humano social e a

produção literária — enquanto matéria alternativa da cultura para a viabilização dos desejos reprimidos — estão intimamente ligados pelos laços constitutivos que os caracterizam enquanto resultados do processo civilizatório.

O segundo grupo é formado por renomados historiadores, isto é: Michel de Certeau (1925-1986) (C.f. 1982), francês, profícuo estudioso da história, da psicanálise lacaniana e da sociologia. Responsável por um estudo intimista do homem social ao longo da história, sempre se mostrou atento aos pormenores de nosso cotidiano, afirmando, em uma de suas obras, que o cotidiano “é uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada [...] e o que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 31), ou seja, seus escritos reúnem questões que abarcam o cotidiano humano, a diversidade cultural, as práticas religiosas e a escrita da história; Roger Chartier (C.f. 1990, 2002), historiador francês que vê a escrita literária, bem como a de demais documentos, como representante do real ao qual está ligado, e que se expressa por meio das regras próprias de cada gênero de escrita, levando-se em conta certas particularidades do ambiente em que se inscreve, do veículo em que será difundida e do público a que se dirige; Jacques Le Goff (1924-2014) (C.f. 1990), historiador francês especialista no estudo da Idade Média, foi um dos responsáveis por colocar à prova a ideia de que a Idade Média teria sido o período de retrocesso/trevas que mediou a passagem da humanidade da Idade Clássica até o Renascimento Cultural, acreditando que as mentalidades, os valores e as demais representações do cotidiano medieval representaram um aspecto original que alicerçou, por exemplo, as sociedades mercantilistas do século XVI em diante. Assim como Chartier, participou da chamada Escola dos *Annales*, um movimento historiográfico que, por meio de um periódico de mesmo nome, fez nascer um novo modo de estudo e compreensão da história, aonde foram incorporadas perspectivas de outras disciplinas humanas para corroborar os estudos realizados. Esses teóricos corroboram nosso pensamento de que nenhum momento histórico é mais importante que outro, tendo em vista que cada momento histórico possui suas particularidades, algo que, assim como a escrita literária, com seus inúmeros gêneros e singularidades conceituais, configuram as marcas distintivas de seus autores e, consequentemente, da sociedade a qual fazem parte.

Antes de qualquer coisa, devemos apontar as definições de ambas as matérias, a fim de que seja possível atrelar suas matérias-primas de forma convergente. Todavia, sabemos que defini-las é tarefa difícil, em especial, a literatura, pois esta não possui, desde seus primeiros usos, um conceito unânime entre os estudiosos da teoria literária. Terry Eagleton (1997), em seu livro *Teoria da Literatura: uma introdução*, vai nos direcionar para diversas

possibilidades de apropriação do termo em questão, cunhadas por ele como “ingredientes”. Mesmo diante de tão árdua empreitada, temos que tomar alguns postulados como base, de modo a fazer com que o nosso método de trabalho tenha sua base fundamentada. Dessa forma, decidimos que deveríamos entender a literatura, entre tantas conceituações sem consenso, por exemplo, como sendo uma matéria que “não tem uma finalidade prática imediata” (EAGLETON, 1997, p. 10). A partir daí, tendo-se em mente “o fato de a literatura não poder ser, de fato, definida “objetivamente” (p. 11)”, é que podemos avançar para o entendimento de que “a definição de literatura fica dependendo da maneira pela qual alguém resolve *ler*, e não da natureza daquilo que é lido”⁴.

Esse pensamento de Eagleton vai corroborar o posicionamento de Chartier (1990), quando afirma que a “apropriação” que a literatura faz da realidade concreta é uma maneira de “usar os produtos culturais” e de “reescrevê-los”, mediante as diferenças e transformações sofridas em relação às necessidades e expectativas do leitor (p.27).

De certo, sabemos apenas que, etimologicamente, literatura deriva do termo latino *littera*, que significa letra, portanto, possui uma relação visceral com a palavra escrita e a erudição⁵. Sabemos, também, que são ainda insuficientes quaisquer tentativas de elucidação do termo, pois, durante a evolução de seu uso, o conceito esteve fortemente ligado apenas a concepções estéticas e, não raro, morais, em detrimento das suas possibilidades de compreensão histórica e sociocultural, que são mais amplamente utilizadas, hoje, pela teoria da literatura.

Jauss (1994), ao suscitar o fato de que a literatura, enquanto matéria constituída a partir da construção social e histórica de cada tempo, não pode se tratar de um objeto uno e imutável, servindo, de maneira invariável, aos olhos de seus leitores com a mesma aparência e recepção, pois não é matéria atemporal, mas de seu próprio tempo, ou seja, a literatura é, acima de tudo, um objeto que se renova, dissipando, na medida do possível, as amarras diacrônicas e conferindo-lhe existência atual.

Já Afrânio Coutinho (2008), uma das maiores expressões dos estudos literários no Brasil, no século XX, ressalta, em suas *Notas de Teoria Literária*, que a literatura deve ser entendida, entre outras coisas, como uma metaforização ou recriação da realidade a partir da

⁴ *Ibid.* p. 11.

⁵ É importante deixar claro que, como diz Maria Vitalina Leal de Matos (2001), o termo literatura só recentemente, a partir do século XVIII, passou a ter o significado que hoje lhe damos, pois, antes disso, todos os saberes escritos, as artes e as ciências em geral eram tidas como literatura. Só por volta do século XVIII é que a palavra começa a ser relacionada especificamente às belas artes, ou seja, passou a ser a arte que exprime pela palavra (p. 200-201).

transmissão dos elementos mais íntimos do sujeito para a língua, e dela para a forma que pretende empregar, dando-lhe forma e uma nova realidade, o que faz com que esta realidade, a recriada, torne-se uma realidade por si só, autônoma em relação ao autor e à realidade da qual se fez criar. Sendo assim, mesmo possuindo a realidade exterior como célula-mãe, a realidade criada/recriada pelo autor não pertence a esta ou a qualquer outra, se não a sua própria, sendo impassível de comparações ou conceituações totalizantes por meio de nossa realidade concreta. O estudioso, de modo geral, vai nos apresentar o seu pensamento de que, apesar da autonomia, a literatura não pode ser destituída da capacidade de refletir as verdades humanas, suas subjetividades e seu modo de ser e agir diante de tudo isso.

No tocante à história, podemos dizer que Bosi (2013) nos apresenta uma constatação bastante proveitosa ao afirmar que “ao homem é dado conhecer verdadeiramente só a História, pois foi ele quem a fez”. Diz ainda, que “o verdadeiro, em História como em poesia, está ao alcance do homem. Mas está também sujeito ao tempo e à capacidade que as gerações tiveram de registrar e transmitir a sua experiência (p. 125).”

Ao tecer tais afirmações, Bosi nos aponta a verdade, até então inegável, de que a história, enquanto matéria, bem como a historiografia, a escrita da história, estão intrinsecamente ligadas ao estabelecimento do homem em sociedade.

Apesar de não termos condições, neste trabalho, de nos lançar de modo tão profundo em relação às minúcias da história, dado o fato de que tal tarefa seria mais cabível em uma tese, nos reservamos o direito de, antes de esclarecermos o objetivo de capítulo histórico em nossa dissertação, apresentarmos algumas considerações, mesmo que de forma superficial, acerca desse meio que o homem estabeleceu para falar dos outros e de si mesmo, seja no ontem ou no hoje.

Em modos gerais, falar em um conceito de história, nos dias de hoje, implica problematizar, no mínimo, seis problemas, como nos elucida Le Goff (1990) em seu livro *História e Memória*. Na obra, o pesquisador francês vai nos apresentar seis problemáticas pertinentes ao estudo de história; seja ela por si só, história da história; seja ela em correlação com outras matérias.

Tendo em vista a amplitude dos questionamentos do autor, bem como a nossa necessidade de delimitar nosso estudo, atenhamo-nos à terceira questão pontuada pelo estudioso ao dizer que:

A dialética da história parece resumir-se numa oposição – ou num diálogo – passado/presente (e/ou presente/passado). Em geral, esta oposição não é

neutra, mas subentende, ou exprime, um sistema de atribuição de valores, como por exemplo nos pares antigo/moderno, progresso/reação. Da Antiguidade ao século XVIII desenvolveu-se, ao redor do conceito de decadência, uma visão pessimista da história, que voltou a apresentar-se em algumas ideologias da história no século XX. Já com o Iluminismo afirmou-se uma visão otimista da história a partir da ideia de progresso, que agora conhece, na segunda metade do século XX, uma crise. Tem, pois, a história um sentido? E existe um sentido da história? (LE GOFF, 1990, p. 8)

Com essas palavras, Le Goff questiona a valorização/empoderamento que a história, ou mais especificamente a historiografia, vem assumindo ao ser conceituada como aquela que rege a oposição entre passado/presente e/ou presente/passado. Por meio dessa divisão, não raro vemos um modo de fazer história no qual o que se escreve sobre a história hoje é melhor que aquilo que o precedeu. Certeau (1982) corrobora este questionamento, ao dizer que:

A historiografia se apoia, em última instância, num poder que se distingue efetivamente do passado e do todo da sociedade. O “fazer história” se apoia num poder político que criou um lugar limpo (cidade, nação, etc.) onde um querer pode e deve escrever (construir) um sistema (uma razão que articula práticas). (CERTEAU, 1982, p.13)

Dessa forma, toda e qualquer narrativa, seja ela histórica, literária ou qualquer outra, constitui uma representação acerca da realidade (externa ou interna ao sujeito). Sendo assim, tanto a historiografia como a literatura procuram compreender a produção e a recepção desses textos, pois assumem o pressuposto de que o eixo escrita-linguagem-leitura é indissociável, estando contido em cada texto que, por sua vez, é o produto responsável pela intermediação entre o seu produtor e o seu receptor, articulando os importantíssimos mecanismos de comunicação e veiculação das representações, das subjetividades individuais e coletivas. Sendo a literatura um frutífero testemunho histórico, originado de processos sociais específicos, possui registros que precisam ser interrogados e analisados pelo analista literário ou historiador, assim como qualquer outro tipo de documento. É justamente o que diz Chartier (1990, p. 62), ao afirmar que todo documento⁶, literário ou não, é representação daquele real que se pretende alcançar, sendo regido por regras próprias, dadas as diferenças próprias de

⁶ “O termo latino *documentum*, derivado de *docere* 'ensinar', evoluiu para o significado de 'prova' e é amplamente usado no vocabulário legislativo. É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents* e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX. O significado de "papel justificativo", especialmente no domínio policial, na língua italiana, por exemplo, demonstra a origem e a evolução do termo. O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito.” (LE GOFF, 1990, p. 462-463).

cada gênero escrito, que testemunham e criam um real que é marcado pela historicidade e intencionalidade de sua produção, tendo em vista que todo escrito é fundamentalmente marcado pelo modo de produção e subjetividade do seu tempo; perspectiva reforçada na obra *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*, quando afirma que:

Uma história da literatura é, pois, uma história das diferentes modalidades da apropriação dos textos. Ela deve considerar que o ‘mundo do texto’, usando os termos de Ricoeur, é um mundo de objetos e de performances cujos dispositivos e regras permitem e restringem a produção do sentido. Deve considerar paralelamente que ‘o mundo do leitor’ é sempre aquele da ‘comunidade de interpretação’ (segundo a expressão de Stanley Fish) à qual ele pertence e que é definida por um mesmo conjunto de competências, de normas, de usos e de interesses. O porquê da necessidade de uma dupla atenção: à materialidade dos textos, à corporalidade dos leitores (CHARTIER, 2002, p. 255-257).

Estudiosos como Borges (2010) também autenticam o posicionamento de que a produção literária, bem como toda e qualquer matéria objetiva e subjetiva que serve para sua confecção, é permeada pelo discurso sociocultural do período em que esta é produzida, pois estas são reflexos do seu tempo, como nos orienta o pesquisador, ao afirmar que:

A literatura, como testemunho histórico, é fruto de um processo social e apresenta propriedades específicas que precisam ser interrogadas e analisadas, como qualquer outro documento. Resta ao historiador descobrir, ponderar e detalhar sobre as condições de sua produção, as intenções do autor, a forma como ele realiza sua representação e a relação que esta estabelece com o real, as interpretações ou leituras que suscita sua intervenção como autor, as características específicas da obra e do escritor, da escola em que este concebe seu texto e em que estilo, inserindo-os num processo histórico determinado, em um tempo e lugar. (BORGES, 2010, p. 103-104)

Ponto de vista que Antonio Candido (2000) também corrobora em sua *Literatura e Sociedade*, onde expõe o fato de que a literatura pode servir de ferramenta para o conhecimento e desenvolvimento crítico, tendo em vista que uma (literatura) conserva a essência da outra (sociedade), originado por um processo de internalização do que é externo, ou seja, em sua estética, a escrita literária congrega a ‘dimensão social’ como parte complementar de suas obras. Nas palavras do autor:

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; é que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteados pela

convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinavam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno* (CANDIDO, 2000, p. 4 grifos do autor).

Feitos estes esclarecimentos iniciais que, com certeza, não conseguem agrupar todos os aspectos que contribuem para a associação entre literatura e história, lancemo-nos, agora, para a resposta de alguns questionamentos fundamentais no tocante à escrita deste “preâmbulo”, bem como do capítulo que segue.

Primeiramente, faz-se necessário apontarmos que relação ambas as matérias possuem, que permite sua associação para constituir e fundamentar nossa pesquisa. Tendo em vista que a literatura, enquanto registro social, é matéria de reflexão sobre as questões socioculturais e as subjetividades que atravessam o imaginário de quem a produz e de quem a recebe, constitui-se fundamentalmente de intencionalidades. Sendo fruto de intencionalidades, sejam conscientes ou inconscientes, e possuindo em sua gênese o resgate daquilo que foi ou é próprio de seu tempo, a literatura detém, sem sombra de dúvida, um valor histórico e temporal que autentica a possibilidade de uma análise por meio de um processo de historicização. E quando falamos nessa possibilidade, estamos nos referindo à introdução do tema ou da obra na sociedade em que foi produzida, bem como na busca pelos primeiros registros da ocorrência de um determinado elemento, como é o nosso caso. Por meio desse processo de aproximação, de trocas e de coautoria, podemos fundamentar sua aproximação, mas sempre, claro, respeitando seus distanciamentos enquanto matérias distintas.

Por outro aspecto, não existe, até a finalização desta pesquisa, uma “história das perversões”, mesmo que alguns autores tenham produzido estudos que margeiam este objetivo, como é o caso da historiadora e psicanalista francesa, de linha lacaniana, Elizabeth Roudinesco (2008), com seu *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos*. Dessa forma, o que pretendemos com a escrita de um capítulo histórico não é realizar tal tarefa, a de tentar construir um itinerário das perversões ao longo da história, mas, sim, realizar um recorte histórico a partir da utilização de obras literárias e teóricas que nos permitam ter uma compreensão mais clara, mesmo que não totalizante, de como as perversões fazem parte do percurso da fundação, formação e manutenção das civilizações humanas.

Para tanto, optamos por determinar a Antiguidade Clássica, mais especificamente a civilização greco-romana, como o primeiro passo de nosso percurso, tendo em vista que, dentre muitos motivos, ela é instituidora daquilo que hoje entendemos como literatura, bem

como por possuir uma literatura que atrela, de sobremaneira, a tríade: história, literatura e subjetividade, e que podemos classificar como o monumento⁷ ideal para principiar os próximos passos do capítulo que segue; onde recorreremos aos postulados de:

1) psicanalistas e psiquiatras como, a já citada Elizabeth Roudinesco (C.f. 2008), de linha lacaniana, biógrafa de Sigmund Freud e responsável por desenvolver importantes trabalhos acerca de como a perversão se encontra presente no alicerce da sociedade desde sua origem; Melanie Klein (1882-1960) (C.f. apud CINTRA; FIGUEIREDO, 2004), de linha freudiana, uma das mais proeminentes psicoterapeutas infantis da teoria psicanalítica, que contribuirá, neste primeiro capítulo, com algumas considerações acerca da *hybris* enquanto modelo de desvio da ordem estabelecida pela civilização clássica; Georges Lanteri-Laura (1930–2004) (C.f. 1979/1994), psiquiatra francês, estudioso das perversões sexuais, que conduziu importantes estudos acerca o modo como a psiquiatria redefiniu o entendimento sobre as perversões sexuais no momento em que a ciência médica incorporou o tema que antes estava relacionado exclusivamente aos campos da religião e da lei.

2) filósofos que apresentam significativas contribuições ao percurso dos fenômenos da sexualidade e perversão, como Agostinho (354-430) (C.f. 1990, 1996a e 1996b, 2000), um dos mais importantes intelectuais dos séculos iniciais do cristianismo, foi responsável por incorporar fundamentos da filosofia platônica à doutrina cristã e por produzir obras valiosas para o entendimento da visão cristã acerca da sexualidade; Michel Foucault (1926-1984) (c.f. 1984, 1988, 2001 apud NETO; RUDGE, 2009) desenvolveu valiosos estudos acerca da relação entre sexualidade e verdade, poder e conhecimento, contribuindo para o entendimento desses dessas correlações no âmbito social.

3) historiadores responsáveis por nos apresentar a sociedade em diferentes tempos cronológicos, favorecendo o entendimento do fenômeno das perversões, tais com: Plutarco

⁷ Le Goff, em sua *História e Memória*, nos diz que, assim como os documentos, os monumentos são matérias da memória coletiva, e o faz utilizando os seguintes termos: “A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala dos *monumenta hujus ordinis* [Philippicae, XIV, 41], designa os atos comemorativos, quer dizer, os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. (1990, p. 536)

(46-120 d.C.) (C.f. 2012; apud CORINO, 2006), que foi um dos mais famosos historiadores da antiguidade clássica, principalmente no que diz respeito à sociedade greco-romana; Jean-Pierre Vernant (1914-2007) (C.f. 2004, 2006), conceituado historiador francês, discípulo de outro notável historiador, o também francês Louis Gerne (1882-1962), responsável por produzir uma vasta obra acerca da Antiguidade Clássica, em especial da sociedade helenista.

4) Dicionários e dicionaristas que compuseram obras valiosas para o entendimento de termos que fogem a nossa compreensão, mas que direcionam questões típicas das sociedades e do modo de pensar presente nas respectivas épocas, como, por exemplo: *Demgol* (Dicionário Etimológico da Mitologia Grega On Line) (C.f. 2003), produzido e alimentado pelo Grupo de Pesquisa sobre o Mito e a Mitologia, da Universidade de Trieste, Itália, que é, a atualidade, um dos mais completos dicionários de mitologia grega, contendo mais de mil e cem termos; Sinclair Buchanan Ferguson (C.f. 2009), teólogo que possui uma vasta obra acerca do cristianismo, dentre a qual se situa um completo dicionário de teologia; Georges Hacquard (1918-2014) (C.f. 1996), professor de Letras, historiador e ensaísta francês, criador, em 1952, de uma enciclopédia sonora que reunia inúmeros clássicos da literatura mundial, e autor do *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, que reúne uma considerável quantidade de termos referentes à sociedade greco-romana; Elisabeth Roudinesco (C.f. 1998, 2008), psicanalista francesa de linha lacaniana, responsável, juntamente com o, também, psicanalista francês Michel Plon, por desenvolver um dos mais completos dicionários de psicanálise até hoje produzidos; Jean Laplanche e Jean-Bertrand Lefebvre Pontalis (C.f. 2001), psicanalistas franceses, mais alinhados à psicanálise freudiana, desenvolveram um dos dicionários mais relevantes e didáticos para o estudo da teoria psicanalítica, servindo de referência, inclusive, a outros dicionários de psicanálise.

Direcionemo-nos, agora, para o primeiro capítulo de nosso trabalho dissertativo, orientando-nos, de antemão, pelas palavras de Le Goff, que afirmou que “o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (1990, p. 536)”, ou seja, nenhum escrito é vazio de intencionalidades, sendo, mais do que tudo, o fruto dos elementos conscientes e inconscientes de uma determinada cultura, mas que reverberam fora de seu tempo cronológico, perpetuando-se, mesmo que à sombra.

CAPÍTULO 1 – O LUGAR DOS PERVERSOS NA HISTÓRIA

1.1. A MITOLOGIA GRECO-ROMANA: DA *HYBRIS*⁸ COMO MODELO DE DESCOMEDIMENTO AO ESTATUTO CIVILIZADOR

Aqui, antes de qualquer empreendimento com vistas a historicizar o percurso da perversão na antiguidade mitológica greco-romana, faz-se necessário que delimitemos, ao menos de forma breve, em que direção galgaremos o estudo do paralelo *hybris-perversão*. Para isso, elegemos o discurso apresentado por Cintra e Figueiredo (2004). Os autores, em seu livro *Melanie Klein: Estilo e Pensamento*, ao traçarem a trajetória de vida da psicanalista britânica Melanie Klein, revelam-nos informações deveras esclarecedoras acerca do pensamento kleiniano em relação à *hybris*. Cintra e Figueiredo (2004) informam-nos que Klein interessou-se muito pelo tema da *hybris*, entendendo-a como uma exacerbação, uma imoderação do desejo em relação à violência pulsional.

Orientados por esse pensamento da psicanalista britânica, podemos apreender que, sendo a perversão entendida, pela teoria psicanalítica freudiana, grosso modo, como a permanência, na vida adulta, de características perverso-polimorfas típicas da fase pré-genital, ou seja, caracterizada pela insuficiência das forças superegoicas em relação às demandas do id, a ruptura com as leis, com a medida (*hybris*), apresenta-se de modo a revelar um impasse epigênico entre as forças antagônicas que constituem o sujeito.

A *hybris*, como modelo de perversão, numa visão kleiniana, comparece na medida em que as forças cerceadoras da cultura falham na contenção do conflito entre as energias arcaicas que manobram o nosso comportamento.

A tradição homérica é conhecida por cunhar heróis e reis como “semideuses”. Mas ao titular os heróis de “semideuses”, os poemas homéricos entendiam que o herói seria “semelhante aos deuses” em poder, coragem e virtudes. Contudo, esta mesma atribuição louvável era a fonte de maior desgraça para os heróis, pois os deuses, mesmo abençoando muitos desses mortais com grandes poderes, sempre lançavam castigos impiedosos sobre tais heróis, como sinal de sua onipotência divina em comparação à fragilidade da vida humana. Ou seja, o herói era um mortal, que mesmo obtendo inúmeras glórias, em algum momento teria sua vida extinguida, o que os distanciava dos deuses, que são imortais e vivem em eterna glória. Roudinesco (2008), ao delinear uma história acerca dos perversos, assinala-nos que:

⁸ Utilizamos, aqui, o significado utilizado por Roudinesco (2008), onde o termo *hybris* vem a designar ao mesmo tempo excesso, desmedida e injúria. (p.15).

Durante séculos, os homens julgaram que o universo era regido por um princípio divino e que os deuses os faziam sofrer para os ensinar a não se tomarem por seus iguais. Dessa forma, os deuses da Grécia antiga puniam os homens acometidos pela desmedida (*hybris*). E é através do grande relato das dinastias reais — Atridas ou Labdácidas — que podemos melhor captar o movimento alternado que levava o herói, esse semideus, a ocupar ora o lugar de um déspota, arrebatado pela embriaguez do poder, ora o de uma vítima submetida a um destino implacável. (ROUDINESCO, 2008, p. 15)

Dessa forma, era entendido que todos os heróis gregos possuíam, em algum lugar de sua linhagem, um parentesco divino. Jean-Pierre Vernant (2006), em seu escrito *Mito e Religião da Grécia Antiga*, ao estudar a distinção entre o homem comum e o herói, apresenta-nos a seguinte constatação:

É certo que eles pertencem à espécie dos homens e, como tais, conheceram os sofrimentos e a morte. Mas, por toda uma série de traços, distinguem-se, até na morte, da multidão dos defuntos comuns. Viveram numa época que constitui, para os gregos, o "antigo tempo" já acabado e no qual os homens eram diferentes daquilo que são hoje: maiores, mais fortes, mais belos. Quando se parte em busca da ossada de um herói, é possível reconhecê-la pelo seu tamanho gigantesco. Essa é a raça de homens, agora extinta, cujas proezas são cantadas pela poesia épica. (VERNANT, 2006, p. 47)

Todavia, esse fato não os tornava deuses. Pois “os deuses são os *athánatoi*, os Imortais; os homens, os *brótoi*, os perecíveis, fadados às doenças, à velhice e à morte.”⁹ E, por serem mortais, os heróis eram vulneráveis a todos os males, inclusive à possibilidade de cometer os mesmos erros a que os demais humanos estavam propensos, bem como ao sofrimento e à morte, sendo eles regidos pelas *moiras*.¹⁰ A ligação genealógica divina dos heróis vai, desse modo, se manifestar como um estado muito fronteiro de existência, determinada pela ascendência divina que eles possuem, constituindo um embate constante entre sua gloriosa estirpe e seu destino humano e mortal, ocasionando, por vezes, uma oscilação de seu caráter, fazendo-o ingressar constantemente em um estado de propensão ao descomedimento.

Atrelado a um permanente estado de ambivalência associada a sua condição divina e humana, os heróis gregos transitariam em um estado propenso a atitudes ambíguas,

⁹ *Ibidem*. p. 45.

¹⁰ Trata-se de Cloto, Láquesis e Átropo, filhas de Zeus e de Têmis, irmãs das Horas, de Irene, Eunômia e Dice (Hesiod.Theog. 901-905). São a personificação do destino de todos, mortais e deuses. Este nome significa, com efeito, "parte, destino". Deriva do radical do verbo μείρομαι, "tomar a própria parte, ter parte em" (Chantraine, DELG, s. v. μείρομαι). Confronta-se com μόρος, substantivo com vocalismo o, que deriva desse verbo. (DEMGOL, 2013, p. 194)

contraditórias, até mesmo paradoxais. Esse estado conflitante fará com que o herói se lance em empreitadas marcadas por inúmeras glórias e falhas, de vitórias épicas e fracassos trágicos. Em tal situação, o herói dividiria o seu corpo com ele mesmo e com o seu oposto

[...] era ao mesmo tempo ele mesmo e seu contrário — herói e velhaco —, mas nem os homens nem os deuses eram perversos. E, no entanto, no cerne desse sistema de pensamento que definia os contornos da Lei e de sua transgressão, da norma e de sua inversão, todo homem que alcançava a glória corria sempre o risco de ser constrangido a se descobrir perverso — isto é, monstruoso, anormal — e fadado a viver uma vida paralela, a de uma humanidade abjeta. (ROUDINESCO, 2008, p. 15)

A psicanalista e historiadora francesa cita-nos, ainda, como exemplo dessa dualidade da vida do herói, o caso do rei Édipo, conhecido pelos versos de Sófocles, que após conquistar a glória de derrotar a temida Esfinge¹¹ e de se tornar o maior rei de seu tempo, viu-se condenado a um estado de mácula, tendo em vista o fato de o herói ter cometido, sem saber, e devido a sua gênese conflitante, o abominável crime de matar o próprio pai e, posteriormente, casar-se com sua própria mãe; um crime que o herói estava fadado a cometer desde sua epigênese, quando seu pai, Laio, ao consultar o Oráculo de Delfos, como era costume entre os reis gregos, foi avisado de que uma maldição iria se concretizar: seu filho o mataria e depois se casaria com a própria mãe. (ROUDINESCO, 2008, p. 16).

Édipo seria um protótipo da condição a que o herói grego estava fadado. Mesmo depois de perpetrar conquistas sobre-humanas e feitos memoráveis, ele ainda estaria condenado a falhar em algum ponto, muitas vezes, nem por sua própria culpa, mas ao sabor do querer dos deuses. E, por viver nessa ambivalência conflitante, nesse estado limítrofe, o herói grego será sempre aquele indivíduo de grande potência divina, mas predestinado ao descomedimento e à transgressão dos limites impostos aos mortais pelos deuses, muitos deles, seus próprios genitores.

Pinheiro (2011), analisando o poder de escolha do herói grego em contrapartida ao pressuposto de que o destino dos heróis estava pautado em um joguete dos deuses, utilizando-se daquilo que fora apresentado por Donaldo Schüller (2004)¹², nos diz que:

¹¹ Monstro feminino, filho de Equidna e Tífon, dotado de cabeça de mulher, corpo de leão e provido de asas (Apollod.Bibl. 3, 5, 8). O nome foi relacionado com o verbo grego σφίγγω, "fechar, unir estreitamente" (Carnoy, DEMGR), etimologia que Chantraine (DELG, s. v. σφίγγω) considera popular; este afirma, por outro lado, que a forma original deste nome poderia ser Σφίξ, -ικος, beóc. Φίξ, -ικος, e que se trataria de um empréstimo egípcio. McGready ("Glotta" 46, 1968, p.250), de fato, propôs como hipótese uma derivação do egípcio shespankh, "imagem vivente". (DEMGOL, 2013, p. 98)

¹² Cf. SCHÜLLER, Donaldo. (2004) **A construção da Ilíada**. Uma análise de sua elaboração. Porto Alegre, L&PM.

Os heróis homéricos não são joguetes passivos entregues aos caprichos dos deuses. O destino não determina a ação dos homens em todos os seus detalhes. Deixa-lhes um espaço em que podem escolher livre e responsabilmente. E é neste espaço que se torna possível a ação heróica. O herói é ativo por definição. (...) O herói épico escolhe até mesmo o inevitável, a morte. Aquiles escolhe morrer moço, entrando voluntariamente na luta para matar Heitor, o matador de seu amigo, Pátroclo. (...) E na escolha livre o herói se eleva em toda a sua grandeza épica. (PINHEIRO, 2011, p.91)

De modo claro, a *hybris* se caracteriza justamente por este processo: o herói, munido de um poder eventualmente divino, aproxima-se em demasia dos deuses, e, por vezes, considera ter o pleno controle e direito sobre essa potência divina. Porém, estando um homem munido de características sobre-humanas, divinas, em suas mãos, esta potencialidade se torna, muitas vezes, incoercível, desmedida, tendo como consequências atos calamitosos e até mesmo criminosos. Esse era um mal a que todos os reis gregos, tidos como heróis, estavam fadados: a eventual perda de controle, a dominação por forças transgressoras, os excessos de caráter afetivo e as paixões fulminantes e irracionais.

O que se sabe, de fato, é que a *hybris*, como uma expressão englobante da desmedida, do excesso que, frequentemente, está associado à soberba, arrogância e insolência do herói, pode ser estimulada por diversos fatores, que vão desde uma motivação interior, fazendo, dessa forma, parte da subjetividade do indivíduo que a comete, até a possibilidade mais comumente observável nas epopeias gregas, a circunstância, onde o herói, movido por uma determinada situação, geralmente trágica, é impelido a cometer a *hybris*. Ou seja, ela pode apenas alunhar o ato desmedido praticado pelo herói.

Um exemplo claro dessa potencialidade posta em ação de forma desmedida e irrefreável é visto no mito do herói Perseu. Após ter matado a temida Medusa, criatura mitológica cujo olhar teria o poder de transformar em pedra todo aquele que a olhasse diretamente, Perseu levou consigo a cabeça da criatura morta em uma viagem pelo mundo. Nessa viagem, o herói depara-se com a princesa Andrômeda, e por ela se apaixona. A jovem Andrômeda foi uma princesa do Reino da Etiópia, filha do rei Cepheus e da rainha Cassiopeia. Cassiopeia era uma mulher demasiadamente presunçosa, que ousou se vangloriar de que sua filha Andrômeda era mais bonita que as Nereidas, filhas do deus Nereu¹³, ninfas de

¹³ Filho de Ponto e de Geia, pai das Nereides, conhecido como "Velho do mar", deus marinho dotado de sabedoria profética (Hesiod. Theog. 233-236). Segundo Bloch (em Roscher, Myth. Lex. III col. 240) o nome pertence à família do verbo véω, "navegar" e de ναῦς, "nave", como já explicavam os léxicos antigos, cf. o Etymol. Magnum s. v. Frisk (Gr. Et. Wört.) e Chantraine (DELG) o comparam com o lituano nérti,

beleza imensurável. Diante da afronta protagonizada pela rainha etíope, as Nereidas pediram a Poseidon, deus soberano dos mares e oceanos, que castigasse a rainha e seu reino. Diante do pedido das ninfas, Poseidon enviou o monstro marinho Cethus para atacar o reino da Etiópia. Desesperado pelo flagelo que assolava seu reino, Cepheus consultou o oráculo para saber o que deveria ser feito para que aquele mal fosse debelado. O oráculo predisse que ele deveria oferecer sua belíssima filha ao monstro do mar, como um sacrifício ao deus do mar, e assim a princesa Andrômeda foi acorrentada em um rochedo na costa que banhava o reino.

Ao deparar-se com a criatura, Andrômeda lança gritos socorro. Ouvindo-os, Perseu vai ao seu encontro. O herói, durante a luta contra o monstro, mostrou-lhe a cabeça da Medusa, cujos olhos transformaram a terrível serpente marinha em um coral. Diante do feito, Perseu pediu a mão da princesa em casamento. Porém, o rei Cepheus o traiu, oferecendo Andrômeda em casamento ao irmão dele, Fineu. Tomado por um furor incontrollável, devido à traição, Perseu lutou contra Fineu e seu exército usando a cabeça da Górgona. Dessa forma, o herói transformou mais de duzentos guerreiros em pedra, inclusive os dois rivais e traidores, Fineu e Cepheus.

Não obstante, o furor do herói pode ser motivado por uma característica sobrenatural, ou seja, causado pela vontade dos deuses, como, por exemplo, no mito do rei Héracles¹⁴, onde é claramente evidenciado que existe tênue ligação entre as narrativas gregas de cunho trágico e o tema da loucura divina, ou seja, a loucura advinda da atuação de um deus. Na antiguidade clássica, os gregos acreditavam que as divindades poderiam levar qualquer indivíduo à prática de delitos, descomedimentos, ao excitar, no espírito das pessoas, estados mentais e emocionais entorpecidos, geralmente ligados a quadros de delírio, onde, mesmo que não se fundamente, tendo em vista as impossibilidades existentes para tal comprovação, podemos acenar para um princípio daquilo que a clínica médica antiga, a psiquiatria moderna e a psicanálise denominariam como sintomas de uma possível psicose alucinatória, caracterizada

"submergir-se". Segundo Bosshardt (Die Nomina auf -ευς, § 385) e Perpillou (Les substantifs grecs en -ευς, § 267) o nome, evidentemente conectado com o das Nereides, derivaria de νηρόν e significaria "o aquático"; Chantraine observa, todavia, que νηρόν é uma palavra atestada em grego em época muito tardia. Parece possível uma conexão com νάω, "fluir", "mergulhar" (Lex. Sud. s. v.), cf. ναρός, "que flui, mergulha", mais que com νέω, ou pior ainda νήχω, "nadar", como queria já o Etym. Magn.: π τ ς νήχεος κα το δίως νε ν, ο ονε νηχόμενος θεός, que menciona também um peixe chamado νηρός, mas que pode remontar provavelmente a νεαρός, "fresco, novo" (cf. Schol. ad Oppian. Halieut. 1, 315). Parece, por sua vez, que pode ser excluída toda relação com ἐνερθε(ν), "subterrâneo", e com o mundo dos Infernos em geral. (DEMGOL, 2013, pp. 204-205)

¹⁴ O principal herói nacional dos gregos, filho de Zeus e de Alcmena, divinizado depois de sua morte e acolhido no Olimpo. Cumpriu os doze trabalhos percorrendo toda a Europa mediterrânea (Apollod. Bibl. 2, 5, 1-12). Seu nome original era Alceu (ou Alcides); o oráculo de Delfos chamou-o Héracles no momento em que foi submetido a Hera. Já os antigos interpretavam o nome como "glória de Hera" (Diod. Sic. 4, 10, 1, ὅτι δὲ Ἥραν ἔσχε κλέος), ou seja, como um composto de Ἥρα e κλέος, "glória", isto é, "o que obtém a glória através de Hera", cf. von Kamptz (Homerische Personennamen, p. 197). (Ibidem, p. 136)

com os ingredientes da loucura clínica autêntica, tais como delírios, alucinações e visões, como bem nos orientam Santos e Oliveira (2012):

A representação irreconciliável com o eu é totalmente rejeitada, inclusive seu afeto, divergindo por isso do recalçamento da representação incompatível conquistado pela separação de seu afeto correspondente, tal como ocorre nas neuroses. O sujeito psicótico se comporta como se a representação jamais lhe tivesse ocorrido, a expensas de seu total ou parcial desligamento da realidade. (SANTOS; OLIVEIRA, 2012, p. 74)

Nesse contexto, as ações cometidas pelos heróis eram obras provocadas unicamente pela vontade dos deuses.

Héracles é um dos mitos mais emblemáticos em relação aos atos descomedidos advindos da loucura lançada pelos deuses sobre os homens. Ironicamente, o herói tinha aquele nome em homenagem à deusa Hera (etimologicamente o nome do herói equivale à expressão "À Glória de Hera"). Todavia, essa homenagem não consegue aplacar o ódio e a incessante perseguição da ciumenta deusa. Hera, após várias tentativas fracassadas de matá-lo, um dia envia do alto do monte Olimpo, a morada dos deuses, a *lýssa* (a raiva assassina)¹⁵ e a *anoia* (a demência)¹⁶, no exato momento em que o herói oferecia um sacrifício aos deuses. Possuído por ambos os espíritos destrutivos, Héracles ataca primeiro seus filhos, matando-os e, posteriormente, lança fogo sobre eles. Em seguida, ele se dirige aos sobrinhos, e também sua esposa Megara. Assim que o furor se vai, e recobra a consciência, depara-se com o *akúsios phónos*¹⁷. No intuito de buscar uma forma de reparar o seu terrível ato, mesmo que soubesse que não havia sido em sua consciência, Héracles procura o oráculo de Delfos e, diante de sua sacerdotisa, Pítia, é incumbido de cumprir os serviços de Euristeu, primo do herói, que ficaram conhecidos como os doze trabalhos¹⁸. Após cumprir os doze trabalhos, Héracles adquire status de imortal.

¹⁵ A *Lýssa* também se refere ao furor guerreiro, desencadeador, quase sempre, de excessos e, conseqüentemente, da *Hýbris*. (BRITO, 2008, p. 4)

¹⁶ Refere-se a um estado de demência, alucinação, de louco furor. (*Ibidem*, p.4)

¹⁷ *Akúsios phónos* significa "morticínio involuntário". (*Ibidem*, p.4)

¹⁸ Os doze trabalhos foram, respectivamente; **Primeiro trabalho**: matar o leão de Neméia. A partir de então, Hércules passou a usar a pele resistente do leão como armadura. **Segundo trabalho**: matar a Hidra de Lerna, uma serpente com sete cabeças venenosas. Hércules queimou todas as cabeças do animal, menos uma, que era imortal. Essa foi enterrada por baixo de uma pedra. Após matar a Hidra, Hércules mergulhou suas flechas no veneno da Hidra, tornando-as venenosas. **Terceiro trabalho**: a captura do javali de Erimanto. **Quarto trabalho**: capturar a corsa de Cerinéia, que tinha os cascos de bronze e os chifres de ouro. **Quinto trabalho**: expulsar as aves do lago Estinfale, na Arcádia. **Sexto trabalho**: limpar os estábulos do rei Augias, da Élide, em um só dia. Os estábulos estavam muito sujos, mas Hércules desviou o curso de dois rios para passarem por dentro deles e realizou o trabalho. **Sétimo trabalho**: capturar o touro selvagem de Minos, rei dos cretenses. **Oitavo trabalho**: capturar os cavalos devoradores de homens do rei Diomedes da Trácia. Hércules matou Diomedes e deu sua carne aos cavalos. **Nono trabalho**: obter o cinto de Hipólita, rainha das Amazonas, as

Todavia, um dos casos de maior constatação do quão limítrofe era a aproximação do herói com os deuses, sem dúvida foi o de Belerofonte. Filho de Poseidon, Belerofonte, após finalizar vários feitos heroicos, embebedou-se de tal orgulho, que se achou poderoso o suficiente ponto ir até o Olimpo para desafiar os deuses. Montado em Pégaso, partiu em direção ao monte Olimpo. Diante de tamanha afronta, Zeus o fulminou com raios¹⁹. Ao afrontar os deuses, o herói ultrapassou o *métron*²⁰ e, com isso, teve que ser castigado.

Aqui, atentamos para o fato de que a natureza dualista do herói grego, descrita nos textos homéricos, bem como nos de tantos outros autores clássicos, serve como um perfeito exemplar do que Freud vai assinalar em sua teoria psicanalítica como sendo um conflito da ordem essencial do ser humano, ou seja, quando ele se confronta com exigências contrárias na constituição de sua subjetividade, como apontam Laplanche e Pontalis (2001):

A Psicanálise considera o conflito como constitutivo do ser humano, e isto em diversas perspectivas: conflito entre desejo e defesa, conflito entre diferentes sistemas e instâncias, conflito entre as pulsões, e por fim, o conflito edipiano, onde não apenas se defrontam desejos contrários, mas onde estes enfrentam interdições. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 131)

Esse conflito constituinte do ser humano vai se caracterizar, assim como vemos nos mitos acima descritos, pela vivência, quase sempre, conflitante, entre as forças contrárias que nos habitam.

Dessa forma, deixamos claro que é imprescindível ressaltarmos que esse aspecto trágico, até mesmo dubio e contraditório a que o herói grego estava vital e fatalmente ligado, é revelado de diversas maneiras no mito, fazendo com que, consciente (por consequência de um fato) ou inconscientemente (por intermédio divino) venha a transgredir os limites do homem e dos deuses. Neste caso, a *hýbris* claramente possui uma dualidade: o herói, mesmo sendo um transgressor, assassino, criminoso, não deixa de possuir sua potência divina, que o faz superior aos demais homens. E por tal característica, torna-se propenso a reparar e

mulheres guerreiras. **Décimo trabalho:** ir buscar o gado do monstro Gerião, que vivia além das colunas de Hércules (Estreito de Gibraltar). **Décimo primeiro trabalho:** levar as maçãs de ouro do jardim das Hespérides para Euristeu. **Décimo segundo trabalho:** capturar Cérbero, o cão de três cabeças que guardava os infernos, e mostrá-lo a Euristeu. (GRENIER, 2003, *passim*)

¹⁹ Algumas versões dão conta de que Pégaso o derrubou antes de conseguir alcançar o monte Olimpo, e que viveu seus últimos anos aleijado pela queda e errante. (GREENE; SHARMAN- BURKE, 2001, p. 40)

²⁰ *Metron*, ou *métron*, na mitologia grega, significa a linha invisível que separa o humano do divino. Um novo modo de agir que insere o homem numa condição em que ele perceberia as fronteiras da ação através da razão livre. Ou seja, ele tem conhecimento do seu fim (Télos). O agir humano deve, portanto, ter o seu próprio Télos. O fim do homem aconteceria quando entendesse o seu próprio arcabouço ontológico. Se o homem conhece a si mesmo como um ser que — e ele sabe disso — aprende a conhecer a origem, o seu Arché, assim como ele aprende a conhecer o seu fim, o seu Télos, até onde ele deve ir. (LEITE, 2001, p. 24)

cometer novos atos desmedidos. Ou seja, a *hýbris* é algo que se funde, tragicamente, com o caráter natural do herói, fazendo viver em um eterno embate entre sua virtude heroica, que traz benefícios para a sua nação, e sua potência divina, capaz de cometer excessos que afrontam e ameaçam até os deuses.

Em termos gerais, a *hýbris* delimita o processo de desvio da conduta do herói, da transgressão de seus limites — *métron* — enquanto mortal, desencadeando uma tênue, perigosa, inevitável e trágica aproximação entre homem e deus, ou seja, entre o lugar dos homens e o lugar das leis que o regem, o que se configura como um desafio ao sujeito perverso, pois este desconsidera a existência destas, ou seja, das leis, do limite e, consequentemente, dos possíveis castigos.

Nesse quesito, assim como ocorre nas configurações das instituições sociais de nosso tempo, onde a sociedade elege mecanismos próprios de monitoramento e punição para os perversos, para os transgressores das leis sociais, a sociedade greco-romana também tinha nos deuses os instituidores dos castigos para quem ultrapassasse o limite instituído pelas divindades, pois eles agiam, também, como entidades disciplinadoras. Além das punições que cada divindade estabelecia a seu querer, existiam deuses específicos associados à ordem civilizatória, tais como as Erínias²¹, também conhecidas como Fúrias e, posteriormente, como Eumênides, “que puniam, com tormentos secretos, os crimes daqueles que escapavam ou zombavam da justiça pública” (COMMELIN, 2011, p. 15), bem como a deusa Têmis (a Justiça), costumeiramente representada com uma balança (onde pesa as alegações das partes adversárias, indicando que, para ela, não existe diferença entre os homens quando se trata de julgar os erros e os acertos que cometem), uma espada (símbolo de autoridade para os romanos) ou as tábuas da lei (introduzida posteriormente pelos romanos para simbolizar que ela operava a lei romana) e os olhos vedados (indicador da imparcialidade e de igualdade em seu julgamento, tendo em vista que ela, a justiça, deve olhar igualmente para todos, sem distinções nem discriminações)²². Uma das versões do mito de Têmis adverte que ela é mãe, dentre outros, as três Moiras (conhecidas pelos romanos como Parcas), Cioto, Láquesis e Átropos, que eram as responsáveis por fiar o destino dos homens em sua roca. (HACQUARD, 1996, p.275)

²¹ “Divindades nascidas das gotas de sangue caídas depois da castração de Urano, descritas como aladas e com os cabelos trançados com serpentes (Hes. Theog. 156-90). Perseguiam os culpáveis de delitos, em particular os de homicídios familiares (Aesch. Eum., passim)”. (DEMGOL, 2013, p. 96)

²² Segundo nossas pesquisas, a venda nos olhos foi um item acrescentado posteriormente, pois a versão grega do mito representa Têmis com olhos abertos, sem a venda, demonstrando sua atenção aos fatos que irá julgar.

1.1.1. Da (homo)sexualidade regulada

Figura 1: Caricatura representativa do deus Priapus, encontrada em Pompéia, entre 89 a.C e 79 d.C, Museu Arqueológico Nacional de Nápoles.



Disponível em:

https://en.wikipedia.org/wiki/Priapus#/media/File:Pompeya_er%C3%B3tica5.jpg. Acesso em 27 de novembro de 2015.

A mitologia greco-romana não serviu apenas como uma expressão artística ou uma forma de elucidação divina e primitiva da origem para os gregos. A descrição dos mitos, tanto por meio da oralidade, como foi transmitida pelos *aedos*²³ e, mais tardiamente, pelos *rapsodos*²⁴, como pela escrita, gravuras, estátuas, revela-nos o quanto esse tema contingencia uma série de outros elementos inerentes à constituição do homem grego, bem como o homem romano, no que se refere à estruturação da sociedade.

Algumas divindades relativas à sexualidade, como o deus Priapus²⁵ personificação do falo²⁶ (pênis), era, por

exemplo, cultuado como símbolo da fertilidade e da abundância pelos gregos, que mandavam esculpi-lo em diversos tamanhos, como símbolo de sua devoção, e não tinha, ligado a isso, qualquer conotação obscena.

Devido à característica dessa divindade, o símbolo fálico tinha "o poder de afugentar o mau olhar". A *posteriori*, com a dominação romana, Priapus passou a ser denominado pelo termo latino Fascinum. Ao ser apropriado e cultuado pelos romanos, Fascinun ainda

²³ A palavra *aíodos* literalmente significa cantor. O *aedo* executa sua performance nas festividades e banquetes acompanhado do phorminx, um instrumento musical de corda também chamado de lira ou cítara – os três termos aparecem nas epopeias. (GABRECHT, 2011, p. 83)

²⁴ A noção de *rapsodo* nos chega sob certa discussão em torno do seu real significado. Mesmo assim, o termo rapsódia encontra-se ligado aos poemas gregos ou seus fragmentos, enquanto são cantados pelos ditos rapsodos. (NASCIMENTO, 1997, p. 200)

²⁵ “Divindade cuja principal característica é o enorme falo: mais que deus fálico, Priapo é o próprio falo divinizado, é o deus-falo” (NETO, 2005, p. 63)

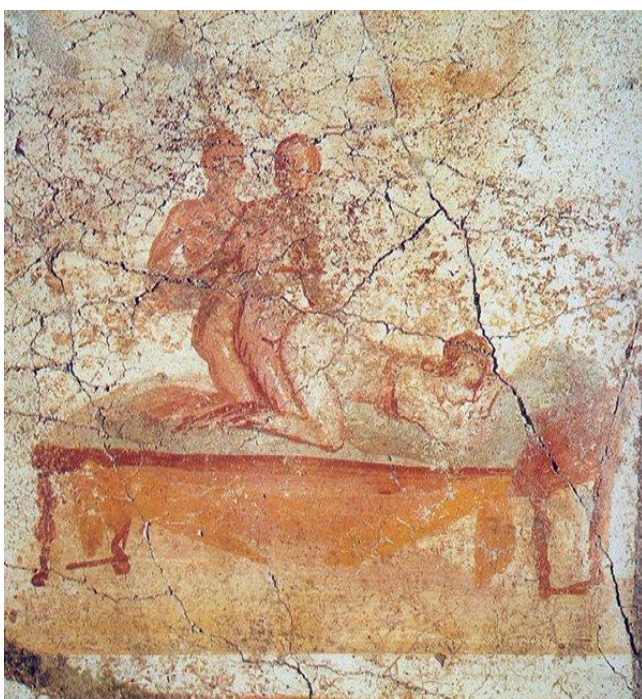
²⁶ “Diversas palavras são empregadas para designar o órgão masculino. Se a palavra pênis fica reservada ao membro real, a palavra falo, derivada do latim, designa esse órgão mais no sentido simbólico, ao passo que denominamos de *itifálico* (do grego *ithus*, reto) o culto do falo como símbolo do órgão masculino em ereção. Investidos de suprema potência, tanto na celebração dos antigos mistérios quanto em diversas religiões pagãs ou orientais, os deuses *itifálicos* e o falo foram rejeitados pela religião monoteísta, que considerava que eles remetiam a um período bárbaro da humanidade, caracterizado por práticas orgíacas” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 221).

permaneceu sendo um símbolo contra o mau olhar. Uma prova de tal fato pode ser observada nos achados arqueológicos da cidade de Pompeia.

Constatações conservadoras, que veem as práticas sexuais de Pompeia como exemplares da depravação daquele povo, são, em grande parte, fundamentadas em uma prática judaico-cristã que não serve para nomear ou definir práticas de outros povos, como nos diz, coerentemente, López (1994):

É fundamental considerar a existência de sociedades nas quais os papéis sociais não correspondam, em sua atribuição sexual, aos modelos de domínio ou submissão com os quais se identificam em tempos modernos e, inclusive, em sociedades definidas claramente como patriarcais podem existir perfis não tão definidos em sua atribuição como imaginamos desde nossa perspectiva atual. (LÓPEZ, 1994, p. 44, apud FEITOSA, 2008 p.128)

Figura 2: Afresco de uma relação sexual entre dois homens e uma mulher, encontrado em termas de Pompeia.



Disponível em:

http://obviousmag.org/archives/uploads/2013/07/02_Afresco_de_uma_relacao_sexual_entre_dois_homens_e_uma_mulher_encontrada_em_termas_em_Pompeia_02.jpg. Acesso em 25 de novembro de 2015.

Mesmo que a expressão sexualidade venha a ser empregada apenas a partir do século XIX, o que a fez não ter valor epistemológico para civilizações anteriores, sua utilização faz-se apropriada ao passo que a utilizamos para ponderar sobre como os valores culturais interferem na constituição das práticas pessoais e/ou coletivas de um indivíduo, ou de um povo, em relação ao(s) seu(s) próprio(s) corpo(s). Tendo em vista que a análise da sexualidade incorpora a historicidade do corpo, e, a partir dela, se delimitam definições a respeito do que é erógeno, dos preceitos estabelecidos em relação às práticas sexuais e das evidências dos variados sentidos estabelecidos de acordo com os valores socialmente constituídos em

grupos, tempos e espaços históricos estabelecidos (FEITOSA, 2005, p. 128), podemos constatar que a sociedade de Pompeia tinha suas práticas constituídas por meio de suas próprias subjetividades, de sua cultura e prescrições.

Nesse contexto, no tocante à sexualidade, o ato sexual era, diferente de nosso tempo, algo atrelado às forças divinas e sua prática era considerada como uma forma de adoração aos deuses.

A própria questão das homossexualidades, que devemos salientar como sendo uma matéria de teor diacrônico em relação a esse tempo, tendo em vista que a discussão sobre seus conceitos advém da modernidade. Entre os gregos e romanos pagãos era vista como prática comum e livre de qualquer conotação transgressora. As relações afetivas e sexuais entre homens eram reguladas de modo que até os próprios deuses e figuras míticas possuíam tais afetos, que foram, inclusive, cantados em inúmeras narrativas. Vecchiatti (2008), em seu *Manual da Homoafetividade*, esclarece-nos que relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo eram aceitas não apenas na Grécia e em Roma, mas em outras nações, sendo que estas duas possuem uma literatura fecunda sobre o assunto. Todavia, alerta que, assim como afirmamos acima, tais práticas eram reguladas de modo específico em cada nação.

Enquanto os gregos cortejavam jovens meninos, a fim de que estes passassem a venerá-los como heróis e modelos de homem a ser seguido, os romanos só toleravam a relação entre senhores e escravos, sendo proibida a relação entre homens livres, mesmo que, em ambos os casos, houvesse relações sexuais entre eles (VECCHIATTI, 2008, p.45). Ou seja, enquanto na Grécia a relação homossexual funcionava como uma espécie de pederastia educativa, formadora, onde as relações geralmente ocorriam entre um homem antes de adquirir a idade do casamento e um garoto mais jovem, porém, ambos livres; em Roma, tal relacionamento se constituía tipicamente de forma apenas física entre um cidadão adulto e livre e seu jovem escravo.



Disponível em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/55/Kiss_Briseis_Painter_Louvre_G278_full.jpg .

Acesso em 25 de novembro de 2015.

Todavia, sabe-se que a diversidade das homossexualidades no período clássico não se resumia unicamente a este padrão, sendo errôneo o estabelecimento, assim como em qualquer época, de uma sexualidade livre de desvios de padrão e incompatível com as regulamentações estabelecidas.

Um registro de Suetônio (70-130 d.C.), referindo-se ao general romano Galba²⁷, revela-nos a preferência do já idoso comandante militar por homens já maduros:

Quanto aos seus desejos sexuais, ele estava mais inclinado para os homens, e entre os homens apenas os muito fortes e experientes. Dizem que quando Icelus, um de seus parceiros de longa data, anunciou a morte de Nero, ele não só o recebeu em público com beijos intensos, como também pediu para ser depilado imediatamente e em seguida o levou a um lugar privado. (SUETÔNIO apud FERNANDES, 2014, p. 7)

A literatura da época nos apresenta algumas contribuições importantes acerca dessa matéria. Pinheiro (2011), por exemplo, nos dá a dimensão do amor que o herói Aquiles nutria pelo jovem Pátroclo, ao afirmar que “foi necessária a consequência mais funesta de sua decisão trágica para fazê-lo retornar à guerra e, decididamente, morrer jovem: a morte, intransigente e inegociável, portanto trágica, de seu amado Pátroclo.” (p.7). Todavia, nenhuma descrição teórica acerca do afeto entre os dois heróis é tão patente como a que está registrada no Canto XVIII da *Ilíada*²⁸.

Figura 4: Vaso de ritual etrusco do século IV a.C. com representação de Hércules e Iolau, com Eros entre eles.



Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Iolau#/media/File:Hercules, Iolaus and Eros - Cista Ficoroni foot.jpg>

Acesso em 25 de novembro de 2015.

Notemos que o laço afetivo que unia Aquiles e Pátroclo era de tão grande escala que a morte de um desencadeou a funesta morte do outro, algo que a literatura, como a conhecemos desde o cristianismo, quase que unicamente proclama a morte em nome do amor apenas numa visão que nomeamos hoje como heteronormativa, como é o fato de, por exemplo, *Romeu e Julieta*, o que nos dá uma dimensão do estatuto regulador de cada civilização a seu tempo.

Outro herói grego, Hércules, também é uma figura que contempla esse aspecto afetivo. Iolau²⁹, além de sobrinho do semideus, também era seu ajudante e

²⁷ Plutarco (46 d.C. – 120 d.C.), famoso historiador e filósofo grego, nos diz que Galba foi governador da Hispânia Tarraconense nos últimos oito anos de Nero, sendo proclamado imperador de Roma no ano de 68 d.C. (2012, p. 7).

²⁸ C.f. (HOMERO, 2009).

²⁹ Filho de Íficles e de Automedusa; acompanhou seu tio Hércules durante os trabalhos e deu nome a numerosos povos situados na Sardenha (Apollod. Bibl. 2, 4, 11; 5, 2; 6, 1). (DEMGOL, 2013, p. 153).

eromenos³⁰. Prova do laço afetivo dos dois pode ser vista em obras artísticas, como, por exemplo, a presente na figura acima; nela, vemos Hércules, Iolau e o deus Eros entre eles. Como já mencionado neste texto, Eros é a divindade representante do amor. Dessa forma, fica evidente que o amor também era próprio e presente na relação entre seres do mesmo sexo na mitologia grega, e como a literatura é reflexo de seu tempo, e não de qualquer um outro, seja passado ou futuro, podemos constatar que tal afeto era marca presente da sociedade daquele tempo.

Plutarco (apud CORINO, 2006), ao discorrer sobre o assunto, afirmou que “o verdadeiro amor não tem lugar no Gineceu³¹; e eu afirmo que não é amor o que vocês sentem pelas mulheres ou pelas moças. Seria tão absurdo como chamar de amor o que as moscas sentem pelo leite, as abelhas pelo mel e os cozinheiros pelas carnes e iguarias que preparam (p. 20).”

O relacionamento afetivo e sexual entre dois homens era uma prática comum que estava atrelada à vida dos jovens gregos. Em Esparta, sociedade guerreira por excelência, os relacionamentos entre homens eram parte constitutiva da preparação militar. O Pelotão Sagrado de Tebas, que ficava na cidade-colônia espartana de Tebas, era uma tropa de elite formada unicamente por casais de homens. “Eram extremamente ferozes, pois lutavam com muita bravura para que nada acontecesse a seus parceiros. Em campo de batalha eram quase imbatíveis. Assim, podemos ver que a homossexualidade dos espartanos em nada influenciava sua condição de homens e guerreiros (CORINO, 2006, pp. 20-21).”

Os “deuses masculinos”, entidades que não permitiam aos homens qualquer tentativa dos homens de ultrapassar o *métron*, a medida, pois os homens deveriam saber que o lugar deles, inferior aos dos deuses, lhes eram símiles no que se refere ao afeto por homens belos e jovens. Alguns casos conhecidos são os de Apolo³² e Jacinto³³, que é referido em poemas de nosso tempo, como o *HYACINTHOS (II)*, da escritora Dora Ferreira da Silva³⁴ (2004):

³⁰ Relação homossexual básica e aceita pela sociedade ateniense se dava no relacionamento amoroso de um homem mais velho, o erastes (amante), por um jovem a quem chamavam eromenos (amado), que deveria ter mais de 12 anos e menos de 18. Esse relacionamento era chamado paiderastia (amor a meninos), ou, como pode ser melhor compreendido, homoerotismo, e tinha como finalidade a transmissão de conhecimento do erastes ao eromenos. O que para nós pode parecer anormal, para os gregos era o paradigma da educação masculina, a paideia (educação) que somente se realizava pela paiderastia. (SUTIL, 2011, p. 2)

³¹ O Gineceu, segundo Tôrres (2001), é o aposento destinado às mulheres na Grécia Antiga.

³² Deus filho de Zeus e Leto e irmão de Ártemis, nascido na ilha de Delos (Hymn. hom. ad Ap.). (DEMGOL, 2013, p. 26).

³³ Segundo Chantraine (DELG), a forma original deste nome é ἵακινθος, transcrita em jônico Ὑάκινθος; provavelmente se trata de um empréstimo de uma língua egeia, paralelo ao latim uaccinium, “mirto” (cf. Ernout-Meillet, DELL, s. v. uaccinium). São, contudo, inaceitáveis as etimologias pelasgas propostas por Hester (“Lingua” 13, 1965, p. 366-67) de derivação da raiz *ueg- (cf. ὑγρός, “úmido”, hipótese levada em

Foi Zéfiro³⁵ ou Bóreas, o pérfido,
 que o disco desviou de seu percurso
 quando no arremesso o belo Apolo te fitava?
 Tão radiosa tua beleza, que a própria Beleza
 a desejou, como se em si não a tivesse.
 Foi Zéfiro ou Bóreas a desferir o golpe mortal
 na clara manhã em que o ciúme o cegava?

Em lágrimas Apolo se lamenta. Empalideces,
 e a nova flor, inicial rubra de teu nome,
 abre as pétalas. (SILVA, 2004, p. 41)

A mitologia nos diz que Jacinto era um jovem de imensa beleza; de tão proporção que fez com que o deus Apolo se encantasse por ele. O encantamento pelo jovem era tanto que o deus “acompanhava-o em suas atividades físicas, carregava as redes quando este ia pescar, conduzia os cães quando ele ia caçar, seguia-o em suas excursões nas montanhas, e por causa dele negligenciava a sua lira e suas flechas”, como nos orienta Bulfinch (2002, p. 83). Todavia, a paixão dos deuses pelos homens era, quase sempre, de uma dimensão tão trágica, que os jovens que despertavam tais paixões acabavam por ter um destino funesto; e foi esse o destino de Jacinto.

Tomado por um sentimento de dor

Figura 5: Merry - Joseph Blondel, A morte de Jacinto (The Death of Hyacinthus), 1810, óleo sobre tela, 175 x 120 cm, Musée Sainte - Croix.



Disponível em:

<http://www.mundos-fantasticos.com/mitologia/grega/alguns-mitos/apolo-e-jacinto/>

Acesso em 25 de novembro de 2015.

conta também por Carnoy, DEMGR), ou mesmo de *suek-, "doce, agradável", ou de *suo-gentos, "criado por si mesmo". (DEMGOL, 2013, p. 155).

³⁴ Dora Ferreira da Silva foi uma premiada poetisa e tradutora brasileira, autora, entre outras, de *Andanças* (1970), *Uma via de ver as coisas* (1973), *Menina seu mundo* (1976), *Jardins (esconderijos)*, (1979), *Talhamar* (1982), *Retratos da origem* (1988), *Poemas da estrangeira* (1996), *Poesia reunida* (1999), *Cartografia do imaginário* (2003), *Hídrias* (Odysseus, 2004). Após sua morte, foram lançados ainda: *O leque* (2007), *Appassionata* (2008) e *Transpoemas* (2009).

³⁵ Um dos três principais ventos (cf. Hesiod. Theog. 378-380 e Schol. ad loc., = Acusil. Fr. 15 Fowler), aos quais se acrescenta Euro (vento do sudoeste; Hom. Il. 2, 145-147; 16, 765). Filho de Astreu e de Éos, irmão de Bóreas e de Noto (Hesiod. loc. cit.). Com a harpia Podarge engendra os dois cavalos divinos de Aquiles, Bálio e Xanto (Hom. Il. 19, 400). Já nos poemas homéricos (passim) é a personificação do vento do oeste, frequentemente violento. Não tem uma mitologia particular. Esse nome está presente em micênico, cf. ze-pu2-ro, PY Ea 56, etc. A etimologia está relacionada com ζόφος, "obscuridade", "ocidente" (Buttmann, Lexilogus 114 a, cf. Frisk Gr. Et. Wört s. v.), e esse é o ponto cardeal de onde procede o vento. Significa portanto "vento do oeste". (DEMGOL, 2013, p. 266).

profunda, Apolo fez correr sobre uma erva o sangue de Jacinto. Da erva, nasceu uma flor cuja cor roxa era de uma beleza incomparável. Àquela flor, Apolo nomeou com o nome de Jacinto. Mas não satisfeito com a homenagem, e “Para conferir-lhe ainda maior honra, deixou seu pesar marcado nas pétalas, e nelas escreveu "Ai! Ai!", como até hoje se vê. A flor tem o nome de Jacinto e sempre que a primavera volta, revive a memória do jovem e lembra o seu destino (BULFINCH, 2002, p. 83-84).”

Além da homenagem por meio da flor, o deus Febo³⁶ jurou-lhe cantar à sua memória:

— Morreste, Jacinto — exclamou Apolo —, roubado por mim de tua juventude. O sofrimento é teu, e meu o crime. Pudessemos eu morrer por ti! Como, porém, isto é impossível, viverás comigo, na memória e no canto. Minha lira há de celebrar-te, meu canto contará teu destino [...] ³⁷

O próprio Zeus, rei dos deuses olímpicos, foi um dos maiores símbolos de como os deuses eram “vulneráveis” à beleza humana. Um dos mitos mais conhecidos a respeito das paixões divinas por jovens gregos é o rapto de Ganimedes³⁸.

1.1.2. O incesto e o parricídio

Embora o incesto tenha se estabelecido como uma prática comum aos deuses primordiais³⁹ e olímpicos na antiguidade clássica, dando origem a várias outras divindades, entre os humanos o incesto era tido como algo temeroso, e sua prática ocasionava castigos severos.

Freud, ao formular sua teoria psicanalítica, vai nos alertar que o incesto com a mãe e o parricídio eram as duas práticas mais condenáveis das civilizações antigas, bem como das primitivas, as quais se tornaram crimes hereditários do psiquismo humano regido pelo Complexo de Édipo, ou seja, os sucessores carregariam a culpa dos predecessores que cometeram tais crimes (FREUD, 1913/1969).

Freud, ao postular que o parricídio e o incesto possuíam tamanho grau delituoso, vai buscar no mito do rei Édipo as bases para fundamentar-se, bem como metaforizar aquela que

³⁶ Epíteto de Apolo (brilhante, luminoso).

³⁷ *Ibidem*, p.83.

³⁸ “Troiano descendente de Dárdano; foi raptado por Zeus e levado ao Olimpo para servir de escanção (Hom. Il. 5, 265 ss.; 20, 232 ss.)” (DEMGOL, 2013, p. 124).

³⁹ Ver HESÍODO. **Teogonia**: A Origem dos Deuses. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1991.

seria a sua mais importante contribuição à teoria psicanalítica: o Complexo de Édipo. Freud escolhe o mito de Édipo-Rei pelo fato de este apresentar tanto o incesto como o parricídio em uma mesma obra, bem como esboçar, de maneira mimética, as práticas incestuosas e a culpabilidade que viriam a se tornar capitais para sua teoria edípica.

No mito de Édipo, Jocasta, a esposa do rei de Tebas, Laio, é informada pelo oráculo de Delfos de que o filho que estava esperando estaria destinado a matar o pai e casar-se com a mãe. Laio, ao saber da notícia, ordenou que um de seus servos desse fim à vida do bebê, logo que nascesse. Todavia, o servo, no momento em que se preparava para matar a criança, compadeceu-se dela, abandonando o jovem Édipo no campo, para que este fosse, quem sabe salvo por alguém. Édipo foi achado com os pés amarrados (por isso o seu nome significa “o de pés amarrados”) e criado por pastores de Corinto. Mais tarde, o pequeno Édipo é adotado por Políbio e Peribeia, reis de Corinto. Contudo, ao buscar o oráculo de Delfos, anos depois, para saber sua origem, o jovem foi informado de uma trágica profecia: seu destino seria matar o pai e desposar sua própria mãe. Pensando ser filho dos reis de Corinto, o jovem se afasta da casa dos pais adotivos e parte para Tebas, lar de seus verdadeiros pais.

Ao chegar a uma encruzilhada próxima a Tebas, Édipo entra em confronto com um

Figura 6: *Édipo e a esfinge (Oedipus et Sphinx)*, 1808, pintura de Jean Auguste Dominique Ingres; Paris, França.



Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89dipo_Rei#/media/File:IngresOedipusAndSphinx.jpg
Acesso em 25 de novembro de 2015.

velho senhor, e acaba matando-o e quase a toda a comitiva que o acompanhava, salvando-se apenas um homem. O senhor de idade era Laio, seu verdadeiro pai. Ao chegar à cidade, o jovem enfrenta a temida Esfinge, um monstro metade mulher e metade leão, que devorava os estrangeiros que não conseguissem desvendar o enigma que propunha, que era: *Qual é o animal que tem quatro pés de manhã, dois ao meio-dia e três à tarde?*. Édipo respondeu: “É o homem”, pois na infância engatinha, depois anda e, quando velho, usa a bengala. Desvendado o enigma, Édipo vence a fera e é recebido como herói em Tebas. Por ter salvo a cidade da temida Esfinge, e por a cidade estar sem rei, Creonte – irmão da rainha e até então regente de Tebas – oferece a mão da bela viúva Jocasta em casamento. Édipo,

então, casa-se com a rainha tebana, sem saber que era sua própria mãe, e tem com ela quatro filhos.

Após o casamento, Édipo governa Tebas com tranquilidade por vários anos, até que, a cidade é acometida por uma epidemia que mata homens e animais. Pressionada a resolver o problema que devastava sua cidade, Édipo pede a Creonte que vá ao Oráculo de Delfos para esclarecer o motivo da peste que assolava seu reino. A resposta foi que a epidemia não teria fim enquanto o assassino do rei Laio ficasse impune. Édipo, sabendo da resposta, ordena que se investigue o paradeiro do assassino do antigo rei. O adivinho Tirésias, chamado para ajudar na investigação, diz que o culpado pela morte do rei está mais próximo do que se imagina. Ao ouvir as palavras do cego vidente, Édipo lembra a terrível profecia que o oráculo de Apolo havia lhe vaticinado antes de fugir de Corinto. No mesmo instante, chega ao palácio um mensageiro de Corinto, que anuncia a morte de Pólibo, o que acaba por fazer Édipo confirmar seus tristes pensamentos. Aparece, também, o homem que estava na comitiva de que Laio fazia parte no dia em que foi morto por Édipo, e que escapou do destino dos demais que compunham a comitiva. Esse homem era o servo que abandonou o bebê Édipo no monte Citerão. Diante da terrível revelação, Édipo se encontra com a concretização do seu destino: ter matado o pai e desposado a sua própria mãe.

Jocasta, ao saber da verdade, comete suicídio. Édipo, por sua vez, fura os olhos e, guiado por sua filha, Antígona, torna-se andarilho.

O mito do rei Édipo serviu com primazia para a metaforização dos postulados freudianos acerca do complexo que receberia o nome do mito. E este mito se fez importante porque, assim como vemos nos escritos do fundador da psicanálise clássica, além do desejo incestuoso, que se concretiza na obra, e que ocorre de forma inconsciente, também podemos observar o desejo de morte do pai, como ocorre nos meninos. Não obstante, o castigo a que Édipo se submete pode ser entendido como uma forma de autopunição pelo desejo parricida pelo pai, bem como o incestuoso para com a mãe, assim como observamos no temor à castração. Outros fatos que

Figura 7: *Édipo e Antígona* gravura de Aleksander Kokular, confeccionada entre 1825 e 1828.



Disponível em:

https://pt.wikisource.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_Mitologia/XXIII#/media/File:Kokular_Oedipus_and_Antigone.jpg. Acesso em 25 de novembro de 2015.

podem ser observamos, com primazia, na obra de Sófocles, servem ainda mais para reforçar o que propunha Freud ao recorrer ao mito: sabe-se que, depois que Édipo furou os próprios olhos, permaneceu em Tebas por algum tempo, enquanto presenciava a luta de seus filhos por seu lugar no trono tebano, ou seja, a luta dos filhos para assumir o lugar do pai. Frente a essas certezas, trazidas da observação das organizações e regulamentações familiares anteriores àquela de seu tempo, que Freud vai estabelecer uma das metáforas fundamentais da teoria psicanalítica: o sujeito se constitui com base na morte da figura paterna.

Não podemos deixar de nos referir ao mito de Electra que, para Freud, seria a consequência feminina do Complexo de Édipo. Assim como no anterior, o mito de Electra traz consigo os temas do incesto e morte de ente familiar. Todavia, os mitos se diferenciam no âmbito da intencionalidade. Embora ambos tratassem da rivalidade entre filhos e os genitores do sexo oposto, Édipo matou seu pai sem ter a intenção de o fazer, enquanto, no caso de Electra, esta planejava a morte da mãe durante anos, até que, por fim, consumou o seu intuito: o matricídio.

Electra faz parte da famigerada casa dos Atridas, conhecida por ser maldita entre os homens, e amaldiçoada pelos deuses, pois suas gerações são constituídas de parricidas⁴⁰, como podemos observar nas palavras de Soares (2004), ao afirmar que:

Os motivos do delito endógeno, do scelus praticado na consanguinidade e repetido no âmbito de uma mesma estirpe, da culpa hereditária, transmitida de geração em geração [...] Das trinta e duas tragédias gregas conservadas recorrem a este mito as peças que integram a Oresteia de Ésquilo (Agamémnon, Coéforas, Euménides), a Electra de Sófocles e quatro tragédias de Eurípides (Electra, Ifigénia Táurica, Orestes e Ifigénia Aulidense). (SOARES, 2004, p. 51)

Ademais, podemos, ainda, lançar mão do mito de Fedra⁴¹ para ponderar acerca do quão destrutivo e ilícito era o desejo incestuoso entre os mortais na antiguidade clássica.

Em idade avançada, Teseu casa-se com sua cunhada mais nova, Fedra, que, por sua vez, enquanto o herói participava da expedição dos Argonautas, acaba por se apaixonar por seu enteado, Hipólito. O jovem, casto e devoto de Diana⁴², a deusa da caça para os romanos, não se submeteu aos desejos da madrasta. Diante do desprezo de Hipólito, encolerizada por um desejo de vingança, Fedra escreve uma carta a Teseu, acusando o enteado de assédio.

⁴⁰ Para melhor entendimento, consultar o artigo *O Drama dos Atridas: A tragédia Thyestes de Séneca*, escrito por Soares (2004), que está disponível em: <http://www2.dlc.ua.pt/classicos/Thyestes.pdf>.

⁴¹ C.f. SÊNECA. Fedra. In: **Hipólito e Fedra**. Tradução de Joaquim Brasil Fonte. São Paulo: Iluminuras, 2007.

⁴² A correspondente grega de Diana era Ártemis.

Teseu, enfurecido, não acreditando nas palavras de seu filho, que jura inocência, executa-o. Fedra, ao perceber o que havia feito, comete suicídio.

Ao fim desta subseção, onde buscamos estabelecer um ponto de partida para evidenciação da perversão na civilização humana, não poderíamos deixar de nomear outra sociedade que não a greco-romana — não negando a existência dessa instância do desenvolvimento psíquico em outras épocas e/ou civilizações que a antecederam —, dada a sua influência clássica na construção da sociedade ocidental, bem como pelo fato de sua mitologia ter sido escolhida por Freud e outros psicanalistas, tais como Jung, para metaforizar seus postulados mais proeminentes. Armstrong (2005), ao salientar a importância do mito na mediação dos conflitos da subjetividade humana, auxiliando o sujeito na busca de uma maneira de lidar com os conflitos mais particulares, minuta que:

No mundo pré-moderno, a mitologia era indispensável. Ela ajudava as pessoas a encontrar sentido em suas vidas, além de revelar regiões da mente humana que de outro modo permaneceriam inacessíveis. Era uma forma inicial de psicologia. As histórias de deuses e heróis que descem às profundezas da terra, lutando contra monstros e atravessando labirintos, trouxeram à luz os mecanismos misteriosos da psique, mostrando às pessoas como lidar com as crises íntimas. Quando Freud e Jung iniciaram a moderna investigação da alma, voltaram-se instintivamente para a mitologia clássica para explicar suas teorias, dando uma nova interpretação aos velhos mitos.” (ARMSTRONG, 2005, p.15)

A partir do que nos expõe Armstrong (2005), sedimenta-se em nossa mente a certeza de que o mito era de fundamental importância para o homem antigo, pois era dele, do mito, que este conseguia dar sentido aos não-ditos, a tudo aquilo que lhe fugia, ou não, a capacidade de compreensão, ou seja, o mito servia-lhe como instrumento simbólico para sustentá-lo diante do mundo e de suas incertezas interiores e exteriores, capacidade essa que o ser humano pós-moderno, aparentemente, vem perdendo com o passar das Eras.

Ao adentrarmos, diacronicamente, o medievo, veremos que, apesar do afastamento dos princípios religiosos que regeram as duas eras, tornar-se-á claro que a *hýbris*, enquanto abarcadora da significação da *injúria*, *insulto*, *blasfêmia*, *ofensa* dos homens em relação aos deuses, permanecerá intrínseca, no que tange a sua essência transgressora, no que a Igreja Católica convencionou chamar de heresia. Já a relação afetiva, amorosa e sexual entre seres do mesmo sexo, práticas até então desprovidas de qualquer punição social, passarão a ser, para o ocidente, atitudes totalmente imorais e pecaminosas, pois serão qualificadas, por

definição, como *abominações*⁴³; estigma que permanecerá profundamente enraizado na constituição das civilizações ocidentais, e que perduram até nossos dias, mais de mil anos depois.

1.2. A PERVERSÃO NOS TEMPOS DA “TEOLOGIA DO MEDO”

As perversões sempre foram e ainda são um dos temas mais sabidamente difíceis de se discutir, seja nos restritos ambientes da academia, seja no ambiente clínico, ou mesmo em seu ambiente de manutenção e proliferação — a cultura. Toda essa dificuldade existe, sobretudo, pela clara associação depreciativa que recai sobre o termo, que carrega sobre si uma significação epistemológica desagradável, dando margem a uma interpretação muito preconceituosa do tema, tendo em vista, também, o estado fronteiro e tênue em que se encontram os falsos correlativos perversão e perversidade. Ao recorrermos ao senso popular, teremos assinalado que o sujeito pervertido é aquele indivíduo que age com base num princípio depravador, que corrompe, desvirtua a ordem das coisas. O indivíduo perverso seria, nessa mesma esfera de entendimento popular, aquele que, além de possuir as mesmas características do anterior, ainda é regido por práticas cruéis. Sobre essa associação do tema perversidade à perversão, Roudinesco (2008) assinala que:

Confundida com a perversidade, a perversão era vista antigamente — em especial na Idade Média ao fim da Idade Clássica — como uma forma particular de abalar a ordem natural do mundo e converter os homens aos vícios, tanto para desvirtuá-los e corrompê-los como para lhes evitar toda forma de confronto com a soberania do bem e da verdade. (ROUDINESCO, 2008, p. 10)

Entenderemos, no capítulo que dedicamos à teoria psicanalítica, que a concepção que a psicanálise vai utilizar para o tema da perversão é muito mais ligada à subjetividade do indivíduo, do que, essencialmente, às práticas por ele exercidas no laço social.

Alimentados pelo exposto na citação acima, vemos que o tema perversão não é nosso contemporâneo. Muito antes de Freud (1905) debruçar-se sobre ele em seu texto “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, ou mesmo a ciência médica, que antecedeu Freud no debate acerca desse assunto, já existia muita inquietação em relação às formas por meio das quais a humanidade usufruía de sua sexualidade.

⁴³ “O homem que se deitar com outro homem como se fosse uma mulher, ambos cometeram uma abominação, deverão morrer, e seu sangue cairá sobre eles” (Levítico 20:13).

Sobre esse aspecto diacrônico, Cardoso (2008) nos orienta que:

Na língua portuguesa, a palavra perversão surge entre os anos de 1562 e 1575. Trata-se de um empréstimo do latim clássico *perversione*, que além do significado corrente de depravação, traz o sentido adicional de alteração de um texto, a inversão da construção no estilo. Entretanto, antes mesmo de ser uma questão jurídica, e posteriormente uma patologia clínica, a perversão era uma matéria religiosa demarcada pela igreja cristã, associada, apropriadamente, ao pecado original. (CARDOSO, 2008, p. 2 grifo nosso)

O Quarto Concílio de Latrão, ocorrido em 1215, ficou conhecido ao regulamentar o sacramento da penitência, pelo imediato desenvolvimento das técnicas da confissão, demarcando práticas sexuais ocultas, desviadas e, por isso, transgressoras que precisavam ser confessadas, bem como por estabelecer diversas medidas punitivas seculares aos senhores feudais que fossem coniventes com práticas tidas como heréticas em suas propriedades, dentre elas, até a possibilidade da perda dos domínios feudais. Nachman Falbel (1976), em seu *Heresias medievais*, revela-nos que muito antes desse concílio já existiam medidas punitivas, até mesmo por parte dos senhores laicos, como por exemplo em Aragão, em 1197, e muitos outros subsequentes aos resultados do concílio: Lombardia (1224), França (1229), Roma (1230) Sicília (1231) e Alemanha (1232). As medidas estabelecidas consideravam até a pena de morte para quem praticasse e/ou disseminasse heresias⁴⁴ em seus territórios. Contudo, pelo que nos ensinam as ciências sociais, em especial a antropologia, o ser humano já navegava entre formas permitidas e não permitidas (proibidas) de expressão sexual há muito mais tempo.

Tais posicionamentos nos permitem distanciar o homem medieval do homem/herói grego. Na Idade Média, o destino do homem não estava condicionado à vontade dos deuses, mas à vontade de Deus. O ser humano, de “consciência culpada dividida entre queda e redenção, estava destinado a sofrer tanto por suas intenções como por seus atos” (ROUDINESCO, 2008, p.16).

Isso se dá, provavelmente, pelo fato de que, originalmente, na etimologia da palavra perversão, que tem seus primeiros relatos em Língua Portuguesa no período medieval, oriunda do latim clássico *perversione*, que designa o ato ou feito de perverter-se, isto é, tornar-se perverso ou mau, corromper, depravar, desmoralizar é um princípio, antes de

⁴⁴ Significa um desvio doutrinário, a partir de verdades fundamentais ensinadas pelas Escrituras e pela ortodoxia da igreja cristã, e a propagação ativa de tal desvio. A palavra grega de origem, *hairesis*, que aparece nove vezes no NT, tinha a acepção inicial de escola de pensamento, ou seita: assim, a seita dos saduceus (At 5.17), dos fariseus (At 15.5; 26.5) e dos nazarenos, ou seja, dos cristãos (At 24.5; 28.22). Em Atos 24.14, Paulo cita proposadamente o fato de “o caminho” (hodos) ser então chamado de “seita” (hairesis), porque hairesis já tinha, nessa ocasião, uma conotação negativa. (FERGUSON, 2009, p. 488)

qualquer preceito clínico, religioso do ponto de vista de sua associação ao pecado original. No casal primevo, Eva, a primeira mulher, ao comer o fruto proibido e, posteriormente, repassá-lo a Adão, o primeiro homem, faz desse ato de desobediência uma herança que resvalaria por toda a sua descendência, constituindo uma marca permanente de transgressão humana para com Deus.

Adão e Eva foram criados em completa inocência por Deus (Gênesis 1-2), e neles não habitava malícia de qualquer natureza, pois eles “não se envergonhavam” (2.25), muito menos concebiam a distinção entre o bem e o mal. Neste estado inicial, não existia qualquer vestígio do pecado, pois eles eram inocentes em relação ao mesmo. Todavia, no momento em que Eva ouve da serpente que “sereis como Deus, sabendo o bem e o mal” (3.5), seus olhos foram abertos, bem como os de Adão, posteriormente, e passaram a enxergar que estavam nus; e, mediante o sentimento de vergonha, “coseram folhas de figueira, e fizeram para si aventais” (3.7). Desse modo, Eva, ao tentar se apoderar de um conhecimento que só a Deus pertencia, acaba por transgredir a ordem divina, fazendo com que ambos, homem e mulher, se tornassem

pecadores (Romanos 5.12; I Timóteo 2.14), e “por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação.” (Romanos 5.18)

Surge aí o princípio do caráter etimologicamente negativo do termo heresia, como nos conta Barros (2010):

À parte estas origens, deve-se ter em vista que o significado da palavra “heresia” foi adquirindo novos matizes com os desenvolvimentos medievais. “*Háïresis*”, em grego, significava “escolha”, “partido tomado”, mas também o “ato de pegar”. Para os teólogos, uma metáfora se produzia aqui em alusão ao gesto de Adão e Eva que, segundo o Antigo Testamento, estenderam a mão para “pegar” o fruto proibido e com isso inaugurar um “pensamento discordante” em relação a Deus. (BARROS, 2010, p. 5 grifo nosso)



Disponível em:

https://en.wikipedia.org/wiki/File:Rila_Monastery_wall_painting.jpg Acesso em 01 de novembro de 2016.

Devido a isso, ao longo dos tempos, à mulher, atribuíam-se mistificação em relação ao seu corpo frio, úmido e voluptuoso, que lhe permitia ter sensações mais intensas que as do

homem, que, por sua vez, tinha que aprender a controlar-se perante a tentação do corpo

feminino, pois, a ele, homem, caberia a obrigação de não se render aos encantos femininos e, assim, evitar a possibilidade de um ato pecaminoso.

Tal fundamento, arraigado no discurso judaico-cristão, deslocou o caráter “natural e ingênito da perversão na constituição do sujeito”, para o fato originado na transgressão do casal primevo, atribuindo-lhe a responsabilidade pela inclusão das perversões na natureza humana. A partir daí, a Igreja Romana instituiu e tomou para si o direito de regulamentar tais práticas, o que pode ser evidenciado no próprio *Livro Sagrado*, cujos versos já estabeleciam certas recomendações acerca dos pecados transgressores, como podemos observar em *Levítico*, onde existem leis detalhadas em relação às práticas sexuais humanas:

Nenhum homem se chegará a qualquer parenta da sua carne, para descobrir a sua nudez: eu sou o Senhor. Não descobrirás a nudez de teu pai e de tua mãe; ela é tua mãe; não descobrirás a sua nudez. Não descobrirás a nudez da mulher de teu pai. A nudez de tua irmã, filha de teu pai, ou filha de tua mãe, nascida em casa, ou fora da casa, a sua nudez não descobrirás. A nudez da filha do teu filho, ou da filha de tua filha, a sua nudez não descobrirá; porque é tua nudez. A nudez da filha da mulher de teu pai, gerada de teu pai (ela é tua irmã), a sua nudez não descobrirás. A nudez da irmã de teu pai não descobrirás; ela é parenta de teu pai. A nudez da irmã de tua mãe não descobrirás; pois ela é parenta de tua mãe. (...) Com nenhuma destas coisas vos contamineis, porque em todas estas coisas se contaminaram as gentes que eu lanço fora de diante da vossa face. Pelo que a terra está contaminada; e eu visitarei sobre ela a sua iniquidade, e a terra vomitará os seus moradores. Porém vós guardareis os meus estatutos e os meus juízos, e nenhuma destas abominações fareis, nem o natural, nem o estrangeiro que peregrina entre vós. Porque todas estas abominações fizeram os homens desta terra, que nela estavam antes de vós, e a terra foi contaminada. Para que e a terra vos não vomite, havendo-a contaminado, como vomitou a gente que nela estava antes de vós. Porém, qualquer que fizer alguma destas abominações, as algumas que as fizerem serão extirpadas do seu povo. Portanto guardareis o meu mandado, não fazendo nenhum dos estatutos abomináveis que se fizeram antes de vós, e não vos contamineis com eles: eu sou o Senhor vosso Deus. (LEVÍTICO 18.6:30)

O cristianismo nascente e, posteriormente, a constituição da Igreja Católica Romana configurou, sem sombra de dúvida, uma divisão de águas na história humana, porquanto sua instituição transformou culturas, linhas do imaginário, criou, recriou e modificou inúmeras práticas, desencadeou várias guerras, (des)propositadamente redirecionando o curso da história. Imbuído de um poder em expressiva expansão, o cristianismo lançou mão de múltiplos artifícios para consolidar-se, sendo uma das principais a “disciplina do medo”. Tal prática constituía uma das principais metodologias da Igreja Católica, desde sua epigênese, e tinha por função sucumbir as práticas heréticas, algo que a acompanhava, também, desde a fundação. Como adequadamente aponta Falbel (1976), ao dizer que:

O caráter intolerante da religião cristã em relação aos seus heterodoxos afirma-se desde o início, pois, desde que foi dada importância à unidade de doutrina, a partir do Concílio de Nicéia, procurou-se usar a autoridade do Estado de privar os sacerdotes heréticos de suas imunidades e também de seus privilégios. Constantino foi o primeiro a tomar tal iniciativa com a devida severidade e a convicção segura de que assim deveria ser. E mesmo antes de Nicéia e de Constantino, alguns expoentes da literatura patrística tenderam, às vezes, no ardor da polêmica contra os heréticos, a recorrer a meios mais persuasivos do que a simples argumentação. Tertuliano, que defendia a liberdade de consciência, pôs de lado parte de suas convicções quando resolveu combater os gnósticos com meios mais violentos. E os montanistas foram combatidos com violência semelhante pelos defensores da fé no segundo século de nossa era. Ao poder temporal foi atribuída a função primária de defender a integridade da sociedade cristã perante as ameaças da heresia, e sabemos que no desenvolvimento das relações entre Igreja e Estado este aspecto foi alvo da teorização que defendia tanto o *regnum* quanto o *sacerdotium*. (FALBEL, 1976, p. 14)

Essa determinada prática disciplinadora objetivava converter, atrair e, conseqüentemente, “salvar” a alma daqueles indivíduos que pertencessem a culturas discordantes do cristianismo, ou seja, aqueles que discordavam da autoridade divina da “Igreja de Cristo”, o que culminou na desconstrução simbólica de várias deidades pagãs, que, mediante a ação invasiva da mentalidade imposta pela Igreja Romana, vieram a se tornar representações de criaturas demoníacas, ou mesmo personificavam a própria imagem daquilo que culturalmente veio ser chamado de Diabo⁴⁵. Com isso a figura de Satanás ganha feições físicas que, por sua vez, implica uma nova configuração do mal na história.

⁴⁵ Diabo, Demônio, Lúcifer, Capeta, Satanás, Asmodeu, Belzebu, Azazel, Belial, são alguns das denominações atribuídas, segundo a doutrina cristã, a uma anjo de Deus que quis tornar-se maior que o seu criador e, por isso, teria sido expulso do Reino de Deus. A Bíblia possui algumas menções ao referido anjo, que seria, por assim dizer, o maior de todos os perversos, criador e proliferador das iniquidades desse mundo: “Como caíste do céu, ó estrela da manhã, filho da alva! Como foste lançado por terra, tu que debilitava as nações! Tu dizias no teu coração: ‘Eu subirei ao céu; acima das estrelas de Deus exaltarei o meu trono e no monte da congregação me assentarei, nas extremidades do Norte; subirei acima das mais altas nuvens e serei semelhante ao Altíssimo.’ Contudo, serás precipitado para o reino dos mortos, no mais profundo do abismo. (Is 14:12-15); “(...) Tu eras o selo da medida, cheio de sabedoria e perfeito em formosura. Estiveste no Éden, jardim de Deus; de toda a pedra preciosa era a tua cobertura: sardônica, topázio, diamante, turquesa, ônix, jaspe, safira, carbúnculo, esmeralda e ouro; em ti se faziam os teus tambores e os teus pífaros; no dia em que foste criado foram preparados. (...). Na multiplicação do teu comércio encheram o teu interior de violência, e pecaste; por isso te lancei, profanado, do monte de Deus, e te fiz perecer, ó querubim cobridor, do meio das pedras afogueadas. Elevou-se o teu coração por causa da tua formosura, corrompeste a tua sabedoria por causa do teu resplendor; por terra te lancei, diante dos reis te pus, para que olhem para ti. Pela multidão das tuas iniquidades, pela injustiça do teu comércio profanaste os teus santuários; eu, pois, fiz sair do meio de ti um fogo, que te consumiu e te tornei em cinza sobre a terra, aos olhos de todos os que te veem. Todos os que te conhecem entre os povos estão espantados de ti; em grande espanto te tornaste, e nunca mais subsistirá...” (Ez 28:11-19).

Em suas primeiras configurações, datadas dos séculos XII e XIII, os hereges possuíam um caráter quase que unicamente filosófico e teológico, ou seja, eram tidos como heréticos aqueles que especulavam em torno dos princípios ou dogmas cristãos estabelecidos, tais como: A Trindade, a dualidade da natureza de Cristo, entre outros temas. Posteriormente, o que caracterizaria as heresias, isto se falando da Baixa Idade Média⁴⁶, seria a crítica de caráter popular abancado sobre uma nova visão ética da instituição eclesiástica e do próprio cristianismo como religião vigente na sociedade ocidental. Todavia, esse movimento crítico tido como herético teve pouca efetividade em sua atuação, tendo em vista que a instituição eclesiástica já possuía fortes colunas fixadas no meio social, bem como tinha por si o apoio juramentado de outras instituições e braços seculares, tais como os feudos.

Os feudos, que constituíam e caracterizavam a natureza cristã feudal, viam as heresias como uma tentativa de quebra da ordem divina e social estabelecida sobre a *fides*, ou seja, como propõe a própria etimologia da palavra *fides*, as heresias seriam uma afronta às bases fundadoras da sociedade e da ordem política. Ou seja, o braço secular, fundamentado na doutrina, mas, sobretudo nos pareceres da sociedade de guerreiros de que se constituía, via nas heresias uma agressão desmedida à ordem divina, cujo equivalente, na sociedade feudal, seria a quebra do juramento de fidelidade do vassalo a seu senhor, haja vista que os modelos de “infidelidade” social e religiosa se confundem. Porém, a estrutura de repressão às heresias, apesar de sua força social e divina, não consegue subjugar por completo os heréticos, pois estes, constituídos em seus próprios fundamentos, reformulam suas práticas, forçando, conseqüentemente, um aperfeiçoamento dos instrumentos mobilizados para combatê-las, como é claramente visto, por exemplo, no período da Inquisição⁴⁷, momento em que Magalhães (1998) sugere ter ocorrido um processo de coerção e repressão das práticas que se desviassem da verdade prescrita pela Igreja:

⁴⁶ “A Baixa Idade Média demarca o período de tempo entre o século XIV e o século XVI. “Com suas crises e seus rearranjos, representou exatamente o parto daqueles novos tempos, a Modernidade. A crise do século XIV, orgânica, global, foi uma decorrência da vitalidade e da contínua expansão (demográfica, econômica, territorial) dos séculos XI-XIII, o que levava o sistema aos limites possíveis de seu funcionamento. Logo, a recuperação a partir de meados do século XV deu-se em novos moldes, estabeleceu novas estruturas, porém ainda assentadas sobre elementos medievais: o Renascimento (baseado no Renascimento do século XII), os Descobrimentos (continuadores das viagens dos normandos e dos italianos), o Protestantismo (sucessor vitorioso das heresias*), o Absolutismo (consumação da centralização monárquica) (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 17-18)”.

⁴⁷ Segundo Pinto (2010), “sob o pálio de combater o diabo e as suas diversas manifestações, a Igreja operou um combate, não só aos maniqueístas, valdistas e cátaros, mas uma batalha irrestrita e intolerante à diversidade de opiniões e de crenças, enfim, às diferenças. Assim, imprimiu-se uma perseguição a judeus, moriscos, feiticeiras, pensadores livres e místicos (p.191).”

Portanto, para que aquilo que se convencionou que comumente chamássemos de heresia pudesse efetivamente ser considerado como tal, foi necessário que houvesse não apenas uma dada ortodoxia sedimentada como “verdadeira”, “indiscutível”, como também um mecanismo de reprimenda e coerção, destinado a punir os refratários e a intimidar os hesitantes. (MAGALHÃES, 1998, p. 220-221)

Vemos, também, a partir dos estudos de Magalhães (1998), que a heresia surge, concomitantemente, como distanciamento e pertencimento em relação à comunidade da qual se faz parte. É um subproduto do meio, situado na confluência entre aspectos estruturais e doutrinários. Por um lado, busca ratificar uma pertença que deve necessariamente ocorrer no interior da fé católica; por outro, visa distanciar-se da instituição responsável pela saúde e condução dessa mesma fé. Ou seja, o ser humano medieval, apesar do temor e apego às leis divinas, fazia-se perceber enquanto ser desejante, enquanto indivíduo que, mesmo submetido às leis de Deus, também era, mais do que tudo, regido por suas próprias leis. Dessa forma, as heresias eram, na visão medieval, produto tanto da transgressão, da perversão humana para com Deus, como também um elemento inerente à natureza humana, que sempre encontrou formas de se rebelar contra as normas vigentes, como uma forma de se sustentar subjetivamente no mundo.

A questão da sexualidade, muito embora para muitos venha a ter sido, erroneamente, um tema tardio para a instituição eclesiástica, esteve presente desde a própria gênese da Igreja Católica, por volta do século IV d. C.. *Aurelius Augustinus Hipponensis*, ou Aurélio Agostinho, ou, ainda, Santo Agostinho (354-430), foi um dos principais emblemas de como a sexualidade se fazia presente em meio ao discurso religioso dos alicerces da Igreja Romana.

Peter Brown (1990), em seu escrito *Corpo e sociedade. O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*, ao tecer pontuações acerca da constituição da Igreja Católica no período em que era conhecida como Igreja Primitiva, já nos orienta quanto à existência de questões que permeiam a matéria das sexualidades em contrapartida à espiritualidade, fazendo menção a práticas como a virgindade, a continência sexual, os jejuns, as peregrinações, o celibato e o messianismo.

No tocante a esse aspecto, o discurso presente na obra de Peter Brown vem a reforçar as palavras de Franco Júnior (2001), que postulou que:

Acima de tudo, fosse clérigo ou leigo, a melhor maneira de enfrentar as forças negativas era se colocando contra a matéria. Especialmente contra o corpo, aquilo que em fins do século VI Gregório Magno chamara de “abominável roupagem da alma”. Essa postura gerou atitudes restritivas e repressivas em relação à vida sexual, como vimos no capítulo anterior.

Mesmo no casamento, uma vida sexual muito ativa era pecaminosa; o homem ardente prostituía sua esposa, segundo São Jerônimo. Num exercício de controle do desejo, os recém-casados conviviam em abstinência nos dois ou três primeiros dias após a cerimônia. Depois o casamento podia ser consumado, desde que não intendesse nenhuma força maligna. De fato, a impotência masculina ou a frigidez feminina eram vistas como resultado de malefícios, para anulá-los os sacerdotes faziam exorcismos e bênçãos. (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 206)

Africano, nascido na cidade de Tagaste, norte do continente, Agostinho teve sua vida sempre atrelada a uma dualidade existencial. Filho de Mônica, uma católica fervorosa, e de Patrício, um pagão dono de uma pequena propriedade, via sua mãe submeter-se, de modo dócil, aos desmandos do marido, a não ser no tocante ao aspecto religioso, onde sempre manteve, com êxito, uma disciplina conservadora segundo os moldes do cristianismo. Todavia, enquanto a mãe de Agostinho o direcionava segundo os valores prescritos pelo cristianismo, Patrício buscava encaminhá-lo à disciplina sexual, a fim de que se tornasse um homem. A esse respeito, Papini (1960) salienta que:

Agostinho não o amou; com a alma que lhe conhecem os não poderia amá-lo [sic]. Ele sentia que herdara desse pai todas as paixões que, no curso de sua vida, à custa de terríveis esforços, precisara arrancar do coração: a sensualidade, a ambição, o amor ao dinheiro. Foi combatendo em si as tendências paternas que Agostinho se tornou o que é e será eternamente – um santo. É o filho de Mônica e da graça. (PAPINI, 1960, p.10)

Antes de converter-se ao cristianismo nascente, Agostinho vivenciou sua sexualidade. Certa vez, de passagem por Cartago, a fim de realizar seus estudos, conheceu a mulher com quem teve realizados seus desejos sexuais; e dessa relação, nasceu seu único filho. A *posteriori*, em uma fase pós-conversão, quando a influência de sua mãe foi mais marcante, tornou-se bispo de Hipona, cidade situada ao norte da África, onde desenvolveu um árduo trabalho de evangelização.

Mesmo após sua conversão, Agostinho ainda se manteve ligado à discussão da sexualidade, tendo difundido uma filosofia que atrelava a sexualidade aos fundamentos da religião cristã, como podemos melhor observar, por exemplo, em seu escrito *A virgindade consagrada*, obra em que comunga a religião e a sexualidade, fazendo com que se formasse um novo conteúdo, capaz de abarcar a visão católica sobre os desejos da carne. No entanto, é nas suas *Confissões* que o clérigo melhor esboça seus postulados, tendo em vista o teor filosófico e autobiográfico que elas possuem.

Alicerçada em um discurso que contemplava a fé e as necessidades da carne, a Igreja observou a necessidade de impor alguns caracteres, de modo que se instituísse, de fato, um

governo político-religioso capaz de direcionar todas as práticas daqueles que comungavam da fé cristã.

A partir do século IV, a Igreja dirigiu mais enfaticamente suas atenções ao comportamento sexual de seus praticantes por quase toda a Europa:

(...) no decorrer da história da Igreja, houve um progressivo crescimento do horror à sexualidade e do ódio com relação à mulher, vista como um ser mais ligado à natureza e, portanto mais predisposto a se doar aos prazeres da carne. Nas primeiras comunidades cristãs, homens e mulheres experimentaram certa igualdade de valor e dignidade. A família e o matrimônio, ainda não institucionalizado pela Igreja eram vistos como algo bom. A castidade também era valorizada, mas não representava um ideal de vida melhor do que o casamento. (KUHN, 2006, p. 6)

Por meio de fundamentos de caráter bíblico, a Igreja deu início a um processo de postulação de concepções que aplacassem, em parte, o teor pecaminoso do desejo sexual, determinando medidas a serem tomadas como corretas durante o ato sexual, onde ela ensinava “e determinava o como, o onde, com quem e os fins em que as relações sexuais deveriam ser feitas entre os casais. As pessoas eram incentivadas a seguir tais determinações pela fé, pelo medo de ir ao inferno e serem renegados pelo cristianismo” (CABRAL; LEAL, 2010, p. 572). Dessa forma, qualquer configuração da sexualidade que não servisse aos fins religiosos impostos pela Igreja deveria ser repudiada, ou seja, os atos desviantes dos preceitos estabelecidos no Livro Sagrado Cristão deveriam ser punidos pelos representantes de Deus na Terra.

Para tanto, lançaram mão de postulados teológicos, como os de Agostinho, para fundamentar e delimitar como as práticas sexuais deveriam ser exercitadas, a fim de que se evitasse a concupiscência, como podemos observar num dos postulados do religioso:

Estamos muito longe de pensar que, em tão grande abundância de bens e em tal felicidade dos homens, a prole se não podia gerar sem a morbidez libidinosa. Pelo contrário: os membros genitais obedeceriam ao arbítrio da vontade tal como os demais, e o marido ter-se-ia introduzido nas entranhas da esposa sem o aguilhão arrebatador da paixão libidinosa, na tranquilidade da alma e sem corrupção alguma da integridade do corpo. Embora isto se não possa demonstrar pela experiência, não é caso para se não crer, pois estas partes do corpo não seriam excitadas por um alvoroçado ardor, mas utilizadas, conforme as necessidades, por um poder que a si mesmo se domina (*spontanea potestas*). E então poderia assim o sêmen viril penetrar no útero da esposa mantendo-se a integridade do órgão genital feminino, — tal como presentemente o fluxo do sangue menstrual pode sair do útero de uma virgem sem prejuízo para a sua integridade. De facto, é pela / mesma via que um se introduz e o outro sai. No parto as entranhas da mulher dilatar-

se-iam, não com os gemidos da dor, mas com o impulso da maturidade. Do mesmo modo para fecundar e para conceber não seria o apetite libidinoso, mas o uso voluntário que uniria as duas naturezas. (AGOSTINHO, 1996b, p. 1314)

Nesses moldes, a Igreja se viu na necessidade de estabelecer diretrizes em relação, por exemplo, a práticas como o matrimônio, que se disseminavam civilmente por toda parte. Apesar da urgência do tema, foi apenas a partir do século XII que a união entre marido e mulher foi considerada como da ordem do divino, deixando de ser celebrada apenas civilmente e passando a ser institucionalizada como um ritual religioso, que simbolizaria a união entre Cristo e a sua Igreja, como nos esclarece Vainfas (1986) em seu *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*.

É importante, contudo, a reiteração de que, muito embora a Idade Média possa ter sido marcada por uma forte influência das rédeas do cristianismo, onde as práticas desviantes eram policiadas por todos e punidas com rigor pela Igreja, as perversões encontraram terreno fértil nesse período. Isso se deu pelo fato de que as perversões se amoldam aos tempos, às práticas e às impossibilidades que as cercam e, por meio de sua plasticidade originária, fazem com que se torne possível a manutenção do gozo.

Para se ter uma dimensão dessa plasticidade, autoridades católicas, muitas delas com forte influência filosófica, atentaram para o teor dúbio que a música possuía em sua apreciação. A música possui, em sua origem teórica, a concepção e uma arte que deve levar a uma orientação disciplinar, ou seja, à educação moral daqueles que a ouvem. Quando rompe esse preceito, a música passa a transgredir o teor divino e orientador que possui, deslocando a severa objetividade que a ela era imposta, dando origem a uma subjetividade que deleitava, algo que desviava o teor disciplinar para uma dimensão do gozo, da satisfação dos desejos.

Essa perspectiva político-pedagógica se sustentava nas prerrogativas do pensamento platônico⁴⁸, que influenciou fortemente a filosofia medieval e foi incorporada por importantes filósofos desse período. Na *República*, Platão, ecoando Sócrates, tece uma belíssima consideração acerca do elo visceral entre a música e as leis da *pólis*. Segundo o filósofo:

[Sócrates:] – Logo, para dizê-lo em poucas palavras, cumpre que os encarregados da cidade se empenhem no sentido de que a educação não se altere sem o conhecimento deles, que velem por ela em todas as circunstâncias e, com todo o cuidado possível, acautelando-se para que nada de novo, no tocante à ginástica e à música, seja introduzido contra as regras

⁴⁸ Para Platão, existiam duas categorias de música: uma, a apolônica, que possuía um caráter cívico e, portanto, mais adequado aos princípios ordeiros da manutenção social; outra, conhecida como dionísica, eram músicas rítmicas, orgiásticas, que eram próprias de intuídos do deleite corporal.

estabelecidas, no temor de que, se alguém disser os homens apreciam mais os cânticos mais novos, não se vá imaginar, talvez, que o poeta pretenda falar, não de árias novas, mas de uma nova maneira de cantar, e de que não se faça o elogio disso. Ora, não se deve louvar nem admitir tal interpretação, pois é de temer que a adoção de um novo gênero musical ponha tudo em perigo. Nunca, com efeito, se assesta um golpe contra as formas da música sem abalar as maiores leis da cidade, como afirma Damon, e eu o creio de bom grado. (PLATÃO, 1988, p. 169)

Essa visão de cunho disciplinatório e militar visava à educação dos cidadãos, afim de que não houvesse perigos à *pólis*, ou seja, que a música deveria servir não para o deleite, mas o direcionamento de uma vida ordenada, e aos poetas, muito criticados por Platão, deveria recair uma vigilância constante, tendo em vista que a arte se encontrava entrelaçada à vida na cidade.

Agostinho foi o responsável por incorporar a filosofia platônica (razão) à religião (fé), que acabou por influenciar sobremaneira a forma como o conhecimento era incorporado à cultura. O teólogo, assim como Platão, via na música um elemento cultural importante quando direcionado ao aprendizado e à fé, mas extremamente pecaminoso, e, por isso, desviante, quando estimula a obtenção de prazer através da escuta. Esse perigo foi exposto em sua obra *Confissões*, onde afirma que:

Quando ouço cantar essas Vossas santas palavras com mais piedade e ardor, sinto que o meu espírito também vibra com devoção mais religiosa e ardente do que se fossem cantadas de outro modo [...]. Mas o deleite da minha carne, ao qual não se deve dar licença de enervar a alma, engana-me muitas vezes. Os sentidos, não querendo colocar-se humildemente atrás da razão, negam-se a acompanhá-la, só porque, graças à razão, mereceram ser admitidos, já se esforçam por precedê-la e arrastá-la (AGOSTINHO, 1980, p. 250).

Partindo dessa concepção platônico-cristã, vemos que a música — e aqui a colocamos como uma representante das demais formas de expressão artística — era entendida como um elemento harmônico, ou seja, a harmonia da música representaria uma relação muito íntima com a harmonia entre o mundo externo e a alma humana. Sendo assim, a forma como era composta e recepcionada influenciaria diretamente no *ethos* de quem a escutasse, pois ela teria livre acesso à alma do ouvinte, podendo, assim, educá-lo ou pervertê-lo.

A literatura, assim como a música, também era monitorada de perto pelo poder eclesiástico, e mesmo que sua existência ainda se evidenciasse quase que totalmente pela oralidade, sem que houvesse forte apego às formas fixas e, muito menos, o interesse pelo registro da autoria, como nos expõe Paul Zumthor (1993), em seu *A letra e a voz: a*

‘*literatura medieval*’, ainda faz com que, nos dias de hoje, alguns historiadores divirjam sobre a existência de uma “verdadeira literatura medieval”, o fato é que tais características serviram sobremaneira para a disseminação da literatura como uma das formas mais pungentes de representação do quanto a sexualidade, tida como desviante, proliferava nesse período, sobretudo no que diz respeito à representação da mulher.

Marca dessa literatura são os *fabliaux*, pequenos contos de caráter jocoso que, muito embora fossem usados por eruditos, como um testemunho do cotidiano a fim de conduzir a uma moral similar à das fábulas, possuíam uma linguagem, em sua maioria, obscena, onde eram retratadas cenas da vida urbana medieval.

Chamamos a atenção para o fato desse gênero aludir à figura feminina fora dos moldes conservadores do puritanismo cristão. Marta Pragma Dantas (2013), em seu artigo *Entre ingênua e insaciável: a mulher nos fabliaux eróticos medievais*, nos expõe tal característica ao apresentar, entre outros, a tradução do conto *O sonho dos paus* (*Le songe des vits*), de Jean Bodel, onde se narra a história de uma mulher que, descontente com o fato de o marido, que era comerciante, estar sempre ausente de casa e, quando retornava, não lhe garantir satisfação sexual, sonhava com uma feira livre em que os produtos em exposição eram paus e culhões, numa clara referência à profissão do marido e ao seu desejo reprimido. Vejamos a tradução feita por Dantas (2013, p.6):

Só se vendiam culhões e cacetes.
 Mas destes havia em abundância:
 as lojas eram lotadas
 e os quartos e os sótãos:
 e todos os dias, de todos os lados,
 vinham os carregadores carregados de cacetes,
 que chegavam por charretes e por carros.
 Ainda que se trouxessem muitos,
 eles não sobravam,
 pois cada um vendia caro o seu.
 Por trinta soldos vendia-se um bom,
 E por vinte soldos um bonito, bem torneado.
 E havia até cacetes para os pobres:
 havia um raquítico em prazer amoroso,
 por dez soldos, e por nove e por oito.
 Vendia-se a grosso e a varejo;
 os melhores eram os maiores,
 os mais caros e os mais bem guardados.

Aludindo aos mais variados temas, os *fabliaux* versavam sobre trapaças comerciais, desavenças domésticas, adultério, satirizavam os camponeses, mas, em sua grande maioria, faziam uso de conteúdo erótico. E, diferente do que possa parecer, tais materiais circulavam

não apenas nas esferas sociais menos favorecidas, mas em todas elas, mostrando que assuntos “reprováveis” faziam parte do discurso social do medievo.

Aqui, tocamos em um aspecto que merece bastante atenção: a Idade Média, embora tenha sido um período marcado por uma severa perseguição religiosa, talvez tenha se constituído como um dos momentos históricos mais opulentos no que diz respeito às manifestações de caráter perverso.

O *fabliaux* acima nos mostra como a linguagem empregada — respeitando, é claro, a adequação de termos na tradução — e a descrição fiel do ato sexual eram apresentados sem o emprego de polimentos moralistas.

Uma obra que, sem dúvida, marcou o potencial representativo das “devassidões” na Idade Média foi o *Decameron*, do escritor italiano Giovanni Boccaccio. Escrita no mesmo período em que a peste negra dizimava milhões de pessoas em toda a Europa, a obra mostrou como o ser humano é inclinado aos instintos mais primitivos, mesmo aqueles mais religiosos, isso em uma época e momento em que a Igreja anunciava a doença como um castigo de Deus em relação aos pecados do homem. Simoni (2007), acerca daquilo que o *Decameron* expõe como registro do período em questão, vai afirmar que:

[...] diante de um cenário apocalíptico como aquele criado pela peste, a reação de grande parte das pessoas, paradoxalmente, não foi deprimir-se e rezar pretendendo expiar os próprios pecados. Pelo contrário, depois de uma primeira fase de desespero e desordem, enquanto alguns procuravam seguir uma existência de bons costumes e evitar o contato com outras pessoas para fugir da doença, outros de opinião contrária, afirmavam o beber e o gozar, e o caminhar cantando e procurando satisfazer o apetite com cada coisa que se pudesse rir e blefar, e assim como diziam colocavam em ação o seu poder, o dia e a noite indo de uma taverna a outra, bebendo sem modos e sem medida (...), somente coisas que lhes fossem em grado ou lhes dessem prazer. Uma e outra situação, a do horror e a do prazer, têm em comum o fato de que duas estarem fora da normalidade. Analisando de um modo mais preciso, é possível destacar que, historicamente, a degeneração dos costumes já tinha sido iniciada antes da epidemia, mas foi esse evento que provocou o crescimento do gosto pelo luxo. Depois do grande medo, reinava o desejo de se divertir, devido também à possibilidade de desfrutar dos bens deixados por aqueles cujas vidas haviam sido ceifadas pela doença. A peste, segundo Boccaccio, apaga qualquer ordem social e civil, anula os freios morais e abate a autoridade das leis humanas e divinas. O autor analisa o fenômeno como um momento de transgressão e destruição das normas e dos valores sobre os quais se dava a convivência social. (SIMONI, 2007, p.36-36)

Muitos são os registros, em escrita literária, capazes de revelar como as manifestações da perversão incorporaram o discurso social presente na época. Dentre os muitos exemplos possíveis, citemos também Pietro Aretino (1492-1556), autor, entre outros, de *Sonetos*

luxuriosos, originalmente publicados em 1524. Observemos, abaixo, um de seus escritos traduzidos por José Paulo Paes:

Aqui toda relíquia se desfruta —
 Caralho horrendo, cona resplendente,
 Aqui vereis fazer alegremente
 O seu ofício muita bela puta.

Na frente, atrás, em valorosa luta,
 E a língua a ir de boca a boca, ardente
 — Sucesso mais lendário certamente
 Que os feitos de Morgante ou de Marguta.

Que notável prazer não tereis tido
 De ver a cona ou o cu nessa abertura,
 Em modos incomuns de ser fodido.

E como o vaso do odor se satura
 Da pimenta ou rapé ali retido
 (O mesmo que a espirrar nos apressura),

Cuidado haveis de ter,
 A bordo da barquinha de foder,
 Com esse odor que o sátiro conjura.

(ARETINO, 2011, p. 53)

Apresenta-se-nos, por meio dessas poucas amostras, a certeza de que, apesar do rigor em relação aos costumes e às práticas particulares e sociais, a sexualidade, fosse ela tida como normal ou desviante, constituía-se como matéria do discurso social do medievo. E, embora o poder eclesiástico agisse de forma a prescrever normas e punir quem atuasse de forma a descumpri-las, sua ação não era capaz de subjugar os desejos e as práticas que faziam parte do itinerário sexual da sociedade medieval.

Até mesmo a Igreja Romana, símbolo da repressão e perseguição nesse período, em alguns aspectos, foi responsável por assinalar uma maior liberdade das práticas sexuais dentro do casamento, preceituando que, além de o prazer ser um aspecto permitido nas relações matrimoniais, as mulheres casadas tinham direito ao orgasmo, assim como seus maridos (DANTAS, 2013, p.2).

Ainda segundo Dantas (2013), levando em consideração o que afirma Guillebaud (1999), até os homossexuais, cujas práticas são tidas como abominações pela Sagrada Escritura, mesmo que longe de serem abonadas, não constituíam uma prática total e

ferozmente perseguida pela Igreja. Estas e outras práticas consideradas perversas, portanto pecaminosas, eram descritas de forma clara e desprendida de tabus em sermões, cartas e outros textos clericais da Idade Média, como pode ser visto na transcrição abaixo:

120. Você fornicou, como o fazem os sodomitas, pondo a sua verga na parte traseira de um homem? Se você é casado e fez isto uma ou duas vezes: 10 anos de penitência nos dias santificados, um dos quais a pão e água. Se você tem este hábito: 12 anos. Se é com um irmão de carne seu: 15 anos! [...]
123. Você fornicou sozinho, isto é, tomando seu membro viril em sua mão e puxando-lhe o prepúcio e agitando-o a ponto de com este prazer espalhar seu sêmen? Caso sim: 10 dias. [...]
166. Você bebeu o esperma de seu marido, esperando que ele a ame mais graças a estas suas maquinações diabólicas? Caso sim: 7 anos de penitência a pão e água, em dias fixos. [...]
172. Você agiu tal como as mulheres: elas pegam um peixe vivo, o introduzem em seu sexo e aí o mantêm até que ele morra, e, depois de tê-lo cozido ou grelhado, o dão a seu marido para que ele assim aumente seu desejo por elas? Caso sim: 2 anos de jejum. (GUILLEBAUD, 1999, p. 225, apud DANTAS, 2013, p. 2-3)⁴⁹

Embora as instituições religiosas prescrevessem punições àqueles que agissem contra a moral religiosa, ou seja, diretamente contra Deus, as normas, as leis e todas as formas de cerceamento das práticas sexuais nunca foram capazes de impedir que as práticas sexuais tidas como perversas se manifestassem no cotidiano, seja no medievo ou em qualquer outra era. Pelo contrário, deparamo-nos, no decorrer desta pesquisa de caráter histórico, com a constatação de que quanto maior o rigor em relação a essas práticas desviantes, maior será o esforço para transgredi-las, pois, como nos dita a psicanálise freudiana, somos instigados à busca pelo prazer, mesmo pela via da perversão, antes mesmo de sermos compelidos pelas leis simbólicas e concretas, ou seja, mesmo diante dos esforços da sociedade e suas instituições reguladoras, como a igreja foi na Idade Média, e ainda se propõe a ser na atualidade, apresentando esforços na tentativa de suprimir as práticas que infringem a “normalidade” e finalidade biológica das relações sexuais humanas, ou quaisquer outras que, igualmente, desviem da normatização social, por apresentarem um risco às relações “saudáveis” que balizam e definem o viver social tido como aceitável, no entanto, nenhuma dessas forças foi ou passou a ser capaz de conter as manifestações da sexualidade humana que são enquadradas sob o estigma de perversas. É o que nos dispõe, por exemplo, Ceccarelli (2003) ao afirmar que:

⁴⁹ A penitência acima foi elaborada por Burchard, um canonista alemão, bispo de Worms, séc. XI, e transcrita por Guillebaud.

No séc. V, a partir dos grandes Padres da Igreja - Agostinho, Jerônimo e Tomás de Aquino, o cristianismo passa a vincular sexualidade e procriação: o exemplo inquestionável a seguir é a vida "naturalmente heterossexual" dos animais. Toda prática sexual que escapasse a esta norma traria o chamado "estigma negativo do prazer". Surge a partir de então, uma forma de moralidade que é essencialmente uma moralidade sexual. As práticas "contra a natureza" - consideradas atentado ao pudor, aos bons costumes, e à opinião pública - acarretam severas sanções para que o "normal" seja mantido. Entretanto, a história assim o mostra, tal objetivo nunca foi alcançado: a sexualidade sempre escapou a toda e qualquer tentativa de normatização. (MARTINS; CECCARELLI, 2003, p. 3-4)

Todavia, há algo nas heresias que não pode ser deixado de lado. Elas constituíam uma forma clara do apelo social pela liberdade, pelo livre-arbítrio, pelo direito à subjetividade, mesmo que de forma velada, pois as heresias, assim como o moderno entendimento da perversão enquanto instância do desenvolvimento psíquico, traziam consigo a inerência do caráter perverso humano, algo que até a Bíblia assinalava como elemento necessário à vida humana, como podemos concluir das palavras de Paulo de Tarso: "E até importa que haja entre vós heresias, para que os que são sinceros se manifestem entre vós." (1 Coríntios 11, 19). O pecado, a transgressão, os excessos, o pecado da carne, o desejo sexual, não eram signos distantes dos homens, mas inerentes a eles. Agostinho, por exemplo, não negou seus desejos sexuais, mesmo que vivesse em constante arrependimento por possuí-los:

Não se pode negar, porém, que Agostinho tinha problemas com sexo. Ele tinha um forte impulso sexual, e provavelmente gostava de sexo quando efetivamente o fazia. Mas também desejava ardentemente permanecer casto. (STRATHERN, 1999, p. 9)

Tal posicionamento com relação às formas de sexualidade "desviantes", ainda que, após a Revolução Francesa, tenha perdido força quanto ao seu poder em relação à conduta regente da sociedade, ainda se manteve de forma enraizada sob a equação perversão = perversidade, inclusive adentrando a gênese da ciência psiquiátrica que dava seus primeiros passos (FLEIG, 2008, p. 16), ou seja, mesmo a medicina tendo tomado para si a incumbência, antes exclusiva dos campos da religião e da justiça, de classificar e diagnosticar as perversões sexuais em suas várias manifestações, não foi capaz — talvez esse nem constituísse um de seus reais interesses — de dissociá-las do teor pejorativo que carregavam ao longa da história, como poderemos observar no decorrer do trabalho.

1.3. O SÉCULO XIX: PERVERSÃO MORAL E A HIGIENIZAÇÃO MÉDICA

D. H. Lawrence (1885-1930)⁵⁰, profícuo e famoso escritor inglês, segundo uma breve passagem de Foucault (1988), demonstrou de modo convincente como se estabelecia a atenção ao sexo no século XIX, onde a ocorrência de uma sociedade inteira que se lançava de modo repressivo ao tema sexo, fazia com que, ao invés de silenciar o tema, surtisse um efeito totalmente contrário, tendo em vista que a repressão tornava o tema algo incorporado ao discurso popular.

Tornou-se outro emblemático escritor Gustave Flaubert com sua *Madame Bovary*, obra que causou escândalo na sociedade francesa, ao vir à luz em 1857, devido ao comportamento adúltero da personagem Emma Bovary, que traiu o marido por insatisfação conjugal, relacionando-se com dois parceiros e depois se suicidou. A história de Emma chocou tanto a sociedade da época que o autor foi levado a julgamento, como podemos observar na pequena nota biográfica que acompanha a obra:

Um caso de adultério, seguido do suicídio da mulher, inspirou o seu romance *Madame Bovary*, que começou a sair em 1856 na Revue de Paris e foi publicado como livro em 1857. A obra acarretou-lhe um processo por “ofensa à moral pública e religiosa”. No julgamento, perguntaram-lhe quem teria sido o modelo, tal a veracidade da personagem. Sua resposta foi histórica: “*Madame Bovary* sou eu”. (FLAUBERT, 1857/1981)⁵¹

Tanto Lawrence como Flaubert, através da escrita realista que se propuseram tecer, atacaram a hipocrisia que reinava nas sociedades inglesa e francesa do século XIX, demonstrando, mesmo que de modo a chocar-se com a moral social e religiosa da época, a necessidade da destruição de algumas amarras que davam à sexualidade o seu tom de segredo, de privado e de proibido.

Todavia, a sociedade do fim do século XIX, extremamente arraigada na disciplina cristã, fazia de seus aparelhos de repressão político-social uma ferramenta para a censura de quaisquer materiais que violassem os preceitos moralistas estabelecidos pela Igreja, fossem eles católicos ou protestantes, a fim de se evitar, sobretudo, a violência em relação à moral social, por isso, textos como *Madame Bovary* causaram tanta perturbação aos membros mais tradicionalistas da sociedade francesa, apesar de a obra retratar apenas um realismo puramente

⁵⁰ Autor, entre outros, de *Mulheres apaixonadas - Women in Love* (1920) e *O amante de Lady Chatterley - Lady Chatterley's Lover* (1928).

⁵¹ Esta citação corresponde a um trecho da nota biográfica da edição brasileira do romance *Madame Bovary*, publicado pelo editora Abril Cultural, em 1981.

descritivo daquilo que povoava o cenário social francês, europeu e ocidental de sua época, pois temas como o adultério, apesar de comuns, faziam parte de uma ordem de condutas que feriam os preceitos religiosos enraizados na constituição dos laços sociais, principalmente os laços familiares, mesmo após o surgimento do Iluminismo, ainda mais pelo protagonismo de uma mulher adulta, o que aumentava o teor transgressor do conteúdo literário, afinal de contas, até para práticas consideradas pecaminosas como o adultério, só a figura masculina poderia estar associada.

O que se pode afirmar é que o “que o termo [perversão] delimita, no senso comum, é uma nebulosa de sexualidade anormal e defeito moral, um campo que ganhou legitimidade científica e consistência conceitual através da Medicina Legal do século XIX” (NETO; RUDGE, 2009, p. 32).

Neto e Rudge (2009), em seu artigo *Da perversão à expiação: uma mudança de perspectiva*, apresentam-nos nuances do conflito existente em relação às perversões. Se hoje o termo não é consenso nem no ambiente psicanalítico, no período pré-psicanalítico a inquietação era ainda maior, dadas as ainda inconformes delimitações do tema, bem como a querela entre os âmbitos médico e jurídico, como afirmam os autores ao citarem Foucault (2001):

Desde os anos 1815-1820, vemos júris criminais declarar[em] que alguém é culpado e, depois, ao mesmo tempo, pedir[em] que, apesar da culpa afirmada pela sentença, seja mandado para um hospital psiquiátrico por ser doente. Portanto os júris começam a estabelecer o parentesco, a pertinência, entre loucura e crime (...). Trama-se, pois, pouco a pouco, essa espécie de continuum médico-judiciário (...). Essa prática, essa técnica da dupla qualificação organiza o que podemos chamar de domínio da “perversidade”, uma noção curiosíssima que começa a aparecer na segunda metade do século XIX. (FOUCAULT, 2001, p. 40-41 apud NETO; RUDGE, 2009, p. 34)

Mas adiante, comentam sobre como a medicina do século XIX tomou para si aquilo que outrora era tido como um comportamento puramente de desrespeito à moral e a Deus, trazendo para o debate a ciência, como uma maneira de dar formas mais consistentes às práticas dos sujeitos perversos. Para tanto, fazem uso do discurso de Lanteri-Laura (1994):

Em 1830, de qualquer modo, a burguesia liberal havia tomado o poder e, pouco a pouco, teve cada vez menos necessidade da ideologia libertária que antes lhe fora tão útil. A religião, em que ela não acreditava desde longa data, não podia servir-lhe para nada; e a herança do Século das Luzes não a garantia nem contra os perigos, nem contra o fascínio das singularidades mais extremas da vida sexual. Ela precisava de razões para se precaver

contra elas, de razões em que pudesse confiar: o discurso médico chegou em boa hora. (LANTERI-LAURA, 1994, p. 28)

A medicina, estabelecendo-se como um novo modo de pensar as enfermidades humanas, afastando-se do já insuficiente modelo de pensar dos séculos anteriores, onde a religiosidade se fazia presente em todos os ambientes, como uma verdade única e suprema.

Apartando-se do ideário religioso, mas cada vez mais conservando e incorporando a moral social, a ciência médica se institui como aquela que absolve o homem do castigo divino, tendo em vista que não são Deus nem o Diabo os responsáveis pelas enfermidades humanas, mas a biologia e a sexualidade do mesmo. Dessa forma, o que antes era tratado com orações, doações à Igreja e penitências, agora era tratado nos consultórios clínicos, ou seja, o confessional, onde o pecador (doente) confessava suas transgressões à lei divina, bem como seus males do espírito e do corpo, agora eram confessados aos médicos, responsáveis por patologizar todos os males do ser humano, expiando-os conforme seus sintomas.

Foucault (1988), ao tratar dessa similitude transferencial do confessional em relação ao consultório médico, postulou que:

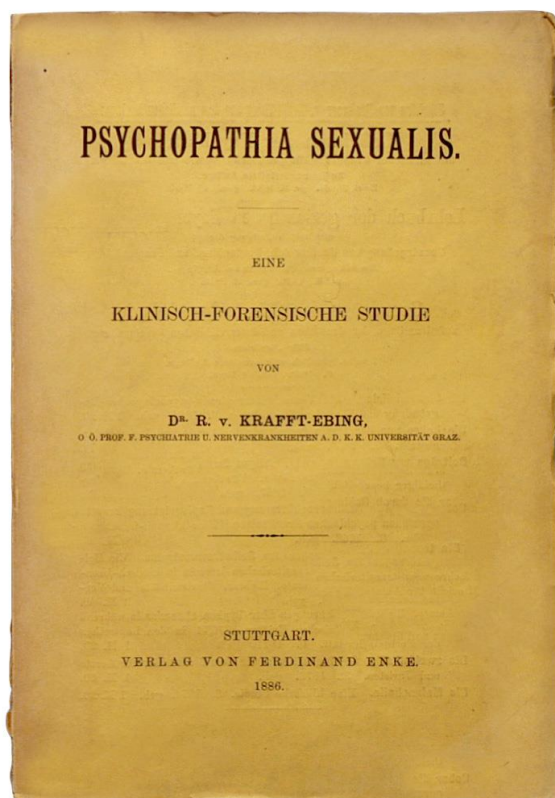
Poder-se-iam citar outros focos que, a partir do século XVIII ou do século XIX, entraram em atividade para suscitar os discursos sobre o sexo. Inicialmente, a medicina, por intermédio das ‘doenças dos nervos’; em seguida, a psiquiatria, quando começa a procurar - do lado da ‘extravagância’, depois do onanismo, mais tarde da insatisfação e das ‘fraudes contra a procriação’, a etiologia das doenças mentais e, sobretudo quando anexa ao seu domínio exclusivo, o conjunto das perversões sexuais. Também a justiça penal, que por muito tempo se ocupou da sexualidade, sobretudo sob a forma de crimes ‘crapulosos’ e antinaturais, mas que na metade do século XIX se abriu à jurisdição miúda dos pequenos atentados, dos ultrajes de pouca monta, das perversões sem importância. Enfim, todos esses controles sociais que se desenvolveram no final do século passado e filtram a sexualidade dos casais, dos pais e dos filhos, dos adolescentes perigosos e em perigo - tratando de proteger, separar e prevenir, assinalando perigos em toda parte, despertando as atenções, solicitando diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas; em torno do sexo eles irradiaram os discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, a incitação a se falar dele. (FOUCAULT, 1988, p. 32-33)

No itinerário desta medicina ascendente, a sexualidade humana se fazia presente de forma a catalogar, desmoralizar e tratar toda e qualquer incidência de transgressão como uma anormalidade sexual que se acreditava ou supunha existir. Exemplo cabal de tal

empreendimento para a medicina da época é a *Psychopathia Sexualis*, do psiquiatra austro-germânico Richard von Krafft-Ebing⁵².

Na conceituada obra médica do século XIX, encontram-se catalogadas cerca de 238 casos daquilo que a ciência médica classificava como transtornos psicosexuais. Como melhor nos esclarece Pereira (2009), ao afirmar que:

Figura 9: Primeira edição do *Psychopathia Sexualis* (1886), por Richard von Krafft-Ebing.



Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Krafft-Ebing_Psychopathia_sexualis_1886.jpg

Acesso em 29 de janeiro de 2016.

Trata-se do primeiro levantamento sistemático e completo das diferentes formas de perturbação da vida sexual humana, encaradas a partir de então como transtornos médico-psiquiátricos. Esse célebre Tratado, publicado pela primeira vez em 1886, foi por certo precedido por inúmeros outros estudos médicos sobre os comportamentos sexuais tidos como doentios. Contudo pela sua importância, influência, repercussão e rigor descritivo, ela tornou-se uma espécie de paradigma da apropriação do erotismo humano pelo discurso médico e positivista a partir do século XIX. (PEREIRA, 2009, p. 380)

Na coletânea do doutor Krafft-Ebing, observamos diversos casos que a medicina da época classificava como degenerativas, tais como travestismo, transexualismo, incesto, necrofilia, pederastia, bestialidade, automutilação, sadomasoquismo, exibicionismo, entre outros desvios sexuais.

Apesar da ainda forte presença da mentalidade moralista no ambiente médico, a ciência tenta distanciar tais casos do âmbito do

conflito homem/Deus, trazendo a discussão para o ambiente da psiquiatria, ou seja, para uma perspectiva que enxergava as perversões como patologias que se constituíam por meio de uma degeneração do psiquismo humano.

⁵² Nascido em Mannheim, Richard von Krafft-Ebing foi não só um dos fundadores da sexologia*, como também um ilustre professor de psiquiatria em Viena*, para onde foi nomeado em 1889. Três anos depois, tornou-se titular da cátedra de Theodor Meynert*. Antes da invenção, por Eugen Bleuler*, da palavra “esquizofrenia”, foi o teórico da noção de loucura histérica, que seria retomada posteriormente sob a expressão “psicose histérica”, depois que Sigmund Freud* e seus alunos, Karl Abraham* principalmente, diferenciaram a esquizofrenia como psicose* e a histeria* como neurose*. Mas foi sobretudo com sua obra *Psychopathia sexualis*, publicada em 1886 e traduzida no mundo inteiro, que Krafft-Ebing se tornou célebre. Fazia uma descrição extraordinária, a partir de casos precisos, de todas as formas possíveis de perversões* sexuais: uma espécie de catálogo sofisticado, do qual Freud adotou várias noções e que o Marquês de Sade não teria desaprovado. (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 441)

Nesse mesmo período, o pai da teoria psicanalítica, Sigmund Freud, dá seus primeiros passos em relação a uma teoria geral sobre o mecanismo das perversões. Algo que vai começar a estabelecer seus primeiros alicerces por meio da sua metapsicologia, onde o mesmo vai defender duas origens para o comportamento dos perversos: uma estaria ligada àquilo que o psicanalista austríaco denominaria como polimorfia sexual infantil⁵³; a segunda, a partir do fetichismo⁵⁴.

Freud vai distanciar-se de seus antecessores pelo fato de defender que as psiconeuroses e as perversões são de uma ordem singular, por exemplo, afirmando que um é o negativo do outro; o que é recalcado e inconsciente no neurótico corresponde ao atuado no perverso, hipótese que viria a ser mais bem delimitada a partir do desenvolvimento da teoria do complexo de Édipo, momento em que a subjetividade do sujeito, diante das dinâmicas de seu meio familiar, dos desejos, do temor à castração, empreenderia suas forças ou não, acarretando o desenvolvimento de sintomas equivalentes a estas escolhas, ou seja, neuróticos, perversos ou psicóticos.⁵⁵

⁵³ Como nos revela Sequeira (2009), “no livro *Três ensaios sobre a sexualidade* (Freud, 1905), temos a sexualidade infantil, a partir do perverso polimorfo e da ideia de que a satisfação sexual infantil não se dá por uma única zona erógena, mas de forma generalizada por todo o corpo, ainda não fixado à satisfação genital; o mesmo ocorreria na perversão, por meio de uma fixação, numa pulsão parcial que escapou ao recalque. A distinção entre perversão e normalidade estaria na fixação, na exclusividade de uma determinada prática para alcance da satisfação sexual. Porém, ao final do texto, ao falar da escolha objetual (definida a partir da resolução edípica e dos conteúdos pré-genitais), Freud aponta que a perversão tem uma relação com a castração” (p. 223).

⁵⁴ “Termo criado, por volta de 1750, a partir da palavra fetiche (derivada do português feitiço: sortilégio, artifício), retomado em 1887 pelo psicólogo francês Alfred Binet (1857-1911) e, mais tarde, retomado pelos fundadores da sexologia*, para designar quer uma atitude da vida sexual normal, que consiste em privilegiar uma parte do corpo do parceiro, quer uma perversão* sexual (ou fetichismo patológico), caracterizada pelo fato de uma das partes do corpo (pé, boca, seio, cabelos) ou objetos relacionados com o corpo (sapatos, chapéus, tecidos etc.) serem tomados como objetos exclusivos de uma excitação ou um ato sexuais. Já em 1905, Sigmund Freud* atualizou o termo, primeiro para designar uma perversão sexual, caracterizada pelo fato de uma parte do corpo ou um objeto serem escolhidos como substitutos de uma pessoa, depois para definir uma escolha perversa, em virtude da qual o objeto amoroso (partes do corpo ou objetos relacionados com o corpo) funciona para o sujeito* como substituto de um falo* atribuído à mulher, e cuja ausência é recusada por uma renegação*” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 235).

⁵⁵ “Após ter feito da neurose, em 1905, nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**, o “negativo da perversão”, ele caracterizou esta última como uma manifestação bruta e não recalcada da sexualidade infantil (perversa polimorfa). Nessa perspectiva, os três termos acabariam sendo reunidos: a neurose como resultado de um conflito com recalque*, a psicose como reconstrução de uma realidade alucinatória, e a perversão como renegação* da castração*, com uma fixação na sexualidade infantil” (*Ibidem*, p. 536).

1.4. O SÉCULO XX: SUBJETIVIDADE, GUERRA E CAPITALISMO

Ao adentrarmos no século XX, veremos que a medicina ainda continuou sendo a grande referência nos estudos da sexualidade humana, sendo que, agora, não mais no âmbito dos desvios sexuais, influenciados, sobretudo, pela moral religiosa e a criminologia. A medicina passou a agir sob o campo da reprodução, pois a sociedade, para se desenvolver, necessitava de estudos que melhorassem a qualidade de vida, garantindo longevidade aos filhos da modernidade. Aspectos até então ainda obscuros para medicina dos séculos anteriores, como a infertilidade feminina e masculina, bem como o aperfeiçoamento de alternativas para reduzir a chance de procriação e contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, como o método contraceptivo de barreira conhecido como preservativo⁵⁶ constituíram alguns desses novos alvos da ciência médica.

O século XX também marcou um novo olhar sobre a sexualidade feminina, possibilitando uma tímida, mas irreversível caminhada rumo à igualdade de direitos em relação aos homens. Nas sociedades ocidentais, alguns direitos passaram a ser permitidos às mulheres, tais como: maior liberdade em relação à divisão do trabalho, mesmo que a disparidade salarial, ainda hoje, seja acentuada; possibilidade de divórcios e separações com maior facilidade; maior liberdade e valorização da sexualidade feminina; maior simetria entre os sexos no âmbito jurídico; liberdade no controle do próprio corpo, tendo a possibilidade de controlar mais eficazmente a capacidade reprodutiva com o advento de métodos contraceptivos mais seguros, o que, de certa forma, deu à mulher a possibilidade de praticar o ato sexual sem a prerrogativa única da procriação.

As correntes feministas, que já se consolidavam na Europa, davam seus primeiros passos no Brasil, tendo como primeiro objetivo a obtenção do direito ao voto para as mulheres, que foi adquirido graças a iniciativas como as dos membros da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que, em 1927, levaram um abaixo-assinado ao Congresso Federal, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do senador Juvenal Larmartine, que garantia o direito ao voto às mulheres, que não foi aprovado, mas que fundamentaria sua posterior aprovação por meio da promulgação, em 1932, do *Novo Código Eleitoral Brasileiro* (PINTO, 2010, p.16).

⁵⁶ Também conhecido como Camisa de Vênus ou camisinha.

A respeito das configurações da sexualidade, Foucault (1984) vai nos salientar que o século XX marcou uma das duas rupturas no aspecto da repressão ao longo da história da sexualidade, assinalando que:

A história da sexualidade, se quisermos centrá-la nos mecanismos de repressão, supõe duas rupturas. Uma no decorrer do século XVII: nascimento das grandes proibições, valorização exclusiva da sexualidade adulta e matrimonial, imperativos de decência, esquivas obrigatórias do corpo, contenção e pudores imperativos da linguagem; a outra, no século XX; menos ruptura, aliás, do que inflexão da curva: é o momento em que os mecanismos da repressão teriam começado a afrouxar; passar-se-ia das interdições sexuais imperiosas a uma relativa tolerância a propósito das relações pré-nupciais ou extra-matrimoniais [sic]; a desqualificação dos perversos teria sido atenuada e, sua condenação pela lei, eliminada em parte; ter-se-iam eliminado em grande parte, os tabus que pesavam sobre a sexualidade das crianças. (FOUCAULT, 1984, p.108)

Nesse sentido, o século XX foi responsável por principiar novas configurações sociais, como a firmação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, situação que, embora se encontre à margem do “normalmente aceito” pela maioria dos membros da sociedade, corrobora para a abertura de outras possibilidades, como a adoção de crianças por casais homossexuais, algo até então impensável, tendo em vista que a homossexualidade, até o final do século XIX e início do século XX, e porque não dizer até nossos dias, era vista como uma degeneração mental. A conquista, embora reflita um avanço no que diz respeito aos direitos de indivíduos cuja opção sexual se encontra no meio social desde os primórdios da instituição do homem em sociedade, quiçá antes, ainda enfrenta barreiras próprias das perspectivas patriarcal e religiosa católica que movimentam o mundo civilizado.

Esse aspecto que ainda faz com que tais configurações se encontrem, muitas vezes, à margem de seus direitos e/ou à margem do aceitável e normal, pode ser facilmente observado nos códigos que regulam a manutenção do homem em sociedade, como, no caso do Brasil, pode ser visto na *Constituição Federal*⁵⁷ e no *Código Civil*⁵⁸, que mesmo sendo fundados na prerrogativa de uma igualdade, possuem uma forte marca de caráter tradicional cristão e heteronormativo.

⁵⁷ A *Constituição Federal* de 1988, em seu art. 226, § 3º nos diz que “Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”.

⁵⁸ O *Código Civil*, art. 1.723: “É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”.

Todavia, é importante que, se por um lado, possamos observar que as leis mantenedoras do homem em sociedade refletem o ainda intrínseco convencionalismo dos “normais” em relação aos “desviantes”; por outro, temos que atentar para o fato de que, ao usar o modelo familiar heterossexual como parâmetro para sua tessitura, as leis não vedam os outros possíveis modelos de se estabelecerem ou de serem por elas abarcados. Além do mais, ao se eleger a configuração familiar tradicional como baldrame para formatação das leis, o intuito, pelo que parece, reside na tentativa de “superar a discriminação que, historicamente, incidira sobre as relações entre homem e mulher que não decorressem do casamento. Não se deve interpretar uma regra constitucional contrariando os princípios constitucionais e os fins que a justificaram (BARROSO, 2007, p.27).

O fracasso de premissas do pensamento iluminista, como a visão de que o racionalismo, por si só, caberia para elucidar as verdades internas e externas ao sujeito, a continua decadência de premissas antes intocáveis e inabaláveis, como, por exemplo, a fé na providência divina e na escatologia, e o advento de terapias como, por exemplo, a psicanálise, tanto fizeram do homem um ser mais conflituoso, como lhe proporcionaram a chance de dar vazão as suas angústias, até então camufladas por uma felicidade paliativa apresentada pela sociedade. O ser humano objetivo passa a ser subjetivo, e a paixão, o amor e o sexo passam a incorporar o individualismo de cada indivíduo, com base nas suas verdades, pois essas características, não são mais de domínio público, mas da esfera da própria constituição da subjetividade (FOUCAULT, 1984). Dessa forma, fenômenos que, no século anterior, eram tidos como sendo de uma ordem transgressora e bestial, passam a incorporar o domínio da subjetividade humano, ou seja, das suas escolhas na busca pela verdade sobre si mesmo.

O limiar do século XX também foi marcado pela fase que muitos consideram como a mais “pessimista” da teoria psicanalítica freudiana, devido aos estudos que focaram as consequências das guerras que mudaram os rumos da civilização a nível global.

Em 1930, Freud publica o livro que melhor representou essa fase de contemplação dos instintos destrutivos do ser humano, *O Mal-Estar na Civilização*. Na obra, Freud nos expõe várias reflexões acerca da capacidade do ser humano civilizado de ainda ir em direção à sua autodestruição, assinalando que o homem, mesmo sacrificando grande parcela de sua possibilidade de felicidade em nome do bem-estar social, ainda encontra formas de dar lugar às pulsões ligadas à destruição, à morte, o que o coloca, mesmo com tantos anos de evolução, no mesmo patamar de nossos ancestrais, os selvagens homens da caverna.

A esse respeito, Freud (1915b) já havia, sob os efeitos caóticos da Primeira Grande Guerra, desenvolvido suas *Reflexões para tempos de guerra e morte*, obra na qual expõe tanto

as sequelas psíquicas daqueles que foram expostos aos traumas da carnificina, como a sua profunda desilusão, e a de muitos, em relação à esperança de que a civilização faria do homem um ser elevado em comparação àsquelas primitivas⁵⁹, que se desenvolveram com base na exploração de escravos e no temor de aniquilamento provocado pelo constante estado de guerra em que as nações se encontravam no passado. Freud assinala, ainda, as consequências negativas que o psiquismo humano e a diplomacia sofreriam com a guerra, alegando que:

Então, a guerra na qual nos recusávamos a acreditar irrompeu, e trouxe desilusão. Não é apenas mais sanguinária e mais destrutiva do que qualquer guerra de outras eras, devido à perfeição enormemente aumentada das armas de ataque e defesa; é, pelo menos, tão cruel, tão encarniçada, tão implacável quanto qualquer outra que a tenha precedido. Despreza todas as restrições conhecidas como direito internacional, que na época de paz os Estados se comprometeram a observar; ignora as prerrogativas dos feridos e do serviço médico, a distinção entre os setores civil e militar da população, os direitos da propriedade privada. Esmaga com fúria cega tudo que surge em seu caminho, como se, após seu término, não mais fosse haver nem futuro nem paz entre os homens. Corta todos os laços comuns entre os povos contendores, e ameaça deixar um legado de exacerbação que tornará impossível, durante muito tempo, qualquer renovação desses laços. (FREUD, 1915b, p.315)

Em 1920, Freud reforça suas teorias acerca do potencial destrutivo do ser humano, ao vislumbrar uma noção que a muito vinha estudando, e que ganhou forma com a ocorrência da Primeira Grande Guerra, a de que existia no ser humano uma pulsão de natureza propriamente destrutiva, cujo único princípio motivador seria a satisfação mediante a aniquilação propriamente dita das tensões e de tudo aquilo que as provocasse, sendo ela uma noção que cooperaria de forma primordial no estabelecimento do homem em um estado de guerra para com o outro, que Freud vai chamar de pulsão de morte. Ao falar sobre a facilidade que o homem pacífico encontra para lançar-se nos braços da guerra, o psicanalista vai, por meio de uma menção a uma frase de seu contemporâneo, Albert Einstein, que afirmou “ser tão fácil inflamar nos homens o entusiasmo pela guerra”, que corroborou para sua postulação em relação à pulsão de morte.

Outro aspecto que deve ser assinalado foi a consolidação do capitalismo que, a partir do processo de globalização proveniente dos séculos XIX e XX, passou a ser o modelo econômico que monopolizou as formas de comercialização de bens de consumo e o modo

⁵⁹ Quando nos referimos aos nossos ancestrais primitivos, ou às civilizações que antecederam essas que encontramos em nossa contemporaneidade, bem como aos nossos ancestrais primitivos, não temos a intenção de qualificá-los como aculturados, tendo em vista que toda e qualquer cultura é rica na singularidade de suas configurações. O que apontamos é que, a partir do processo de evolução, o ser humano e a civilização extinguíssem certas características destrutivas de seus antecessores.

como as pessoas e as sociedades se relacionam. Sua firmação, concomitantemente, propiciou fenômenos como o enfraquecimento da função de figuras, até então, inabaláveis, como Deus e o pai⁶⁰, tomando-lhes seu lugar e ganhando, se assim podemos dizer, *status* de o maior fomentador das perversões na contemporaneidade

Ao ser posto à égide do capitalismo, o ser humano passa a estar constantemente à mercê das possibilidades e impossibilidades que as leis do capital operam. O cada vez mais precoce ser humano, acreditando poder se libertar do estado fusionado em que seu corpo se encontra em relação ao corpo materno, que constitui uma renúncia angustiante, em detrimento da aceitação castração simbólica, mas necessária na consumação do seu ingresso no meio social, percebe, com maior intensidade, a partir da implementação do modelo econômico capitalista, que já não pode buscar livremente os meios para constituir-se como um sujeito pleno, mediante seus valores, ideais e identificações, pois necessita, atender aos requisitos econômicos (perversos) da civilização, cunhada, não raro, de sociedade de consumo.

Dessa forma, o indivíduo que já vem sendo moldado desde o fim do sistema feudalista, e que, a partir do século XX, ganha contorno “definitivo” como consumidor e produto do sistema capitalista, vai adentrar na sociedade e vivenciar os sintomas, tidos por muitos pesquisadores, como intrínsecos à modernidade e, sobretudo, à pós-modernidade: a angústia, a ansiedade, o pânico, a depressão, as adições⁶¹; sintomas estes que virão à tona sempre que o indivíduo se confrontar com certos aspectos próprios da atual conjuntura social imposta por esse perverso modelo econômico.

Os sintomas citados acima, embora já façam parte do itinerário humano há muito tempo, em nossa atualidade ganham dimensões cada vez mais explícitas, seja pela maior liberdade de expressão da subjetividade que a modernidade e, por exemplo, as novas técnicas psicoterápicas possibilitaram, seja pela influência do desamparo que o ser humano se depara cada vez com maior frequência e intensidade.

O modelo econômico capitalista ganha esse *status* de provedor da perversão social na contemporaneidade pelo fato de expor ferozmente o ser humano aos sintomas já

⁶⁰ Ao citarmos as figuras de Deus e do pai, não estamos nomeando-as como mais importantes em detrimento a outros. Apenas assinalamos que estas representam o modelo vigorado pela sociedade desde sua fundação, onde a figura do pai em casa e, posteriormente, o pai celeste, Deus, simbolizam as leis reguladoras do convívio social, bem como as punições às práticas que desviam de suas disposições.

⁶¹ Segundo Gurfinkel (2014), adição é um fenômeno que pode ser entendido pelo “uso compulsivo de um determinado objeto e, enquanto tal, se trata de uma ação de caráter impulsivo e irrefreável. A pessoa se sente impelida ao uso do objeto, e se vê incapaz de deixar de fazê-lo. Observa-se uma diversidade de objetos de adição, tais como as drogas de ação psicotrópica – nelas incluindo o álcool -, o jogo, o tabaco, a comida, o sexo, o trabalho, os esportes, a televisão, o computador, o videogame, a internet, os livros, o cinema... Na verdade, podemos imaginar tantas formas de adição quanto são os objetos de interesse do homem (p.49-50).”

mencionados, não como se este as tivesse criado, mas como articulador dos sintomas de uma forma emergente, ocasionando, também, novas formas de mal-estar na subjetividade, tendo em vista a gama de desafios a que o indivíduo social é exposto. A respeito desses sintomas emergentes, concordamos com a tese de Menezes (2005), a de que:

Certas formas de sofrimento psíquico podem ser consideradas psicopatologias da atualidade, no sentido de expressões dos modos de subjetivação promovidos pela sociedade contemporânea. Há um estilo de sociedade em pauta que gera condições e possibilidades para produção de determinadas psicopatologias como típicas de sua época. Isso não quer dizer, necessariamente, que são psicopatologias inéditas, mas são novas formas de padecimento expressas por meio do pânico, da bulimia, da anorexia, das disposições depressivas, das toxicomanias, das psicossomatizações, dentre outras, que ganham espaço progressivo na cena social atual. (MENEZES, 2005, p.195-196)

Bauman (2001), ao pensar o homem moderno, no limiar do século XX e início do XXI, caracterizou-o como aquele que vive em uma modernidade líquida. Líquida no sentido de que a antiga solidez das instituições sociais, como a Igreja, O Estado, A família etc, já não se sustentam frente à liquidez dos fenômenos da contemporaneidade, ou seja, o que antes era sólido, firme e inabalável, agora dá lugar a uma espécie de amorfia (ou polimorfia, dependendo do caso) proveniente das novas configurações que a modernidade apresenta.

Para o sociólogo, se, por um lado, essas novas configurações sinalizam o avanço de parcelas minoritárias, marginais, ao convívio social, dando-lhes a possibilidade mínima de acesso a certos bens e direitos, pois o capitalismo, mesmo excludente em sua dinâmica perversa, também se lança em direção aos novos contornos sociais, a fim de tê-los em sua engenhosa alçada, por outro, põe a mostra como a liquefação dos afetos, a provisoriedade dos laços, a filosofia do desapego, mesmo, aparentemente, transparecendo certo ganho de liberdade, também evidenciam o contrário, o aprisionamento do ser humano no constante desamparo em que se encontra.

Embora as atuais crises de dimensão global possam gerar desconfiança em relação ao sistema capitalista, o caráter perverso-polimorfo que seu imo possui faz com que ele falhe, mas se reestabeleça por meio de novas conformações, assim como faz o sujeito perverso ao ser cerceado de seu prazer, procurando novas formas de acesso, por meio do fetiche, ao objeto amado que, no caso do capitalismo, tem o ser humano como fetiche e o capital como objeto destinatário de sua libido, ou seja, que o faz gozar. Municiados desse entendimento, podemos constatar que o capitalismo se tornou o grande fomentador do discurso perverso (Ter no lugar de Ser), consolidando-se no século XX e mantendo-se hegemônico até os dias atuais, o que o

coloca em lugar de destaque no entendimento da perversa sintomática de nossa psicopatologia cotidiana, onde o sujeito é tanto objeto preliminar, como consumidor do gozo capitalista. Nesse ínterim, cabe-nos ressaltar que o sistema capitalista, mesmo promovendo o surgimento de nossas práticas de caráter tipicamente perverso, não é o responsável por fazer do homem um indivíduo estruturalmente perverso, tendo em vista que já somos, por natureza, abastecidos por essa instância; ele apenas contribui para que o ser humano não se limite às amarras que o prendem na busca por objetos parciais de satisfação.

Sendo o capitalismo também de uma ordem do discurso, podemos facilmente nomeá-lo como um dos elementos mais determinantes no processo de decadência de uma das figuras mais importantes para o processo de introdução do sujeito na sociedade, a paterna⁶².

O pai é, numa perspectiva edipiana, igualmente de uma ordem do discurso, representando a marca que institui a passagem da criança da natureza para a cultura, ou seja, de animal para humano. Conté (1996), em sua *Metáfora paterna*, nos diz que:

É ele que tem a potência e o uso legítimo do falo, que está em condições de interditar a criança como objeto de suas primeiras aspirações sexuais, mas também de dar à criança, ao final do complexo de Édipo, um futuro uso legítimo de seu próprio falo: através do complexo de castração, a criança tem de fato de renunciar a ser o falo para tê-lo de um outro que, ao mesmo tempo, lhe dá acesso ao simbólico (CONTÉ, 1996, p.337)

Assim como o totem, o Deus da religião, que a criança será induzida a crer como meio de acesso à lei social, a figura paterna também se ampara num ato de fé, pois a criança deverá, assim como o faz ao crer na providência, ter fé na sua capacidade de compensação, de gratificação, ao abrir mão do estado de prazer em que se encontra, graças o princípio de realidade, e aceitar, a duras custas, ser regido pelo princípio de realidade. Ao abdicar do estado oceânico em que se encontra, a criança terá a garantia de sua entrada no meio social, desde que respeite as normas estabelecidas por outros pais que passarão a reger sua vida, como, por exemplo, o Estado e o Deus da religião.

Como já foi mencionado no decorrer deste trabalho dissertativo, e ainda será trabalhado no capítulo teórico, o neurótico, sendo símbolo do sujeito que supera o Édipo, mas padecendo dos efeitos colaterais do desejo recalcado, em alguns momentos de sua vida em sociedade, entrará em confronto com a constatação de que a promessa do pai não se sustenta,

⁶² Ao nos referimos à figura paterna, na psicanálise, não estamos propriamente nos referindo ao pai na ordem familiar, mas àquele que detém as características representativas que o configuram, sobretudo, a capacidade de autenticar o princípio de realidade à criança, bem como a lei simbólica, podendo, nesse caso, ser desempenhado até pela mãe.

é falha e, mesmo assim viverá seus dias tentando encontrar algo que sustente essa promessa do pai idealizado. O perverso, por sua vez, mesmo passando pelo complexo de Édipo, e reconhecendo-o, encontra resistência a sua ação, rejeitando ela e o temor aos castigos do pai, de Deus, do Estado etc., permanecendo na dimensão do gozo em que se encontrava no seu estado polimorfo infantil, desafiando a figura paterna constantemente em nome disso.

A contemporaneidade, sobretudo o capitalismo, coloca a figura paterna em constante provação. A imago paterna já não tem a autoridade que antes detinha, pois o pai, com a ascensão do sistema capitalista, passa a desempenhar mais o papel de provedor, do que a de cardeal, ou seja, caso não consiga prover formas de suprir as demandas econômicas da família, seu lugar estará em xeque. Jorge e Bastos (2009), em um artigo intitulado *Trabalho e Capitalismo: uma visão capitalista*, nos expõem a dinâmica perversa do capitalismo, que deforma e reformula os princípios que regem o ser humano:

A lei que vale é a lei do capital, e a meta de vida é tornar-se rico, pois a riqueza é erigida como Bem Supremo. Surge um apelo ao gozo que autoriza um “vale-tudo”, em cujo ringue tudo é possível, até mesmo transformar o homem em mero parafuso do maquinário produtor de gozo do capitalista, cujo óleo é o dinheiro. Dá-se, assim, a revogação da lei moral pela lei do capital. (JORGE; BASTOS, 2009, p.30)

Atendo-nos a todos os aspectos apresentados, podemos apontar que, em primeiro lugar, o século XX deslocou grande parte das perversões, principalmente as de cunho sexual, do âmbito das patologias, lançando-as ao campo da subjetividade humana, sendo a psicanálise uma das responsáveis por esse processo.

No que diz respeito às perversões ligadas à subjugação cruel do homem pelo homem, onde a guerra se institui como uma de suas formas mais marcantes, tivemos uma permanente e ascendente evolução das práticas. Nesse quesito, o homem ainda prova sua intrínseca característica sádica de refutar e destruir o que não lhe agrada, típica da polimorfia sexual infantil, o que fortalece o posicionamento “pessimista” das últimas décadas da vida de Freud, onde o psicanalista se depara com a constatação de que, infeliz e contraditoriamente, as civilizações que nos antecederam, ditas primitivas, eram mais elevadas eticamente que as de nossa modernidade, tendo em vista que a civilização moderna passou por processos de socialização inacessíveis àquelas de outrora. E se limitarmos ainda mais o nosso campo de visão, podemos enxergar que as práticas que se originam do sadismo polimorfo humano, não se configuram apenas nos atos de violência física e psíquica para com o outro, mas, por exemplo, no fato de observar o seu semelhante em estado de extrema necessidade e, mesmo

assim, ser indiferente a isso, algo intrínseco ao individualismo que também faz parte da ascensão da subjetividade a partir do século XX. É no silêncio, quando a palavra não encontra espaço e lugar, que a violência encontra sua face mais perversa, “pois somente a pura violência é muda (ARENDT, 2007, p.35)”.

O capitalismo, no século em questão, consolida-se como o sistema econômico que dita e ditará as regras de convivência do ser humano, por meio de sua engenharia perversa, onde o ser humano tornou-se mero objeto preliminar de seu gozo. Objetificado, o ser humano transita do século XIX ao XX marcado pelos sintomas que definirão o mal-estar presente na psicopatologia de seu cotidiano, vendo uma constante e, aparentemente, irreversível fragilização da função da figura paterna, seja ela no âmbito familiar (pai), religioso (Deus), social (Estado), escolar (professores) etc..

Após esta abordagem histórica do fenômeno das perversões, passemos, agora, a uma discussão acerca do empreendimento dos campos da psicanálise e literatura como correlatos investigativos da subjetividade humana, elemento primordial à continuidade e fundamentação de nossa pesquisa e, em seguida, ao capítulo que configura o marco teórico deste trabalho, visualizando as teorias que arcabouçam o estudo das perversões desde o século XIX, até os nossos dias.

1.5. O SÉCULO XXI: DAS NEOSSEXUALIDADES AO CONFLITO DAS IDENTIDADES FRAGMENTADAS

O século XIX distinguiu-se dos séculos anteriores, no tocante às perversões, pelo fato de as ciências médicas terem tomado para si a responsabilidade de nomear e conceituar os fenômenos perversos, afastando-os do âmbito do espírito, presentes no pensamento das civilizações passadas, e lançá-los na dimensão da medicina, a fim de diagnosticar os pacientes, atribuindo seu comportamento a um processo patológico de degeneração psíquica e moral. Dessa forma, as diversas configurações às quais as sexualidades humanas foram representadas pelo que podemos chamar de concepção monolítica da sexualidade, que visava, em sua parceria com o sistema judiciário, qualificar e reprimir aqueles cuja sexualidade se desviava dos preceitos morais vigentes, o que culminou em uma criminalização da sexualidade, a partir de então, tida como “doente”. Sendo assim, o século XIX ficou marcado por uma “desapropriação do direito de escolha sexual dos sujeitos”, algo que já era regulado em sociedades anteriores, mas que agora ganhava outra dimensão, dada a dialogicidade de

entendimento entre a medicina e o poder judiciário, imbuídos das concepções morais e cristãs presentes na sociedade.

O século XX, que marca a consolidação da teoria psicanalítica, bem como o desprendimento progressivo dos pensamentos puritanos e preconceituosos presentes na ciência do século anterior, foram decisivos no tocante a uma maior liberdade das sexualidades, por meio de uma tentativa de emancipação da subjetividade humana. Nesse quesito, a teoria freudiana foi importante no processo de “descriminalização” de certos fenômenos sexuais, os quais Freud tentou dar um lugar não patológico-discriminatório aos seus comportamentos. Para tanto, foi imprescindível a descoberta de uma sexualidade arcaica nas crianças e a teorização dos complexos de Édipo e da castração, o que permitiu um entendimento mais profundo de tais fenômenos e a necessidade da compreensão de que esses sujeitos, tidos como perversos, também precisam de atenção, dado o fato de que, assim como os neuróticos, eles também são condicionados às angústias próprias e imperativas.

No tocante à nossa contemporaneidade, demarcada pelas últimas quatro décadas do século XX e as quase duas décadas do século XXI, podemos apontar um contínuo falecimento, ao menos nas sociedades ocidentais, da discriminação referente às mulheres separadas, propiciando, entre outros, o surgimento do fenômeno da chefia familiar por parte do sexo feminino. Com isso, a mulher consolida seu espaço como força de trabalho, dando espaço para manifestações de grupos sociais ainda estigmatizados, presentes no tabu civilizatório, como ainda é o caso das prostitutas, como podemos apreender no comentário de Menezes (2008):

A exigência da virgindade da mulher – tabu social tenebroso ainda na década de 1950 – simplesmente deixou de existir. Os vínculos do casal não tinham mais que ser vitalícios e o desejo de cada um de permanecer no vínculo passou a ser respeitado. A mulher separada deixou de ser uma mulher suspeita & – uma “devassa” em potencial, como queriam as fantasias socialmente compartilhadas sobre o desejo da mulher. As prostitutas faziam manifestações em Paris, encabeçadas por Sartre e Simone de Beauvoir, reivindicando o reconhecimento pelo Estado de sua profissão, o direito ao seguro social como qualquer trabalhador e o fim da arbitrariedade e da exploração pela polícia. (MENEZES, 2008, p. 44)

Ainda segundo Menezes (2008), além de movimentos de ordem feminista, destacam-se os movimentos homossexuais, que incorporaram, com o passar dos anos, outras correntes sexuais, como lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais etc, dando origem, a partir dos anos

noventa, ao movimento LGBT⁶³. A esse respeito, o autor destaca a crescente luta pelo direito à livre opção sexual, o direito ao casamento civil e à adoção de crianças por casais formados por pessoas do mesmo sexo (já conquistado em muitas nações) e a punição aos indivíduos que praticam atos de violência contra outras pessoas, mediante a descriminação das suas escolhas sexuais. Nas palavras do autor:

O movimento dos homossexuais por direitos sociais vai se estender pelas décadas seguintes e é atual: esses movimentos reivindicam, antes de mais nada, o respeito social como homens e mulheres cuja orientação sexual os vinha transformando em párias aos olhos dos demais. Como tal, poderiam e podem ser objeto de zombaria, pois, ao se sentirem humilhados, devem saber que essa humilhação é natural de sua condição. Durante muito tempo foram mesmo criminalizados, e, em estados teocráticos, comunistas ou nazistas, presos e assassinados. Vagas de assassinatos de homossexuais ocorreram também entre nós, com sua orientação sexual os destituindo, aqui e ali, da condição de seres humanos aos olhos dos outros. (MENEZES, 2008, p. 44)

No campo das produções científicas, os avanços sobre o tema das perversões se concentram, sobretudo, numa tentativa de desmistificar premissas como o direcionamento sexual pela via da distinção biológica sexual, ou seja, o tradicional binário sexual, a fim de que se possa lidar com o fato de que não é a realidade apresentada pela castração que define a sexualidade de ambos os sexos. Para teóricos como Joyce McDougall (1989), por exemplo, embora nós saibamos, conscientemente, das diferenças anatômicas que diferem biologicamente os sexos, inconscientemente, tais diferenças não condicionam o desejo sexual. O que pode parecer, num primeiro momento, uma mera tentativa de alienar a diferenciação biológica entre os sexos, num segundo momento se faz plenamente entendível, tratando-se de uma premissa já defendida por Freud (1905/1969), onde existe uma preocupação em expor o fato de que os desvios existentes nas perversões não as tornam predados de uma doença sexual, mas uma mostra de que elas, as perversões, se definem pela capacidade irrestrita da pulsão sexual de encontrar prazer em zonas erógenas diferentes dos genitais. Como nos expõem Laplanche e Pontalis (2001), ao definirem a sexualidade humana como sendo:

[...], no fundo, perversa, na medida em que nunca se desliga inteiramente das suas origens, que a fazem procurar sua satisfação não numa atividade específica, mas no “ganho de prazer” ligado a funções ou atividades que dependem de outras pulsões. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 342)

⁶³ A sigla LGBT trata-se do acrônimo dos termos lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Atualmente, também podemos encontrar variantes, como LGBTTT, mas que correspondem aos mesmos termos.

Dessa forma, os estudos mais recentes acerca desse fenômeno do psiquismo humano reforçam a perspectiva de que as perversões não constituem uma anormalidade de caráter patológico, como antes se propunha e ainda persiste em alguns tabus, mas uma condição própria da sexualidade, sendo que, para a grande maioria, suas práticas não fazem parte do itinerário de prazeres a que se dispõe socialmente, o que não anula sua licitude subjetiva.

Dentre os psicanalistas contemporâneos, de linha freudiana, que se lançam ao estudo das perversões, destacamos os estudos da já citada Joyce McDougall, cuja perspectiva se fundamenta numa prerrogativa acolhedora das práticas como perversas, apontando, entre outras coisas, para a importância que elas possuem para o resguardo psíquico daqueles indivíduos que são subjugados aos mandos e desmandos do gozo imperativo. McDougall (2001), com isso, defende a concepção de que tais configurações sexuais presentes nos perversos constituem uma solução particular arquitetada pelo sujeito, numa dimensão inconsciente, no intuito de minimizar os efeitos do eterno conflito entre o ego e a realidade, mediados pelo processo de clivagem⁶⁴. Ou seja, enquanto os neuróticos são submetidos à clivagem no sentido de abandonar os desejos conflituosos oriundos da sexualidade polimorfa, submetendo-se à autoridade paterna, ao temor de castração e, por meio disso, livrar-se, em parte, do doloroso conflito edípico, os perversos, por sua vez, optam por outro caminho, o do desmentir, o da *recusa* a esses complexos, constituindo um cenário de vias singulares para sua vida sexual, onde a autoridade e a castração serão constantemente negadas. Todavia, não podemos simplesmente reduzir ou circunscrever o desmentido ao fenômeno da castração fálica, e sim admiti-la como um mecanismo defensivo precoce, uma ‘*recusa estrutural*’ da qual a criança lança mão já nos tempos que precedem o conflito edípico (FRANÇA, 2010, p.43).

Em suas considerações acerca do fenômeno das perversões, a autora é bastante clara ao discutir o uso do termo perversão para cunhar tais manifestações, bem como ao modo como essas configurações ainda são entendidas no mundo atual, onde ainda não se conseguiu assimilar, com maior clareza, o teor subjetivo implícito a elas, e que caracteriza uma maneira particular de sustentação do psiquismo de certos indivíduos, como assinala ao dizer que:

⁶⁴ A clivagem do ego, segundo nos orientam Laplanche e Pontalis (2001), foi uma “expressão usada por Freud para designar o fenômeno muito particular – que ele vê operar, sobretudo, no fetichismo e nas psicoses – da coexistência, no seio do ego, de duas atitudes psíquicas para com a realidade exterior quando esta contraria uma exigência pulsional. Uma leva em conta a realidade, a outra nega a realidade em causa e coloca em seu lugar uma produção do desejo. Esta duas atitudes persistem lado a lado sem se influenciarem reciprocamente (p. 65).

Adoto um ponto de vista crítico em relação a esta terminologia, uma vez que a palavra perversão sempre leva uma conotação depreciativa, implicando uma degradação, uma virada em direção ao mal [...]. O aspecto notável dos seres humanos em sua estrutura psíquica – como em sua estrutura genética – é sua singularidade. Os sintomas psicológicos são tentativas de cura de si mesmo, de evitar o sofrimento psíquico; este mesmo propósito se aplica às sexualidades sintomáticas. Adotando esse ponto de vista mais construtivo acerca da significação e do propósito subjacentes aos sintomas – e das razões por que vêm a existir –, invariavelmente descobrimos que são soluções infantis para o conflito, a confusão e a dor mental. Defrontados com a dificuldade de sermos humanos, bem como com os conflitos inconscientes de nossos pais, todos nós temos de inventar meios de sobreviver, tanto como indivíduos quanto como seres sexuais – e as soluções que encontramos tendem a durar a vida inteira. (MACDOUGALL, 2001, p.186)

Destarte, tanto o sujeito que possui em suas práticas sexuais algumas características que podem ser apontadas como estando fora da normalidade, como aqueles cuja prática sexual é considerada patológica evidenciam uma tentativa intrínseca de sobrevivência psíquica em relação aos sofrimentos insuportáveis que habitam, cada vez mais, na fronteira entre o inconsciente e o consciente, e para os quais ambos os casos dão sentido por meio de processos extremamente criativos, pois, como sabemos, o perverso encena a concretização de seu desejo. A esse conjunto de fenômenos, ou melhor, a essas novas configurações da organização psíquica, a pesquisadora atribuirá o termo neossexualidades⁶⁵.

Condensadas as prerrogativas apresentadas por McDougall (1989; 2001), podemos inferir que a psicanálise se afasta de forma irrevogável das premissas sustentadas pela sexologia dos séculos XIX e XX, bem como da influência que elas tiveram sobre as bases da teoria psicanalítica em sua fundação, ou seja, para a psicanálise contemporânea, da qual pincelamos a teoria da psicanalista neozelandesa para representá-la, a sexualidade humana não mais se fundamenta em uma prerrogativa biológica. Por meio desse posicionamento, fomenta-se a ideia de que nossa sexualidade não se firma por meio do fator biológico presente nos sexos, mas no resultado do trânsito por entre as fases psicosssexuais, complexos e demais influências internas e externas em relação ao nosso psiquismo, o que acarretará uma escolha singular dentre as inúmeras respostas sexuais possíveis que, agora, no século XXI, não mais

⁶⁵ Em seu livro *As múltiplas faces de Eros*, no capítulo que dedica e intitula de *As soluções neo-sexuais*, McDougall diz que “para enfatizar o caráter inovador e a intensidade dos investimentos envolvidos, refere-se às heterossexualidades desviantes e às homossexualidades desviantes como “neo-sexualidades”. Esta nomenclatura utiliza o conceito de *neo-realidades*, que são criadas por frágeis pacientes fronteiriços numa tentativa ilusória – ou mesmo delirante – de encontrar solução para conflitos esmagadores. Nos desvios, tanto heterossexuais quanto homossexuais, a necessidade de reinventar o ato sexual habitualmente pode ser rastreada até acontecimentos infantis perturbadores ou comunicações desencaminhadoras a propósito da identidade sexual, dos papéis sexuais e dos conceitos de feminilidade e masculinidade. Nesses casos, os relacionamentos adultos com parceiros exigem complicadas manobras, condições e figurinos, à maneira das encenações teatrais.” (McDougall, 2001, p. 188)

se limitam às três únicas denominações possíveis até então, a saber: heterossexual, homossexual ou, por falta de outra denominação, perversa. Como resultado, essa “nova” gama de escolhas sexuais, neossexuais, incide na criação de novas versões da sexualidade humana, como resultado do pedido de uma subjetividade que carece de meios de dar lugar às suas demandas.

O que se pode notar, acima de tudo, é que as neossexualidades constituem uma amostra do irreversível processo de dispersão sexual avançado em nossa cultura na atualidade, como consequência, se nos for permitido indicar, de uma fragmentação do sujeito que, ao mesmo tempo em que não se encontra mais vinculado a uma identidade, ou seja, perdido e, por isso angustiado, busca, nas inúmeras possibilidades que a contemporaneidade apresenta, o seu lugar enquanto sujeito que possui desejos e lacunas próprias. O que, aparentemente, pode ser algo ruim à normatização social pregada por segmentos mais conservadores da sociedade, para a psicanálise, mesmo caracterizando um desafio dos novos tempos; também aponta para uma maior liberdade subjetiva da sexualidade humana, tão submetida, desde os primórdios da civilização, aos mandos e desmandos de um cerceamento angustiante.

Alicerçada nessa perspectiva, McDougall (2001) vai revisitar e fortalecer o pensamento freudiano de que nem todas as perversões são condizentes com o teor, o rótulo pejorativo que as cerca, tendo em vista que, para Freud e para ela, perversos propriamente ditos são aqueles que não respeitam a alteridade do outro, ou seja, o perverso em nível patológico seria aquele cuja principal característica é a indiferença defronte às demandas do outro. Nesse ponto de vista, a autora defende que as práticas sexuais consideradas desviantes, perversas, quando manifestadas de forma a respeitar a presença do outro, ou seja, a sua presença enquanto sujeito desejante, constitui apenas mais uma das inúmeras variantes da sexualidade humana que, na maioria dos casos, são praticadas na intimidade das relações interpessoais, conjugais etc, mas que ainda são mantidas no âmbito do tabu social, algo que Roudinesco (2008) pontuou de modo pertinente ao salientar que “os perversos são uma parte de nós mesmos, uma parte de nossa humanidade, pois exibem o que não cessamos de dissimular: nossa própria negatividade, a parte obscura de nós mesmos (p.13)”. Contudo, McDougall (2001) não se limita a um posicionamento que comporta apenas esses indivíduos que manifestam sua sexualidade de uma forma não patológica.

O que se pode apontar é que um paradoxo, sem dúvida, se apresenta tanto para o seio social, como para a psicanálise teórico-clínica, pois o crescente fenômeno das manifestações de caráter perverso, ou neossexuais, sobretudo, se nos mostra, por um lado, a maior liberdade da pluralidade de opções sexuais e manifestações correlatas a elas, o que endossa a urgência

de novos constructos acerca dessas configurações que surgem e anseiam seu lugar de/por direito na civilização que se diz democrática e protetora das pluralidades e singularidades; por outro escancara a fragilidade e a constante necessidade do ser humano de buscar novas formas de sustentação psíquica, o que, conseqüentemente, exige da sociedade, bem como na teoria e clínica psicanalítica, um desprendimento de forças maior e mais dinâmico no que se refere ao entendimento, acolhimento e tratamento das angústias e conflitos individuais e coletivos que possam surgir na cultura.

Contudo, cumpre-nos sublinhar que, por mais paradoxal e imprevisível que possa parecer o estado em que a cultura se encontra, os fenômenos que se apresentam e multiplicam em nossa contemporaneidade são produto de uma somatização oriunda de um processo já manifestado em toda a história humana conhecida, os quais mostram, acima de tudo, indícios de que as perversões são uma manifestação do psiquismo humano desde tempos remotos, servindo como reação inconsciente ao sofrimento inerente ao desenvolvimento psicosssexual, devendo ser entendidas, na perspectiva mcdougiana, como uma espécie de tentativa de cura de si mesmo, realizada por sujeitos que se veem reféns de uma demanda extremamente conflitante, e que escolhem fazer de seus corpos, como última fronteira possível, e de sua imaginação, as ferramentas possíveis ante o campo de batalha que se apresenta.

Embora o termo cunhado por McDougall possa ser passível de alguns questionamentos, sobretudo de ordem morfológica, devido ao uso do prefixo neo-, as contribuições que ela apresenta à psicanálise contemporânea são extremamente relevantes, como salienta Ceccarelli (1997) ao afiançar que:

O lugar de destaque que ocupa Joyce McDougall na psicanálise contemporânea é indiscutível. Fiel à sua posição de analista, seu contínuo movimento de questionamento faz com que ela forje suas próprias respostas quando não encontra as que julga adequadas. Ainda que se possa não concordar com todas as suas posições teórico-clínicas, não se pode negar a força de persuasão de seu trabalho clínico assim como o seu imenso talento para traduzir em palavras os sentimentos, as paixões, enfim, todos os movimentos do funcionamento psíquico. (CECCARELLI, 1997, p. 106)

A perspectiva mcdougiana, como representante do pensamento psicanalítico na atualidade, se faz importante pelo fato de assinalar que a perversão, enquanto fenômeno inato à sexualidade humana, apesar dos preconceitos, tabus e demais marcas negativas a que se encontra associada, nada mais é do que uma das muitas formas, expressões, variações e configurações de nossa tão imprevisível sexualidade, o que faz das perversões sexuais uma legítima personificação da subjetividade humana.

Antes que possamos concluir quaisquer considerações neste subcapítulo, torna-se imprescindível uma pequena explanação sobre o desafio no cotidiano social que tais manifestações da sexualidade ocasionam. Como qualquer desvio das normas que tentam padronizar a sexualidade, as relações pessoais e demais setores da vida humana em nossa cultura, as perversões sexuais, por mais que exista uma tentativa de desmarginalização e absorção por parte da sociedade, ainda enfrentam forte constrangimento à civilização. O tabu — aquele elemento que Freud (1913) postulou como sendo uma das noções próprias à cultura — ainda se faz implacável na degradação de tais práticas, como emissário de uma sociedade que, apesar dos avanços no entendimento da necessidade de tolerância e aceitação das diferenças que constituem a vida coletiva, ainda é marcada pelo temor em relação àquilo que não se encaixa na representação hegemônica e totalitária dos desejos e das sexualidades.

Embora o tabu possa instituir-se como uma expressão da subjetividade humana, tendo em vista que os modos de vivenciar as normas sociais são um resultado particular do caminho percorrido pelo sujeito em seu desenvolvimento psicosssexual, a repressão por ele implantada em relação aos desvios praticados contra as leis, como já apontamos, no caso dos perversos não há uma intimidação ou contenção capaz de sucumbir às forças que agem no intuito de garantir a obtenção de prazer. Em seu artigo intitulado *Com tabu é mais gostoso*, Rodrigues (2015), ao esboçar algumas considerações acerca da maneira como o tabu não consegue suprimir as práticas consideradas, por muitos, como de ordem perversa, como é o caso da pornografia, acaba por instaurar, na contramão da repressão, um ímpeto de transgressão ao cerceamento imposto e, com isso, o psicanalista expõe de forma contundente a capacidade que os indivíduos perversos possuem de arquitetar novos caminhos para se sustentar no gozo. Segundo o autor:

Se a contenção dos desejos arcaicos permitiu-nos alcançar o *estágio civilizatório*, por outro lado, estimulou-nos a forjar subterfúgios, a fim de reencontrá-los, seja de forma comedida e disfarçada, convertendo-os em ações socialmente aceitáveis, seja por intermédio de comportamentos excessivos e dissimulados, que nos impõem, de maneira indissociável, uma dupla trajetória de gozo: a *transgressão* e o *acesso*. É na intersecção entre o perigo e a recompensa, na infração ao tabu e no contato com o proibido que residem os encantos e sortilégios da pornografia. Ela nos afeta, devasta-nos e, ao mesmo tempo, torna-nos demasiadamente humanos, ao desnudar nossas fragilidades, ao escancarar as fantasias operantes em nossa sexualidade, ao aguçar a imaginação através de sinestésias e provocações, ao denunciar as falências de nosso narcisismo (no laço com o pornográfico, quem é o senhor?), ao delatar a parte obscura de nós mesmos. (RODRIGUES: 2015, p. 11)

Tais conflitos, que se instauram por meio do paradoxo liberdade-contenção, devem ser compreendidos por todos, em especial pela teoria e prática psicanalítica, como um esboço da inquietude a que os novos ideários expõem a cultura. Enquanto parcelas da teoria psicanalítica pregam que a civilização vive em tempos de psicose, do afastamento do ser humano da realidade, em virtude da virtualização/digitalização do viver, defendemos, por meio das postulações que expomos, que esse pensamento apenas compreende parte do fenômeno da tecnologicidade imposto pelo desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação. O que de fato vivenciamos, e isso se apresenta, como exposto desde as primeiras linhas deste capítulo histórico, é o resultado de um itinerário que comprova a inerência da eficácia libidinal que as práticas perversas possuem em se reconstruir mediante as suas necessidades e a imposição de novos desafios a sua manutenção, que pode ser caracterizada pelo domínio do capitalismo, perverso por excelência, e pelo uso da nomenclatura “sociedade de consumo” como denominação de nossa necessidade atual de nos mantermos sob a marca do consumo, do viver para ter e, conseqüentemente, do ter para sermos sujeitos.

Tal configuração, segundo nosso ponto de vista, reedita o conflito que demarca a existência psicosssexual humana em todo seu itinerário enquanto sujeito civilizado, só que de uma forma mais dinâmica e fragmentada em nossos dias, onde vemos, por um lado, uma tentativa do seio social de dar lugar às diferentes manifestações da subjetividade, e, por outro, a resistência a essa mesma medida, como um reflexo do temor inconsciente de grande parcela da sociedade, fundamentalmente neurótica, de permitir a vazão de desejos e possibilidades sexuais que todos possuímos, respeitando as particularidades e escolhas de cada um, a qual, todavia, ainda se mantém, embora frágil, sob a égide do recalque.

Em relação a essas novas configurações que se apresentam e exigem seu lugar por direito consciente e inconsciente, podemos apresentar duas rápidas ponderações: a primeira diz respeito ao fato de que esses conflitos ocorrem não apenas pela divergência das opções edípicas de cada indivíduo ou grupo, mas, sobretudo, pela resistência, no entendimento, de que somos humanos justamente pela incapacidade de padronização de nossas escolhas sexuais; a segunda, muito mais profunda e basilar aos pressupostos básicos da teoria psicanalítica, é a confirmação de algo que Freud nos apresentou nas décadas iniciais do século passado, mas que dizem muito acerca de tempos passados e, ainda mais, de nosso tempo, a saber: o fato de que é nessa tensão que se apresenta o percurso da vivência humana em sociedade e, principalmente, que é nela, que habita o mal-estar próprio da cultura.

Caput 2 – Psicanálise e Literatura: aproximações freudianas

No momento em que colocamos literatura e psicanálise como objetos de coalizão para um mesmo objetivo, temos que ter em mente que tais elementos constituem dois campos completamente distintos, díspares, próprios. Todavia, também podemos ver neles a possibilidade de uma interlocução perfeitamente possível, principalmente quando levamos em consideração que a literatura é uma forma de representação da subjetividade humana, e que a psicanálise é uma teoria e prática clínica que visa, por meio da escuta, o entendimento das angústias que constituem e revelam as inimagináveis e inúmeras facetas da subjetividade humana. Talvez não houvesse um olhar tão profundo; um que se debruçasse de tal forma sobre a representação da subjetividade presente nos textos literários, antes do empreendimento psicanalítico freudiano.

É justamente o pai da teoria psicanalítica quem primeiro realizou a aproximação entre literatura e psicanálise. No entanto, é importante ressaltarmos que o pioneirismo freudiano, segundo o que propomos com este trabalho, não se originou inicial, e tão somente, por meio da aproximação entre o texto literário e a psicanálise, mas por um fator mais profundo e constitutivo do próprio psicanalista.

Antes de qualquer justaposição de matérias, é mister termos em mente que Freud, em sua própria constituição enquanto postulador de uma teoria psicanalítica, é marcado por seu profundo conhecimento literário — não apenas como espectador (leitor), mas como autor (escritor) e personagem de sua própria escrita (obra), e tal conhecimento refletiu-se na sua escrita por meio de uma profunda excitabilidade investigativa e acolhedora para com os jogos do seu inconsciente, para com suas vicissitudes, bem como em relação aos processos e as maleabilidades psíquicas de seus pacientes, que pode ser vista em sua obra por meio das composições e recomposições de seu pensar e de sua teoria, reescrevendo-a como um autor reescreve seu personagem até que este reflita os anseios de sua subjetividade.

Partindo desse ponto de vista, falar sobre a teoria psicanalítica de Freud seria, juntamente com as demais características que a compõem, o mesmo que debruçar-se sobre uma narrativa do sintoma, que pode ser incrivelmente ficcional, dependendo de como o sujeito e sua subjetividade se arquitetam em relação às angústias de si, e como estas são narradas ao analista. É a partir dessa narrativa do sintoma que a psicanálise se ampara e institui-se. Dessa forma, Freud, assim como qualquer outro psicanalista que atue como clínico e teórico, constitui-se como ouvinte/investigador/pesquisador, personagem e narrador, erigindo, a título de aproximação, a história dos seus casos.

Sem querermos cometer um crime de digressão, lançamos aqui uma citação de Rubem Alves (1988) que, ao tecer comentário sobre a escrita literária de Adélia Prado, também nos apresenta o quão fortemente viável é a aproximação entre literatura e as ciências humanas, deixando claro como aquelas ciências investigatórias do psiquismo humano podem se lançar sobre tão frutífero *corpus*:

Por favor, leia a Adélia Prado, mulher comum que os deuses, brincalhões, dotaram desta graça incompreensível de poder transfigurar o banal em coisa bela, aquilo de que ninguém gosta de fazer em coisa erótica. [...] Tudo é parte de um mesmo universo maravilhoso, espantoso, que nos faz tremer de gozo e de terror, quando nos abrimos para o seu fascínio e penetramos os seus segredos. Há o mistério das coisas, há o mistério das pessoas, universos inteiros dentro do corpo, mundos bizarros que afloram nas alucinações dos psicóticos, e que nos arranham vez por outra, dormindo ou acordados, as funduras marinhas da Cecília Meirelles, as florestas de Rilke, Édipos, Narcisos, pessoas grandes por fora onde moram crianças órfãs, grandes solidões que buscam a presença de outras, os mundos da cultura e da sociedade, das festas populares e das grandes celebrações coletivas e, repentinamente, damo-nos conta de que os enigmas da Via Láctea são pequenos demais comparados àqueles das pessoas que vemos todo dia. Só que nossos olhares ficaram baços, e não percebemos o maravilhoso ao nosso lado. Se fôssemos tomados pelo fascínio, então pararíamos para ver e veríamos coisas de que nunca havíamos suspeitado. (ALVES, 1988, p.14-15)

É por meio desse entendimento de que a literatura, através de sua escrita simbólica e sintomática, consegue alcançar aquilo que constantemente se esquia da realidade externa ao sujeito, que nossa aproximação se fundamenta.

Bellemin-Noël (1978), em seu livro intitulado *Psicanálise e Literatura*, mostra-nos como a escrita literária se apresenta profundamente eficiente no que se refere ao fornecimento de um meio de interpretação do real⁶⁶ que foge aos ouvidos do analista, ou mesmo do leitor menos atento, pois, “a atenção aos detalhes é consubstancial a uma conduta científica preocupada em ouvir as palavras exatas de um paciente, em saborear o discurso preciso de um escritor. (p.19)”

A partir desse desdobramento convergencial, podemos ainda aludir ao fato de que existe, na relação psicanalista/paciente um processo articulatório que se registra por meio de uma narratividade. Isso se dá pelo fato de que, se por um lado existe um sujeito que traduz suas angústias por meio da narrativa do sofrimento, do outro nos deparamos com um analista que está ali, acima de tudo, para ouvir essa narrativa de cura e, a partir dela, investigar suas

⁶⁶ Como já fora dito anteriormente, o real a que nos referimos é o que diz respeito à realidade em que vivemos, e não o Real laciano, cujo sentido se aproxima mais do simbólico do que da realidade em si.

entrelinhas, quase sempre, tortuosas que, assim como qualquer texto literário, está impregnado de uma escrita do dito e do não-dito.

Afastemo-nos um pouco desse processo de esclarecimento dos trâmites de fundação e sustentação da teoria psicanalítica por meio da narratibilidade – e, por que não dizer, literariedade – dos arranjos metodológicos que a constituem, passemos, agora, a uma delineação, talvez não cronológica, mas expositora, de como a relação psicanálise e literatura encontra-se vívida desde os primórdios da instituição desse método terapêutico por seu fundador.

Como mencionado anteriormente, é justamente Freud o primeiro a introduzir a relação de convergência entre os dois campos; aproximação esta que, *a priori*, se mostrou um pouco tendenciosa, tendo em vista que aparentemente a teoria psicanalítica usava a literatura como subterfúgio para suas postulações, mas que, hoje, com inúmeros estudos acerca do tema, chegou-se, em tese, a um pensamento mais amplo e frutífero a ambas as áreas. Se, por um lado, psicanalistas, assim como Freud, utilizam a escrita literária para alicerçar suas considerações acerca da subjetividade humana, que se mostra, em nossos dias, fortemente marcada por conflitos, sobretudo, de ordem instintiva, por outro lado, a academia também faz da teoria psicanalítica um suporte bastante útil ao lançar-se nas entrelinhas dos romances, poesias, contos, crônicas etc., procurando, com seu auxílio, desvendar as veredas do texto, do eu lírico, da escrita, dos ditos e, principalmente, dos não-ditos.

A Literatura revelou-se fundamental para o desenvolvimento da ciência psicanalítica desde sua gênese. Um corolário claro desta afirmação é o fato de que Freud fez nascer da literatura grega as representações necessárias para evidenciar vários de seus postulados; dentre eles, alguns dos mais famosos, mostrando não somente que existe certa dialogicidade entre Literatura e a nova ciência que estava fundando, mas que tais demandas psíquicas já se faziam presentes na subjetividade humana desde os princípios de sua existência civilizatória, e é essa relação atávica que Freud busca ao lançar-se sobre, por exemplo, a literatura clássica.

Esse empreendimento freudiano em relação à literatura grega fundamenta-se, sobretudo, pela certeza de que todo processo de cognição de um “novo” pensar tem por baliza a habilidade que o pensador/teórico tem da apreensão deste pensar, ou destes sintomas, em outros arcabouços, outras fontes, outros tempos, demonstrando a existência ou inexistência do conhecimento em outras civilizações.

Deste interesse pela literatura/cultura clássica, Freud extraiu inúmeras contribuições. O Complexo de Édipo, por exemplo, já surge por volta de 1897, quando o pai da psicanálise, em uma correspondência a Fliess, já sugere algumas considerações acerca da problemática

que, anos depois, viria a ser lapidada e instituída como um dos conceitos direcionadores da sexualidade humana, segundo a visão psicanalítica freudiana.

O Complexo de Édipo funda uma das problemáticas fundamentais da teoria e da clínica psicanalítica, mas, enquanto conceito, percorreu um longo e paulatino caminho na obra de Freud, tanto em seus artigos como em seus livros, desde 1897 até 1938, sendo, a cena edípica, para a teoria freudiana, o momento crucial da constituição do sujeito. Laplanche e Pontalis (2001), e seu consagrado verbete de termos psicanalíticos, nos instrui que o Complexo de Édipo pode ser entendido como um:

Conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais. Sob a sua forma dita positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo-Rei: desejo da morte do rival que é a personagem do mesmo sexo e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Sob a sua forma negativa, apresenta-se de modo inverso: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto. Na realidade, essas duas formas encontram-se em graus diversos na chamada forma completa do complexo de Édipo. Segundo Freud, o apogeu do complexo de Édipo é vivido entre os três e os cinco anos, durante a fase fálica; o seu declínio marca a entrada no período de latência. É revivido na puberdade e é superado com maior ou menor êxito num tipo especial de escolha de objeto. O complexo de Édipo desempenha papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano. Para os psicanalistas, ele é o principal eixo de referência da psicopatologia. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 77)

Notemos que o verbete trata do complexo ainda bastante ligado à tragédia do rei Édipo, mas sem apresentar grandes apontamentos acerca do mito. Já o dicionário confeccionado por Roudinesco e Plon (1998) nos apresenta uma visão que, aparentemente, tenta se voltar a uma explicação mais detalhada, acenando para o modo como, nele, se elaboram o conteúdo e a dinâmica descrita por Freud, ao informar que:

Correlato do complexo* de castração* e da existência da diferença sexual* e das gerações*, o complexo de Édipo é uma noção tão central em psicanálise* quanto a universalidade da interdição do incesto* a que está ligado. Sua invenção deve-se a Sigmund Freud*, que pensou, através do vocábulo Ödipuskomplex, num complexo ligado ao personagem de Édipo, criado por Sófocles. O complexo de Édipo é a representação inconsciente pela qual se exprime o desejo* sexual ou amoroso da criança pelo genitor do sexo oposto e sua hostilidade para com o genitor do mesmo sexo. Essa representação pode inverter-se e exprimir o amor pelo genitor do mesmo sexo e o ódio pelo do sexo oposto. Chama-se Édipo à primeira representação, Édipo invertido à segunda, e Édipo completo à mescla das duas. O complexo de Édipo aparece entre os 3 e os 5 anos. Seu declínio marca a entrada num período chamado de latência, e sua resolução após a puberdade concretiza-se num novo tipo de escolha de objeto. Na história da

psicanálise*, a palavra Édipo acabou substituindo a expressão complexo de Édipo. Nesse sentido, o Édipo designa, ao mesmo tempo, o complexo definido por Freud e o mito fundador sobre o qual repousa a doutrina psicanalítica como elucidação das relações do ser humano com suas origens e sua genealogia familiar e histórica. (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.180 grifos dos autores)

A par das formas conceituais que a nomenclatura enseja, voltemo-nos ao processo de metaforização do complexo por meio da tragédia de Sófocles, tendo em vista que ela, de certo modo, constituiu-se, em nossos tempos, como a narrativa mais aceita acerca do mito do rei grego.

A narrativa, apresentada por nós no capítulo anterior a este, não necessita de maiores contextualizações. Prosseguimos, então, para os instantes em que Freud, ante a inquietação em relação à investigação das angústias oriundas das sexualidades humanas, acaba se deparando com sua própria angústia libidinal e identitária em relação aos seus genitores. Essa angústia serve-lhe de apoio e ponto de concentração para um debate pessoal, uma autoanálise, como fica fulgente na epístola endereçada a Fliess, de 15/10/1897, onde o célebre fundador da psicanálise mostra-se inclinado a apoiar-se na cena edípica tal como nos fora transmitido pela tragédia de Sófocles:

Descobri também, em meu próprio caso, o fenômeno de me apaixonar por mamãe e ter ciúme de papai, e agora o considero um acontecimento universal do início da infância, mesmo que não ocorra tão cedo quanto nas crianças que se tornam histéricas [...] Se assim for, podemos entender o poder avassalador do *Oedipus Rex*, a despeito de todas as objeções que a razão levanta contra a hipótese de uma inexorável fatalidade; e podemos entender por que os recentes ‘dramas do destino’ estavam destinados a fracassar tão lastimavelmente. Nossos sentimentos se rebelam contra qualquer compulsão individual arbitrária, como se pressupõe em *Die Ahnfrau* e similares; mas a lenda grega capta uma compulsão que todos reconhecem, pois cada um pressente sua existência em si mesmo. (MASSON, 1986, p.273).

Notemos a excitação de Freud que, diante da dialogicidade da sintomática da sua angústia em relação ao mito grego, lança sobre esse material um valoroso elogio. Vale salientar, no entanto, que o pai da psicanálise se distancia do valor trágico do mito, atendo-se, quase que exclusivamente, às feições essenciais do mito. Prova de tal suposição se evidencia em outra menção freudiana ao mito do rei Édipo, encontrada em seu *A Interpretação dos Sonhos*, onde o autor evoca e discute, de forma mais contundente e esclarecedora, os enlaces do mito em relação às vicissitudes humanas. Vejamos:

Essa descoberta é confirmada por uma lenda da Antiguidade Clássica que chegou até nós: uma lenda cujo poder profundo e universal de comover só pode ser compreendido se a hipótese que propus com respeito à psicologia infantil tiver validade igualmente universal. O que tenho em mente é a lenda do Rei Édipo e a tragédia de Sófocles que traz o seu nome (FREUD, 1900/1969, p. 277).

Entranhada à cena edípica, ainda podemos ver uma grande menção freudiana ao mito castrador primordial, que tem no escrito⁶⁷ de Hesíodo a versão mais amplamente aceita do embate paterno-filial que veio a surgir como símbolo do temor à castração, nomeado por Freud como Complexo de Castração.

Apesar do aparente erro original ao mencionar a foice no embate Cronos e Zeus, Freud (1901/1969), em seu *Psicopatologia da vida cotidiana*, sinaliza o erro⁶⁸ cometido. Embora tenha ocorrido esse erro na associação inicial do mito castrador, sabemos que Zeus torna-se, posteriormente, a reedição de seus antecessores paternos, tanto no que se refere à questão da tirania, como no medo de que seus filhos o “castrassem”⁶⁹. A associação da obra de Hesíodo e, conseqüentemente do mito, nos faz atentar para outra importante perspectiva, a de que o evento traumático só se manifesta, se (re)apresenta, por meio de uma dinâmica retrospectiva, ou seja, ao debruçar-se sobre o mito da origem dos deuses, Freud vai, além de metaforizar seus postulados, elucidar como os eventos traumáticos se dão por meio de sua origem, demonstrando como esse lançar-se temporalmente no inconsciente funciona como meio para um (re)descobrimento, uma reconstrução, uma arqueologia do sujeito, possível por meio das lacunas individuais, das falhas constitutivas, tão próprias dos seres humanos e que até os deuses possuem.

Em sua obra psicanalítica, Freud vai recorrer aos mitos e à literatura clássica outras inúmeras vezes, alcinhando, aqui e ali, suas descobertas a partir de nomes de personagens e elementos míticos, tais como: o **Narcisismo**, “designação para a conduta em que o indivíduo trata o próprio corpo como se este fosse um objeto sexual, isto é, olha-o, toca nele e o acaricia com prazer sexual, até atingir plena satisfação mediante esses atos” (FREUD, 1914/2010, p. 14). Tal nomenclatura surge a partir da descrição do mito do jovem Narciso, que se apaixona por sua imagem refletida nas águas de um rio; **Eros**, referente às pulsões de vida; elemento esse que impulsiona ao contato, ao embate com o outro e com a realidade, sendo uma tensão permanente, um conflito incessante. Eros é o deus grego do amor. Foi considerado por

⁶⁷ Referimo-nos, aqui, ao seu texto *Teogonia*.

⁶⁸ Na verdade, segundo a versão de Hesíodo, a foice foi usada por Cronos para castrar Urano.

⁶⁹ Para o melhor entendimento do temor de Zeus em ser castrado como seus antecessores paternos, consultar o mito da origem de Aquiles.

Hesíodo um dos filhos de Caos, sendo assim, um deus primordial. Outras versões o colocariam como sendo filho de Afrodite, deusa do amor; **Tânatos** seria o princípio que renega a separação do corpo uterino, que principia o retorno ao estado fetal, ao repouso, à aniquilação das tensões, e que está vinculado às tensões de morte, remetendo-se à personificação grega para a morte; o **complexo de Electra**, “expressão utilizada por Jung como sinônimo do complexo de Édipo feminino, para marcar a existência dos dois sexos, *mutatis mutandis*⁷⁰, de uma simetria da atitude para com os pais (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p.81)⁷¹, dentre outros mitos.

Mas, sobretudo, o esforço freudiano em relação ao olhar psicanalítico sobre a literatura mitológica clássica parece-nos ainda mais interessante no tocante à isomorfia na busca pelas origens, pela infância, pelos traços distintivos perdidos ou distantes diacronicamente, o que nos mostra o quão importante é a história do indivíduo, bem como o fato de que nossas histórias não se resumem a um passado remoto, distante, inatingível e incapaz de qualquer influência posterior a sua ocorrência temporal, já que, ao falarmos em psicanálise, o presente se constitui a partir de constantes revisitas traumáticas, que mesmo não sendo percebidas tão claramente em nosso cotidiano, influenciam nossa vida de forma intensa.

Na mesma correspondência que Freud direciona a Fliess, em 15 de outubro de 1897, onde se apoia no mito do rei Édipo para metaforizar a constatação de sua inquietante teoria recém autoexperimentada, que pressupõe uma universalidade do fenômeno edípico, também testemunhamos outro empreendimento freudiano no universo literário, mas, desta vez, por meio de um romance moderno:

Cada pessoa da platéia foi, um dia, um Édipo em potencial na fantasia, e cada um recua, horrorizado, diante da realização de sonho ali transplantada para a realidade, com toda a carga de recalçamento que separa seu estado infantil do estado atual. Passou-me fugazmente pela cabeça a idéia de que a mesma coisa estaria também na base do Hamlet [...] Como explicar sua hesitação em vingar o pai através do assassinato do tio - ele, o mesmo homem que manda seus cortesãos para a morte sem nenhum escrúpulo e que

⁷⁰ Terno em latim que significa “mudando-se o que se deve mudar”, ou, ainda, “feitas algumas alterações”.

⁷¹ Aqui, vale ressaltar uma diferenciação apontada por Halberstadt-Freud (2006) para os mitos de Édipo e Electra, a partir da forma como são utilizados pela psicanálise, afirmando que: “Os mitos de Édipo e de Electra diferem em suas essências – mesmo que ambos tratem da rivalidade com o genitor do mesmo sexo e do amor pelo genitor do sexo oposto. O confiante Édipo, o lamentável filho do rei de Tebas, que quase foi assassinado pelos próprios pais, não tinha a mínima intenção de matar seu pai. Ele nem o conhecia e fugiu de seus supostos pais (na verdade adotivos) para escapar do presságio do oráculo, que anunciava que mataria seu pai. Electra planeja durante muitos anos o assassinato da sua mãe, que executará sorrateiramente. Édipo, por outro lado, mata um estranho em um cruzamento de Delfos, em um ataque de raiva irracional. Electra alimentará um rancor pelo resto de sua vida em relação a sua mãe pelo fato de que esta, junto com o amante Aegisthus, matou seu pai, Agamêmnon, e a amante deste, Cassandra. Após anos de espera, Electra consegue executar sua vingança com a ajuda do irmão, matando a mãe, Clytaemnestra” (p. 33).

é positivamente precipitado ao assassinar Laertes? Como explicá-lo senão pela tortura que ele sofre em vista da obscura lembrança de que ele próprio havia contemplado praticar a mesma ação contra o pai, por paixão pela mãe, e “a se tratar cada homem segundo seu merecimento, quem ‘escapa do açoite’”? Sua consciência moral é seu sentimento inconsciente de culpa.” (MASSON, 1986, p. 273).

A utilização das peças de Sófocles e Shakespeare, dois ícones do ocidente, serviram, no discurso de Freud, como uma peça-chave no percurso de elaboração daquela matéria que viria a se tornar o elemento basilar da sua teoria psicanalítica — o complexo de Édipo —, respeitando, é claro, as disparidades de cada momento histórico e os respectivos enredos que as compõem, ou seja, na mesma correspondência, o célebre psicanalista parte de uma conjectura particular, como foi a contemplação de seus desejos incestuosos, até apontar no universal, por meio do clássico grego e da tragédia do período elisabetano. As obras marcam o universal do ponto de vista em que seus núcleos arrazoam sobre os aspectos incestuoso e parricida que constituem as entrelinhas das narrativas; sendo que em *Édipo*, vemos um filho que mata o pai e casa-se com a própria mãe, e em *Hamlet*, um filho que vê o lugar do pai sendo tomado e institui-se como vingador do vulto paterno. Na lógica freudiana, ambas mostram como a figura do pai morto é importante para dar contornos à própria figura paterna na subjetividade humana; é a partir da morte desse pai que a figura paterna assume o seu papel, ou seja, a instância temerária, instituidora das leis, operadora do temor à castração e, concomitantemente, de um recalque⁷² que foge à contemporaneidade freudiana, o que acaba se tornando justamente o principal anseio no debruçar-se literário de Freud: contemplar o registro dessa angústia primordial que nucleia o desenvolvimento psíquico humano, bem como seu avanço na narrativa/história da civilização.

Édipo nos revela, em si mesmo, a cena fantasmática parricida e incestuosa contida no inconsciente humano – ele é o decifrador de esfinges-, sendo, para Freud, um personagem desprovido de inconsciente ou do próprio complexo que alcinha, mas a sua pura representação. Vale ressaltar que Freud não aplica à narrativa de Sófocles o que denominamos “psicanálise aplicada”, ou seja, o princípio interpretativo que faz convergir psicanálise e as artes, constituindo apenas um elemento que primeiro metaforizaria os alicerces da sua psicoterapia recém-inaugurada. Hamlet, por outro lado, é totalmente o oposto de Édipo no que tange à operação do núcleo edípico. Enquanto Édipo é a personificação pura do complexo,

⁷² “Operação pela qual o sujeito procura repelir ou manter no inconsciente representações (pensamentos, imagens, recordações) ligadas a uma pulsão. O recalque produz-se nos casos em que a satisfação de uma pulsão – suscetível de proporcionar prazer por si mesma – ameaçaria provocar desprazer relativamente a outras exigências.” (LAPLANCHE; PONTALHIS, 2001, p. 430)

Hamlet – que não decifra esfinges, pois é sua própria esfinge – vai além, referindo o que na narrativa clássica não se destaca: o sintoma⁷³. Hamlet seria uma representação mais clara dos sintomas do desejo edípico. Se, por um lado, ele não vacila em arquitetar e matar suas inimizades, por outro, quando se refere à tarefa de matar seu tio, Cláudio, ou seja, com a tarefa de assassinar o homem que matou seu pai e tomou o lugar deste, desposando sua mãe, Hamlet se confronta com o hesitar típico do conflito edípico, tendo em vista que, ao dar cabo da tarefa, realizaria, simultaneamente, seu desejo arcaico de parricídio e, conseqüentemente uma insuportável constatação do horror derivado da correção de consciência própria do recalque (VIDAL, 2014, p.79-80).

Em *A Interpretação dos Sonhos*, Freud (1900/1969) nos apresenta suas considerações sobre como o personagem Hamlet assume os sintomas do complexo de Édipo, que se mostram clara e evidentemente marcados na aparição da figura fantasmática (paterna) que, por não mais ocupar seu lugar entre os vivos, toma seu lugar na cena edípica:

Hamlet é capaz de fazer qualquer coisa – salvo vingar-se do homem que eliminou seu pai e tomou o lugar deste junto a sua mãe, o homem que lhe mostra os desejos recalcados de sua própria infância realizados. Dêsse modo, o ódio que deveria impeli-lo à vingança é nêle substituído por auto-recriminações, por escrúpulos de consciência que o fazem lembrar que êle próprio, literalmente, não é melhor do que o pecador a quem deve punir. (FREUD, 1900/1969, p. 281)

Notemos que Freud destaca justamente a hesitação, pois é esse o elemento que, na sua análise, escancara o revisitar incestuoso e parricida recalcado, ou seja, o protagonista da peça shakespeariana reflete a natureza inconsciente do complexo edípico, tal como compreendia Freud. Podemos até ver dois aspectos de conflito a serem apontados: o primeiro, relacionado ao temor próprio da ameaça de castração como punição ao desejo perpetrado contra aquele que assumira o lugar de seu pai; o segundo, pertinente ao reconhecimento, em Cláudio, dos seus mesmos desejos de deposição paterna e tomada de lugar ao lado de sua mãe, principalmente no que se refere ao fato de Cláudio tê-los “realizado”.

O debruçar-se freudiano na literatura talvez tenha sido fruto não apenas de suas investigações frente às inquietações dos momentos de suas descobertas psicanalíticas, mas de

⁷³ Neuter (1994) vai nos dizer “O sintoma fala mesmo àqueles que não sabem ou que não querem ouvi-lo, ele não diz tudo, mais ainda, esconde o fundo do seu pensamento, mesmo àqueles que queriam lhe dar ouvidos” (p. 248). Dessa forma, podemos entender o sintoma como sendo uma saída encontrada pelo indivíduo em relação ao conflito existente entre os elementos que constituem o seu psiquismo; regidos tanto pelo desejo de satisfação, como pelas forças cerceadoras que agem no intuito de garantir a probidade do indivíduo ante a realização de seus desejos reprimidos.

um contato anterior com os clássicos, que se tornou uma vocação útil aos seus anos de pesquisador. Em sua obra, Freud (1923), além de recorrer aos clássicos da literatura como forma de dar contornos mais claros às inquietantes angústias tanto por ele, como pelos seus pacientes, mostra-nos sua inclinação à leitura de textos literários e seu fascínio pela escrita criativa, como nos apontou ao dizer que “quando era um jovem estudante, meu desejo de ler o imortal Dom Quixote no original de Cervantes levou-me a aprender, sem mestre, a encantadora língua castelhana” (FREUD, 1923/1969, p.362).

Freud não nos traz a literatura apenas como um simples ponto de apoio para possíveis sustentações teóricas, isolada e inerte. A primazia do pioneirismo freudiano vai além da mera aproximação entre os saberes psicanalíticos em relação ao texto literário, pois ele aprofunda-se no instante em que adentra a cena da criação literária e põe à tona suas hipóteses acerca do assunto. Freud (1908) via na escrita literária um acesso original e próprio dos escritores aos labirintos do inconsciente, como nos expõe de forma até bastante “palpável e lúdica” ao retratar a criação artística de uma brincadeira infantil, através de questionamentos como “Acaso não poderíamos dizer que ao brincar toda criança se comporta como um escritor criativo, pois cria um mundo próprio, ou melhor, reajusta os elementos de seu mundo de uma forma que lhe agrada?” (p.149). E em posterior esclarecimento, afirma que “O escritor criativo faz o mesmo que a criança que brinca. Cria um mundo de fantasia que ele leva muito a sério” (p.150). Adiante, neste mesmo texto, Freud ainda indica os meandros que, para ele, fazem do texto literário um exemplar modelo de fuga ante as angústias impostas pela cultura, ao salientar que:

A irrerealidade do mundo imaginativo do escritor tem, porém, consequências importantes para a técnica de sua arte, pois muita coisa que, se fosse real, não causaria prazer, pode proporcioná-lo como jogo de fantasia, e muitos excitamentos que si são realmente penosos, podem tornar-se uma fonte de prazer para os ouvintes e espectadores na representação da obra de um escritor. (FREUD, 1908/1969, p. 150)

Em seu escrito *Um estudo autobiográfico*, Freud (1925/1969) retorna à cena edípica nas tragédias de Sófocles e Shakespeare, tratando da universalidade do tema nuclear das obras, sobretudo de como a intenção motivadora faz morada nas entrelinhas do texto e, principalmente, no inconsciente dos poetas:

A escolha do poeta, ou sua invenção, de um assunto tão terrível parecia enigmática, assim como o efeito esmagador de seu tratamento dramático, e a natureza geral de tais tragédias do destino. Mas tudo isso se tornou

inteligível quando se compreendeu que uma lei universal da vida mental havia sido captada aqui em todo seu significado emocional. O destino e o oráculo nada mais eram do que materializações de uma necessidade interna; e o fato de o herói pecar sem seu conhecimento e contra suas intenções era evidentemente uma expressão certa da natureza inconsciente de suas tendências criminosas. (FREUD, 1925/1969, p. 79)

Mas, com efeito, a obra se torna mais produtiva quando Freud nos apresenta seu ponto de vista a respeito da característica criativa da escrita poética e artística em geral, apontando para uma similitude entre as figuras do artista e do neurótico, mostrando como o primeiro reage de forma a manter-se satisfeito, mesmo regido pelo princípio da realidade. Nas palavras de Freud (1925/1969):

O domínio da imaginação logo foi visto como uma ‘reserva’ feita durante a penosa transição do princípio de prazer para o princípio de realidade a fim de proporcionar um substituto para as satisfações instintuais que tinham de ser abandonadas na vida real. O artista, como o neurótico, se afastara de uma realidade insatisfatória para esse mundo da imaginação; mas, diferentemente do neurótico, sabia encontrar o caminho de volta daquela e mais uma vez conseguir um firme apoio na realidade. Suas criações, obras de arte, eram as satisfações imaginárias de desejos inconscientes, da mesma forma que os sonhos; e, como estes, eram de natureza de conciliações, visto que também eram forçados a evitar qualquer conflito aberto com as forças de repressão. (FREUD, 1925/1969, p. 81)

Com as palavras acima, Freud nos faz entender um pouco de como a escrita literária é, sobretudo, uma escrita do sintoma, ou seja, ao pôr sua ficção no papel, o escritor não escreve apenas um texto, mas uma narrativa inconsciente de suas angústias, faltas e falhas constitutivas que, mesmo não estando claramente marcadas ante o olhar do leitor, também segura a pena e a tinta no momento em que sua mão rabisca o papel. O escritor teria a capacidade de, mesmo estando regido pelo princípio de realidade, inscrever nas entrelinhas a satisfação imaginária de seus desejos inconscientes, assim como os de seus leitores, mesmo que de forma indireta. Mas, na mesma obra, adverte que existem “dois problemas que sua teoria não poderá iluminar: a natureza do dom artístico e a técnica artística (o modo pelo qual o artista trabalha). Vemos assim que não era pretensão de Freud esgotar os enigmas da arte, além disso, para ele a investigação psicanalítica de uma obra artística não estragaria a fruição que a mesma pode proporcionar (CAMPOS; CASTRO, 2014, p.63).”

Assim como Freud o fez desde o início de suas postulações, utilizando o texto literário como elemento testemunhal para apontar a universalidade e atemporalidade das teorias fundadoras da doutrina psicanalítica, culminando em um pioneirismo duplo: o de dar forma a

um novo método terapêutico de entendimento do psiquismo baseado na associação livre⁷⁴ e o de aproximá-lo da literatura, sem que, para isso, sobressaísse sua teoria em relação ao texto, à escrita literária e à particularidade dos escritores em relação ao acesso, que possuem, ao inconsciente. Dessa forma, mesmo que Freud tenha se debruçado sobre o clássico que remonta ao mito do rei grego, inicialmente, apenas com intuito de validar a existência de sua nova descoberta, é visível que seu progresso como pesquisador das particularidades da mente e como escritor de narrativas das angústias humanas o fez ter a sensibilidade e prudência de não sobrepor uma à outra, mas atribuir a cada uma sua importância no processo de investigação das lacunas que nos perfazem, dando contorno à interdisciplinaridade, ao diálogo de benefício mútuo de que, hoje, tanto psicanalistas como letrados se utilizam para fundamentar suas pesquisas.

É por meio desse diálogo iniciado por Freud, e que damos continuidade com nossa pesquisa, que, ao nos lançarmos sobre o texto literário, fundamentados pela teoria psicanalítica, podemos entender a primazia observada e comprovada pelo ilustre pai da psicanálise no que se refere à interlocução distinta que se constitui no testemunho das entrelinhas das obras literárias; esse reservatório que armazena singularmente a matéria própria da teoria e da clínica psicanalítica, por meio de suas referências, simbolizações, recuos, elementos velados, formas fantasmáticas e tantos outros elementos.

Para que possamos aportar suficientemente as problemáticas que o grande tema das perversões apresenta, bem como dos demais fenômenos que alicerçam e fomentam as práticas tidas como perversas em nossa sociedade e, sobretudo, o conflito pulsional que se faz cada vez mais patente em nossa contemporaneidade, faremos uso de teorias diversas, porém convergentes e complementares entre si, de modo a atender as necessidades contextuais e teóricas que o capítulo a seguir e o trabalho como um todo ensejam. Vejamos:

1) Psiquiatras:

Como teórico e expoente da perspectiva médico-judicial acerca das perversões, que antecedeu o pensamento psicanalítico freudiano e vigorou fortemente no século XIX, utilizaremos a obra do psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing (1840-1902) (C.f. 2000, apud PERREIRA, 2009), a fim de que possamos compreender como a ciência, a sociedade e os seus dispositivos reguladores entendiam os fenômenos da perversão num período em que o

⁷⁴ “Método que consiste em exprimir indiscriminadamente todos os pensamentos que ocorrem ao espírito, quer a partir de um elemento dado (palavra, número, imagem de um sonho, qualquer representação), quer de forma espontânea” (LAPLANCHE; PONTALHIS, 2001, p.38).

rigor religioso da Igreja e as perspectivas de pensamento ainda presentes do iluminismo do século anterior se fariam presentes e conflitantes no meio social; para fundamentar nosso entendimento acerca desse período, também trazemos contribuições do psiquiatra francês Georges Lantéri-Laura (1930-2004) (C.f. 1994), que deixou importantes contribuições acerca do percurso do pensamento científico no tocante às perversões, do século XIX ao XX.

2) Freud:

No que se refere à teoria psicanalítica acerca das perversões, elegemos as postulações de Sigmund Freud (1856-1939) (C.f. 1895, 1900, 1905, 1914, 1917, 1920, 1923, 1927 e 1930), desde os primórdios da sua teoria, até os seus últimos trabalhos, por entendermos que, mesmo ele não tendo sido o mais profícuo estudioso das perversões, foi e ainda é, por meio de sua obra, que a psicanálise, ainda hoje, parte para novas perspectivas, revisitando-a tanto para corroborar seu entendimento, como para divergir dele, mas sempre utilizando-o como um marco de um novo modo de pensar o fenômeno psíquico das perversões. Faremos uso desde suas cartas a Wilhelm Flies [1858-1928], consideradas introdutórias do pensamento psicanalítico, passando por obras que apresentam conceitos-chave para o entendimento do pensamento psicanalítico como um todo e, principalmente, aquele referente às perversões, como o complexo de Édipo, até suas contribuições finais em vida, cujo caráter teórico psicanalítico se uniu ao sociológico, como as apresentadas em suas postulações acerca do mal-estar que regula o convívio do ser humano em sociedade.

3) Psicanálise pós-freudiana:

Outros importantes estudiosos da teoria psicanalítica, contemporâneos e pós-freudianos, também se farão presentes, como o psiquiatra e psicanalista francês Jaques Lacan [1901-1981] (C.f. 2003); Jean Laplanche (1924-2012) e Jean-Bertrand Pontalis (1924-2013) (C.f. 2001), franceses, que publicaram um dos dicionários de psicanálise mais utilizados no mundo, inclusive com citações em outros dicionários da área; Paulo Roberto Ceccarelli (C.f. 2001a, 2001b,) e David Léo Levisky (C.f. 1999), psicanalistas que atuam no cenário brasileiro, nos serviram de base aos questionamentos acerca da ineficácia das novas configurações familiares e sociais na contenção dos desejos perversos, bem como à influência de ferramentas, como a mídia, que, ao invés de formar, tendem, muitas vezes, a deformar o psiquismo dos indivíduos., demonstrando como o pensamento freudiano no tocante às perversões fundamentou e ainda incorpora os escritos teóricos que problematizam as novas manifestações da perversão.

4) Sociólogos e filósofos:

Para melhor entendermos como o fenômeno das perversões se configura na sociedade contemporânea, alimentado pela crescente necessidade de hegemonia do modelo de mercado capitalista, optamos pela utilização dos estudos de teóricos como Zygmunt Bauman (C.f. 1998), sociólogo que postula que os indivíduos que compõem a sociedade, nos dias atuais, vivem com base em uma relação de liquidez para com os outros, o que nos mostra, sobretudo, a fragilidade na constituição dos laços e na sua manutenção; o filósofo alemão Jürgen Habermas (C.f. 1990) e o francês Jean-François Lyotard (1924-1998) (C.f. 1998), teóricos que desenvolveram uma vasta teoria acerca da Pós-modernidade, demonstrando a necessidade de se pensar as mudanças paradigmáticas presentes no discurso partir do século XX e questionando o uso do conhecimento, adquirido ao longo de tanto tempo e por meio de muito esforço, nas sociedades contemporâneas; bem como o, também, filósofo francês Gilles Lipovetsky (C.f. 2004), que diverge dos citados anteriormente, acreditando existir não uma Pós-modernidade, mas uma Hipermodernidade em nossa história atual, tendo em vista que as características da modernidade ainda resistem, mas estão ampliadas pelas demandas de consumo contemporâneo, ou seja, há uma radicalização dos processos de produção e consumo, o que acaba nos caracterizando como uma sociedade que se consagra pela valorização do bem-estar individual, do lazer, das dietas, da moda, em detrimento ao coletivo e às políticas sociais.

Mediante a exposição desse breve e necessário enlace entre o campo da literatura e o da psicanálise, onde aspiramos a dar lugar a ambos os saberes, na necessidade de distingui-los e aproximá-los, e na certeza de que tanto o analista literário (o literato), aquele que se lança em direção ao *corpus* literário, a fim de encontrar e LER os códigos necessários à interpretação do texto, como o analista clínico (psicanalista), que, na sua prática clínica, faz da escuta o primeiro passo para encontrar e LER os sintomas de seus pacientes, ambos, leitores da subjetividade humana, temos a confiança de que nos fazemos entender em relação ao teor convergencial de nossa pesquisa. E ao elencarmos os estudiosos que compõem o marco teórico de nosso trabalho, temos a confiança de que as linhas a seguir se farão entendidas de modo apropriado, balizando, subsequentemente, a escrita de nossa análise textual.

CAPÍTULO 2 – PERVERSÃO, PSICANÁLISE E CONTEMPORANEIDADE

2.1. A PSICANÁLISE FREUDIANA DAS PERVERSÕES

Ao delimitarmos o grande tema das perversões como instrumento direcionador de nosso estudo, faz-se necessário apresentarmos uma distinção entre os dois principais fenômenos de atuação: um primeiro fenômeno está ligado à **perversidade**, enquanto designação daquilo que é inerente à agressividade, à maldade e à crueldade humanas, ao que a psicanálise, nos dias atuais, classifica como sendo da ordem da psicopatia; um segundo fenômeno é aquele ligado às chamadas **perversões sexuais**, abarcando os atos perversos oriundos dos comportamentos sexuais desviantes.

Para que possamos adentrar de forma consistente nos meandros dessa instância do desenvolvimento psíquico na obra freudiana, temos que ter em mente que o tema das perversões extrapola o conceito sobre o qual a teoria psicanalítica, com dificuldades e sem unanimidade, até hoje se debruça, tendo em vista, em um primeiro momento, o fato de que elas não constituíram o principal elemento de estudo da teoria psicanalítica escrita por Freud e, em um segundo momento, pelos enigmas que o tema propõe em relação à sexualidade humana. Todavia, ao nos referirmos a Freud, dizer que suas contribuições ao tema são frágeis e insuficientes seria cometer um equívoco bastante grave, pois, mesmo que tenha direcionado a maior parte de sua vida ao estudo do sujeito neurótico, foi a partir desses mesmos estudos que o psicanalista austríaco conseguiu desenvolver inúmeros postulados que viriam a se tornar pedras fundamentais para o estudo da matéria das perversões.

2.1.1. Perversidade: agressividade e violência

Em relação à primeira série de fenômenos, as perversidades, podem-se elencar dois termos que, numa perspectiva sinóptica, possuem a aptidão de caracterizar-se como os agentes operacionais do fenômeno: a agressividade e a violência.

Na gênese da história humana, tanto antes de se organizar em sociedade, como depois, é marcada pelo sangue de ações consideradas violentas e agressivas, registradas em páginas de livros como a Bíblia: “Não tenhas inveja do homem violento, nem escolhas nenhum dos seus caminhos. Porque o perverso é abominável ao Senhor, mas com os sinceros ele tem

intimidade Provérbios 3:31,32”; e em textos clássicos como o Livro IX da *República*, em que Platão descreve como seria o homem tirânico, exemplar máximo da violência e arcabouço dos vícios humanos. Se em um primeiro momento a violência era praticada como uma forma de sobrevivência, como era para nossos ancestrais mais remotos, que se fizeram dominadores da Terra justamente por atuarem com uma forma de violência ímpar em relação aos outros animais; em outro, a humanidade, já em processo civilizatório, a violência passou a ser vista como algo que corrompia os corações humanos, e o indivíduo que praticasse atos violentos era responsável por adular o núcleo dos princípios que instituíam a sociedade.

A sociedade greco-romana, numa visão contemporânea, tinha a violência instituída nas suas experiências cotidianas. Bebês com deficiência eram lançados de precipícios e/ou eram servidos de alimentos a outros animais. As lutas de gladiadores, que podem ser o primeiro modelo humano de espetacularização da violência, eram verdadeiras carnificinas institucionalizadas pelo Império Romano, onde tais eventos ficaram popularmente conhecidos.

O espetáculo da violência pode não ser o mesmo nos nossos dias, tendo em vista que a conjuntura sócio-histórica da civilização humana foi alterada com o passar dos séculos, todavia, a manifestação da violência ainda hoje é apresentada como um espetáculo, com sua arena, onde as pessoas assistem, ao vivo, à glória e à derrota, a preço de sangue, dos gladiadores modernos.

No medievo, a sociedade era regida, sobretudo, pelo poder da Igreja Católica, que usava da violência para desempenhar um papel mais voltado à punição das transgressões de todas as ordens, principalmente em relação às leis divinas, à educação, bem como no intuito de impedir a proliferação de hereges.

Campos (1991), em seu *História Geral*, pontua de forma bastante plausível como as duas Eras se distinguem no quesito da religião:

Na Antigüidade a religião tinha uma importância menor na vida das pessoas. Na Idade Média, do parto à sepultura os homens passaram a ser controlados pela religião. Qualquer pessoa que vivesse naquela época estava obrigada ao batismo logo depois do nascimento; receberia do clero ensinamentos sobre o bem e o mal, teria como obrigatórios a missa dominical, o casamento religioso e outras cerimônias. Os sinos das igrejas marcavam as horas do dia e dos grandes acontecimentos. Esse controle da vida cotidiana pela religião tornou o clero cada vez mais poderoso. (CAMPOS, 1991, p. 130)

O detentor do poder chega até a legitimar a violência, em nome desse mesmo poder, tornando seus crimes inimizáveis. Se na Antiguidade Clássica a violência era artefato

comum ao modo de vida, onde quem mais violento fosse, mais poder parecia ter; na Idade Média, era a Igreja que regulava os atos humanos, mesmo que, para isso, cometesse, em nome de Deus, atitudes mais violentas do que qualquer outro governo.

Em se falando de violência, é imprescindível frisarmos o fato de que sua conjectura não se faz por meio de um conceito preciso e unânime, pois o modo como vemos e entendemos sua significação hoje, sem dúvida, não é o mesmo de nossos antepassados, tendo em vista que seu sentido se flexiona mediante as particularidades regulatórias de cada sociedade e tempo.

Para a psicanálise freudiana, por exemplo, a violência⁷⁵ não chegou a possuir um regulamento que a definisse, ficando mais atrelada ao uso popular por parte dos estudos sociais, diferentemente da agressividade⁷⁶, que se tornou elemento objetivo dentre os conceitos da psicanálise.

Desde seus primeiros trabalhos, Freud já traz à tona o tema dos impulsos hostis do ser humano. Não era propriamente um discurso que abonasse a veracidade dos estudos como os de Adler (1908 apud FREUD, 1914). O que Adler chamava de pulsão de agressão, em um primeiro momento, não passava daquilo que Freud já chamava de libido⁷⁷. Para o pai da teoria psicanalítica, toda pulsão tinha a capacidade de mover-se para tendências agressivas.

Em 1905, ao propor um conceito para pulsão, em seu artigo *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade*, Freud aparentemente tenta, ao expor a questão do sadismo⁷⁸, uma exemplificação do caráter transitório da pulsão sexual a um estado de agressividade. Contudo, nesse mesmo estudo, ao fim do segundo ensaio, ele aponta para o aspecto autônomo dos

⁷⁵ Podemos encontrar na visão de Rocha (1996) uma apropriada conceituação para o termo, onde “a violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma vis, vale dizer, como uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto.” (p. 10)

⁷⁶ “Tendência ou conjunto de tendências que se atualizam em comportamentos reais ou fantasiosos que visam prejudicar o outro, destruí-lo, constrange-lo humilha-lo, etc. A agressão conhece outras modalidades além a ação motora violenta e destruidora; não existe comportamento, quer negativo (recusa de auxílio, por exemplo) quer positivo, simbólico (ironia, por exemplo) ou efetivamente concretizado, que não possa funcionar como agressão.” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 11)

⁷⁷ Energia postulada por Freud como substrato das transformações da pulsão sexual quanto ao objeto (deslocamento dos investimentos), quanto à mera (sublimação, por exemplo) e quanto à fonte da excitação sexual (diversidade das zonas erógenas).” (*Ibidem*, p. 266)

⁷⁸ “Perversão sexual em que a satisfação está ligada ao sofrimento ou à humilhação infligida a outrem. A psicanálise estende a noção de sadismo para além da perversão descrita pelos sexólogos, reconhecendo-lhe numerosas manifestações mais encobertas, particularmente infantis, e fazendo dele um dos componentes fundamentais da sua vida pulsional. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 465)

impulsos agressivos ao analisá-los na subjetividade infantil, como fica evidente no momento em que ele diz:

O componente cruel do instinto sexual se desenvolve na infância ainda mais independentemente das atividades sexuais ligadas às zonas erógenas. A crueldade em geral aparece facilmente na natureza infantil, já que o obstáculo que detém o instinto de domínio diante da dor de outra pessoa — ou seja, a capacidade para a piedade — se desenvolve relativamente tarde. A análise psicológica fundamental deste instinto, como sabemos, ainda não foi satisfatoriamente realizada. Pode-se presumir que o impulso da crueldade surge do instinto de domínio e aparece num período da vida sexual em que os órgãos genitais ainda não assumiram seu papel ulterior. Ele [sic] então domina uma fase da vida sexual que descreveremos mais tarde como organização pré-genital. As crianças que se distinguem por uma especial crueldade com os animais e colegas via de regra dão margem a uma justa suspeita de uma intensa e precoce atividade sexual erógena, contudo, parece ser primária. A ausência da barreira da piedade traz consigo o perigo de que a conexão entre os instintos cruéis e os erógenos, assim estabelecida na infância, se possa mostrar indestrutível na vida ulterior. (FREUD, 1905/1969, p. 198)

Mesmo que saibamos que Freud (1895/1969) já fazia menções à agressividade desde seus primeiros trabalhos teóricos, como, por exemplo, *Sobre os critérios para destacar da neurastenia uma síndrome particular intitulada “neurose de angústia”*, onde ele trata das características hostis apresentadas durante a resistência ao tratamento terapêutico, é nos *Três Ensaio*s que ele associa as pulsões de agressividade e sexual à constituição humana, mesmo que relute em chamar pulsão de agressividade, preferindo, em seu lugar, denominar a hostilidade de impulso da crueldade. Um passo importante se deu quando Freud (1920/1969) versou sobre o dualismo existente no campo das pulsões, constituído pelas pulsões de vida e pulsões de morte⁷⁹. Só então Freud passa a confirmar a existência de uma pulsão de agressão, considerando tal pulsão como o resultado das pulsões de morte quando direcionadas ao exterior do indivíduo.

Nesse ponto, a pulsão de agressividade parece, nas postulações freudianas, ainda muito arraigada a uma perspectiva instintiva do animal-homem, que engendra suas forças no intuito de conservação da espécie, distinguindo-se dos demais animais pelo fato de que sua agressividade encontra-se inscrita em uma ordem social, ou seja, para que o ser humano, enquanto criatura individual e social, consiga perpetuar-se, ou simplesmente manter-se vivo, é

⁷⁹ “No quadro da última teoria freudiana das pulsões, designa uma categoria fundamental de pulsões que se contrapõem às pulsões de vida e que tendem para a redução completa das tensões, isto é, tendem a reconduzir o ser vivo ao estado anorgânico. Voltadas inicialmente para o interior e tendendo à autodestruição, as pulsões de morte seriam secundariamente dirigidas para o exterior, manifestando-se então sob a forma da pulsão de agressão ou de destruição.” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 407)

necessário que este se submeta às leis cerceadoras que, entre outras coisas, delimita a ação das sexualidades e hostilidades humanas.

Em seu *Mal-estar na civilização*, Freud (1930/1969) vai compor o que seria sua obra mais ligada à antropologia e às ciências sociais, bem como a que possui um posicionamento mais cru em relação à vivência humana em sociedade. Nessa obra, o psicanalista postulou a questão mais angustiante do viver humano em sociedade, lembrando-nos que a condição humana, do convívio social, está ligada ao fato de que os objetivos requeridos pelo princípio de prazer, pela tentativa de não sentir dor e pela esperança de obtenção do gozo máximo não podem, nessa condição de viver social, ser atingidos, estando o ser humano mais próximo de uma infelicidade constante, com poucos lampejos de felicidade, do que a de experimentar uma felicidade perpétua, com instantes de desprazer. Freud nos direciona para o fato de que o viver em sociedade faz com que o homem seja regido pela submissão do princípio de prazer ao princípio de realidade, como podemos observar nas próprias palavras do autor:

Se a civilização impõe sacrifícios tão grandes, não apenas à sexualidade do homem, mas também a sua agressividade, podemos compreender melhor porque lhe é difícil ser feliz nessa civilização. Na realidade, o homem primitivo se acha em situação melhor, sem conhecer restrições de instinto. Em contrapartida, suas perspectivas de desfrutar dessa felicidade por qualquer período de tempo eram muito tênues. O homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança. (FREUD, 1930/1969, p. 119)

A *posteriori*, outros importantes psicanalistas iriam tratar do assunto do inatismo da pulsão de agressividade oriunda das pulsões de morte. Dois deles foram Melanie Klein (C.f. 1946-1963/1991)⁸⁰ e Donald Winnicott (C.f. 1984/1999)⁸¹.

Não obstante, observa-se que as forças de contenção provenientes do princípio de realidade, e punidas pelo superego⁸², não são capazes de aplacar todo o potencial agressivo da constituição humana, pois o homem, sendo carregado deste conformto imperativo que habita

⁸⁰ Em seus estudos, Klein demonstrou a importância do papel das pulsões de morte na constituição do psiquismo humano em uma fase do desenvolvimento psíquico infantil anterior aquela que Freud tratou como sendo um provável ponto de partida, atentando para o fato de que desde tenra idade, as crianças já são acometidas pelas angústias oriundas da instituição e desenvolvimento de um superego precoce.

⁸¹ Winnicott, por sua vez, desenvolveu estudos que demonstrariam como se davam as relações de agressividade e comportamentos antissociais. Pediatra de formação, aprofundou seus estudos por meio da observação de casos de crianças cujas famílias foram mortas no período da Segunda Grande Guerra Mundial.

⁸² Superego ou supereu são “uma das instâncias da personalidade tal como Freud a descreveu no quadro da sua segunda teoria do aparelho psíquico: o seu papel é assimilável ao de um juiz ou de um censor relativamente ao ego. Freud vê na consciência moral, na auto-observação, na formação de ideias, funções do superego. Classicamente, o superego é definido como herdeiro do complexo de Édipo; constitui-se por interiorização das exigências e das interdições parentais. (LAPANCHE; PONTALIS, 2001, p. 498)

tanto o seu consciente como o inconsciente, tende, em alguns momentos, a ser acometido por fragilizações derivadas da cultura, como vemos com maior intensidade em nossa contemporaneidade, como subterfúgio para a eliminação de sua tensão, e que vão desde ironias lapidadas e chistes, passando pela própria declaração de ódio, até os casos em que, seja por falhas em seu desenvolvimento psíquico, seja pela instabilidade e dilaceração social dos princípios reguladores do bem-estar, parte para a rigorosa destruição do alvo de seu ódio/tensão, demonstrando uma clara recusa⁸³ a todas as ordens da imago⁸⁴ paterna, que operam em favor da não realização do ato destrutivo.

É justamente o potencial agressivo inato à constituição do psiquismo humano que Freud (1920/1969) vai afirmar compor o maior obstáculo à vida em sociedade, pois, enquanto a civilização opera um esforço da ordem de Eros a favor da união dos indivíduos em sociedade, garantindo, dessa forma, sua existência, o instinto⁸⁵ agressivo, sob a regência de Tanatos, conduz impulsos de hostilidade que tendem a afastá-los uns dos outros, pondo em jogo a sustentabilidade dos laços sociais, ou seja, das bases civilizatórias.

Numa tentativa de desfazer o frequente equívoco de se definir violência como sendo agressividade, é importante que deixemos claro que cada uma delas possui sua particularidade, principalmente quando se fala em uma perspectiva psicanalítica: a **agressividade** está atrelada de forma epigênica à constituição da subjetividade humana, atuando de forma a estruturar a formação do ego e obrigando a atuação do superego, sendo assim, é de uma ordem mais instintiva do arranjo psíquico humano, bem como de sua composição como animal; a **violência** se encontra acoplada a uma dimensão própria da vida do homem em sociedade, devido aos inúmeros fatores intrínsecos a esta relação, como podemos notar com nitidez nos eventos não muito distantes de nossos dias, como já me referi em meu Trabalho de Conclusão de Curso⁸⁶, onde observei que a insatisfação ocasionada pela inexistência de alternativas substitutivas àquelas pulsões recalcadas e pela fragilização da

⁸³ “Termo usado por Freud num sentido específico: modo de defesa que consiste numa recusa por parte do sujeito em reconhecer a realidade de uma percepção traumatizante, essencialmente a da ausência de pênis na mulher. Este mecanismo é evocado por Freud em particular para explicar o fetichismo e as psicoses.” (LAPANCHE; PONTALIS, 2001, p. 436)

⁸⁴ “Protótipo inconsciente de personagens que orienta seletivamente a forma como o sujeito apreende o outro; é elaborado a partir das primeiras relações intersubjetivas reais e fantasísticas com o meio familiar.” (*Ibidem*, p. 234-235)

⁸⁵ “A) Classificação, esquema de comportamento herdado, próprio de uma espécie animal, que pouco varia de um indivíduo para outro, que se desenrola segundo uma sequência temporal pouco suscetível de alterações e que parece corresponder a uma finalidade. B) Termo utilizado por certos autores psicanalíticos [franceses] como tradução ou equivalente do termo freudiano *Trieb*, para o qual, muna terminologia coerente, convém recorrer ao termo *pulsão**.” (LAPANCHE; PONTALIS, 2001, p. 241 grifo dos autores)

⁸⁶ Refiro-me, aqui, ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Da letra ao inconsciente: dimensões do desejo perverso*, defendido em 2014, na Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do professor e psicanalista, Hermano de França Rodrigues.

imago paterna, que não são próprias desta Era, mas que se acentuam de forma contundente em nossa contemporaneidade, estabelece um ambiente extremamente propício à atuação das pulsões de agressividade direcionadas ao exterior:

Prova disso, podemos observar mais contundentemente nas manifestações que ocorrem no Brasil atualmente, onde sujeitos que representam uma quantidade ínfima dos protestantes que vão às ruas em passeatas contra a falta de investimento do governo nas áreas da educação, saúde, segurança, entre outras, depredam, de maneira delinquente, propriedade pública. Mas para que o homem preserve sua “sobrevivência social”, ele tem que renunciar certos desejos, pois a humanidade constrói pactos que sustentam o social. Nestes casos, alguns dos mascarados que depredam o patrimônio público nas manifestações pelo Brasil utilizam-se da premissa de que o ato delinquente possui apenas um caráter simbólico, porque é com ele que o sujeito tenta fazer um nome que não lhe foi dado, e que não lhe pertence naturalmente, a máscara; encontrando nela a lei que procura. (SILVA, 2014, p. 22)

Também, igualmente em outro trabalho⁸⁷, onde, em coautoria com Rodrigues (2014), atentamos para o fato de que, estando em uma situação de perigo e risco iminente de morte, as forças cerceadoras instituídas pela entrada do ser humano na sociedade não conseguem impedir, em todos os casos, a ação dos instintos arcaicos do nosso psiquismo, como a agressividade, originando, quase sempre, atos perversos. É nesse contexto, dos conflitos próprios do viver em sociedade, dos laços sociais que, muitas vezes, a violência se confunde com a agressividade. Mas numa perspectiva psicanalítica, enquanto a agressividade encontra-se no núcleo da constituição da psiquê humana, a violência, comporta uma categoria muito mais ampla, devido a sua atuação externa ao sujeito, está presente, sobretudo, na marcação do encontro do sujeito com a linguagem, sendo este um acontecimento que gera consequências para a cultura, pois a violência é a resposta do indivíduo à falha constitutiva de sua criação, de seu encontro com a cultura, e dos discursos que não sustentam, atentando-se, é claro, as particularidades de cada sociedade e de seu lugar no tempo.

Ante as inúmeras questões que apontam para uma tentativa de diferenciação entre agressividade e violência, cabe-nos, também, a lembrança de que, embora distintas, ambas convergem na questão de pressuposição de certa forma de renúncia por parte do sujeito que, tendo em vista que suas atuações originadas do esforço de instâncias do psiquismo que, devido às contenções impostas pela sociedade em relação à plena vivência dos desejos arcaicos, tende a se encontrar em constante estado de limitação, aquilo que Freud (1920/1969)

⁸⁷ Trata-se do trabalho desenvolvido em coautoria com Hermano de França Rodrigues e apresentado no II CONALI, ocorrido em João Pessoa, no ano de 2014.

cunhou como a sina do ser humano social: dar parcelas de sua felicidade em nome de sua autopreservação.

2.1.2. Perversões sexuais: do modelo médico-jurídico ao pensamento freudiano

Sob, até então, o ainda influente jugo da visão religiosa em vigor desde o medievo, as perversões sexuais passam, a partir do século XIX, a figurar no ambiente acadêmico das ciências médicas, sobretudo da psiquiatria, como apropriação médica das perversões, termo assim cunhado por alguns teóricos. Dado o decaimento do pensamento de verdade única e imutável do pensamento religioso, que remetia todas as ações humanas, seus comportamentos e, por conseguinte, suas consequências, à esfera do divino, fossem elas a favor ou contra ele, a ciência, que vinha no sentido oposto ao pensamento inflexível do cristianismo, assumiu para si, de forma gradual, a regência do saber relacionado ao tema, mesmo que este tivesse que ser compartilhado por outra ordem, a judicial.

Lanteri-Laura (1994), em seu *Leitura das Perversões*, mostra-nos como a união da sexologia e da medicina criminológica ocorreu de forma suplementar a partir do século XIX. Antes disso, a medicina pouco interagia com as sexualidades humanas, bem como as autoridades judiciais, que se ocupavam nesse aspecto, no máximo, com aquelas situações em que as práticas sexuais ocasionassem escândalos sociais, seja pela anormalidade do ato ou pela violência empregada. Tal contexto só viria a mudar no período posterior à Revolução Francesa, com o advento da sexologia⁸⁸, quando o médico, antes solicitado apenas para averiguar o estado da vítima, passou a ser requerido para, também, aferir clinicamente o acusado. Só com o advento da sexologia é que o termo perversão foi incorporado ao vocabulário médico. Antes disso, o termo estava tão intrinsecamente ligado à noção de “depravação” que praticamente possuía o mesmo significado, como nos conta Lanteri-Laura (1994):

Em francês, o significante *perversion* aparece registrado desde 1444; trata-se de um empréstimo do latim clássico *perversio*, criado a partir de *perversum*, supino do verbo *pervertere*, cujo sentido primário era ‘revirar’, ‘inverter’, mas que assumiu muito depressa a acepção de ‘virada inoportuna’; aliás, desde as primeiras vezes em que foi empregado, o termo perversão

⁸⁸ “Disciplina ligada à biologia, que toma por objeto de estudo a atividade sexual humana com um objetivo descritivo e terapêutico.” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.701)

comportou uma significação pejorativa, e a metáfora subjacente era de uma reviravolta ruim (LANTERI-LAURA, 1994, p. 24 grifos nossos).

O século XIX, sem dúvida, marcou uma reviravolta na história da sexualidade humana, principalmente no que se refere às formas de satisfação pulsionais consideradas perversas.

A psiquiatria, ao assumir o saber em relação ao tema, propõe algumas correntes de pensamento que, por vezes, divergiam entre si. O psiquiatra francês Valentin Magnan, por meio de sua anatomofisiologia, sugeria uma localização cerebral de onde partiriam os estímulos que culminavam nas aberrações e perversões sexuais. Lanteri-Laura (1994), ao referir-se aos estudos de Magnan [1835-1916], nos orienta que:

A sexualidade normal, para Magnan, correspondia a um funcionamento harmonioso e equilibrado das relações hierárquicas entre o arco reflexo espinhal e os centros corticais. A partir dessa hipótese, ele pôde classificar as perversões e delas fornecer uma explicação neurofisiológica global, com um modelo simples e uma terminologia anatômica. Essas anomalias sexuais eram tão inúmeras e variadas, que se prestariam a confusão, se não se destacassem suas ligações recíprocas através de uma classificação baseada na anatomia⁸⁹ e na fisiologia⁹⁰. (LANTERI-LAURA, 1994, p. 47 grifos nossos)

Lanteri-Laura (1994) assinala que Magnan foi o responsável não por inaugurar plenamente os estudos clínicos acerca das perversões sexuais, mas de tentar indicar os pontos que particularizassem o funcionamento dos impulsos desviantes em relação à sexualidade normal, o que, a partir de então, direcionaria o tema ao campo das estruturas cerebrais dos indivíduos, patologizando o comportamento e propondo técnicas terapêuticas específicas para cada circunstância.

No ano de 1886, o psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing publica a sua obra mais importante, a *Psychopathia Sexualis*, que assinalaria a visão higienizadora em relação às sexualidades humanas. A obra, além de servir como catálogo acerca das degenerescências, ainda introduz algumas considerações acerca das manifestações da sexualidade humana. As postulações acerca da sexualidade anormal apontadas por Krafft-Ebing se basearam, sobretudo, naquelas que a sexologia e a medicina criminal se assimilaram em apoio à justiça, dando origem ao que podemos chamar de psicopatologia sexual, que, a seu tempo, constituiu um ramo das ciências médicas especificamente ligadas à ordem jurídica que, ao que parece,

⁸⁹ “Ciência que estuda a estrutura e a morfologia do homem e dos animais.” (SILVA C.; SILVA R.; VIANA, 2005, p.51)

⁹⁰ “Ciência que trata das funções normais de um organismo animal, vegetal ou humano.” (*Ibidem*, p.340)

orientaria os médicos responsáveis por esse estudo, a tomarem para si o papel de deter o conhecimento, o saber capaz de entender a verdade sobre as manifestações da perversão, o que lhes permitiria a capacidade de avaliar os suspeitos a fim de que as sentenças dadas fossem contundentes em relação ao crime.

A obra de Krafft-Ebing, sobretudo a *Psychopathia Sexualis*, em sua contemporaneidade, constituiu um importante levantamento das chamadas perturbações ou degenerescências da sexualidade humana, marcando, sobremaneira, a apropriação da sexualidade pelo discurso médico, que se mostrava fortemente ligado ao ideal moralista burguês, apesar de não encontramos, no livro, uma explicação clara sobre os princípios moralistas próprios da sexualidade humana.

Lanteri-Laura (1994) tece uma dura crítica às postulações de Krafft-Ebing, como podemos ver a seguir:

“Krafft-Ebing pôde, assim, delimitar o campo específico das perversões, graças ao inocente e pedantesco termo parestesias, nele abrigando todas as satisfações eróticas cujo objetivo não parecia ser a preservação da espécie, através de um raciocínio que levou a reconhecer que, em última análise, o próprio prazer é que talvez fosse perverso, ou, pelo menos, viciado e depravado” (LANTERI-LAURA, 1994, p. 39).

A dura crítica de Lanteri-Laura nos leva a observar um ponto importante da obra de Krafft-Ebing, a questão da divisão das anomalias sexuais. No capítulo um de *Psychopathia Sexualis*, intitulado *Patologia Geral (Neurológica e Psicológica)*, o célebre psiquiatra austríaco nos apresenta um esquema do que chamou de “neuroses sexuais”. Dentre elas, as classificadas como neuroses cerebrais (III) viriam a conceituar e registrar os casos que, posteriormente, seriam desenvolvidos pela psicanálise como perversões sexuais. São elas: anestesia, hiperestesia, paradoxia e parestesia. A **anestesia** corresponderia a uma ausência, tida como própria da infância e velhice, de excitação sexual oriunda dos órgãos genitais, assim como por meio dos sentidos: audição, olfato e visão. Como exemplo, Krafft-Ebing, (1886/2000) vai nos citar, entre outros, o caso nº 6:

Sr. W. 33 anos, forte, saudável, com genitais normais. Nunca experimentou libido e tentou em vão despertar seu instinto sexual ausente por meio de histórias obscenas e intercursos sexuais com prostitutas. Por ocasião de tais tentativas experimentava apenas repulsa, chegando até a sentir náuseas, e ficava com esgotamento nervoso e mental. Apenas uma vez, quando forçou a situação, teve uma ereção transitória. Importantes interesses exigiam que ele se casasse. Não tinha medo das mulheres e ansiava por um lar e uma esposa,

mas sentia que era incapaz de realizar o ato sexual. Morreu solteiro na guerra civil norte-americana (KRAFFT-EBING, 1886/2000, p. 14).

A **hiperestesia**, por sua vez, assinalar-se-ia pela acentuação dos impulsos sexuais mediante estímulos orgânicos, sensoriais e psíquicos, podendo ser um estímulo de ordem central (onde se caracterizariam a ninfomania⁹¹ e a satíriase⁹²) ou de ordem periférica, funcional e orgânica. Entre os exemplos citados, destacamos o caso nº 12:

Z., 36 anos, pai de sete filhos, diretor de escola, confessou ter se masturbado na escola estando sentado à sua mesa, que por ser fechada dos lados impediu, contudo, que o ato fosse visto pelos alunos. Bebera mais que de costume na noite anterior, tivera um contratempo antes de ir para a escola e se excitara ao ver algumas meninas muito bonitas que escutavam sua aula. Isso produziu uma violenta ereção e o levou à masturbação. [...] Aos 16 anos, despertar de impulsos sexuais com vigor anormal e emoções sexuais pronunciadas. Literatura lasciva e fotografias de mulheres produziam uma ejaculação satisfatória. A partir dos 18 anos, praticava o coito esporadicamente. Em geral, porém, o simples toque do braço de uma mulher era suficiente para levá-lo ao orgasmo e à ejaculação. Casou-se aos 24 anos e copulava de três a quatro vezes por dia, além de masturbar-se e ter ejaculações provocadas pela simples evocação de encontros sexuais imaginados. Com o nascimento de seu filho, Z. viu-se forçado, por razões econômicas, a limitar seus intercursos sexuais, já que desprezava os métodos contraceptivos. Tocar as mulheres, o que produzia poluição diurna, revelou-se insatisfatório, assim como a masturbação. Sofria muito por causa de sua incessante excitação sexual, que, depois de seis semanas, tornou-se tão intensa que passou a afetar sua razão e sua vontade. Apenas a masturbação impedia-o de praticar violência sexual contra mulheres. Tornou-se muito irritadiço e se encolerizava facilmente, gritando e enfurecendo-se pela casa, chegando até a bater na esposa e nos filhos. [...] Em meu relatório sublinhei que Z. sofria de um impulso sexual patologicamente exagerado e, muito provavelmente, de epilepsia⁹³, e que tinha cometido o ato sob a influência de uma afecção⁹⁴ sexual que reduzia o poder de autocontrole a mínimo. Os procedimentos legais foram suspensos. Z. foi aposentado. (KRAFFT-EBING, 1886/2000, p. 19-20).

A **paradoxia** se referia à excitação sexual que não era regida pelos processos fisiológicos dos órgãos de reprodução. O caso 1, referente a um delírio erótico, exemplificaria esse processo:

⁹¹ A ninfomania corresponde ao desejo sexual ou a excitação excessiva na mulher.

⁹² A satíriase seria a patologia masculina correspondente à ninfomania nas mulheres.

⁹³ (1) distúrbio paroxístico recorrente da função cerebral, caracterizado por ataques súbitos e breves de alteração da consciência. (2) doença nervosa [...] que se manifesta ocasional e subitamente por convulsões acompanhadas de perda dos sentidos ou da sensibilidade em geral. (SILVA C.; SILVA R.; VIANA, 2005, p.228)

⁹⁴ “Acontecimento do organismo ou distúrbio das funções fisiológicas ou psíquicas (termo de uso geral que cobre os conceitos de anomalia, de disfunção, de lesão, de doença e de síndrome).” (*Ibidem*, p.28)

J. René, desde sempre entregue à prática dos prazeres sensuais e sexuais, mas sempre atento ao decoro, revelou, a partir dos seus 76 anos, uma perda progressiva da inteligência e uma perversão crescente de seu senso moral. Outrora brilhante e extremamente virtuoso, dilapidava agora suas propriedades na companhia de prostitutas, freqüentava apenas bordéis, pedia em casamento ou propunha o coito a todas as mulheres que encontrava na rua, tornando-se assim publicamente tão detestável que foi necessário interná-lo num manicômio. Ali, a excitação acentuou-se até a satiríase que durou até sua morte. Masturbava-se sem cessar, mesmo diante dos outros; obtinha prazer apenas de idéias obscenas; pensava que os homens à sua volta fossem mulheres e perseguia-os com propostas indecentes (KRAFFT-EBING, 1886/2000, p. 11).

Por último, temos a **parestesia**; um processo que o psiquiatra austríaco subdividiria em outros quatro elementos do funcionamento anormal típicos das perversões: sadismo, masoquismo, fetichismo e sexualidade antipática.

Nas palavras do psiquiatra austríaco, o sadismo consiste numa prática associativa entre o desejo erótico e a crueldade. O sujeito que praticava atos sádicos, segundo ele, era regido por uma ordenação psíquica altamente degenerada, onde o indivíduo, mediante à existência de potência, marcaria as preliminares do coito por meio de maus-tratos em relação ao parceiro sexual, podendo, inclusive, praticar o homicídio deste quando a satisfação libidinal não é alcançada através do coito. Caso não houvesse potência de ordens psíquica ou espinhal, o sujeito sádico, por intermédio da insatisfação, poderia cometer, como compensação libidinal, estrangulamento, perfurações, flagelação da parceira ou, ainda, recorrer ao sadismo simbólico quando, na ausência do objeto de desejo, age contra qualquer outro objeto representativo (outros humanos ou animais).⁹⁵

Krafft-Ebing (1886/2000) sugere que o caso nº 21 indicaria uma mostra clara da atuação do indivíduo sádico. Vejamos:

Vincenz Verzeni, nascido em 1849, na prisão desde 11 de janeiro de 1872. [...] O próprio Verzeni dizia que seria bom mantê-lo na prisão, porque em liberdade não resistira aos seus impulsos. Verzeni foi condenado à prisão perpétua. As confissões de Verzeni após a sentença são interessantes: “Sentia um prazer inominável em estrangular mulheres, experimentando, durante o ato, ereções e um prazer sexual real. Sentia prazer só de cheirar a roupa feminina. A sensação de prazer enquanto as estrangulava era muito maior do que aquela que sentia com a masturbação. Deleitei-me muito bebendo o sangue de Motta. Também tive extremo prazer em extrair os grampos do cabelo de minhas vítimas.” Verzeni chegou a seus atos perversos de maneira bastante independente, depois de ter percebido, aos 12 anos, que sentia uma sensação peculiar de prazer ao torcer o pescoço das galinhas. Depois disso, matou um grande número delas, dizendo em seguida

⁹⁵ *Ibidem*, p.7.

que uma doninha estivera no galinheiro. (KRAFFT-EBING, 1886/2000, pp.27-30)

Já no masoquismo⁹⁶, há uma contraposição dos papéis assumidos no ato sádico. Nele, o prazer não estaria associado à dor provocada em outrem, mas sentida em seu próprio corpo por intermédio do parceiro. Krafft-Ebing não deixou de atentar para o papel dos castigos corporais como veículos para obtenção do prazer, tais como: dor física proporcionada por picada, paulada, flagelação, humilhação moral por atitude de submissão servil à mulher, etc., bem como a clara associação que o famoso sexólogo faz das características dessa manifestação clínica a um “supercrescimento patológico de elementos psíquicos femininos, como um reforço mórbido de certos traços da alma feminina” (NACHT apud LAPLANCHE e PONTALIS, 2001, p. 274). Um dos casos emblemáticos descritos em *Psychopathia Sexualis* foi o de nº 54, descrito abaixo:

Durante seus ataques, um paciente mandava uma pessoa de sua confiança alugar uma casa e instruir os empregados (três prostitutas) sobre o que deveria ser feito com ele. Sempre que chegava lá tiravam-lhe a roupa, masturbavam-no e flagelavam-no conforme ordenado. Ele fingia oferecer resistência e implorava piedade; depois, também de acordo com o que era estipulado, permitiam que comesse e dormisse. Apesar de seus protestos, porém, era mantido ali e espancado se não se submetesse. Isso durava alguns dias. Quando o ataque passava mandavam-no embora, e ele voltava para sua mulher e filhos, que não suspeitavam de sua doença. Os ataques ocorriam uma ou duas vezes por ano (KRAFFT-EBING, 1886/2000, p. 56).

Cabe-nos, aqui, referir que o termo, um neologismo para a época, foi criado, desenvolvido e popularizado pelo sexólogo austríaco em referência a Leopold von Sacher-Masoch⁹⁷, escritor que, segundo Krafft-Ebing, fez da perversão um tema comum a sua obra e, até mesmo, era portador da anomalia sexual. Contudo, alguns estudiosos, como o historiador francês Bernard Michel (1992), lançam-se em “defesa” do escritor, afirmando que:

⁹⁶ “Freud estende a noção de masoquismo para além da perversão descrita pelos sexólogos, por um lado reconhecendo elementos dela em numerosos comportamentos sexuais, e rudimentos na sexualidade infantil, e por outro lado descrevendo formas que dela derivam, particularmente o “masoquismo moral”, no qual o sujeito, em razão de um sentimento de culpa inconsciente, procura a posição de vítima sem que um prazer sexual esteja diretamente aplicado no fato.” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 274).

⁹⁷ França e Machado (2012), ao tecerem comentários acerca do autor, nos dizem que ele “viveu 59 anos, entre 1836 e 1895. Nasceu em Lemberg, cidade situada na região da Galícia – província ao sul da Polônia que em 1772 havia sido incorporada ao Império Austro-Húngaro (atual Lvov, na Ucrânia). Membro da aristocracia austríaca, ainda pequeno aprendeu o francês, língua em que foi alfabetizado, juntamente com o alemão, para estudar ciência e filosofia. Apesar de ser um homem de fronteira, pois nasceu entre o mundo russo e o germânico, escrevia em língua alemã, “na qual pensava e sentia” (p. 421).”

Vivera um destino de criador, fora o amante inventivo de esplêndidas amantes; não podia admitir que tudo isso fosse rebaixado ao nível de uma doença sexual. Tanto quanto El Greco não podia aceitar que sua pintura fosse apenas o resultado de perturbações visuais, ou Van Gogh que o mundo por ele criado não refletisse mais do que uma simples desordem mental. (MICHEL, 1992, p. 7)

Todavia, em seu romance *A Vênus das Peles*, de 1870, há, entre outros momentos, um em que um dos personagens, Severin, atinge o orgasmo a partir de uma surra que levava pelas mãos do amante da sua esposa, ou seja, uma das fortes passagens que reforçaram o posicionamento da sexologia em relação a sua obra, bem como à escrita do autor.

Em relação ao fetichismo, Krafft-Ebing vai nos apresentar a manifestação de processo de erotização caracterizada pelo despertar libidinal proporcionado por uma determinada parte do corpo ou de uma peça do vestiário do parceiro, bem como através de um objeto particular que metaforize aquele alvo de seu desejo, tendo em vista que, durante a relação sexual, não será o corpo em si que proporcionará o prazer, mas a parte distinta que o condensa.

Mediante a ausência do objeto alvo da erotização, do fetiche, a obtenção do prazer tornar-se-á impossível, salvo o caso em que o indivíduo se utilize de uma representação imaginária do fetiche, mas sabendo que o mesmo não cumprirá plenamente o seu papel, tendo em vista que os casos tendem a progredir, muitas vezes, para um quadro de total dependência da parte do corpo elegida ou do objeto substitutivo, não se satisfazendo mais com a mera relação sexual.

Uma senhora relata que na noite de núpcias e na noite seguinte o marido contentou-se em beijá-la e percorrer os dedos por toda a extensão de suas tranças. Em seguida, adormeceu. Na terceira noite, o sr. X. apareceu com uma imensa peruca, de cabelos extremamente longos, e implorou à mulher que a vestisse. Assim que o fez, compensou-a fartamente com seus deveres maritais negligenciados. Pela manhã demonstrou novamente uma profunda ternura, enquanto acariciava a peruca. Quando a sra. X. retirou a peruca, perdeu imediatamente todo o atrativo para seu marido. A sra. X. identificou isso como um passatempo e prontamente aquiesceu aos desejos do marido, a quem amava muito e cuja libido dependia do uso da peruca. Era notável, contudo, que a peruca provocava o efeito desejado apenas durante uma quinzena ou por três semanas. Tinha de ser feita de cabelos longos e grossos, de qualquer cor. O resultado do casamento foi, depois de cinco anos, dois filhos e uma coleção de 72 perucas. (KRAFFT-EBING, 1886/2000, p.104)

Por último, vemos a chamada sexualidade antipática, caracterizada pela falta de disposição sexual em relação a indivíduos do sexo oposto, direcionando todo o desejo sexual para o próprio sexo. Dessa forma, só os atributos físicos e psíquicos de indivíduos do mesmo

sexo conseguem despertar o desejo do sujeito portador dessa anomalia do instinto sexual, ou seja, o homem será direcionado sexualmente para outro homem, enquanto a mulher será para outra mulher. Em relação ao homem, Krafft-Ebing ainda nos dá a entender que homens portadores do distúrbio possuem instintos sexuais femininos. Trata-se, segundo a visão do célebre psiquiatra, de uma anormalidade psíquica, tendo em vista que o instinto sexual não corresponde de maneira natural aos aspectos físicos e biológicos. Vejamos o caso de nº 126, onde o médico austríaco descreve o caso de uma mulher que possuía a anomalia:

Ilma S., 29 anos, solteira, filha de um negociante; família com péssimas taras nervosas. O pai era alcoólico e se suicidou, como também ocorreu com o irmão e a irmã da paciente. Uma das irmãs sofria de histeria convulsiva. O pai de sua mãe matou-se com um tiro quando estava insano. A mãe era doentia e ficou parálitica depois de uma apoplexia. A paciente nunca teve nenhuma doença grave. Era inteligente, entusiástica e sonhadora. Menstruação aos 18 anos sem problemas, mas posteriormente muito irregular. Aos 14 anos, clorose e catalepsia por susto. Mais tarde, severa histeria e um ataque de insanidade histérica. Aos 18 anos, relacionamento com um homem jovem que não foi platônico. O amor deste homem foi apaixonadamente correspondido. Segundo as declarações da paciente, ela era muito sensual e após a separação do amante passou a praticar masturbação. Depois disso levou uma vida romântica. Para ganhar a vida, vestiu roupas masculinas e tornou-se preceptor; abandonou o emprego porque sua patroa, desconhecendo seu verdadeiro sexo, apaixonou-se por ela e a cortejou (KRAFFT-EBING, 1886/2000, p.136).

Sabe-se que no caso dos indivíduos que possuíam uma sexualidade antipática, Krafft-Ebing desenvolveu, posteriormente, certo apreço, mediante a troca de correspondências que mantinha com vários leitores que se identificaram com os casos apresentados em sua obra “Nem monstros, nem tarados, nem medíocres, os homossexuais são descritos, antes, como delicados, dignos de estima, morais e, vez por outra, trágicos...” (LANTERI-LAURA, 1994, p.43). Nas correspondências que recebia, percebeu que muitos dos remetentes expressavam felicidade ante sua condição sexual, algo que contrariava o discurso patológico de sua obra. O fato é que tal aproximação fez com que “Em seu último artigo no periódico de Hirschfeld (Anuário de Tipos Sexuais Intermediários) Krafft Ebing afirmou que a concepção científica do “uranismo”⁹⁸ havia sido parcial e que a opinião de muitos de seus correspondentes “uranistas” merecia ser levada a sério (RUSSO, 2011, p. 176 grifo da autora)⁹⁸.”

⁹⁸ Em uma nota de rodapé de seu texto, Russo (2011) afirma que o termo uranismo foi cunhado por Karl Ulrichs. De fato, cunhou o termo uranista, aludindo Urano, no *Banquete* de Platão, que se dirigia aos indivíduos homossexuais. Aos heterossexuais ele atribuiu o termo dionista, em referência, no mesmo livro de Platão, a *Dione* (p.176).

A obra do psiquiatra austríaco didatizou o pensamento médico criminal de seu tempo, sobretudo no âmbito do acordo com o poder jurídico, estabelecendo um novo pensar sobre as denominadas anormalidades sexuais, afastando-se do posicionamento que via um caráter hereditário nessas manifestações, e deslocou as perversões sexuais para o domínio de uma natureza inata, congênita, ou mesmo derivada da degeneração das funções cerebrais, em contrapartida às anomalias adquiridas, bem como foi o responsável pelo pioneirismo do pensamento que via na homossexualidade um desvio na escolha ante uma bissexualidade primordial e tendo a heterossexualidade como a escolha feita mediante a ação das forças repressivas em relação à possibilidade alternativa.

Dessa forma, Krafft-Ebing (1886/2000) entendia que os atos investigados em consonância com o poder judicial, sobretudo os de perversão, constituíam nada mais que uma possibilidade aos indivíduos normais, mas não para os perversos sexuais. Para ele, o diagnóstico se resumiria a uma investigação profunda das origens do impulso sexual do sujeito para, só então, extinguidas as possibilidades, indicar se o mesmo se tratava de uma doença (perversão) ou um vício próprio dos criminosos (perversidade). Sabemos que, em ambos os casos, a moralidade social ainda regia os trâmites da sexualidade humana.

Contemporâneo a Krafft-Ebing, Henry Havelock Ellis (1859-1939) foi o principal responsável por questionar os seus postulados, afirmando que as manifestações perversas da sexualidade humana são uma auxese dos instintos sexuais presentes também nos indivíduos “normais”, sendo que, neste segundo grupo, tais instintos encontram-se em estado de inatividade parcial. Também foi o principal responsável por introduzir “a noção de autoerotismo em relação às experiências sexuais ligadas ao exercício das funções uretrais, orais e anais (VALAS, 1990, p.15)”, posteriormente desenvolvida por Freud (1905) em seus *Três Ensaio*s.

Freud (1905), por sua vez, embora ainda tenha bebido das concepções acerca das perversões apresentadas por seus antecessores, elevou a concepção deste fenômeno psíquico a outro nível de entendimento, principalmente no tocante ao seu entendimento como instância do desenvolvimento da psique humana, apontando sua inerência desde os primeiros anos de vida de todo sujeito e, sobretudo, como as perversões, assim como as demais instâncias — neurose e psicose —, por meio de seus operadores, regem a vida de todos nós.

Apesar de não ser tido como um dos grandes estudiosos das perversões, sendo mais conhecido por seus estudos sobre o tratamento da histeria/neurose, Freud dedicou-se ao tema com atenção desde cedo; iniciando por meio de seu entendimento em relação à neurose, aproximando as duas instâncias como até então não se havia feito. A aproximação se deu de

tal forma que acabou por cunhar uma de suas mais famosas frases: “as psiconeuroses são, por assim dizer, o negativo das perversões” (1905/1969, p.48), ou seja, as fantasias dos neuróticos e dos perversos são as mesmas ou, ainda, que as fantasias presentes no perverso estão presentes no inconsciente dos neuróticos, sendo a perversão, dessa forma, um elemento universal e inerente à sexualidade humana, e o recalcque, operador desta, apenas um de seus possíveis destinos. Por meio desse pensamento, pode-se também apontar o que nelas difere, mesmo ambas sendo regidas pelo tipo de desejo sexual. Para Freud (1905), enquanto o neurótico expressa seu desejo sexual através da instauração do sintoma, ou seja, mediante o choque entre o desejo e censura, o perverso vai esboçar seu desejo por meio da atuação, da encenação do desejo, do agir. Em resumo, o neurótico vive sua sexualidade no âmbito da fantasia; já o perverso a vive através da ação.

Embora no começo de sua teoria ainda compartilhasse dos pressupostos da sexologia acerca das perversões, como nos orienta Valas (1990, p.18), ao afirmar que “Degenerescência e bestialidade, estes termos reaparecem regularmente em sua correspondência com Fliess: “As perversões conduzem regularmente à zoofilia e têm um caráter bestial”.”

Valas (1990, p.19) nos diz que o tema das perversões vai começar a tomar uma forma mais consistente na obra freudiana a partir do caso de Dora, escrito em 1901, mas publicado só em 1905, onde o pai da psicanálise apontou que quando ocorre falha na censura em algum sonho, podem-se observar vestígios de uma semelhança dos desejos em relação àqueles perpetrados pelos perversos. O caso de Dora foi o primeiro em que Freud utilizou o método psicanalítico como conhecemos hoje, onde o analista faz uso da interpretação de sonhos e da associação livre para buscar a origem e tratar os sintomas do paciente. Na obra, Freud (1905/1969) declara que:

Isto se entenderá quando eu explicar que desde a publicação dos *Estudos*⁹⁹ a técnica psicanalítica tem sido totalmente revolucionada. Naquela época, o trabalho de análise partia dos sintomas e buscava esclarecê-los um após outro. Agora deixo o próprio paciente escolher o assunto do trabalho do dia, e desta forma parto de qualquer aspecto que seu inconsciente esteja apresentando à sua percepção no momento. Mas neste plano tudo que tenha a ver com o esclarecimento de um determinado sintoma emerge pouco a pouco, entrelaçado em vários contextos e distribuído por vários períodos de tempo grandemente apartados. Apesar desta visível desvantagem, a nova técnica é muito superior à antiga, e, na verdade, não pode subsistir dúvida de que é a única possível. (FREUD, 1905/1969, p.10 grifo do autor)

⁹⁹ Freud, na referenciada citação acima, menciona o livro *Estudos sobre a Histeria*, publicado por ele e Breuer, em 1895.

E, posteriormente:

Nessa época aprendi a traduzir a linguagem dos sonhos em formas de expressão de nossa própria linguagem-pensamento, capazes de ser entendidas sem maior auxílio. E posso acrescentar que este conhecimento é essencial ao psicanalista; [...] O sonho é, em suma, um dos *desvios por onde se pode fugir à repressão*. (FREUD, 1905/1969, p.13 grifo do autor)

Freud ainda usou a obra para desmistificar a crítica de que a psicanálise utilizava do método hipnótico e sugestivo, para que os pacientes confessassem atos sexualmente reprováveis¹⁰⁰, afirmando que “seria singular e perversa lascívia supor que conversas desta ordem sejam meio hábil para excitar ou gratificar desejos sexuais.” (FREUD, 1905/1969, p.7).

Como mencionamos acima, o caso de Dora não constituiu um episódio de perversão, mas de histeria, sendo que os percursos e desdobramentos deste fizeram com que Freud desenvolvesse de forma mais consciente a sua visão acerca do operador da neurose, o recalque. Freud (1905/1969) observa que Dora não tinha condições plenas de falar tudo o que se passara consigo, devido à ação do recalque, que a impedia de narrar sua angústia. Contudo, o método freudiano de análise permitiu que ele notasse como as forças arcaicas do inconsciente de Dora encontraram uma maneira de escapar à defesa¹⁰¹, em forma de sintoma, num processo do que podemos chamar de retorno do recalcado. Esse processo mostra como, no neurótico, as forças instintivas são regidas pelo cerceamento, pela defesa psíquica oriunda do processo de desenvolvimento do sujeito; forças essas que são conhecidas pelo perverso, mas negadas por ele, mediante seu operador, o desmentido¹⁰², que só fora trabalhado por Freud tardiamente, em 1923¹⁰³ e, posteriormente, em 1927¹⁰⁴.

A partir desse caso, Freud passa a compreender as perversões distanciando-se do pensamento higienista do século anterior, postulando que:

¹⁰⁰ Esse estigma inicial do método psicanalítico freudiano pode ser melhor entendido por meio do comentário de Roudinesco e Plon (1998, p. 51).

¹⁰¹ “Conjunto de operações cuja finalidade é reduzir, suprimir qualquer modificação suscetível de pôr em perigo a integridade e a constância do indivíduo biopsicológico. [...] De um modo geral, a defesa incide sobre a excitação interna (pulsão) e, preferencialmente, sobre uma das representações (recordações, fantasias) a que está ligada, sendo uma situação capaz de desencadear essa excitação na medida em que é incompatível com este equilíbrio e, por isso, desagradável para o ego. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p.107)

¹⁰² Termo criado por Sigmund Freud*, em 1923, para caracterizar um mecanismo de defesa* pelo qual o sujeito* se recusa a reconhecer a realidade de uma percepção negativa e, mais particularmente, a ausência do pênis na mulher. No Brasil também se usam: “desmentido” e “recusa da realidade”. (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.656)

¹⁰³ Referimo-nos, aqui, ao texto *Neurose e Psicose*, escrito por Freud em 1923, mas só publicado em 1924.

¹⁰⁴ Trata-se do escrito *Fetichismo*, publicado por Freud em 1927.

Precisamos aprender a falar sem indignação sobre o que chamamos perversões sexuais — casos em que a função sexual estende seus limites, seja para a parte do corpo em causa ou para o objeto sexual escolhido. A incerteza no tocante aos limites do que deve ser chamado de vida sexual normal, quando levamos em conta raças e épocas diferentes, deve por si mesma bastar para esfriar o ardor do apaixonado. Certamente não podemos esquecer que a perversão que é a mais repelente para nós, o amor sensual de um homem por outro homem, não só foi tolerada por um povo muito superior a nós em cultura — os gregos — como foi por eles considerada digna de importantes funções sociais. A vida sexual de cada um de nós se estende ligeiramente — ora numa direção, ora noutra — além das estreitas linhas impostas como padrão de moralidade. (FREUD, 1905/1969, p.47)

A citação acima nos mostra como o célebre psicanalista foi distanciando-se da visão normatizada da sexualidade humana, e aproximando-se do entendimento de que grande parte do repúdio às perversões se dá mediante os cerceamentos sociais.

Em seus *Três Ensaio*s, Freud (1905/1969) nos apresenta seu trabalho mais distinto e alicerçante sobre as perversões. Apesar de ainda vislumbrar certas características do pensamento médico do século passado, que via as perversões como patologias, o psiquiatra expõe sua visão de que há algo de comum nas perversões que também é próprio da sexualidade por ele considerada normal:

A experiência cotidiana tem mostrado que a maioria destas extensões, ou, pelo menos, as menos graves dentre elas, são constituintes que raramente estão ausentes da vida sexual das pessoas sadias e são julgadas por elas de forma não diferente de outros acontecimentos íntimos. Se as circunstâncias favorecem tal ocorrência, as pessoas normais podem também substituir o objeto sexual normal por uma perversão desta espécie por bastante tempo ou podem encontrar lugar para uma juntamente com a outra. (FREUD, 1905/1969, p. 162-163)

Através desse pensamento, Freud vai diferenciar a sexualidade perversa da sexualidade normal por meio de duas características distintas dos perversos: fixação¹⁰⁵ e exclusividade. A primeira se dá, segundo o pensamento freudiano, devido ao fato de certas perversões caracterizarem-se pela prática de determinada organização comportamental que se mantém inalterada na vida do indivíduo, como ocorre no caso de algumas práticas que são

¹⁰⁵ “O fato de a libido se ligar fortemente a pessoas ou imagens, de reproduzir determinado modo de satisfação e permanecer organizada segundo a estrutura característica de uma das suas fases evolutivas. A fixação pode ser manifesta e real ou constituir uma virtualidade prevalente que abre ao sujeito o caminho de uma regressão. Podemos considerá-la, fora de qualquer referência genética, dentro do quadro da teoria freudiana do inconsciente, como designando o modo de inscrição de certos conteúdos representativos (experiências, imagens, fantasias) que persistem no inconsciente de forma inalterada e aos quais a pulsão permanece ligada” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 190).

vistas na fase pré-genital e que se perpetuam até a fase adulta; o segundo, em relação à “exclusividade da prática quanto ao desvio com relação ao objeto” (VALAS, 1990, p. 28), ou seja, a prática não permite variações, a fim de que não haja riscos de perda de efetividade.

Como grande estudioso da neurose, e buscando dar dignidade ao tema tão repudiado como o das perversões, Freud (1905/1969) vai cada vez mais salientar que tanto ela, como a perversão, possuem uma gênese única, e que, em relação às perversões, há “[...] algo inato em todos os seres humanos [...]”, sendo neurótico o sujeito que, por meio do recalque, possui forças impeditivas capazes de frear a realização pulsional, que resulta na manifestação do sintoma, o desfecho da renúncia à satisfação plena da pulsão sexual.

Freud (1905/1969) também reserva um espaço para tecer alguns comentários acerca dos fenômenos já assinalados pela medicina do século XIX, tais como: o fetichismo, que o psicanalista vai classificar como uma “transgressão anatômica” (p.141), considerando-se que o fetiche é uma substituição inadequada do objeto sexual com fins a alcançar o alvo sexual. Acerca do fetichismo, Freud não vê algo muito abominável, tendo em vista que certas práticas podem e são incorporadas pelos indivíduos de sexualidade sabia em suas rotinas, salientando que o problema reside quando:

[...] o anseio pelo fetiche passa além do ponto em que é meramente uma condição necessária ligada ao objeto sexual e efetivamente toma o lugar do objeto normal, e, mais, quando o fetiche se desliga de um determinado indivíduo e se transforma no único objeto sexual. Estas são, com efeito, as condições gerais sob as quais as meras variações do instinto sexual se transformam em aberrações patológicas. (FREUD, 1905/1969, p. 155-156)

Menciona a pulsão escopofílica, ou seja, o prazer gerado pela visão, indicando que tal fenômeno é normal, mas que pode se tornar patológico na medida em que há uma fixação nos órgãos sexuais, assim como nos casos de exibicionismo (ser visto) e voyeurismo¹⁰⁶ (ver), onde Freud diz que o alvo sexual se apresenta nas formas ativa e passiva. Assim também são apresentadas algumas considerações acerca das noções de sadismo e masoquismo. O sádico é aquele que sente prazer ao infligir e, ao mesmo tempo, sentir a dor do objeto sexual. Freud utiliza-se do sadismo para fundamentar seu posicionamento acerca da gênese sexual e agressiva da constituição humana, sendo o sadismo, segundo ele, um fenômeno cujos vestígios são fáceis de encontrar nas relações sexuais normais. O masoquista, por sua vez,

¹⁰⁶ Para Freud (1905/1969), o voyeurismo consiste em uma excitação mediante o olhar que se restringe exclusivamente à genitália, ou à suspensão do asco, no caso de pessoas que sentem prazer na observação do ato excretório de outras pessoas, e torna-se perversão no momento em que ultrapassa o alvo sexual normal, quando deveria ser apenas preliminar a ele (p.158).

seria aquele indivíduo que sente prazer ao ser alvo da subjugação do objeto sexual, ou seja, a forma passiva da perversão, enquanto o sadismo seria a forma ativa. Afirma ainda que o masoquista é, em sua constituição perversa, também um sádico, sendo que ele assume para si a dor, tornando o lugar do objeto sexual (FREUD, 1905/1969, p. 160-161).

Ao término do primeiro ensaio, Freud nos leva a entender que esses fenômenos pulsionais sofrem constantes ataques dos dispositivos cerceadores, tais como os códigos morais constituídos socialmente, a vergonha, o asco, as imagens representantes da autoridade que, ao serem suficientemente demarcados no psiquismo, circunscrevem os impulsos anormais no âmbito da normalidade.

No segundo ensaio, ao adentrar o âmbito da sexualidade infantil, Freud vai nos expor aquilo que ele chamou de amnésia infantil, ou seja, a aparente impossibilidade que as pessoas possuem de recordar o período que Freud chamou de primeira infância¹⁰⁷, período que é esquecido, mas, ao mesmo tempo, determinante para a constituição do psiquismo infantil e, posteriormente, adulto, pois é, segundo a visão freudiana, o momento em que ocorre a maior captação de impressões acerca de tudo que o envolve, tanto interna como externamente. Tal período tende a ser esquecido, ou melhor, lançado ao inconsciente, dada a sua forte marca traumática, na maioria das vezes, insuportável ou incompreensível para o psiquismo em desenvolvimento, o que resulta na ação do recalque sobre essas impressões, ao mesmo tempo, traumáticas e constituintes, que não são apagadas, mas apenas guardadas no inconsciente, a fim de não causarem prejuízo à psiquê, contudo, nem sempre o recalque das impressões pré-genitais é suficientemente capaz de impedir o retorno do recalcado, seja por influência de fatores internos ou externos, bem como pelo fato de o consciente e o inconsciente estarem em constante estado fronteiriço, o que pode ocasionar os sintomas neuróticos, como os da histeria, por exemplo.

O que nos interessa, sobretudo, é o modo como Freud vai nos apresentar a sexualidade infantil, até então impensável pela comunidade científica e leiga, mostrando-nos como fenômenos típicos da sexualidade dos adultos, e considerados perversos, estão presentes na infância, fase em que se acreditava que todas as crianças fossem assexuadas. Freud (1905/1969) foi o primeiro a dizer que para entender a sexualidade nos adultos, bastava olhar a sexualidade nas crianças, pois elas eram desprovidas dos valores e cerceamentos a que os adultos são impostos na obtenção do prazer sexual.

¹⁰⁷ Período que corresponde, na psicanálise freudiana, à fase pré-genital.

A partir da observação da sexualidade nas crianças, Freud (1917/1969) salienta seu posicionamento acerca do já mencionado inerência dos desejos sexuais comuns tanto nas perversões, como nas neuroses, assinalando que o cenário dos neuróticos não é o mesmo dos perversos graças aos impasses da realidade, mas, havendo uma impossibilidade da satisfação cotidiana na realidade, os neuróticos também tendem a buscar um meio não habitual, desviado do objeto sexual, para obtenção de sua satisfação. Partindo dessa concepção, aponta que se há ocorrência de práticas consideradas perversas, mesmo em situações excepcionais, em pessoas consideradas normais, então há algo de perverso na constituição de todos nós. Vale, aqui, ressaltarmos o exemplo dado por Freud (1905/1969), que expõe como a impossibilidade de recursos habituais pode favorecer, em alguns casos, a prática de atos perversos, afirmando que não seria impossível imaginar um camponês solitário, em meio ao isolamento do campo, buscar ter relações esporádicas com animais (p. 149). Então, se o desejo comum aos perversos pode ser esporadicamente vivenciado pelo neurótico, Freud (1917/1969) chega à conclusão de que:

Se procede o fato de que um aumento da dificuldade em obter satisfação sexual normal da vida real, ou a privação desta satisfação, põe à mostra as inclinações pervertidas de que, anteriormente, nada disso tinham demonstrado, devemos supor que nessas pessoas havia algo que já se encontrava a meio-caminho das perversões; ou, se preferirem, as perversões devem ter estado presentes, nessas pessoas, em forma latente. [...] E, com isso, verificou-se que todas essas inclinações à perversão tinham suas raízes na infância, que as crianças têm uma predisposição a todas e põem-nas em execução muna medida correspondente à sua imaturidade — em suma, que a sexualidade pervertida não é senão uma sexualidade infantil cindida em seus impulsos separados. (FREUD, 1917/1969, p. 363)

Desse ponto de vista, surge uma das mais importantes contribuições freudianas à compreensão da sexualidade humana: as perversões são a permanência, na fase adulta, de características polimorfas da sexualidade infantil.

Para dar lugar às suas colocações acerca da perversão-polimorfa infantil, Freud (1905/1969) vai nos apresentar sua perspectiva sistemática acerca do desenvolvimento psicosssexual do ser humano, que parte da infância e finda na sua morte. Tudo parte da teoria das zonas erógenas¹⁰⁸, já esboçadas por Freud desde as correspondências que trocava com Wilhelm Fliess, de 6-12-1896 e de 14-11-1897, e que praticamente não sofreu qualquer

¹⁰⁸ “Qualquer região do revestimento cutâneo-mucoso suscetível de se tornar sede de uma excitação de tipo sexual. De forma mais específica, certas regiões que são funcionalmente sedes dessa excitação: zona oral, anal, uretro-genital e mamilo” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p.533).

alteração desde então. Em sua teoria, Freud (1905/1969) nos apresenta os estágios (ou fases) vivenciados por qualquer indivíduo em seu desenvolvimento.

A fim de apresentá-las, seguiremos o pensamento freudiano que descreve os estágios em sua linearidade ideal. O primeiro dos estágios é o **oral** (0-18 meses); nele a criança tem suas primeiras experiências pós-uterinas e sua ligação com a mãe é o que a liga a todas as outras no mundo, pois, dada a sua incapacidade de olhar o mundo fora da dimensão fusionada com o corpo materno, sua mãe é o que, nesse momento, a interliga ao mundo. Sendo assim, o estágio oral não constitui apenas um momento de satisfação da criança em relação à sucção e, posteriormente, o contato do leite materno com sua mucosa bucal e todo o trato digestivo que a direciona até o estômago, mas, também, pela relação indissociável entre o corpo materno e o da criança, que não se nutre apenas do leite de sua mãe, mas da troca de olhares, da voz que primeiro apresenta a linguagem e, sobretudo, do afeto primário que se estabelece. Nessa fase, a criança ainda é um ser indissociável do corpo materno, pois, na mente dela, onde os primeiros códigos se esboçam, mãe e filho(a) ainda constituem um corpo único.

Psicanalistas pós-freudianos, como Karl Abraham e Melanie Klein, desenvolveram as perspectivas do pai da teoria psicanalítica em relação ao estágio oral, em especial a adição da angústia na relação até então compreendida apenas como sendo constituída pelas vias do prazer do nutrir-se e o amor materno. Ambos, mas, em especial, Melanie Klein, apontam para o temor primário existente na criança nessa dinâmica de comer e ser comida/viver e ser aniquilada, já que ela é totalmente dependente do corpo que a faz existir, apresentando, também, os possíveis efeitos que tal temor se manifesta na infância, bem como na vida adulta.

O estágio **anal** (18 meses–3 anos) se estabelece no processo de nutrir-se e, posteriormente, no processo digestivo de eliminação das fezes. Quando eliminadas, as fezes proporcionam um grande alívio para a criança, pois, além de extinguirem temporariamente a sensação de acúmulo das excreções, começam a ter domínio dos esfíncteres, ou seja, passam a controlar gradualmente a investida do impulso digestivo, o que ocasiona um dos primeiros sinais de autocontrole do corpo.

Posteriormente, tem-se a entrada na fase **fálica** (3-6 anos) da criança, em que ela se volta às genitálias, descobrindo-as; o pênis, no caso dos meninos; o clitóris, no caso das meninas. É nesta fase que o complexo de Édipo ganha seu status absoluto em relação ao desenvolvimento psicosssexual infantil, tendo em vista que é nesse estágio que a criança vai se deparar com a presença, ou ausência, do falo, do reconhecimento do desfusão em relação ao corpo materno, do poder da imago paterna no tocante à presença da mãe e, conseqüentemente, do temor à castração. Freud (1905/1969) dá um destaque a essa fase,

afirmando que “as atividades sexuais desta zona erógena, que forma parte dos órgãos sexuais propriamente ditos, são o início do que se transforma mais tarde em vida sexual ‘normal’ (p. 192).

O estágio de **latência** (6-11 anos), é aquele em que a criança vai distancia-se das relações autoeróticas e aproximar-se do mundo físico, construindo relações sociais mais sólidas. Todavia, “de tempos em tempos, uma manifestação fragmentária de sexualidade que escapou à sublimação pode libertar-se; ou alguma atividade pode persistir por toda a duração do período de latência até que o instinto sexual surja com maior intensidade” (FREUD, 1905/1069, p. 183).

Por último, Freud vai nos apresentar o estágio **genital**; responsável por uma série de transformações no psiquismo humano e, conseqüentemente, em sua entrada plena na sociedade. Aqui o indivíduo, assim como na fase fálica, tem em suas genitais o ponto erógeno fundamental de sua atividade sexual, sendo que, caso tenha perpassado adequadamente as demais fases, direciona-as ao ato sexual tido como normal; aquele que visa à procriação. Também é marcada por uma determinante escolha do psiquismo, fundamental ao nosso trabalho e, sobretudo, no que se refere ao modo como a vida do indivíduo será gerida.

No caso do sujeito neurótico, a fase genital marcaria a superação do complexo edípico e o abandono das relações autoeróticas infantis em favorecimento à satisfação pessoal ocasionada pela sublimação, bem como à satisfação do objeto. Nele, as forças repressoras da educação e da cultura estariam plenamente constituídas, mediante o recalque, impedindo que as “tendências sexuais arcaicas e violentas da infância se manifestem plena e livremente” (FREUD, 1905/1069, p. 25)

No caso do sujeito perverso, não haveria uma entrada na fase genital propriamente dita. Diferente do que ocorre no sujeito neurótico, onde se dá a aceitação da separação do corpo materno, do recalque como operador, da dissociação com a primazia autoerótica infantil, o perverso nega todas essas verdades, pois, mesmo as reconhecendo, elas não são sua verdade. E isso se institui por meio de seu operador próprio: o desmentido. Sendo assim, chega-se à conclusão de que a perversão é a permanência, na vida adulta, de características perverso-polimorfias da sexualidade infantil. O sujeito perverso comportaria, então, mais do que:

[...] a tentativa da criança de manter a relação de exclusividade com os objetos de amor, agora incestuosos; é a busca para apagar os indícios e as diferenças que lhe apontam a necessidade de se submeter às leis e às regras. Portanto, o perverso permanece a meio caminho da resolução do complexo

de Édipo. Ele não leva em conta o desejo de seu objeto de amor, nem as leis éticas; reivindica para si a total exclusividade impondo aos seus objetos um modo de relação primitivo e violento. (KOGUT, 2005, p.31)

Dessa forma, constata-se que o adulto, perverso ou não, será sempre confrontado por sua sexualidade perverso-polimorfa, cabendo ao seu psiquismo a escolha que o orientará diante do impasse primordial da sua vida e da cultura: negar os desejos arcaicos que o constituem, submetendo-se à égide do recalque, evitando, assim, a maior parte dos efeitos do desamparo ante os traumas e conflitos que o constituem, mas abdicando de uma parcela significativa de sua possibilidade de felicidade; ou reconhecer na satisfação dos desejos, por meio do desmentido do temor à castração, o modo subjetivo que ordenará sua existência, o que pode parecer extremamente prazeroso, mas que traz consequências destrutivas tanto para o sujeito perverso, como para o alvo de seu desejo, aquele para quem terceiriza sua angústia.

Para que possamos findar essa breve perspectiva freudiana acerca da perversão, cabe-nos a importante tarefa de salientar o fato de que não é apenas o neurótico que sofre, por meio dos sintomas, as consequências de sua escolha consciente/inconsciente em relação aos desejos arcaicos que o oprimem. O perverso, embora seja alvo de toda a carga de ofensas e juízos de valor devido às suas práticas e escolhas, pela sociedade, também é acometido pela angústia própria resultante de seu desenvolvimento psicosssexual. Se para o neurótico a certeza de que nunca alcançará uma felicidade plena, devido aos cerceamentos impostos pela cultura, para o perverso a angústia reside justamente na falta de uma lei, que não a do imperativo do gozo, que pudesse pôr limites, muitas vezes, à característica autodestrutiva de sua sina, como Freud enfatizou ao afirmar que “na realidade, os perversos são, antes, uns pobres-diabos, que têm de pagar extremamente caro pela satisfação que obtêm a duras penas” (1917/1969, p. 376).

Sobretudo, devemos atentar para a conclusão de Freud (1905/1969) em relação à dificuldade em se trabalhar o tema das perversões, que não reside apenas no mal-estar que o tema provoca, mas na angústia de se ter a certeza de que parcela daquilo por que temos repulsa, também nos constitui, como postula, ao afirmar que:

Se, contudo, a existência das perversões sexuais é um argumento tão decisivo nessa questão, por que depois de tanto tempo ainda não deu resultado e definiu a questão? Realmente, não sei dizer. Acredito que se relaciona com o fato de essas perversões sexuais estarem sujeitas a uma condenação muito especial, que chegou mesmo a afetar a teoria e se opôs à avaliação científica delas. É como se ninguém pudesse esquecer que elas não são apenas algo repulsivo, mas também algo monstruoso e perigoso — como se as pessoas as sentissem como sedutoras e, no fundo, tivessem de sufocar uma secreta inveja daqueles que as experimentam. [...] Por mais infames que

possam ser, por mais nítido que se faça o contraste com a atividade sexual normal, uma reflexão tranquila mostrará que um ou outro traço perverso raramente está ausente da vida sexual das pessoas normais. (FREUD, 1905/1969, p. 376-377)

E a teoria psicanalítica freudiana dá espaço a essa perspectiva de um olhar sobre o outro, buscando entendê-lo nas suas necessidades constitutivas, o que reforça o pensamento do pai da psicanálise de que, na sua psicanálise, não há espaço para juízos de valor, bem como para o fato de que as perversões não resultam necessariamente em uma degenerescência do psiquismo humano. Dessa forma, Freud defende que a psicanálise tem que ser um método que se esforce para compreender, por meio das formas patológicas, a sexualidade dita “normal”, ou seja, cabe ao psicanalista, assim como nos cabe enquanto analistas do texto literário, investigar e abarcar as vicissitudes do objeto de análise e, a partir daí, buscar a cura/o resultado esperado, ou não.

2.2. PERVERSÃO E CONTEMPORANEIDADE

É facilmente observável que a psicanálise, em nossa contemporaneidade, esteja envidando um grande esforço para (re)elaborar suas teorias acerca do comportamento humano ante os acontecimentos que a cultura pós-moderna vem pondo em cena.

Repensar como as instâncias do desenvolvimento psíquico se configuram no indivíduo dos nossos dias talvez seja um dos maiores desafios que a psicanálise tem de confrontar.

Para que possamos desenvolver qualquer consideração consistente acerca desta problemática, é essencial que se esclareça que os impasses da nomeada pós-modernidade não são próprios e exclusivos desse período e sociedade, são, em última instância, uma amplificação daquilo que já ocorre desde o período chamado Modernidade. É aqui que reside uma problemática conceitual embutida no termo pós-modernidade.

Autores como Habermas (1990) e Lyotard (1998) entendem a Pós-modernidade como sendo a condição sociocultural e estética do capitalismo pós-industrial, tecnológico e neoliberal, onde a civilização humana passou a ser conhecida como sociedade da informação, alicerçada pelas transformações tecnológicas da sociedade capitalista, pela fragilização das concepções anteriormente absolutas da verdade, desencadeadoras de novas configurações comportamentais de cada indivíduo em relação a si mesmo e ao mundo. Santos (2008), em seu *O que é pós-moderno*, vai nos falar de um fantasma pós-moderno (termo bastante utilizado na obra) para nos mostrar como esse momento é caracterizado pela fragmentação do

real que, ao fragmentar-se, não retorna ao estado coeso originário, o que ocasiona um ambiente onde o que se vive não é mais um real coletivo, mas um particular, ou, ao menos, tenta-se vivenciá-lo, configurando não um ambiente psicótico, mas de um narcisismo arcaico e econômico, próprio do ambiente perverso que este momento opera.

Algo comum a todos esses teóricos é a ideia de um ambiente que se instala frente à Modernidade, esboçando configurações próprias e díspares do momento social, econômico e histórico que o precedeu. Todavia, autores como o filósofo francês Gilles Lipovetsky (2004) argumentam que não há como classificar verdadeiramente o período em que vivemos como sendo a **Pós**-modernidade, dado o fato de que as características que se atribuem a esse momento não são próprias, mas decorrentes da Modernidade, como uma espécie de plenitude, uma consumação daquilo que já se observava na sociedade moderna, o que o faz repensar a utilização do prefixo PÓS- e toda a sua significação morfológica e ideológica na composição do termo, assinalando que o mais correto seria o emprego da terminação **Hiper**modernidade. Para os filósofos franceses, o desejo de consumo, a tirania do tempo (o curto-prazo), a individualização do sujeito e a fragmentação dos valores anteriormente constituídos se antes eram elementos que se faziam presentes, hoje, na hipermodernidade, se fazem ainda mais marcantes, como podemos aferir na seguinte citação:

Eleva-se uma segunda modernidade, desregulamentadora e globalizada, sem contrários, absolutamente moderna, alicerçando-se essencialmente em três axiomas constitutivos da própria modernidade anterior: o mercado, a eficiência técnica, o indivíduo. Tínhamos uma modernidade limitada; agora, é chegado o tempo da modernidade consumada. (LIPOVETSKY, 2004. p. 54.)

Independente do termo que se use, e aqui utilizamos Pós-modernidade, é importante que atentemos para o fato de que, o que está em jogo aqui são as características que reverberam no cotidiano individual e coletivo de cada sujeito, ante as suas falhas constitutivas. Se vivemos em um ambiente que deveria ser um modelo adequado ao favorecimento da sublimação ante os desejos destrutivos da polimorfia perversa que nos constitui, mas que não o faz, tendo em vista que a sociedade é, antes, mais um reflexo dos indivíduos que a compõem, e menos um reflexo do contrário. Sendo assim, esta sociedade cindida, falha na sustentação de suas premissas e incapaz de concretizar os ideais iluministas que fundamentavam a Modernidade e, perversa por consequência, já não dá conta dos desejos, das angústias e da pressão que se faz cada dia mais presente em seu itinerário.

Em se falando de um constructo extremamente necessário à vida em sociedade, mas, sobretudo, à modelagem de cada indivíduo como ele é individualmente e sua relação com a cultura, sabemos que é a família a instituição que detém a prerrogativa de apresentar o mundo ao sujeito. A ela é dada toda a importância pela teoria psicanalítica, e de forma unânime, desde Freud (1914/1969), que afirmava que:

As pessoas a quem se acha mais ligadas são os pais e os irmãos e irmãs. Todos que vem a conhecer mais tarde tornam-se figuras substitutivas desses primeiros objetos de seus sentimentos. [...] Seus relacionamentos posteriores são assim obrigados a arcar com uma espécie de herança emocional, defrontam-se com simpatias e antipatias para cuja produção esses próprios relacionamentos pouco contribuíram. Todas as escolhas posteriores de amizade e amor seguem a base das lembranças deixadas por esses primeiros protótipos. (FREUD, 1914/1969, p. 287)

Até teóricos mais recentes, como Winnicott (1984/1999), que afirmam que *Tudo Começa em Casa*. E é por meio da família que os laços posteriores se fundamentam, ou seja, as experiências obtidas no lar e no convívio com os pais são a base para o desenvolvimento da subjetividade humana. Todavia, é axiomático que vivenciamos, em nossa contemporaneidade, um decaimento de aspectos operacionais que, outrora, regiam quase que absolutos a engrenagem do viver social; **o declínio da imago/função paterna**, estudado mais profundamente por Lacan (2003) que, ao retornar a Freud e seu complexo de Édipo, assinalava o quão importante constitutivamente são as figuras familiares no desenvolvimento psíquico da criança, que sobressai a mera transferência de valores da cultura, salientando como a ordem familiar, posta por seus papéis, tem uma influência determinante na instalação do sujeito na sociedade, seja individual ou coletivamente:

Entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura. Embora as tradições espirituais, a manutenção dos ritos e costumes, a conservação das técnicas e do patrimônio sejam como ela disputados por outros grupos sociais, a família prevalece na educação precoce, na repressão dos instintos e na aquisição da língua, legitimamente chamada materna. Através disso, ela rege os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, a organização das emoções segundo tipos condicionados pelo ambiente, que é a base dos sentimentos [...]; em termos mais amplos, ela transmite estruturas de comportamento e de representação cujo funcionamento ultrapassa os limites da consciência. (LACAN, 2003, p.30-31)

Nas palavras do próprio pai da psicanálise, “de todas as imagens (imagos) de uma infância que, via de regra, não é mais recordada, nenhuma é mais importante para um jovem

ou um homem do que a do pai (FREUD, 1914/1969, p. 287).” Sabidamente, a figura paterna, para a teoria psicanalítica, constitui um elemento crucial na elaboração dos signos representativos não só da separação do masculino e feminino, mas, sobretudo, no tocante à suplantação do princípio do prazer pelo princípio da realidade. “A questão do Édipo e a interdição do incesto são impensáveis se não houver o pai ou, se preferirmos, a função do pai (GARCIA-ROZA, 1995, p. 26)”. A figura paterna se faz imprescindível nesse quesito, pois é ela que introduz mais energicamente o corte entre o prazer original (obtido por meio da fusão com o corpo materno) e o cerceamento necessário ao desenvolvimento do entendimento arcaico em relação às leis e ao imperativo do desprazer que opera o bem-estar das relações humanas.

Freud (1914/1969), na primeira década do século XX, já nos alertava sobre o declínio da figura paterna, enfatizando o quão significativo esse fenômeno seria para o mundo a partir de então, como podemos compreender mediante as próprias palavras do psicanalista:

De seu quarto de criança, o menino começa a vislumbrar o mundo exterior e não pode deixar de fazer descobertas que solapam a alta opinião original que tinha sobre o pai e que apressam o desligamento do seu primeiro ideal. Descobre que o pai não é mais o mais poderoso, mais sábio e mais rico dos seres, fica insatisfeito com ele, aprende a criticá-lo, a avaliar o seu lugar na sociedade; e então, em regra, faz com que ele pague pesadamente pelo desapontamento que lhe causou. Tudo o que há de admirável e de indesejável na nova geração é determinado por esse desligamento do pai (FREUD, 1914/1969, p.288).

Esse declínio da função paterna expõe, também, como o limite entre o público e o privado está fragilizado, tendo em vista que, sem ordem paterna, sem “tabu”, a família pós-moderna mostra-se limitada, até mesmo pervertida, em relação àquilo que dela se esperava em outros tempos. Se, outrora, tinha o caráter paradigmático de um *status* divino, educador e de Estado, hoje, já aparenta não possuir tal vigor. E o pai, que, “o próprio Deus, em última análise, é apenas uma exaltação dessa imagem (FREUD, 1914/1969, p. 287)”, instituidor dos códigos simbólicos das leis, herói, guerreiro, torna-se, agora, burguês e domesticado, ocupando um lugar de autoridade sustentada pela circunstância, ou seja, o pai, na sua nova configuração contemporânea, capitalista e perversa por excelência, não é mais para o filho uma representação temerária do todo poderoso, operante da castração e cerceador dos desejos, mas um sujeito frágil em sua função, destituído de certos poderes e importante apenas para realizar seus desejos de consumo, até que este já não seja mais necessário, tal como Freud assinalava já na virada do século passado, ao afirmar que:

[...] a tristeza de um filho pela morte do pai não consegue suprimir sua satisfação por ter finalmente conquistado sua liberdade. Em nossa sociedade de hoje, os pais tendem a se agarrar desesperadamente ao que resta de uma *potestas patris familias* agora tristemente antiquada. (FREUD, 1900/1969, p.284)

Essa visão, embora em um primeiro momento, possa parecer uma espécie de perspectiva patriarcal de pensar o papel do pai em detrimento da mãe, é facilmente superada ao salientarmos como tal conflito se configura na constituição da subjetividade dos indivíduos contemporâneos. Sabemos que a figura materna é a detentora de uma ligação muito mais biológica e instintiva em relação ao filho, do que a figura paterna, como nos orienta Auguste Comte (apud ROUDINESCO, 2008, p.21), ao afirmar que “os filhos são sob todos os aspectos, mesmo fisicamente, muito mais filhos da mãe que do pai.” Todavia, para a psicanálise, as figuras parentais, como já fora exposto neste capítulo, possuem funções distintas na constituição da subjetividade dos filhos.

Quando afirmamos que há um declínio da função paterna e uma consequente irrupção da materna, não estamos contestando, ou mesmo indicando um erro, tendo em vista que a subjetividade humana, sua forma de compreender e adaptar-se as novas configurações da família pós-moderna tem sido cada vez mais exigida pela cultura. Apontamos, no entanto, que ao ceder à figura materna o lugar simbólico do pai na constituição do psiquismo infantil, corre-se o risco de impor a esta figura um status que outrora não lhe pertencia, ou seja, ao mesmo tempo em que as transformações políticas e sociais compõem um avanço, também se estabelecem como um conflito em relação à estrutura já preestabelecida pela maioria das civilizações, o que pode gerar dificuldades devido às constantes imposições destas novas configurações, tendo em vista que é por meio do discurso materno que praticamente todas as coisas são apresentadas ao bebê, inclusive o pai.

Tal afrouxamento em relação à função/poder paterno, característica evidente em nossos dias, constitui um risco iminente e cada vez mais visível em relação ao comportamento do ser humano em detrimento de si mesmo e do laço social, tendo em vista que ainda é por meio deste que se espera a suplantação do princípio do prazer pelo princípio da realidade. Sem essas amarras bem estabelecidas, ou seja, fragilizadas, o indivíduo não adentra a sociedade, plenamente capaz de impor os seus desejos à sublimação, às regras do conviver social, o que, consequentemente, pode culminar em um indivíduo cujo comportamento atende apenas aos seus interesses, essencialmente narcísico, operado pelos seus instintos arcaicos, a saber: sexualidade e agressividade, sem que esses passem pelo crivo da lei social, ou seja,

perverso. Dessa forma, onde se esperava que a criança desse lugar ao adulto por meio da superação do Édipo, uma perda que também representa ganho, já que, ao renunciar ao laço instintivo com o corpo materno, o indivíduo pode adentrar de forma linear o corpo social, encontramos um indivíduo que já não vê a satisfação na renúncia, nem barreiras realmente fortes que sustentem a premissa de que o prazer narcísico deve ser substituído pelo bem-estar coletivo.

A pós-modernidade, com seus avanços tecnológicos cada vez mais imediatos, e o seu operador, o capitalismo, corroboram, de forma proeminente, os processos de ressignificação dos mecanismos de constituição e manutenção da subjetividade humana. Em outras palavras, há, em nossos dias, inúmeros processos que viabilizam a passagem de um funcionamento social neurótico para um de caráter perverso.

Teóricos como Zygmunt Bauman (1998), por exemplo, construíram um verdadeiro arcabouço teórico a respeito de como as formas de sublimação dos desejos ante a manutenção do bem-estar social estão sendo minados pela lógica ressignificadora do mercado. Em seu *O mal-estar da Pós-modernidade*, Bauman nos faz refletir sobre como os novos e constantes modelos estéticos circunscrevem a dinâmica do mercado de consumo, assim, o novo ganha sempre o status de verdade e de proporcionador de uma felicidade exata, o que, conseqüentemente, faz do velho (produtos, ideais e leis) um elemento ultrapassado, que já não pode, diante da dinâmica imediatista e narcísica da contemporaneidade, satisfazer nossas necessidades libidinais, o que nos assegura a proposição de que a civilização humana, fundada sob os preceitos da neurose, agora se vê encaminhada, cada vez mais para uma égide da perversão, pois o imperativo do gozo é, sem sombra de dúvida, o elemento constitutivo mais saliente da sociedade de consumo neoliberal, como nos orienta o sociólogo:

"O desvio do projeto da comunidade como defensora do direito universal à vida decente e dignificada para o da promoção do mercado como garantia suficiente da universal oportunidade de auto-enriquecimento aprofunda mais o sofrimento dos novos pobres, a seu mal acrescentando o insulto, interpretando a pobreza com humilhação e com a negação da liberdade do consumidor, agora identificada com a humanidade". (BAUMAN, 1998, p.34)

E esta satisfação operada pelo capital acaba por constituir um dos maiores, quicá o maior dos elementos de ressignificação da subjetividade em nossos dias. Provas disso são inúmeras: pais que, mediante as ocupações impeditivas do mercado, acabam por transferir para outros a responsabilidade de criarem seus filhos e, não raro, fazem das mídias, cada vez

mais importantes e indissociáveis ao mundo dos jovens, a responsável direta pela educação deles. Sendo que a mídia, sobretudo a TV, produto e veículo mais poderoso do capitalismo, tanto pode auxiliar na formação das crianças, como deformá-las, levando-as, por conseguinte, a possíveis perturbações de ordem psíquica (LEVISKY, 1999, p. 2)

Outro estudioso da teoria psicanalítica, sobretudo dos estudos acerca da perversão, Paulo Roberto Ceccarelli (2001b), também vai nos alertar acerca do potencial perverso que reside nas mídias, sobretudo a televisão. O psicanalista assinala que:

[...] seja na programação ou nos comerciais – pode utilizar de seu poder de persuasão para incentivar comportamentos e sugerir “valores sociais de felicidade” absolutamente inalcançáveis, se não para todos, para a grande maioria da sociedade. Em nome do consumo (o telespectador é, antes de mais nada, um consumidor) certas emissoras não medem esforços para manter os pontos da audiência. O perigo é que isto leve à criação de referências “ético-morais” divergentes daquelas necessárias para a construção de uma estrutura social calcada no respeito e no direito do cidadão. (CECCARELLI, 2001b, p.1)

Todavia, esclarece que tais conflitos de nossa contemporaneidade não são fenômenos introduzidos pela mídia; sendo ela apenas um instrumento criado pelo ambiente favorável à sua instalação e disseminação, como é o da sociedade capitalista. Quando mais precocemente é apresentada à televisão, a criança começa a entrar em um estado que se assemelha ao hipnótico, tendo em vista que, diferente do sonho, onde as fantasias são espontâneas, a TV introduz uma fantasia dirigida. Dessa forma, o que deveria ser papel das figuras parentais, acaba sendo direcionado à TV, que, conseqüentemente, pelo seu potencial de variar as opções de entretenimento, chega a substituir por outras práticas o que, em nossos dias, tem se tornado raro, como o brincar que, para a teoria psicanalítica¹⁰⁹, é parte importante no processo de desenvolvimento do psiquismo infantil, pois é a partir da brincadeira que a criança dramatiza o mundo que a cerca, estimulando seus sentidos, reflexos, coordenação motora, imaginação, criatividade e, sobretudo, a representação de seus afetos.

Essa criança “criada na frente do televisor”, muitas vezes pela incapacidade dos pais de cumprir com suas obrigações parentais ou pela necessidade de distração para as mesmas diante da exigência do mercado de que eles passem boa parte do dia longe, a fim de que possam manter o padrão socioeconômico, passa a ser dependente motora e psiquicamente, pois, além de limitarem a prática de outras atividades, dado o seu poder de atratividade(não

¹⁰⁹ Melanie Klein e Winnicott são dois dos mais proeminentes estudiosos da prática do brincar para interpretar e tratar os traumas infantis.

raro, é possível ver pessoas substituindo a mesa pela sala, na hora das refeições; e que dormem diante do TV), também substituindo os pais no que diz respeito ao repasse das premissas básicas da constituição de sua subjetividade. Um exemplo disso é que muitas crianças começam precocemente a perder o envolvimento com as figuras parentais, a partir do momento em que a TV lhes apresenta modelos de pais que conseguem satisfazer mais a sua libido, ou mesmo que são mais permissivos em relação às regras que em casa são mais rígidas, que a TV apresenta, em um cenário próprio, como antiquadas e insustentáveis.

Em se falando de sexualidade, podemos afirmar que os conflitos são ainda mais problemáticos. Não falamos, aqui, de que a Pós-modernidade é de todo um mal, tendo em vista que, por volta da década de 60, do século XX, houve uma revolução nos valores e costumes nas sociedades ocidentais, onde o *slogan* “É proibido proibir” reverberava como um mantra nas bocas e corpos de quem simpatizava como a premissa. A sociedade passou a incorporar, ou a tentar incorporar¹¹⁰, a filosofia do respeito mútuo às particularidades de cada indivíduo ou grupo, rebatendo os modelos que monopolizavam a razão e reprimiam ideologias minoritárias.

Se, por um lado, esse novo modo de pensar a sexualidade trouxe grandes contribuições à diversidade sexual, permitindo que velhos modos de pensar, principalmente, acerca da mulher, conferisse maior liberdade em relação à exposição de sua sexualidade, a quebra de premissas como a virgindade — que a via como sinônimo de caráter — e sua emancipação, ainda que não totalmente respeitada no que se refere à necessidade da figura masculina para que possa instituir-se enquanto sujeito na sociedade e chefe do lar, bem como aos grupos sexuais minoritários (gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, dentre outras sexualidades), expondo aquilo que Freud já constatava no início do século XX, que o ser humano era, constitutivamente controverso, perverso-polimorfo e incapaz de ser totalmente definido, justamente, por ser sexual, por, ao mesmo tempo ser e não ser, aceitar e não aceitar, ou seja, imprevisível em sua subjetividade, por outro lado, causa ainda mais instabilidade no ambiente social.

Um corolário claro desse conflito é facilmente observado nas crescentes divulgações das mais diferentes manifestações da sexualidade pela mídia (TV, rádios, revistas, livros, internet como um todo etc.). Ao agir assim, a mídia, tanto demonstra atender um anseio de alguns grupos ainda excluídos socialmente, contribuindo para uma mudança cultural, não se

¹¹⁰ Falamos em tentativa porque nenhuma verdade é unânime e totalmente aceita na sociedade, dadas às particularidades e o direito democrático que a constitui, sobretudo, pela incapacidade que cada indivíduo possui em ver suas verdades e costumes enfraquecidos e/ou superados pelos de outrem.

limitando à comportamental, que favorece uma formação e aceitação de identidades sexuais, também faz emergir o quão enraizado estão as prerrogativas patriarcais que organizam a subjetividade humana desde os tempos mais remotos.

A Pós-modernidade abre, cada vez mais, a possibilidade de um lugar às sexualidades que existem e se reinventam e reivindicam seu lugar na sociedade, permitindo que os indivíduos assumam múltiplas identidades sexuais, pois a dinâmica sexual de nossa contemporaneidade permite que todas as dimensões da sexualidade, temporais e espaciais possam ser estabelecidas, mas, em contrapartida, faz emergir um desamparo existencial comum a quem vê suas verdades correrem risco. Práticas como a crescente violência sofrida pelas mulheres pelas mãos dos próprios companheiros, sobretudo, pelo crescente empoderamento das mulheres e da fragilização da figura absoluta e monopolizadora do homem, bem como as crescentes manifestações de discriminação e condutas homofóbicas, “que representam um fenômeno de fragilidade social, o qual vem se expandindo, a partir de sua exacerbação de hostilidade e violência referente aos indivíduos homossexuais (FERREIRA *et al*, 2011, p. 36)”, mostram como a sociedade encontra-se em um estado de choque de valores como em nenhum outro momento de sua história. A homofobia, sem dúvida, é uma conduta que salienta a intolerância, a dificuldade do ser humano de lidar com o que foge a esfera do já tão desmistificado, mas ainda não superado, modelo de sexualidade padrão, o heterossexual.

Aqui, não nos cabe qualquer julgamento em relação a esse conflito, pois seja qual for o modo de pensar e agir que cada indivíduo toma em relação a si e aos outros sujeitos que compõem a sociedade, esta não é uma escolha que se faz por uma força totalmente consciente, mas com base nas experiências de vida, nas falhas que o acompanham desde o nascimento, e que não são adequadamente contornadas pelo social. Cabe-nos, no entanto, alertar e sinalizar como tais conflitos se instalam e compõem a subjetividade da sociedade pós-moderna; esta que ainda não sabe lidar com as consequências da liberdade que prega, nem dos cerceamentos que impõe. Sabemos, e isso claramente, que é em todas essas questões/conflitos que compõem a nossa contemporaneidade que, como já pregava Freud em 1920, reside o mal-estar nas culturas.

Em um parâmetro geral, podemos apreender que a mesma civilização que institui o sujeito como ser social, educando-o e protegendo-o dos perigos externos e dele próprio, exige-nos parcela de nossa felicidade, muitas vezes, a maior parte dela, a fim de que se possam estabelecer as condições necessárias à boa convivência entre os sujeitos que a compõem, e o faz por meio do recalque, que opera reprimindo/lançando ao inconsciente uma

parte considerável da nossa sexualidade (organizando as práticas sexuais) e da nossa agressividade (limita-se a ação das pulsões, diminuindo o teor (auto)destrutivo do ser humano), redirecionando a energia libidinal do ser humano para atividades sublimatórias, práticas que dão uma vazão regulada dos impulsos humanos, e que são fundamentais ao processo de construção e manutenção da civilização. Do mesmo modo, cabe à civilização proporcionar artifícios que possam substituir, em parte, aquelas pulsões recalçadas, tendo em vista que, sem tais artifícios, como, por exemplo, atividades artísticas, não haveria possibilidade de manutenção do laço social. Todavia, a Pós-modernidade nos apresenta um ambiente onde o processo de recalçamento, que é, por si só, constitutivamente falho, já que direciona a carga pulsional a um destino que não estanca, encontra-se cada vez mais incapaz de redirecionar os desejos primevos ao processo sublimatório, tendo em vista que há um processo de recodificação das leis, dos costumes dos papéis sociais e uma fragilização do aparato de contenção de tais desejos, facilitando o surgimento daquilo que Freud (1915a), em seu *O Instinto e suas Vicissitudes*, denominou de retorno do recalçado, o sintoma, bem como o fortalecimento da principal característica desse momento temporal, social e econômico em que vivemos, o funcionamento perverso.

Apresenta-se, assim, a fadiga de que a perversão está presente o cotidiano de todos os homens, em maior ou menor grau, em algum momento da sua vida, como reflexo da sua incapacidade de lidar com a revisita à falta, com a limitação, cada vez maior, de encarar a realidade de que é praticamente impossível sustentar o compromisso, resultado da negociação dos impasses oriundos do desejo e das interdições, que impõe sanções dolorosas, por mais que negadas, aos sujeitos. Nesse esquema, o funcionamento perverso, tendo a violência como sintoma, insurge como resultado da exigência civilizatória do recalque, como expressão de rebelião do sujeito ante a insuficiência daquilo que lhe oferecem em troca de sua felicidade.

Mediados pelas perspectivas acima apresentadas, que visam delinear como a ciência, ao longo dos três últimos séculos, compreendeu e vem reescrevendo suas considerações acerca do fenômeno das perversões e a sua importância no entendimento da subjetividade do ser humano enquanto ser individual e coletivo, temos a certeza de que o capítulo a seguir, que corresponde à análise teórica do *corpus*, se fará distintivo à interdisciplinaridade a que este trabalho se propõe desde suas primeiras linhas: localizar e resgatar no texto literário, à luz da teoria psicanalítica, algo que remonte ou dê vislumbre às vicissitudes da alma humana.

Caput 3 – O conto como registro da dinâmica cultural contemporânea

“O contista é um pescador de momentos singulares cheios de significação. Inventar, de novo: descobrir o que os outros não souberam ver com tanta clareza, não souberam sentir com tanta força (1974, p. 9)”, disse Alfredo Bosi ao se referir aos escritores que se empreitam na escrita de um gênero em ascensão em nossa contemporaneidade.

Falar sobre o gênero conto é, obrigatoriamente, caminhar por entre as vielas de sua produção. Se, em passado não muito distante, o ritmo em que a vida, a sociedade e a produção e distribuição de bens de consumo seguia um charmoso, porém moroso roteiro, onde o romance se consolidava como o gênero mais nobre na “escala de produção literária”, representando, sobretudo, um retrato mais amplo da sociedade cortesã¹¹¹, na atualidade, marcada pela necessidade da otimização de qualquer fração de tempo, pela quase que instantânea apresentação de novos recursos tecnológicos e pela ascensão de um modelo econômico que faz girar as engrenagens de todas as instâncias da vida social, o grande e detalhado retrato presente nos romances de outrora já não se sustenta frente à necessidade de um recorte mais invasivo do empréstimo que a realidade cede à obra literária e cobra em sua posterior publicação. A sede dos leitores, que em outras épocas era saciada por textos longos, cuja trama se apresentava com a íntima parcimônia com que a vida social caminhava, hoje se apresenta sustentada por um forte imediatismo, como um sintoma da ansiedade próprio que demarca a pós-modernidade e a necessidade da rapidez dos fatos, das conclusões, para que, de tão vagaroso, o texto não perca, literalmente, sua conexão com a realidade.

É nesse cenário ritualístico contemporâneo, cognominadamente marcado por um imediatismo somático¹¹², que o gênero conto ganha requinte de representante, por excelência, da matéria literária, capaz de configurar um recorte bastante fidedigno do cenário cotidiano, abstraindo-lhe, por consequência, parte do caráter de prolongamento textual das narrativas.

O imediatismo, sem dúvida, não define a matéria-prima do gênero, e, talvez, nada a determine efetivamente; prova disso é a falta de unanimidade em sua definição conceitual, mas, por outro lado, tal característica pode ser facilmente apreendida em todos os materiais em que se propõe apresentar considerações sobre o tema, como Edgar Allan Poe, Julio

¹¹¹ Norbert Elias (1993), em seu *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*, nos faz atentar para o fato de que o gênero romance, sobretudo aquele produzido na Inglaterra a partir do século XVIII, configurou-se não especificamente apenas para o sujeito e o seu drama amoroso, mas às relações de poder que influenciavam sua vida e suas escolhas.

¹¹² Referimo-nos à necessidade de obtenção de satisfações de uma forma mais rápida, facilitada, sem grandes barreiras para sua aquisição.

Cortazar, Ricardo Pligia, Alfredo Bosi entre outros. Cortázar, por exemplo, teceu o seguinte comentário em relação ao gênero em questão:

Mas se não tivermos uma ideia viva do que é o conto, teremos perdido tempo, porque um conto, em última análise, se move nesse plano do homem onde a vida e a expressão escrita dessa vida travam uma batalha fraternal, se me for permitido o termo; e o resultado dessa batalha é o próprio conto, uma síntese viva ao mesmo que uma vida sintetizada, algo assim como um tremor de água dentro de um cristal, uma fugacidade numa permanência. Só com imagens se pode transmitir essa alquimia secreta que explica a profunda ressonância que um grande conto tem em nós, e que explica também por que há tão poucos contos verdadeiramente grandes (CORTÁZAR, 2006, p.150-151).

Na citação acima, notemos como o autor esboça tanto o caráter descritivo, marcado pelo curto espaço de tempo a que o gênero se propõe, como o tipo de material o conto se propõe a narrar, sendo, em essência, uma curta exposição de um conflito cotidiano, apresentado em poucas páginas, como uma espécie de foto instantânea de uma cena/paisagem, que é capturada e revelada em poucos minutos, apresentando-nos, “através de um episódio, um flagrante, ou um instantâneo, um momento singular e representativo (COUTINHO, 1985, p. 58)”.

Em termos mais didáticos, o conto é um gênero mais minimalista em relação a outras matérias literárias, como a novela e o romance, pois, mesmo deixando a entender que existe(m) outro(s) aspecto(s) a ser(em) vasculhado(s), tem seu foco narrativo centrado em apenas um conflito, uma trama que conduz toda a história, diferente do (já mencionado gênero) romance, que apresenta, até por necessidade intrínseca a este tipo de composição literária, conflitos e cenários paralelos ao itinerário principal da trama, “na verdade, se comparada à novela e ao romance, a narrativa curta condensa e potencia no seu espaço todas as possibilidades da ficção” (BOSI, 1974, p. 7). E muito embora possa remeter-se ao passado e/ou ao futuro, tem no aqui e no agora, na angustiante e fustigante rapidez do presente, o seu cenário preferido. É em meio a essa aceleração do cotidiano que o conflito se apresenta e tem seu fim em poucos instantes, tendo em vista que, mesmo não sendo necessária sua constatação, a vida continua, segue em frente, não para. O conto, em sua essência, é um singular recorte da dramática e poética vida humana em sociedade, como bem nos pontua o professor Bosi (2006), ao asseverar que:

O conto cumpre a seu modo o destino da ficção contemporânea. Posto entre as exigências da narração realista, os apelos da fantasia e as seduições do

jogo verbal, ele tem assumido formas de surpreendente variedade. Ora é quase-documento folclórico, ora quase-crônica da vida urbana, ora quase-drama do cotidiano burguês, ora quase-poema do imaginário às voltas, ora, enfim, grafia brilhante e preciosa voltada às festas da linguagem (BOSI, 2006, p. 39)

É nessa dinâmica salientada, acima, pelo ilustre pesquisador, que o conto tenta nos direcionar para um curso único e breve dos fatos, registrando, no íterim do recorte a que se propõe, toda a gama de detalhes que uma narrativa dramática concentra: uma ação, um lugar, um tempo, uma circunstância.

Edgar Allan Poe, considerado por alguns estudiosos como o precursor do conto enquanto gênero ficcional, foi um dos contistas mais proeminentes de seu tempo, quiçá da história da literatura. Suas narrativas, essencialmente de teor fantástico, causaram muita inquietação na sociedade britânica, bem como nos países europeus onde as obras circularam em suas primeiras publicações.

Capazes de alcançar certos aspectos “obscuros” do comportamento humano, as obras de Poe metaforizaram aquilo que, anos depois, a psicanálise postularia como sendo próprio da constituição psíquica do ser humano, e facilmente observável em contos como *O Gato Preto*, de onde extraímos o trecho inicial da obra, abaixo citada, que é, por si só, capaz de esboçar, de forma condensada o horror, a violência e o conflito psíquico que sua literatura abarca:

Para a muito estranha embora muito familiar narrativa que estou a escrever, não espero nem solicito crédito. Louco, em verdade, seria eu para esperá-lo, num caso em que meus próprios sentidos rejeitam seu próprio testemunho. Contudo, louco não sou e com toda a certeza não estou sonhando. Mas amanhã morrerei e hoje quero aliviar minha alma. Meu imediato propósito é apresentar ao mundo, plena, sucintamente e sem comentários, uma série de simples acontecimentos domésticos. Pelas suas consequências, estes acontecimentos, me aterrorizam, me torturaram e me aniquilaram. Entretanto, não tentarei explicá-los. Para mim, apenas se apresentam cheios de horror. Para muitos, parecerão menos terríveis do que grotescos. Mais tarde, talvez, alguma inteligência se encontre que reduza meu fantasma a um lugar comum, alguma inteligência mais calma, mais lógica, menos excitável do que a minha e que perceberá nas circunstâncias que pormenorizo com terror apenas a vulgar sucessão de causas e efeitos, bastante naturais. (POE, 2011, p. 51)

Acima, podemos visualizar, em funcionamento, algumas das asserções que o próprio Poe postulou em sua teoria sobre o conto. Para o autor “duas coisas são invariavelmente requeridas: primeiramente, certa soma de complexidade, ou, mais propriamente, de adaptação; e, em segundo lugar, certa soma de sugestividade, certa subcorrente embora

indefinida de sentido” (POE, 1986, p. 71). Valendo-nos de um pequeno mergulho nas entrelinhas do seu já citado conto, *O Gato Preto*, podemos enxergar os pormenores desta prescrição.

O Gato Preto, escrito em 1843, induz, de modo nada discreto, o leitor a realizar uma autoanálise profunda, principalmente no tocante à sua sanidade, o teor de agressividade que comporta em seu íntimo e a quão perversa pode chegar a ser sua relação com o mundo, fazendo do texto uma *mimese*, e aqui nos encontramos com a psicanálise, do conflito pulsional em que o ser humano se encontra enredado, numa clara amostra de como a literatura, com sua capacidade de simbolizar os desejos e angústias humanas, faz como que o homem compreenda a si mesmo para, só então, integrar-se verdadeiramente aos demais.

Em uma de suas passagens mais “sombrias”, vemos uma afirmativa do protagonista que também serve como questionamento aos limites e à fragilidade dos laços afetivos, usando a figura do gato como metáfora de um balizar das relações humanas. Quando o narrador diz existir “alguma coisa no amor altruísta e pronto ao sacrifício de um animal que vai diretamente ao coração daquele que teve ocasiões frequentes de testar a amizade mesquinha e a frágil fidelidade dos homens (POE, 2011, p. 52)”, ele aponta fragilidades dos afetos humanos, a plasticidade dos sentimentos e o compromisso que se estabelecem, ou que deveriam se estabelecer, por meios dos laços criados. Não é apenas uma narrativa sobre a sanidade de um sujeito, pois, como podemos ver no conto de Poe, esse gênero tem uma obrigação própria em seu compromisso estético, que é não se limitar à superficialidade da cena, tendo em vista que, por excelência, “um conto sempre conta duas histórias” (PIGLIA, 2004, p.89).

Levando-se em conta esses aspectos do conto de Poe, podemos assegurar a capacidade do conto de remeter-nos, em suas poucas páginas, ou até mesmo linhas, aos conflitos que nos sustentam e se sustentam na contemporaneidade, indo do particular ao plural, do superficial ao íntimo, mesmo que a narrativa em questão, aparentemente, nos descreva uma cena que não pertence ao nosso cotidiano.

Compagnon (2010), em seu *O Demônio da Teoria*, expõe alguns aspectos do gênero romance que sustentam uma *mimese* que não se restringe a uma mera encenação dos fatos. Apesar de não estar direcionada ao gênero conto, sua colocação também diz muito acerca do potencial inquietante da representação literária como um todo. Segundo o teórico:

Quando o leitor de um romance se pergunta: ‘O que vai acontecer nessa história?’, sua questão se volta para o desenrolar da intriga, e, especialmente,

para este aspecto crucial da intriga que Aristóteles chama de reconhecimento ou *anagnôrisis*¹¹³. Mas ele pode igualmente se perguntar: ‘O que significa esta história?’. Essa questão diz respeito a *dianoia*¹¹⁴ e indica que há elementos de reconhecimento nos temas tanto quanto nas intrigas. (COMPAGNON, 2010, p. 125, grifos nossos.)

É nesse aspecto de provocar inquietações por meio de poucas palavras, pelo aspecto intrínseco ao gênero de conter narrativas que chegam ao fim por meio do inacabado, na angústia de não sabermos mais sobre o que se passava nos entremeios da narrativa e, por que não dizer, na angústia de nos fazer buscar explicações para nossas próprias lacunas, que o gênero se constitui. Esta, sem dúvida, é a primazia do conto, enquanto mimese, enquanto composição literária: provocar-nos angústias, excitação, autorreflexão e, se possível, como resultado da contemplação de algo que tanto nos é estranho, como familiar.

Se o romance e a novela são marcados por uma necessidade de prolongamento de sua narrativa, entregando aos leitores parcelas de significado ao decorrer da leitura, como em um filme; o conto, por sua vez, se vale de um recorte minimalista da realidade, como em uma fotografia, onde a cena é capturada e, por si só, contém toda a carga de significação de que necessita. Dessa forma, numa tentativa de não limitar tais gêneros a uma descrição meramente pautada em sua extensão narrativa, podemos assinalar que, no caso do romance, o que se propõe é uma busca concernente a um ângulo maior da existência e dos conflitos em relação à plenitude da vida; no caso da novela, parte da tentativa de olhar, em um determinado período de existência, os conflitos psicológicos e sociais que impregnam os personagens principais; já o conto, mesmo possuindo o mesmo caráter de contemplação das implicações psicológicas e sociológicas da novela, destaca-se por fazê-lo mediante uma fração de sucessivos recortes presentes, geralmente, em um único episódio. Nessa perspectiva, seguindo o pensamento de Cortázar (2006), chega-se à conjectura de que, mesmo representada por um fragmento da realidade de que todos compartilham em suas singulares formas, a anatomia do conto possui uma particular capacidade de fazer da limitação do recorte em que se constitui uma poderosa representação da realidade mais ampla, diferente daquela de que todos compartilham, assinalada de forma unívoca em cada indivíduo, em cada psique.

¹¹³ Direcionando-nos ao termo usado, pela primeira vez, por Aristóteles, em sua *Poética*, podemos entender que se trata, a grosso modo, do desvelamento de aspectos da particularidade de cada personagem, sua personalidade, seus traumas e demais elementos que, por vezes, são sublimados da superficialidade do texto, mas que constitui um elemento decisivo no entendimento que o personagem realiza acerca de si mesmo e de como isso influencia no entendimento geral de sua conduta em relação ao cenário que o cerca.

¹¹⁴ Guerreiro (1995, p. 126) diz que o termo platônico pode ser entendido como um "diálogo da alma consigo mesma", ou seja, quando o sujeito/personagem exercita uma espécie de autorreflexão.

No Brasil, segundo Antônio Carlos Hohlfeldt (1988), em seu *Conto Brasileiro Contemporâneo*, o gênero teve seu alicerce na imprensa, tanto no que se refere ao suporte, pois vários contos eram publicados em consonância com os famosos folhetins, como pela relevância que a crítica lhe proporcionava. Dessa forma, podemos dizer que o conto brasileiro nasceu, assim como boa parte de nossas primeiras amostras de literatura de massa¹¹⁵, nos jornais do século XIX. Por isso, podemos afirmar que, em nosso país, teve influência direta tanto no nascimento, como na formação, distribuição e consolidação.

Por isso, pode-se afirmar seguramente que o gênero teve, em nosso país, influência da imprensa tanto em sua fundação, formação, distribuição e consolidação, tendo em vista que o conto, essencialmente urbano na modernidade, acompanhou a necessidade da recepção por parte de um público que, dando passos vagarosos no processo de alfabetização, carecia de um processo contínuo e irrevogável de ruptura com a linguagem tradicional do período em que essas narrativas deram seus primeiros passos, como na constante renovação dos meios de comunicação e distribuição, exigindo do conto, e de seus autores, uma atualização contínua de sua linguagem e, com o passar do anos, cada vez mais, uma maior objetividade na escrita, tornando a narrativa a mais curta e informativa possível, dada a necessidade de um imediatismo das coisas, que marcou, e ainda marca, o nosso processo de desenvolvimento social.

Machado de Assis pode ser considerado o primeiro grande escritor do gênero e o mais celebrado pela crítica, tanto no período em que viveu, como em nossos dias, sendo ainda detidamente analisado, dada a atualidade de seus textos. Contudo, embora o conto machadiano apresente claramente o teor sucinto que teóricos e contistas como Poe e Cortázar postularam como balizadores do gênero, algumas de suas obras pressupõem a não centralização de um aspecto referencial ao gênero como proposto pelos teóricos, o clímax.

Enquanto para Poe e Cortázar, o conto deve ter o potencial de direcionar o leitor a consumir a curta narrativa por meio dos fragmentos de interesse que ela expõe, eliminando o que de “supérfluo” possa existir, a fim de que se consiga chegar ao clímax com toda a carga tensional que o conto enseja, o conto machadiano, embora respeite a supressão das informações para aguçar o interesse de quem o ler, não faz do clímax seu ponto de chegada, atendo-se de forma mais clara ao contexto psicológico que direciona a narrativa, como instrumento de reflexão. França (2008), em seu *Poe, Cortázar e um contraponto: Machado de*

¹¹⁵ Reportamo-nos às obras e aos gêneros que, por meio de seu prestígio e suporte, conseguem alcançar um número elevado de leitores, não se restringindo a uma certa classe ou grupo, sendo marca da indústria editorial e do modelo de mercado de bens de consumo contemporâneos.

Assis. *Ressalvas sobre uma (possível) teoria do conto*, nos refere nitidamente esse aspecto, ao analisar, como modelo para sua postulação, o conto *O Machete*, de Machado de Assis. Segundo o pesquisador:

Apesar de “O Machete” ser um conto sucinto e levar o leitor sem desvios para um caminho supostamente preconcebido pelo autor, ele não apresenta, como exige Poe, um clímax. Mesmo no seu final, quando a esposa do violoncelista Inácio Ramos foge com o tocador de machete, não há uma sensação de clímax. Essa ausência se dá pela profunda melancolia que paira nas palavras e na reflexão que o personagem faz sobre sua perda. O último momento do conto, marcado pela fuga da esposa, acaba deixando de ter um impacto de clímax, pois é obscurecido pelas palavras reflexivas e melancólicas do marido abandonado, que se sobrepõem. Será essa melancolia o primeiro passo para uma reflexão tão profunda quanto a que poderia nos oferecer um romance que também se propõe a problematizar a existência do personagem e questões importantes sobre os dilemas de um artista. Apesar de apresentar uma confluência de elementos que nos levam ao seu desfecho sem maiores rodeios, “O Machete” não nos proporciona um efeito catártico ou impactante, mas, pelo contrário, reflexivo, melancólico e silencioso. (FRANÇA, 2008, p. 254)

Além de Machado de Assis, que se consolidou como o maior nome da literatura brasileira não apenas pelos romances, mas, igualmente, pelos contos e crônicas, outros escritores tiveram e têm seus nomes fortemente associados ao gênero, tais como: Mário de Andrade, Osman Lins, Guimarães Rosa, Dalton Trevisan, Alcântara Machado, Aníbal Machado, Monteiro Lobato, Rubem Fonseca, Lima Barreto, Manoel Lobato, Nelson Rodrigues, Luiz Vilela, Sergio Faraco, Ricardo Ramos, Moreira Campos, Sérgio Sant'Anna, Otto Lara Resende, Clarice Lispector, Caio Fernando Abreu, entre outros.

Analisando a obra de alguns desses autores, entre outros, podemos atentar para uma marca constante, mas não exclusiva, do conto brasileiro contemporâneo; algo que não nos remete apenas aos contos de fadas em sua versão original/crua, mas a um período ainda mais distante, o das narrativas orais fundadoras da literatura ocidental¹¹⁶: a violência mediante o conflito pulsional humano.

Notadamente, vários escritores da recente contística brasileira compuseram obras cujo fio condutor expõe os mais obscuros labirintos do desejo humano, como Rubens Fonseca, autor, entre outros, dos inquietantes *O Cobrador* (1979) e *Feliz Ano Novo* (1975); Lygia Fagundes Telles, autora do trágico *Venha ver o pôr do sol comigo* (1982), Caio Fernando Abreu, autor de *Creme de Alface* (1995), Rinaldo de Fernandes, que vem obtendo grande

¹¹⁶ Dirigimo-nos às narrativas orais de origem grega como, por exemplo, a *Teogonia*.

destaque no cenário literário brasileiro não apenas com contos como, por exemplo, *Duas Margens* e *O Ilhado*, que integram a coletânea *O Perfume de Roberta* (2005), mas, igualmente, por romances como *Rita no Pomar* (2008). Estes são alguns dos inúmeros exemplares do universo literário brasileiro que, seja por vestígios em suas obras, ou por conter a violência “nua e crua” como mote de seus escritos, trazem à tona — e aqui pegamos por empréstimo o título da obra de Elizabeth Roudinesco (2008) — a parte obscura de nós mesmos.

Delimitando-nos ao tema da violência, podemos dizer que este, na atualidade, tornou-se elemento comum tanto na sociedade, como na literatura enquanto marca da subjetividade da cultura de seu tempo. E, de certa forma, mesmo que esta matéria, a violência, ainda nos cause certo asco, somos tão fortemente bombardeados pela vivência de circunstâncias abusivas, cruéis e “desumanas”, que, para a grande maioria de nós, cenas de violência já se tornaram comuns aos olhos, como pode ser facilmente notado através do apelo midiático ao tema, comprovação daquilo que nos permitimos chamar de fascínio pela violência.

Se, por um lado, tanto as nossas experiências cotidianas, como as literárias, nos forçam a optar por diferentes formas de lidar com todo esse cenário, seja escolhendo desenvolver uma espécie de blindagem psíquica, a fim de que não sejamos acometidos de um colapso entre essas “vozes”¹¹⁷ que nos operam, seja pelo caminho oposto, o da aceitação do desejo comum e arcaico que nos constitui enquanto animais, por ora domesticados, o fato é que, independente do cenário e suporte ou das escolhas psíquicas, não se pode negar o quão intrínseca é a nossa relação e, conseqüentemente, o da literatura com o objeto em questão.

Corroborar-se, dessa forma, a certeza de que a contística brasileira contemporânea metaforiza em suas entrelinhas não apenas um registro do cotidiano visível a todos, mas, também, os ditames do conflito arcaico comum a todos os seres humanos, bem como suas conseqüências claramente evidenciadas nas caóticas relações entre os indivíduos que compõem a cultura, sem restrição de classe ou grupo de sujeitos na sociedade, ou seja, a relação não mais tão indissociável entre o espaço público e o privado, a dificuldade na construção da identidade e, sobretudo, a dificuldade no reconhecimento da alteridade alheia. Essa perspectiva é reforçada pelo entendimento de que a escrita do texto literário — mas não apenas ele — encontra-se nutrida de intencionalidades que convergem por meio do inconsciente, que se revela na linguagem, no discurso, na produção criativa do escritor, sendo ela incapaz de não possuir conseqüências. E a conseqüência, na escrita literária, é o despertar

¹¹⁷ Referimo-nos, aqui, às estruturas do aparelho mental Id, Ego e Superego, que, segundo a psicanálise freudiana, trabalham em conjunto para coordenar todos os aspectos do comportamento humano.

proposto “inconscientemente” pelo escritor, perfurando a realidade por meio da fantasia, e se não faz despertar, ao menos causa o desconforto, a inquietude, o vislumbre que aponta para algo.

Dessa forma, a análise seguinte a este *caput* se apoia na premissa de que os contos analisados, como amostras da contística de Rinaldo de Fernandes, bem como da contística brasileira contemporânea, desempenham o importante papel de romper com a realidade mecânica de nosso cotidiano, lançando-nos a uma realidade muito mais visceral e íntima que, ao entrar em contato com as inúmeras experiências e relações comportadas e fomentadas pela sociedade de nossos dias, muitas vezes, encontram vazão em manifestações que salientam a natureza animalesca do ser humano, não como forma de indução, mas como representação subjetiva desse cenário hodierno.

Sendo a violência, como Freud (1927) nos advertiu em *O futuro de uma ilusão*, um elemento inerente à cultura, é irrevogável o argumento de que ela intermedeia as relações humanas, e, sendo a literatura um vislumbre da subjetividade humana, podemos afirmar, sem receios, que ela se configura como um veículo concomitantemente temporal e atemporal no que se refere à percepção de seus efeitos peculiares em meio às inúmeras manifestações da presença do ser humano no laço social. Shollhammer (2013), em seu livro *Cena do crime: violência e realismo no Brasil contemporâneo*, elucida como a literatura consegue retratar manifestações da violência que escapa ao discurso comum, a outras formas de representação, expondo as vísceras do tema em suas minúcias. Segundo o autor:

É inegável que a violência tem tido uma presença na literatura moderna brasileira que não pode ser reduzida a uma extravagância nem a um gosto pela aberração. De modo contrário a violência aparece ligada como elemento fundador da cultura nacional, e a literatura, além de participar na simbolização da violência, procura nela um veículo para uma experiência criativa que explora e transgride os limites expressivos da escrita literária. (SCHOLLHAMMER, 2013, p.112)

É na certeza de que a agressividade nos é, constitutivamente falando, um elemento comum, bem como cada vez mais presente em nossa cultura, que nos propomos, nas páginas a seguir, a ponderar sobre o assunto, desejosos de que possamos desenvolver uma análise que evidencie como a literatura contemporânea, tendo a contística de Rinaldo de Fernandes como material delimitador, expõe as vicissitudes inerentes aos conflitos do psiquismo humano, sobretudo aqueles atinentes ao sujeito nascido e marcado pela ação do período histórico a que pertence, no caso em questão, a dita pós-modernidade.

CAPÍTULO 3 – VIOLÊNCIA COMO RESPOSTA À INSUSTENTABILIDADE DO SER HUMANO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

3.1. OBJETIFICAÇÃO DOS SUJEITOS EM *O PERFUME DE ROBERTA*

“Um relato realista, ambientado em São Paulo, cidade que é uma síntese da realidade brasileira, onde um homem sai de casa para viver uma aventura sexual, que nos é descrita em termos pungentes. Uma dolorosa transgressão, mais dolorosa do que transgressão e que desvenda o conflito oculto sob o bruto desejo, culminando na frase final que funciona como melancólica metáfora” (SCLIAR, 2005, p. 10-11). Com esse comentário presente no prefácio do livro *O perfume de Roberta*, Moacyr Scliar expõe perfeitamente a narrativa que se apresenta no conto homônimo que dá nome ao livro.

Narrado em primeira pessoa, o conto nos apresenta, como protagonista, um homem, pai de família, aparentemente da classe média paulistana que mantém, de modo oculto, um itinerário duplo em sua vida: o primeiro detalha de modo superficial a monotonia de sua vida profissional e, sobretudo, a conjugal; o segundo refere-se à relação extraconjugal que mantém com uma jovem moradora de rua; relação esta que, por meio de uma profunda análise, revela-se muito mais densa e conflitante que a própria relação de adultério.

O conto tem início com uma cena que demarca de forma precisa o modo como a relação entre o protagonista e sua esposa está evidentemente álgida do ponto de vista sexual. O protagonista apresenta-nos a cena afirmando que “acordo de madrugada com a mão segurando o seio de minha mulher. Está escuro, apenas um fiozinho de claridade vindo do quarto de minha filha Roberta e entrando por baixo da porta. Minha mulher se vira quando sente minha mão apalpando-a (FERNANDES, 2005, p.107)”, com isso, despe singelamente a monotonia em que se encontra sua relação conjugal.

Sem entremeios, seja por escolha do autor ou pela necessidade objetiva do gênero que se apresenta, somos rapidamente direcionados a outro ambiente, o quarto da filha, Roberta; cena em que, mesmo, *a priori*, não nos evidenciando qualquer intenção mais profunda de esboçar caráter simbólico na representação da cena em si, far-se-á, ao longo desta análise, um ponto de referência importante para o entendimento do tema núcleo da narrativa em questão. Vejamos como a cena se apresenta:

Vou ao quarto de minha filha, abro o guarda-roupa com cuidado, apanho a roupa e o perfume dela. Entro no banheiro, escovo os dentes, me visto e me penteio. Chego até a cozinha, pego um saco de supermercado, faço um pacote com o casaco, a calça e o perfume de Roberta. Antes de sair, ainda me encosto um pouco na porta do quarto, fico escutando-a dormir. (FERNANDES, 2005, p. 107)

Até aqui, o narrador não demonstra qualquer indicação que direcione ao seu itinerário duplo, algo que só começa a ser revelado no momento em que o personagem nos apresenta os primeiros indícios de que, além de possuir uma rotina velada à sua família, arquiteta uma forma de manter o anonimato de sua práxis ao corromper o porteiro do prédio em que vive, dando-lhe dinheiro para que minta, caso surja algum questionamento quanto à sua atividade paralela, o que nos leva, de imediato, ao entendimento de que esse procedimento constitui um vazo particular do personagem:

Desço para a garagem do prédio, pego o carro. São duas e cinco. Quando vou passando pelo portão, percebo que o porteiro cochila na guarita envidraçada, mas logo desperta, me acena. Já conversei com esse porteiro, dei dinheiro para ele ficar calado se alguém lhe perguntar se saio a essa hora.¹¹⁸

Notadamente, o personagem indicia as primeiras nuances de seu funcionamento perverso, tendo em vista que, ao garantir, por meio de suborno, que o porteiro minta, caso haja alguma perquirição de suas saídas, revela-nos o caráter corruptível de ambos, garantido por meio do elemento que propicia muitas das vantagens de sua conduta, o dinheiro. A corrupção a que se submete o porteiro, bem como a ação de corrompê-lo, caracterizam o desvio de finalidade preestabelecido típico da conduta perversa. Reconhecemos, aqui, a arritmia das atribuições funcionais, dos papéis institucionais de ambos os sujeitos, que se firma, não levando em conta as prerrogativas inconscientes que os direcionam a tais condutas, por meio do dinheiro, do capital que proporciona o sigilo, fator inerente e fomentador de muitas das práticas perversas da cultura em nossa contemporaneidade, onde o poder aquisitivo dita as regras, classifica os sujeitos em classes e proporciona prazeres que são prerrogativas exclusivas de quem o possui em maior quantidade. Nesse sentido, podemos salientar que o capital¹¹⁹ tanto assegura, como assujeita o ser humano às práticas de ordem perversa, pois ele tem essa disposição intrínseca à sua existência, a de ditar e corromper, em todas as esferas, as

¹¹⁸ Idem, p. 107.

¹¹⁹ Capital enquanto conjunto dos bens materiais de um indivíduo ou instituição.

relações sociais, algo que se faz e se fará presente nas linhas e entrelinhas no decorrer desta análise.

A calma que aparentemente se manifesta nos passos dados pelo narrador, que, a princípio, dão a entender que se trata de uma ação coordenada e sem riscos, dá sinais de que, a partir do momento em que sai do prédio onde mora, passa a mover-se a uma atividade permeada de perigos. Essa constatação ganha suas primeiras nuances no momento em que o personagem chega ao bar. Apesar de a narrativa sugerir que ele tenha uma familiaridade com o local, passa a esboçar inquietações que traduzem seu nervosismo ante o que está por vir, reforçado pelas próprias palavras do protagonista, que diz: “Eu tremo, sempre fico assim quando venho” (FERNANDES, 2005, p.108).

Aqui, sabendo que as três instâncias base do aparelho psíquico, segundo o que nos propôs Freud em sua teoria psicanalítica, trabalham no intuito de preservar nosso psiquismo, de modo a manter situações de conflito mais intensas na esfera do inconsciente, nos deparamos com o momento que pode significar, para o entendimento mais profundo do conflito a que o personagem principal está sujeito, o ponto de maior tensão entre as demandas do id, enquanto operadora das forças arcaicas que nos direcionam à realização de nossas demandas sexuais e agressivas, e o superego, responsável pela impetração da lei moral imposta pela cultura, bem como o ego, intermediador de tais demandas.

O nervosismo e a ansiedade revelados pelo narrador condensam claramente esse conflito. Freud (1926/1969) postulou que o sujeito sintomatiza o medo, o receio de forma consciente, estando relacionado a uma espécie de reflexo de fuga; como manifestação do mecanismo de autopreservação, considerando-a parte do temor próprio oriundo do recalque, ou seja, para Freud, a ansiedade é decorrente de todo estado de tensão entre prazer e desprazer, o que revela a dupla genealogia do sintoma: uma proveniente do momento traumático original; outra como sinal de ameaça à repetição desse momento de desprazer. Os sintomas assinalam o perigo do que está por vir, a tensão em que o narrador se encontra, desencadeada tanto pelo risco de ser descoberto, como pela expectativa de obtenção de prazer.

Embora a ansiedade não possa ser entendida como um fenômeno associado às práticas perversas, pois é o centro motriz das neuroses e, assim [por sermos neuróticos] teremos que estar sempre lidando com ela” (HORNEY, 1964, p. 34), todavia, no caso do protagonista, o sintoma nos faz perceber algo que é crucial no seu entendimento tanto enquanto personagem da narrativa literária, como no que diz respeito à sua capacidade de metaforizar as condições psíquicas a que o ser humano está condicionado individual e coletivamente: o fato de que ele, a partir dos sinais que o texto revela, é um indivíduo que, mesmo operado pelo recalque,

apresenta um funcionamento que assinala a fuga de certos desejos não passíveis, no caso do narrador, de serem sublimados. Dessa forma, se podemos assim inferir, configura-se nele, pela via do sintoma, um conflito entre sua estrutura neurótica, regida pelo recalque e medo da castração, e um funcionamento perverso, regido pelo *desmentido* e balizado pela rejeição ao horror da castração. Sendo assim, a ansiedade demarca “uma reação a um estado de perigo e é reproduzida sempre que um estado dessa espécie se repete” (FREUD, 1926/1969, p. 157), assinalando o risco de não satisfação da tensão, da necessidade de satisfação, “contra a qual ela¹²⁰ é inerte” (FREUD, 1926/1969, p. 161).

O fator desencadeador de sua ansiedade nos é apresentado no momento em que o narrador revela estar observando moradores de rua que dormem perto do bar onde ele está. Após alguns instantes, segue em direção ao que fora buscar ali. Ao caminhar por entre os mendigos, expõe sua indiferença para com a situação, expressando certa repulsa à condição em que se encontram, bem como o descontentamento por ter que estar entre eles para obter o que precisa, apesar da familiaridade que demonstra ao estar naquele local:

Noto que eles estão lá, enrolados embaixo dos cobertores, e hoje por ali parece mais escuro. É sempre difícil eu andar para perto deles, fazer o reconhecimento [...]. Vou passando pelos corpos deitados no chão, os cobertores arroxeados, um pé de fora com nódoas. Confiro dez corpos nesse trecho. (FERNANDES, 2005, p. 108)

Em meio a todas aquelas pessoas, que ele apenas chama de “corpos” (ao enumerá-los), encontra-se a personagem que ele procura. No trecho abaixo, podemos perceber tanto a cautela e o medo que se fazem presentes no cenário, como o desprezo pela personagem, objeto de seus desejos, que pode ser deduzido do gesto truculento dirigido a ela:

Lá na frente, na coluna com o olho desenhado com tinta preta, é onde ela costuma ficar. As duas criaturas de sempre — duas velhas de cabelos duros, empoeirados — estão ali perto dela. Já disse para ela ficar adiante, na parte mais clara e sem ninguém, tanto lugar mais apropriado nessa cidade. Me aproximo, olhando pros lados. Ela está na penumbra e, após ir e voltar duas vezes, fingindo ler os cartazes nas colunas, me abaixo sobre o corpo dela, puxo-lhe o cobertor.
Ela arregala os olhos, ergue a cabeça. — Ai, que susto! — diz.
Ela tem os cabelos caindo pelo pescoço e eu tremo.
— Vamos — digo.
Enquanto ela arruma os cabelos, põe o cobertor e uns panos numa mochila, vou até o Jumbo, pego o carro.¹²¹

¹²⁰ Aqui, Freud faz referência à ansiedade [angústia] esboçada pelas crianças.

¹²¹ Idem, p. 108.

Como destacado nos capítulos que antecedem esta análise, o comportamento do sujeito perverso, ou de quem se encontra sujeito ao funcionamento perverso oriundo de um escape do recalque, tende a ser nuclearizado por características comuns ao fenômeno. Algumas dessas características se sobressaem nas atitudes do protagonista, tais como **o egocentrismo e a incapacidade de estabelecer relacionamentos não-objetais** – apesar de sabermos que toda escolha objetual, ou não, parte de um reconhecimento de algo em comum do sujeito em relação ao objeto de escolha, o narrador não manifesta qualquer atitude de apreço para com a moradora de rua, como pode ser observado no momento em que, ao colocá-la dentro do carro, diz que: “Ela entra calada no carro, seguro-lhe a mochila, empurro-a no banco de trás” (FERNANDES, 2005, p. 109); **tendência à mentira** – após ser colocada, de forma truculenta, dentro do carro, ela questiona o protagonista o porquê de sua ausência na semana anterior, algo que denota sua constância naquela rotina velada pelo narrador que, por sua vez, faz uso da mentira ao dar prosseguimento ao diálogo: “— Por que tu não veio na semana passada? — ela quer saber. — Estive viajando — minto”¹²² e “— Semana passada fiquei te esperando — diz. — O gerente da transportadora me mandou ao Rio — minto de novo, não trabalho em transportadora”¹²³, o que confere outra marca de sua conduta; **a ausência de vergonha ou culpa** em relação às atitudes que adota, pois seus esforços são direcionados, unicamente, ao próprio gozo. Todavia, esses são apenas alguns dos sintomas que assinalam, até aqui, o caráter/empreendimento perverso do protagonista.

Como já evidenciamos em outros trabalhos¹²⁴, elementos como a mentira fazem parte da gama de opções que o sujeito perverso dispõe para arquitetar seu objetivo:

Mentir, em qualquer âmbito, com qualquer intuito, é um ato sádico, pois caracteriza uma extenuação dos sentimentos sociais, resultantes da ignorância das normas éticas a que a sociedade se habitua a praticar e enaltecer, sendo assim, uma mostra do desvio, uma transgressão da conduta moral, e uma demonstração das tendências instintivas e antissociais de quem faz uso dessa prática. O protagonista mente, pois o perverso é, por natureza, um mentiroso patológico. Mentir bem é uma ferramenta importantíssima para quem possui este desvio comportamental, pois o sucesso de sua mentira só é efetivo, diferentemente do neurótico histérico e do borderline¹²⁵, que também apresentam tal teatralidade, mediante a certeza de que se está

¹²² Idem, p. 109.

¹²³ Ibidem, p. 110.

¹²⁴ Mencionamos o já citado Trabalho de Conclusão de Curso cujo título é *Da letra ao inconsciente: dimensões do desejo perverso*.

¹²⁵ Segundo Laplanche e Pontalis (2001), o Transtorno de Personalidade Borderline, compreendido na categoria que ele chama de casos-limite, designa “afecções psicopatológicas situadas no limite entre neurose e psicose, particularmente esquizofrenias latentes que apresentam uma sintomatologia de feição neurótica” (p.60).

tirando proveito do outro, mesmo que cause para este outro algum tipo de prejuízo. (SILVA, 2014, p.32-33)

Apesar de tais sintomas constituírem elementos intrínsecos às manifestações de ordem perversa, eles também se revelam no cotidiano dos sujeitos neuróticos, o que reforça a constatação de que não existem sujeitos puramente constituídos por uma única estrutura psíquica, sendo o ser humano suscetível aos efeitos dos conflitos internos e externos a si, que podem levá-lo, como resultado, a condutas que não lhe são frequentes, como uma fuga à tensão e às demandas tanto de seu psiquismo, como as daquelas instituições /situações particulares, *sui generis*, a cada momento histórico.

Na pós-modernidade, que muitos teóricos apontam como o período no qual estamos vivendo, características como essas citadas acima se firmam como elementos comuns à vida cotidiana, onde se tendência a deixar de apontar comportamentos impróprios ao bom convívio, à plena constituição dos laços sociais sadios, para comporem o atual mecanismo civilizatório, como sintomas sociais, que não mais circunscrevem apenas aqueles historicamente/patologicamente tidos como perversos.

Bauman (2007), ao tecer algumas considerações a respeito daquilo que ele cunhou como liquidez da vida e dos laços pessoais e interpessoais contemporâneos, nos apresenta a seguinte constatação:

A vida na sociedade líquido-moderna é uma versão perniciosa da dança das cadeiras, jogada para valer. O verdadeiro prêmio nessa competição é a garantia (temporária) de ser excluído das fileiras dos destruídos e evitar ser jogado no lixo. (BAUMAN, 2007, p. 10)

Segundo o que nos orienta o antropólogo, o sujeito contemporâneo faz de seu semelhante uma figura estranha, que só adquire alguma relevância quando possui alguma capacidade de satisfazer, na vivência líquida, algumas de suas demandas. Na obra, essa característica adquire maior visibilidade no momento em que nos é apresentada uma primeira justificativa para a necessidade, do protagonista, de trazer consigo objetos pertencentes à sua filha, Roberta:

Pego-lhe de novo na mão. O perfume de Roberta (ela manuseou o frasco) penetrou na sua pele, **deixou-a agradável**. Levo a mão dela ao nariz, beijo-a. Ela parece contente. (FERNANDES, 2005, p. 110 grifo nosso)

Notemos que no discurso do narrador é possível evidenciar o pressuposto de que o perfume concedia à moradora de rua um *status* aceitável na relação. Ao fazer isso, o protagonista nos revela o distanciamento que caracteriza sua relação para com ela, que só passa a ter “permissão para estar ali”, não enquanto ser desejante, mas objeto, quando atende os requisitos para satisfazer um de seus objetivos egóicos.

O que nos é revelado nas linhas seguintes do conto talvez se caracterize como a parcela mais violenta do conto, dados os pormenores que fundamentam e fomentam a relação entre o narrador e a moradora de rua. Um dos primeiros vestígios de violência nos é apresentado no momento em que o protagonista, após saber que a moradora de rua sentiu sua ausência na semana anterior, diz “Sei que ela me espera porque tem fome” (FERNANDES, 2005, p. 110). O que se vê, a seguir, é a constatação de que o protagonista, sabendo da necessidade da moradora de rua, utiliza essa necessidade para obter favores sexuais:

E é também por isso que não perco tempo e, fechando a curva de vez, entro no motel. Quando chegamos à meia-luz do quarto, peço que ela vá logo ao banheiro. Ela vai, entra no chuveiro, eu levo-lhe o perfume. Passo os olhos no cardápio, interfono pedindo um prato. Ela sai do banho nua, os cabelos molhados parecendo os de **Roberta** quando mais nova. As coxas brilham à luz amarela do box. Eu tremo.¹²⁶

É por meio do fator fome que o protagonista revela seu lado mais cruel e violento. Ao associar a necessidade que a moradora de rua possui à sua entrada no motel, logo somos induzidos à intencionalidade mais superficial que balizou a escolha dela como parceira sexual. Sabendo da necessidade que assegura a presença dela em sua rotina, o narrador revela nuances do sadismo que condiz com a conduta perversa. Ele sabe que possui condições de dar aquilo de que ela precisa, o alimento, e, sádica e conscientemente, faz uso desse recurso para, também, saciar sua necessidade. Para alguns sujeitos com preferências sádicas, só a certeza de que possui o controle da necessidade, o poder de tanto infligir como amenizar a dor do outro, já constitui o ápice, a consumação do seu desejo perverso, sendo descartada, na maioria das vezes, a necessidade de quaisquer outros complementos à relação.

Temos, então, além de mais uma amostra da evidente tendência à impessoalidade da vida sexual do protagonista, o que, por si só, já constitui outra marca de conduta perversa, um espelhamento visceral da frivolidade e da violência presentes nas relações sociais, que ganham dimensões ainda mais contundentes em nossa contemporaneidade, onde é facilmente

¹²⁶ Idem, p. 110.

percebida uma fragilização/desintegração do ser humano enquanto membro do corpo social, incapaz de estabelecer relações afetivas duradouras, ansioso e, conseqüentemente, cada vez mais angustiado com a certeza de que o tempo flui mais rapidamente do que ele. Todavia, cabe-nos, aqui, a obrigação de salientar que, assim como afirmamos anteriormente neste trabalho, há, em todas as escolhas objetais, um reconhecimento no olhar do sujeito em relação àquele/aquilo que direciona suas intenções.

No caso do narrador e de seu objeto, a moradora de rua, podemos lançar um olhar sobre uma possível escolha baseada num cenário sadomasoquista. Recorrendo aos códigos oferecidos pela narrativa em questão, podemos notar que é possível que o sadismo direcionado à moradora de rua se deve, em uma primeira instância, a uma possível reação do protagonista ao sofrimento vivenciado por ele em relação ao distanciamento, à impossibilidade de ter relações sexuais com sua esposa no momento em que deseja. O masoquismo, seguindo essa concepção, residiria na angústia, no desamparo, na impotência, na sujeição em relação à vontade de sua esposa. Sendo assim, tanto a escolha, como a ocorrência de manifestações de sadismo podem ser entendidas, no conto em questão, como uma resposta ao fato de estar à mercê do desejo do outro, tentando, com isso, compensar essa condição pela via do sadismo. Deparamo-nos, assim, com uma das principais colocações de Freud (1924) no que diz respeito ao masoquismo, que é o fato de que ele é sadismo voltado à própria pessoa.

Nesse sentido, retifica-se a imanência de sujeitos perversos e/ou de funcionamentos perversos na cultura pós-moderna, onde o sadismo se apresenta como elemento que constitui, sobretudo, a supremacia de um sujeito sobre o outro, seja social, econômica, sexual, religiosamente etc, bem como seu sofrimento em relação a impotência ante a impossibilidade de limites, e a constante ação punitiva da sociedade em relação aos seus desejos e comportamentos. A conduta do narrador nos permite validar essa afirmativa. Sabendo que o assujeitamento sádico corresponde a uma atitude ativa frente ao objeto sexual em que está envolvido um condicional e relativo grau de violência, ocasionando certo teor de dor e humilhação a esse objeto, não respeitando a alteridade alheia, sua presença enquanto sujeito desejante, sendo, o outro, mero instrumento de prazer, podemos apreender que, ao ter em suas mãos o poder de saciar ou não a fome da moradora de rua, tornando-a para si como instrumento de satisfação sexual, o protagonista a submete a uma condição degradante que tipifica a conduta sádica.

Por meio desse comportamento sádico, mais do que qualquer outro até agora demonstrado, figuram-se mais cruamente as bases daquilo que Freud concebeu como desmentido, e que é capaz de orientar o sujeito a estados de transgressão quase que ilimitados,

já que sua operação sobre o perverso faz com que ele não reconheça sobre si mesmo e suas práticas, limites para o gozo, pois está submetido às forças imperativas desse desejo, que, segundo suas próprias regras, justifica a conduta que desvia dos parâmetros sociais de comportamento.

A moradora de rua está à mercê do gozo alheio, do gozo do protagonista, como estamos, na atualidade, e cada vez mais, à mercê das forças inflacionárias do capitalismo. Não podemos deixar de questionar o fato de que a relação que se estabelece entre eles talvez só ocorra mediante o poder aquisitivo que o narrador apresenta em relação à moradora de rua. Temos diante de nós um sintoma social que se fundamenta no atual sistema econômico que domina as relações humanas na contemporaneidade, responsável por dar contornos à sociedade do ter para ser, do ter para poder gozar, *slogan* não oficial do capitalismo, esse modelo econômico perverso por excelência, que desconhecendo seus limites, ou melhor, negando-os, pois, como qualquer perverso patológico, de fato não existem limites para sua ação, afinal, o limite para ele é o gozo, como o limite para o capitalismo é o próprio capital.

Em um comentário acerca do conto *O Perfume de Roberta*, José Castello ainda tenta expor um cenário em que ambos os sujeitos se encontram presentes, como podemos observar na citação abaixo:

[...] os sentimentos se medeiam pela frieza – *o que não significa dizer que não estejam ali*. A culpa é alijada pelo desejo, como costuma acontecer nos amores rápidos e nas situações em que o perigo é tão importante quanto o prazer. (CASTELLO, 2005, p. 173 grifo nosso)

Embora haja pontos em que concordemos com o ensaísta, no que concerne às características que permitem o reconhecimento desta representação, com a afirmativa de que a frieza permeia a relação dos personagens do conto, bem como a certeza de que, em alguns casos, sujeitos neuróticos agem com base no desejo, em detrimento do delito que podem estar cometendo, discordamos, em parte, da perspectiva de que ambos se fazem presentes, ao menos como seres desejantes.

Como já observamos em outro parágrafo desta análise, em uma relação tipicamente perversa, mais especificadamente, onde temos a relação perverso x neurótico, existe um apagamento do desejo do outro por parte do sujeito de funcionamento perverso, ou seja, apenas o seu desejo se impõe, sendo, para o perverso, irrelevante o comparecimento do outro, por meio de sua alteridade. Naves (1999), em seu *O papel da recusa nas relações entre o narcisismo e a perversão*, nos apresenta algumas preliminares para o entendimento de tal

conduta no funcionamento psíquico do sujeito perverso. Para ela, esse tipo de comportamento, permeado por um forte teor narcísico, é caracterizado justamente pela ação do poder e domínio exercidos pelo indivíduo perverso sobre o outro.

Nesses moldes, o protagonista sintomatiza aquilo que Birman (2011) aponta como característica proeminente da sociedade do espetáculo, a supremacia do ego. Seguindo esse pensamento, o outro serviria tão somente para facilitar, como instrumento, a obtenção do gozo, e quando não servisse para tal fim, seria totalmente descartável, o que reforça o postulado de Bauman (2007) acerca da liquefação das relações, caracterizada pela fragilidade e impessoalidade dos laços, necessários até o momento em que não mais alimentam/atendem as demandas narcísicas de quem possui o controle, o monopólio do poder na relação perversa.

Apesar da existência de nuances de sadismo, como marca do funcionamento perverso, o decorrer da cena nos faz começar a entender que não é o aparente interesse em ter relações sexuais com a moradora de rua o seu real objetivo. Recordemos que, no início da narrativa, o autor vai ao quarto da filha e, no entremeio da singela cena de observar Roberta dormindo, pega alguma peça de roupa e o perfume que ela usa. A aparição da filha do protagonista, ao olhar desatento, parece residir apenas na cena em que aparece dormindo, sendo observada pelo seu pai. Todavia, ao nos concentrarmos numa análise mais minuciosa das entrelinhas do texto, especialmente, no direcionamento dos objetos que o narrador retira do quarto de Roberta, perceberemos que sua filha está presente em todo o decorrer da narrativa.

Roberta se faz constantemente presente, sobretudo, graças ao seu pai, não apenas pelo fato de apresentar pequenas menções à filha, mas por fazer com que a figura dela compareça de forma tão incisiva e determinante na condução de seu desejo. Para José Castello (2005, p.173), tal distintivo “pode ser entendido como uma encenação do incesto, mas pode ser visto também só como um expediente prático, e sem significados, para disfarçar o nojo e tornar aceitável o inaceitável.” No comentário, o ensaísta propõe duas possíveis contextualizações à dinâmica presente na relação entre as figuras do pai e da filha: a primeira, que pretendemos analisar à *posteriori*, indica-nos que a relação se constitui por meio da insinuação de um desejo incestuoso; a segunda, que pressupõe que a recorrência da figura filial se deve a uma necessidade de mascarar o nojo, o distanciamento, que o narrador possui em relação à moradora de rua, conjectura um cenário mais sintomático da cultura contemporânea, tendo em vista que, com base nesse segundo direcionamento interpretativo, a relação entre os personagens (narrador, Roberta e a moradora de rua) se traduz na metaforização da necessidade que o ser humano sempre possuiu, e que se revela mais fortemente marcada em nossa atual cultura, de se aproximar daquilo que lhe agrada, o atrai, o faz gozar e, em

oposição, refuta tudo aquilo que lhe cause dor, repulsa e descontentamento, num panorama que revela a permanência da condição binária e arcaica infantil a que estamos sujeitos em nossa fase pré-genital.

Mesmo que a segunda linha interpretativa de José Castello constitua uma possibilidade interpretativa à primeira vista, as evidências que corroboram uma interpretação com base na insinuação de um desejo incestuoso do pai pela filha, por si só, fazem com que essa segunda via analítica se mostre incapaz de abarcar a relação dos personagens em sua essência.

Em *A dissolução do complexo de Édipo*, Freud (1924/1969) nos apresenta o panorama segundo o qual, na primeira infância, nos são apresentadas às primeiras manifestações de estímulo sexual, bem como a condição de nos identificarmos com nossos genitores. Isso ocorre, mais especificamente, após o período de fusionamento com o corpo materno, e se manifesta de formas distintas: na positiva, somos atraídos por nosso genitor do sexo oposto ou por aquele que desempenha tal função, ou seja, os meninos sentem atração pela figura materna e as meninas sentem-se atraídas pela figura paterna. Esse complexo só será superado, caso o seja, por volta dos seis a doze anos, quando ocorre um fenômeno que Freud denominou de regressão.

Após esse período marcado pela regressão, pelo recalçamento e “desistência” do desejo incestuoso, devido à ação do superego devidamente estruturado, meninas e meninos seguirão caminhos diferentes em suas escolhas afetivas. Os meninos, ao sublimarem o desejo incestuoso, por meio do recalque, passam a se espelhar na figura paterna, desistindo da figura materna enquanto objeto proibido e buscando outras experiências afetivas, mesmo que estas sejam, no fundo, uma tentativa, inconsciente, de revisita a esse afeto primeiro. As meninas, por sua vez, para que possam desligar-se do corpo materno e passarem a amar o sexo oposto, precisam alienar o amor materno para a figura paterna, fazendo deste um objeto inconsciente de disputa.

Para que possamos entender essa conjectura, e direcioná-la ao entendimento do fio condutor do conto em análise e, dele, vislumbrar alguns sintomas do laço social na sociedade contemporânea, precisamos entender que algo, no decorrer desse processo, ocorreu de forma a reorganizar a estrutura psíquica do sujeito. No caso do comportamento do narrador, que passará a ser analisado com base num provável desejo incestuoso pela própria filha, carecemos de um alicerce teórico que esclareça o condicionamento de suas ações.

Distanciando-se da fantasia incestuosa que direciona as primeiras relações afetivas de todo ser humano, o incesto, quando cometido de fato, tende a ser fruto de uma falha no

entendimento da linguagem afetiva do adulto em relação à da criança. O psicanalista Sandor Ferenczi (1932/1992), em seu livro *Confusão de Línguas entre os Adultos e a Criança*, sugere que um possível entendimento para o caso das relações incestuosas seria a não conciliação da linguagem afetiva da criança, que demonstra seu afeto com base em manifestações que funcionam em função da ausência da sexualidade genital, em relação à linguagem afetiva do adulto, cujas manifestações afetivas são conduzidas por uma forte marca da sexualidade genital, o que acarretaria, numa relação, por exemplo, entre pai e filho, na prática de atos sexuais pautados num desvio de entendimento das linguagens, sem qualquer entrosamento ou plena constituição de uma maturidade das consequências em jogo.

A respeito das relações incestuosas fora da ordem da fantasia, Ferenczi (1932/1992) ainda nos aponta para o fato de que:

São ora os próprios pais que buscam um substituto para suas insatisfações, dessa maneira patológica, ora pessoas de confiança, membros da mesma família (tios, tias, avós), os preceptores ou o pessoal doméstico que abusam da ignorância ou da inocência das crianças. (FERENCZI, 1932/1992, p. 101)

Todavia, mesmo que saibamos que a relação incestuosa está marcada em trechos como:

Quando vejo o corpo nu de Ana Rita, fico zonzo. [...] E é por isso que, aqui no motel, depois que ela se banha e se perfuma, agarro-a com firmeza, levando-a para a cama [...] Eu esmago os lábios de Ana Rita com um beijo, ela voltando a se debater, fechando os braços, agora, mas eu forço, não, puxo-lhe os braços e já estou dentro dela, gemendo, **beijando a sua pele perfumada**, agora não, espera, e eu suspirando e mordendo e apertando muito esse corpo miúdo – e já gozando. (FERNANDES, 2005, p.112 grifo nosso)

Necessitamos contextualizar como as marcas distintivas desse desejo perverso se configuram no cenário descrito pelo narrador.

O desejo incestuoso do pai é da ordem da fantasia, ou seja, não acontece em vias de fato, a não ser através da encenação do incesto, ou seja, o protagonista obtém aquilo que deseja, relacionar-se sexualmente com a própria filha, por meio de instrumentos próprios que configuram o fenômeno das perversões: o fetiche. É por meio da fetichização dos objetos de sua filha — perfume e roupa —, que o pai consegue, via moradora de rua, cujo nome, Ana Rita, nos é revelado às vésperas da conclusão do conto, consumir seu desejo. Na citação que

segue, observemos como os objetivos sexuais do protagonista e de Ana Rita são declaradamente explicitados na cena descrita:

E come com vontade, é isto que ela mais quer, comer, traçar o frango assado, se empanturrar com o macarrão, beber o suco com gosto. E Ana Rita está linda assim, comendo e bebendo, os cabelos molhados lembrando os de **Roberta mais nova, o casaco pregando-se aos seios**. E, vendo as coxas dela com algumas gotas, eu sinto novamente vontade e me encosto outra vez em Ana Rita, me debruço sobre o seu corpo, ela comendo com sabor, eu tomando-a pelo busto, ela mordendo o frango, eu já duro, roçando-me nas costas dela, ela dizendo espera aí, deixa eu comer primeiro, eu lambuzando-a com o meu líquido, outra vez a vontade doida, ela metendo o tomate na boca, eu me dobrando, o loiro do filme empurrando tudo na japonesa, eu me dobrando mais, fazendo Ana Rita se erguer um pouco e depois ir caindo nas minhas pernas, Ana Rita mastigando e eu me enfiando embaixo dela, ela mastigando e já sentada em mim e eu penetrando-a fundo de novo, ela mastigando, eu fungando, ela mastigando, eu fungando, e afinal gozando, derramando muito, **ah, que perfume!** (FERNANDES, 2005, p. 112-113 grifos nossos)

Pela descrição da cena, podemos observar que, embora estejam se relacionando sexualmente, ambos possuem alvos sexuais distintos. Enquanto o protagonista usa o corpo de Ana Rita como suporte, como manequim para, com o auxílio da roupa e do perfume da filha, satisfazer seu desejo perverso; Ana Rita, por sua vez, relaciona-se mais profundamente com a comida do que com o narrador, pois seu objetivo, ali, não é de ordem puramente sexual, mas biológica. Ambos são, um para o outro, simplesmente vias que conduzem ao alcance de suas demandas particulares. Num cenário mais pragmático, poderíamos assinalar que nenhum dos dois personagens respeita o comparecimento do outro enquanto ser desejante. Todavia, é o protagonista o condutor das possibilidades existentes, aquele que detém o poder de continuar ou encerrar a relação, pois, mesmo que não seja capaz de lutar contra o desejo incestuoso que possui, pode, a qualquer momento, escolher outro corpo para travestir de sua filha. Ele, mais do qualquer outro, possui as rédeas da rotina, algo já sabido por Ana Rita, como podemos perceber quando o narrador diz que “Ela já se habituou a todo final de noite me devolver a roupa e o perfume de minha filha” (FERNANDES, 2005, p. 113).

Contudo, para que possamos entender o funcionamento perverso do protagonista, e dele extrair elementos da violência que se mostra cada vez mais presente e acentuada no conflituoso cenário social contemporâneo, é necessário perguntarmos o que leva o pai a não consumir, carnalmente, seus desejos reprimidos, ou seja, por que, ao invés de montar um cenário no plano da fantasia para poder realizar sua necessidade, ele simplesmente não faz do seu desejo incestuoso uma ato concreto, possuindo a filha fisicamente?

Para que possamos conjecturar o quadro perverso que se instaura no cenário conflituoso do conto *O Perfume de Roberta*, é necessário seguir o roteiro proposto pelas linhas e entrelinhas apresentadas pelo narrador. Vejamos uma possível sistemática dos elementos que demarcam as vias condutoras da narrativa.

3.1.1. A fragilização do laço familiar e a incapacidade de superação edípica

A frieza esboçada no contato do protagonista com o seio de sua esposa nos dá uma dimensão de um possível declínio na relação desse casal, onde a mulher se encontra quase morta, ou morta para o seu marido. Seguindo esse nosso ponto de vista, o lançar-se sexualmente em direção à figura de Roberta seria uma tentativa do narrador de dar lugar ao desejo que sente por sua mulher, parcialmente morta, pois sua filha é, em último caso, um simulacro do que fora o corpo de sua esposa na juventude.

Uma obra que nos enreda através do mesmo conflito é o conto *Pele de Asno*, do escritor francês Charles Perrault, onde nos é apresentada uma narrativa que desvela o desejo incestuoso e um possível abuso sexual do pai em relação à filha. No conto, o rei, não conseguindo dar lugar ao luto decorrente do falecimento da rainha, lança toda sua investidura libidinal em direção à filha, numa clara tentativa de, por meio dela, ter acesso à figura/corpo de sua esposa novamente, ou seja, o rei/pai, faz de sua filha um substituto simbólico da esposa. Todavia, ao assumir esse investimento libidinal, o rei/pai acaba alterando o cenário edípico, onde a filha/princesa consegue superar seu amor edípico, mas se vê alvo do desejo paterno, algo que acarreta a dissolução da posição do pai enquanto mantenedor simbólico das posições, da estrutura familiar, conforme expôs Freud em várias de suas obras.

Nesses panoramas, das obras de Fernandes e Perrault, vemos a dinâmica do declínio da figura paterna, onde o próprio pai se vê, inconscientemente, em relação às suas demandas pessoais e aquelas que lhe são atribuídas pela função social.

Tanto em *Totem e Tabu*, como nas demais obras em que discute a posição da figura paterna como delimitador dos limites instintivos e o responsável pelo registro das leis simbólicas que, conseqüentemente, principiam àquelas posteriormente impostas pela cultura, Freud (1913/1969) nos apresenta um pai que só é reconhecido como tal no pós-morte, ou seja, o pai precisa morrer para que o filho possa internalizar sua lei, renunciando a parcelas de sua possibilidade de gozo.

Em outras palavras, conforme abaliza Enriquez (1983), em seu *Da Ordem ao Estado*:

[...] a proibição do incesto não é apenas um elemento indispensável ao funcionamento da família, à aceitação da aliança e da filiação (e logo, à estruturação do indivíduo); ela se torna o elemento central em torno do qual se organiza o *socius* e que, segundo Levi Strauss, permitirá definir a fronteira entre natureza e cultura. (ENRIQUEZ, 1983, p.35)

Sendo assim, ao se fazer vivo e presente como ser desejante e desejado, dando possibilidade à concretização da cena incestuosa, a consumação do desejo proibido, a figura paterna põe em risco as bases que sustentam não só a estrutura familiar como a conhecemos, mas toda a teia articulatória da civilização ocidental.

3.1.2. A liquidez e fugacidade das relações contemporâneas

Na sociedade contemporânea, onde o ser humano é marcado por uma forte personalidade narcísica, não é difícil deduzir que as relações se baseiam, muitas vezes, no princípio da liquidez das relações, constituídas por interesses totalmente perversos, autocentrados.

Em *O Perfume de Roberta*, vemos notadamente como a relação dos personagens, em especial a do narrador e Ana Rita, está costurada com uma linha de caráter narcísico próprio das fases pré-genitais, mas que, nos dias atuais, como uma disposição própria, passou a ser também constituinte das personalidades de sujeitos que já transitaram pela estágio pós-genital.

As mentiras e a pressa que ambos têm em obter o que, na verdade, querem realmente um do outro (Ana Rita quer comida; o narrador, saciar seu desejo incestuoso) são sinais claros do discurso que funda e alicerça a relação dos outros personagens. Levando-se em consideração estes e outros sinais já apresentados nesta primeira parte da análise da contística de Rinaldo de Fernandes, e visando dar melhores contornos à questão das relações contemporâneas, podemos referir estudos como os de Erich Fromm (1987). Em seu livro *Ter ou Ser*, o psicanalista e sociólogo alemão desenvolve uma análise muito interessante acerca desses dois verbos, mostrando como eles se distinguem enquanto modelos que representam a dinâmica das relações contemporâneas. Para Fromm, estar para o mundo de modo disposto a “Ser”, resultaria numa capacidade benéfica de entender as pluralidades que constituem o corpo social, bem como a individualidade que marcaria cada um dos indivíduos que a compõem. Dessa forma, esta disposição faria do indivíduo um sujeito social capaz de entender, aceitar e se relacionar com os demais membros da sociedade de modo a não fazer deles um mero objeto de prazer. A outra disposição, a do “Ter”, estaria relacionada àqueles

sujeitos que, marcados pela avareza e desejo de obter sempre mais, de mais-gozar, típico das sociedades capitalistas, entendem a sociedade e os demais membros que a arranjam, como possíveis objetos para seu uso intensivo e para a aquisição de mais prazer, até o momento em que, tendo esgotadas as possibilidades de gozo, frente à incapacidade do outro de lhe proporcionar o alcance do que deseja, acaba trocando-os por outros objetos, pois, para quem está para o mundo de forma a “Ter”, tem no outro, seja ele inanimado, animal ou pessoa, apenas mais um dos muitos produtos que a sociedade de consumo lhe oferece. Se eu posso pagá-lo, eu posso tê-lo; se não me serve mais, troco-o por outro.

O afastamento das pessoas, bem como sua aproximação no intuito de extrair umas das outras apenas o que convém, como é o caso da relação pai x Ana Rita, no conto *O perfume de Roberta*, em muito representa um aspecto proposto por Bauman (2004): a liquidez das relações e do modo de ser e estar no mundo contemporâneo. Resende (2013), em uma breve análise da obra *Amor líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos*, nos faz atentar para o fato de que há uma grande dificuldade para se constituir laços verdadeiramente seguros entre as pessoas na líquida e individualista sociedade de consumo em que vivemos, e isso ocorre em todas as esferas sentimentais humanas, até mesmo aquelas constitutivamente ligadas à gênese da sobrevivência humana: a família. Neste cenário de relações líquidas, os sujeitos, como o protagonista do conto em análise e a moradora de rua, ligam-se uns aos outros, principalmente – às vezes, unicamente – pelo fato de precisarem se conectar a algo ou alguém que as sustente no mundo, contudo, isso ocorre de modo fragilizado e sem garantia de durabilidade, pois, em se tratando dos laços que se constituem no atual cenário das relações humanas, esses laços podem ser desfeitos a qualquer momento, quando as partes não atenderem mais às demandas um do outro. A esse respeito, a autora nos orienta que:

Nossa cultura consumista dá preferência ao produto pronto para uso imediato, ao prazer intenso e passageiro e à satisfação instantânea. O amor, ao contrário, exige esforços prolongados. Amor e desejo são irmãos gêmeos, mas não idênticos. O desejo consome, devora e aniquila. O amor preserva, aprisiona e possui. (RESENDE, 2013, p.215)

Ou seja, levando-se em conta os aspectos do laço estabelecido entre os personagens Ana Rita e o pai de Roberta, podemos deduzir que dificilmente aquela relação se constituiria, caso não houvesse, enraizada nela, uma necessidade individualista, narcísica, centrada no próprio eu de cada um dos personagens. Ana Rita, para o narrador, tornou-se uma opção devido à facilidade de acesso ao seu corpo e à possibilidade de usá-la como suporte ao seu desejo perverso. No caso de Ana Rita, sua relação com o narrador se estabelece, desde o

primeiro contato que tem com ele, devido à necessidade de garantir sua necessidade básica de comida, algo que remonta ao instintivo de qualquer ser humano. Em um cenário onde não se necessitasse de outrem para saciar sua fome, seria pouco provável que ela se submetesse à relação como ela se apresenta, como deixa claro até o próprio narrador numa passagem em que relata uma tentativa de abuso que Ana Rita sofreu por parte de um homem que a fez empregada em sua residência:

Ana Rita foi trabalhar muna casa de família na Vila Madalena, o médico seu patrão tentou pegá-la uma noite. Ela foi embora, bateu atrás de outro emprego, mas não conseguiu nada. Decidida a não mais voltar para Sergipe, passou a viver nas ruas. (FERNANDES, 2005, p. 111-112)

Temos, aqui, uma nuance do modo como a relação entre os personagens do conto vislumbra as configurações atuais da cultura, onde, em alusão ao título da obra de Vladimir Safatle (2010), podemos classificá-la como aquela onde o fetichismo, o colonizar o outro se tornou o mote das relações.

3.1.3. Fetice e fantasia como mecanismos de defesa

“Na montagem de seu cenário, o perverso não escolhe seus parceiros por acaso. Escolhe justamente aqueles nos quais pode impor sua “imaginação erótica” (CECCARELLI; COUTO, 2004, p.274). Para recusar a possibilidade de castração, via consequência da consumação do incesto, o sujeito perverso/de funcionamento perverso não apenas busca realizar-se por meio do fetice, mas de um outro personagem, um cúmplice para sua encenação. Ana Rita é, mesmo que não saiba, a cúmplice da cena incestuosa arquitetada pelo narrador, isso porque o melhor parceiro para um indivíduo perverso é, sem dúvida, um neurótico, pois, nesta relação, o perverso pode terceirizar sua dor por meio da dor do outro, ou seja, submetendo o neurótico a sua angústia/dor básica, que, no caso de Ana Rita é a fome, o narrador faz com que a sua própria angústia encontre sustentação.

“Ó toção a ondular até a tua cintura! / Ó cachos! Ó perfume a que o ócio está suspenso! / Êxtase! Por povoar à tarde a alcova obscura, / Da saudade que em tua cabeleira dura, / Quero agitá-la no ar como se agita um lenço! [...] És o oásis em que eu sonho a transbordante urna / Em que eu trago em volúpia o vinho da saudade!” Nos versos de *A Cabeleira*, Baudelaire (1984, p.124) nos mostra o fascínio de um homem pelos cabelos de sua amada, descrevendo seu apreço por esse elemento corpóreo, bem como pelo perfume que ele

exala, sendo capaz de trazer à tona o desejo voluptuoso lançado no âmbito da saudade. No cenário de *O Perfume de Roberta*, as vestimentas e, principalmente, o perfume de sua filha fazem com que o narrador tanto consiga fantasiar a obtenção de seu desejo, como o realiza sem o risco de ver-se flagelado pelas forças castigadoras do superego.

Nasio (2007) conceitua o fantasiar como sendo:

[...] uma curta cena dramática extremamente rápida, quase um flash, que se repete, sempre a mesma, sem nunca ser nitidamente percebida pela consciência. É então uma cena que não vemos mentalmente, mas cujos efeitos sentimos emocionalmente sem saber que é ela a causa da nossa emoção. Um sentimento de amor, asco ou ciúme, por exemplo, pode ser suscitado por uma cena invisível forjada no inconsciente para acalmar o ardor de um desejo sexual ou agressivo que exige ser satisfeito. (NASIO, 2007, p. 12)

Entendamos, então, que, ao fantasiar a cena incestuosa, o narrador procura, inconscientemente, defender-se das forças e da violência ante o seu trauma e o desejo de revisitá-lo. Incapaz de recalcar de forma efetiva o seu desejo, o narrador, ao fantasiar, encena a consumação de sua demanda perversa de modo a fazer dessa cena, sem grandes prejuízos ao seu psiquismo, um substituto **possível** ao “alívio completo e impossível reclamado pelo desejo”, mesmo que o destino dessa arquitetura seja sempre intangível, ou seja: “um compromisso entre um eu temeroso e um desejo que permanecerá irremediavelmente insaciado” (NASIO, 2007, p. 11).

3.1.4. Todos são/somos vítimas do funcionamento perverso

Embora seja fácil apontar, *a priori*, que o narrador é o responsável por toda a convergência de signos e elementos que configurem a manifestação de um funcionamento perverso, submetendo a jovem Ana Rita a uma situação de assujeitamento devido, em grande parte, à situação social em que se encontra, cabe-nos advertir que não apenas a moradora de rua é vítima das nuances de violência presentes no conto.

Levando-se em conta que à análise literária não cabe qualquer função julgadora de valor, sendo apenas uma disciplina que visa, entre outras prerrogativas, expor elementos distintivos do texto em relação à linguagem, à história e à compreensão das relações humanas em sociedade, e sabendo que a teoria e a clínica psicanalítica também não possuem qualquer intencionalidade de julgar o comportamento dos indivíduos, alvo de sua análise, mas auxiliá-

los na compreensão daquilo que de mais particular existe sobre eles mesmos, determinando suas ações perante o mundo, torna-se imprescindível que apontemos o fato de que ambos os personagens são vítimas da violência:

Ana Rita, cuja presença, no conto, se dá apenas por meio da voz do outro, do narrador, ainda que consinta em ter relações sexuais com o narrador, o que descartaria o crime, mesmo sendo ela menor de idade, poderia ser entendido como tal, tendo em vista que ela é induzida a ter relações mediante gratificação, no caso, o alimento que é servido sempre que se submete aos desejos do protagonista¹²⁷.

O narrador, por sua vez, mesmo que seja o condutor das ações moral e sexualmente desviantes presentes no conto, não pode ser deixado de lado em sua angústia. Diferente do que se possa imaginar, há sofrimento em poder gozar, em “poder tudo”. Para chegarmos a esse entendimento, basta que entendamos alguns aspectos que denotam a violência que o sujeito que apresenta uma configuração perversa sofre. A primeira delas é que seu gozo é um ato de confronto à lei simbólica, àquela que a figura paterna simbolicamente instaura em nome da pacificação das relações. Ao mesmo tempo em que goza, recusando, por meio do desmentido, a autoridade paterna, o sujeito de configurações perversas, como afirma Freud (1940/1969), em *Esboço de Psicanálise*, passa a desafiar a interdição instituída pela lei do pai, instituindo sua própria ética com base na negação da castração.

Sabendo que a lei geral é, em nossa cultura, a reguladora simbólica das relações civilizatórias, portanto, da entrada do ser humano na sociedade de forma pacífica e ordeira, negar-se ao cerceamento, em ambos os casos, significa se tornar um alvo fácil, um **bode expiatório**, um elemento que, mesmo lutando por seu direito ao prazer, ao que, desde os primeiros instantes de vida, mostrou-se fundamental para sua sobrevivência, dificilmente sairá da marginalidade das relações humanas. Ou seja, não apenas violenta os outros com seu desejo, mas, também, é constante e impiedosamente violentado, internamente, por ele e, externamente, pelo cerceamento social, que se torna o desafio, uma forma de castigo à desobediência à lei simbólica.

Também em ambos os casos, há um elemento que se manifesta como um ponto a se ponderar. Muito embora a classe social e os bens de um sujeito não sejam determinantes para a arquitetura e a regulação de sua conduta em relação a si mesmo e ao mundo, a posição social e, sobretudo, a questão financeira se mostram determinantes, no conto em análise, para

¹²⁷ Conforme o Art. 228 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40, quando o maior de catorze anos e menor de 18 anos é induzido, mesmo com seu consentimento, a praticar atos para satisfazer a lascívia de outrem, mediante recompensa em dinheiro ou qualquer outra espécie, caracteriza-se crime de exploração sexual.

a construção e viabilidade do processo que se desenrola. Levando-se em conta o modelo econômico predominantes nas sociedades ocidentais contemporâneas, o capitalismo neoliberal, podemos ver sua reverberação na trama sinalizada distintamente em cada personagem.

Em citações anteriores¹²⁸, vemos que o narrador diz que Ana Rita foi trabalhar na casa de um médico para poder se sustentar. Ante a sua posição econômica que, para muitos, valida certas ações, o seu patrão tentou violentá-la. Negando-se a se submeter à lascívia do patrão, bem como sofrendo os efeitos da falta de emprego que se acentua em períodos de fragilização da economia, passa a morar na rua. Ana Rita recusa, em um primeiro momento, a se submeter àquela situação de exploração sexual, mas, dadas as circunstâncias, e a necessidade instintiva de saciar a fome, vê-se diante do mesmo cenário, da mesma submissão, permitindo (forçadamente), a trocar seu corpo por alimento, uma troca que, mesmo aparentemente, beneficiando ambos os sujeitos, na realidade expõe o que de mais violento existe na sociedade de consumo em que vivemos: **ter é poder**.

Mesmo que não nos caiba, como analistas do texto literário, o papel de apontar possíveis releituras ou possibilidades narrativas ao *corpus* de nossa pesquisa, cabe-nos, no entanto, o mínimo dever de questionarmos se essa relação se constituiria, nos moldes apresentados, caso os personagens estivessem no mesmo patamar econômico, se ambos não fossem marginalizados social e economicamente?

Quanto ao narrador, o fator econômico o violenta de uma forma mais simbólica. Levando em conta o que nos orienta Kaufmann (1996):

O perverso se fecha na representação de uma falta não simbolizável que se traduz por uma contestação psíquica inesgotável sob os auspícios do desmentido da castração da mãe. Ele recusa assim a castração simbólica, cuja única função é fazer advir o real da diferença dos sexos como causa do desejo no sujeito (KAUFMANN, 1996, p. 421).

Atentemos, então, para o fato de que a relação entre a perversão e o capitalismo se dá pela via do desmentido. No sujeito perverso, ou de funcionamento perverso, coexistem duas elaborações psíquicas que implicam o direcionamento desse sujeito em relação a si mesmo e ao mundo, a saber, uma, que reconhece a castração via constatação da falta de um falo na mãe; outra, que fantasia uma mãe fálica, isenta de qualquer falta, negando, dessa forma, submeter-se ao temor da castração. Dessa forma, podemos verificar que é por meio dessas

¹²⁸ Ver p.159.

mesmas elaborações que o capitalismo age e violenta os sujeitos que estão sob seu domínio, fazendo com que nos moldemos a sua forma particular, e perversa, de lidar concomitantemente com a falta e a incompletude da existência, denegando uma barreira para a consumação do gozo, mesmo que este, em essência, seja alcançado apenas de forma parcial.

3.2. NÁUFRAGOS DE SI MESMOS EM *ILHADO*

Uma narrativa ambientada ao ar livre, à beira mar, ao som das ondas e tendo a imensidão do mar como paisagem, mas que sofre uma reviravolta tão inesperada, frenética e brutal em sua dinâmica, que, após a leitura, podemos resumi-la a uma inquietante pergunta: Estamos, de fato, livres?

Chauí (1980), em seu trabalho *A Não-Violência do Brasileiro – Um Mito Interessantíssimo*, traz importantes reflexões acerca do tema da violência, em especial a que nos, brasileiros, estamos “acostumados” a presenciar, mas que não encaramos como algo próximo a nós. A princípio, o autor nos apresenta seu entendimento conceitual do tema, dizendo que entende a violência como sendo “um processo pelo qual um indivíduo (humano ou não) é transformado de sujeito em coisa (p.1).”

O que nos faz atentar para o escrito de Chauí não é apenas seu entendimento acerca do tema, mas a particularidade como ele revela a tendência do brasileiro de distanciar-se da violência, como quem a considerasse elemento que, apesar de presente no contexto social, não faz parte de sua natureza, pois ela, a violência, é, para muitos, o simples resultado de uma violação às regras impostas pela civilização e das quais depende para não se extinguir.

Estamos acostumados a entender a violência como sendo um ato de transgressão a essas leis que nos estabelecem e mantêm em sociedade, e esse juízo se mostra uma tentativa de afastamento do sujeito em relação à violência. Todavia, como aponta o autor, esse(a) ponto de vista/tendência afasta os indivíduos sociais de pensar o tema de uma forma mais profunda. Conforme o autor:

[...] a violência se encontra originalmente do lado do sujeito da sujeição da dominação, da obediência e da sua interiorização, e não do lado da violação dos costumes e das leis. Em suma, estamos habituados a encarar a violência como um ato enlouquecido que vem de baixo para cima da sociedade (é assim, aliás, que está sendo apresentada pelos jornais e pelas comissões estatais), quando na verdade seria mais pertinente encará-la de modo oposto, isto é, como um conjunto de mecanismos visíveis e invisíveis que vem do alto para baixo da sociedade, unificando-a verticalmente e espalhando-se

pelo interior das relações sociais, numa existência horizontal que vai da família à escola, dos locais de trabalho às instituições públicas, retornando ao aparelho do Estado. (CHAUÍ, 1980, p.1)

Orientados pela citação acima, podemos entender que Chauí empreende seus esforços na tentativa de demonstrar que é somente do ponto de vista da dominação que é possível compreender como ocorre a sistemática presente no mito da não-violência originária no ser humano. Dessa forma, o mito se fundamenta no processo de admissão da existência da violência, mas de modo a situá-la em um âmbito passível de restringi-la ou negá-la, como podemos observar na tentativa da sociedade e do Estado de limitar as manifestações de violência a acontecimentos esporádicos e/ou acidentais e não uma consequência do próprio teor agressivo que é constitutivo do ser humano, pois existe um pensamento balizador da civilização de que a sociedade não é uma instituição originalmente violenta, mas um ambiente bom, acolhedor, livre de preconceitos, e onde os atos de violência, quando ocorrem, limitam-se a mera transgressão dos acordos que estruturam esse bem-estar, onde a quase totalizante parcela de indivíduos não está passível de ser afetada.

Ilhado é um material que metaforiza bem essa problemática de Chauí (1980). A violência, nessa narrativa, não assinala apenas como a sociedade não é um ambiente tão igualitário e bondoso como se imagina, mas a falha civilizatória de acreditar que a violência é um problema isolado, de ocorrência esporádica e que se limita a uma ínfima parcela do corpo social.

Como já apresentamos em páginas anteriores, o ser humano, à luz da teoria psicanalítica freudiana, é construtivamente agressivo, ou seja, ao manifestar-se de forma violenta em sociedade, não apenas revela sua condição natural, mas salienta as falhas presentes na escolha civilizatória e na crença de que a violência é um elemento totalmente exterior a si mesmo.

O encontro dos personagens descritos nas linhas de *Ilhado* traz à tona esse discurso que aterroriza as bases do discurso civilizatório, pois põe em cena a fragilidade da vida em face da precariedade dos laços humanos, do encontro com o outro, o que acaba intensificando o sentimento de desamparo, arcaicamente associado ao medo da morte, fazendo com que insurja o discurso perverso do “salve-se quem puder”, *slogan* perfeito para o individualismo, que é uma das maiores marcas da falência do escopo de bem-estar coletivo proposto pelo processo civilizatório.

3.2.1 Fator econômico como intercalo da violência

A violência não é, e nunca foi, um fenômeno próprio das sociedades cujo modelo econômico é o capitalismo, todavia, é nesta que podemos melhor conjecturar suas formas mais perversas.

Afastando-nos do cenário progressista e de oportunidades iguais a todos, que o capitalismo e a sociedade de consumo utilizam como *slogan*, encontra-se um cenário extremamente caótico, desigual e onde as oportunidades, quando surgem, dificilmente são capazes de “desmarginalizar” os sujeitos. A esse respeito, Sá e Barbosa (2002), em seu *A cidade, a reestruturação produtiva e a nova ordem mundial*, fazem uma contundente colocação acerca do quão díspares as sociedades capitalistas tornam os seus sujeitos. Segundo as autoras, é a sociedade capitalista que mais claramente

[...] acirra as relações de contrastes entre o esteticamente belo e o disforme, os prazeres e as dores, a riqueza e a miséria. Emergem planos e propostas de gestão das cidades, com mecanismos de controles participativo ou autoritário para dar conta de processos segregativos. Tanto as classes de trabalhadores nas periferias, áreas faveladas ou as chamadas baixadas, como as classes abastadas nos condomínios de luxo, que contornam as cidades, são atingidas pela lógica perversa e agressiva da busca pela lucratividade. Embora de modo diferenciado a segregação social das classes abastadas é promovida pela necessidade de distanciamento dos problemas sociais que causam os setores populares. Estes, ao serem premidos socialmente pela barbárie, apelam para a violência, que tanto medo causam aos ‘felizes’ moradores dos condomínios de luxo (SÁ; BARBOSA, 2002, p.15).

Como apontado pelas autoras, o modelo de sociedade capitalista tende a classificar, distanciar e excluir seus indivíduos com base, sobretudo, no valor econômico que eles possuem. Nesse contexto, torna-se evidente que os valores pregados pelo capitalismo põem o **ser** sob os mandos e desmandos do **ter**, sobretudo, porque a contemporaneidade se apresenta como um período de deslocamentos e inconstância na identificação do sujeito consigo mesmo, e nesse não se encontrar, o capitalismo se coloca como fomento de um modelo de felicidade e prosperidade que dá lugar aos sujeitos, só que mascarando o fato e que não são eles, os indivíduos, os portadores da capacidade de determinar sua própria felicidade, mas o capitalismo, que faz do **ter** o componente determinante das esferas objetiva e subjetiva do sujeito contemporâneo, como expõe Mészáros (2002) em uma frase bastante conceitual em relação às sociedades capitalistas: “O ‘ter’ domina o ‘ser’ em todas as esferas da vida” (p.611).

Destarte, quem não tem ou não pode ter, está sujeito à marginalidade, à margem da felicidade.

Ao nos direcionarmos à condição do mendigo no conto, enquanto aquele que está à margem da felicidade alheia, podemos atentar para o fato de que a vulnerabilidade social a que está condicionado, quase que lhe veda, enquanto sujeito social, a possibilidade do gozo por vias sublimatórias. Destarte, a prática de atos infracionais se torna um caminho possível à obtenção do **ter**, pois, ao encurtar o acesso, graças ao atalho que o funcionamento perverso enseja ao objeto de desejo, o sujeito encontra no crime o meio de acesso àquilo que lhe fora/ou é negado pelas possibilidades familiares, pelo Estado e/ou pela sociedade e, com isso, garantindo a sustentação, mesmo que de forma perversa, de suas necessidades, tanto as de caráter material, como as simbólicas, ou seja, ao optar pelo atalho concedido pelos trilhos da perversão, pela opção de negar os efeitos da lei paterna/social que, por sua vez, não lhe garantiu(ram) a possibilidade de, talvez, realizar-se mediante outras escolhas, o mendigo faz do furto o mecanismo de acesso ao gozo, como pode ser entendido nas palavras do narrador:

O mendigo atravessa a avenida, passa pela Kombi estacionada do restaurante, vem vindo na minha direção. Chega até a minha mesa, pede-me um trocado, a barba, com os golpes do vento, tremendo. Puxo a carteira, passo-lhe uma moeda. Os cabelos empoeirados, a bermuda em farrapos, ele segue, contornando as plantas, para a mesa do casal [...]. O mendigo vê os tênis amarelos perto da planta, apanha-os, enfia nos pés, arrodeia pelo outro lado [...]. Atravessa novamente a avenida, segue na direção de um prédio inacabado de alguns andares, as paredes pretas, deterioradas. (FERNANDES, 2005, p. 17)

É evidente que o crime que ele comete, violentando o outro e sua propriedade, faz parte de um cenário comum não apenas à contemporaneidade, mas a um contundente progresso dessa escolha no cenário das sociedades capitalistas, tendo em vista que, por si só, esse modelo de mercado perverte o sentido de igualdade, dando a entender que seu modelo econômico permite que todos possam alcançar a felicidade, mas que, na realidade, classifica os sujeitos em castas, em classes, onde o critério próprio é o da posse de bens de notório valor, concedendo àqueles que não dispõem de tal condição, um aumento escalonar do distanciamento em relação à possibilidade de acesso a essa felicidade.

Não obstante, a violência, a que o mendigo está exposto, não pode ser vista apenas como atenuante de seu delito, mesmo que ponderemos acerca de uma possível necessidade material ou simbólica, haja vista que, mesmo que ele esteja subjugado aos efeitos da sociedade em que vive, bem como às forças perversas de seu modelo de mercado, existe, na

outra margem, ou fora dela, aquele que detém o direito sobre o produto do seu furto e que, concomitantemente, também está suscetível à violência social em relação a si, enquanto sujeito, ou à sua propriedade privada.

No conto, o furto da propriedade privada, que constitui uma violação das leis sociais, bem como àquele que é, por direito, o portador do objeto, foi o gatilho tanto para a reação excessivamente violenta do namorado, como da reação ainda mais violenta realizada pelo mendigo. Freud (1930/1969), em seu *O Mal-estar na Civilização*, já alertava, nas primeiras décadas do século passado, para os riscos da propriedade privada como um elemento perigoso à plena vivência dos sujeitos no corpo social, tendo em vista que “A propriedade da riqueza privada confere poder ao indivíduo e, com ele, a tentação de maltratar o próximo, ao passo que o homem excluído da posse está fadado a se rebelar hostilmente com seu opressor” (p.134).

Freud, na citação acima, ao argumentar acerca da visão dos comunistas em relação à propriedade privada, mesmo deixando claro que, na conjectura da civilização, ligada à fetichização da mercadoria/propriedade privada¹²⁹, a anulação da propriedade privada constitui uma ilusão, mostra-nos como a relação de um ser com aquele objeto que lhe pertence, que simboliza o resultado material, exteriorizado, do trabalho, pode, ao sofrer uma ameaça de qualquer espécie, lançar o seu portador no flagelante dilema da castração, da perda do objeto de seu gozo, algo que pode acarretar escolhas distintas: na primeira, o personagem namorado poderia se submeter às exigências da lei simbólica e, por exemplo, chamar a polícia logo após saber onde estava o indivíduo que lhe furtou o par de tênis, negando-se a se rebelar contra as forças cerceadoras da civilização, bem como ceder às de natureza instintivas; a segunda, diz respeito a uma escolha de caráter perverso, tendo em vista que iria, e foi, no caso do personagem em questão, de encontro às prescrições que normatizam as relações e os lugares na sociedade, ou seja, ao optar por fazer justiça com as próprias mãos, o namorado, além de agir de forma a satisfazer plenamente seu desejo instintivo, que é o da destruição daquilo que lhe desagrada, assume o poder/lugar restrito unicamente ao dispositivo repressor do Estado, a polícia, que detém a exclusividade da utilização da forma de contenção de atos infracionais.

Escapando da morte, o mendigo reage à violência desproporcional, também, de forma desproporcional, pois se vê à mercê do perigo total de aniquilação, assim como da

¹²⁹ Fetichismo da mercadoria foi um termo cunhado por Marx (2006/1867), em seu livro *O Capital*, e que se refere ao fato da alienação gerada no processo de produção de bens de consumo, que oculta as relações sociais de exploração do trabalho.

constatação, não aceita, de que seu crime, sua violência, essencialmente justificada pela privação que a sociedade lhe confere, não justificaria tamanho castigo, o da perda da vida, ou seja, da mesma forma que o namorado reagiu desmedidamente/perversamente ante a possibilidade de perda do objeto do seu gozo, o mendigo, por sua vez, reagiu de forma desmensurada diante da possibilidade da privação total não apenas do objeto que furtou, mas, principalmente, de sua vida.

3.2.2 Ilhados na/pela violência contemporânea

Estamos/somos realmente livres? Ponderando-se sobre a pergunta feita no início da análise do conto *Ilhado*, com base na metáfora presente na narrativa, talvez não exista uma resposta básica (sim ou não), tendo em vista que o conceito de liberdade não possui qualquer unanimidade entre as várias teorias que utilizam o termo, todavia, à luz da teoria psicanalítica, podemos talvez não chegar a uma resposta concisa, mas a uma reflexão que servirá como base da verdadeira resposta que, segundo nosso entendimento, é algo que compete à subjetividade de cada sujeito e à particularidade com que se relaciona com a cultura.

Ao atentarmos para a narrativa em análise, podemos ajuizar acerca de vários aspectos que sinalizam o aprisionamento subjetivo a que os personagens estão submetidos e que, mesmo que não configurem marcas exclusivas da sociedade contemporânea, no mínimo, salientam o modo como essas configurações se sobressaem na atual conjectura da relação entre os sujeitos sociais e a própria sociedade.

Embora Freud (1930/1969) saliente que “não podemos – na verdade, não podemos – abandonar nossos esforços (p.102)” de atingir algo próximo daquilo que acreditamos ser a felicidade, existem vários aspectos que notadamente impedem o ser humano, enquanto ser social, de atingir esse objetivo. Segundo o psicanalista, embora o ser humano possa, de maneira singular, encontrar meios de se adaptar ao convívio social de modo a “descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo [...] Qualquer escolha levada a um extremo condena o indivíduo a ser exposto a perigos (p.103)”. Com isso, Freud nos alerta para o fato de que a busca pela felicidade, imposta pelas forças do princípio do prazer, não passa de uma ilusão ante a escolha humana de se tornar um ser social. O mais próximo que podemos chegar da felicidade, mesmo que o êxito seja praticamente impossível, seria através da adequação do psiquismo às diferentes mudanças sofridas pelo ambiente em que se encontra, extraindo, nesse processo, algum rendimento de prazer. No entanto, o que a

civilização impõe aos seus membros, por si só, já caracteriza uma barreira praticamente intransponível.

Para que possamos entender mais claramente a premissa freudiana, basta que acenemos para sua postulação de que:

Uma pessoa nascida com uma constituição instintiva especialmente desfavorável e que não tenha experimentado corretamente a transformação e a redistribuição de seus componentes libidinais indispensáveis às realizações posteriores, achará difícil obter felicidade em sua situação externa, em especial se vier a se defrontar com tarefas de certa dificuldade. (FREUD, 1930/1969, p.104)

Acima, Freud alude ao sujeito de funcionamento perverso, cujas forças instintivas não são suficientemente capazes de o adaptar às condições impostas pela civilização, e é por via dessa falha, como resultado da incapacidade da escolha civilizatória de nos garantir o prazer/a felicidade e a segurança que “ela nos promete”, que o fenômeno das perversões se mostra como uma alternativa à insustentabilidade da condição social, ou seja, nas palavras do próprio analista:

O homem que, em anos posteriores, vê sua busca da felicidade resultar em nada ainda pode encontrar consolo no prazer oriundo da intoxicação crônica, ou então se empenhar na desesperada tentativa de rebelião que se observa na psicose. (FREUD, 1930/1969, p.105)

Em outras palavras, ante a impossibilidade do sujeito de atingir a felicidade, o que seria, para nós, a real liberdade, o ser humano civilizado, aquele que optou (forçadamente) pela submissão à lei simbólica, passa a desenvolver manifestações de ordem perversa e/ou psicótica no intuito de, subjetivamente, não sucumbir à prisão em que se encontra, ao naufrágio de si mesmo.

Mas em que dimensão a violência se relaciona com a liberdade do ser humano? Mediante a análise de *Ilhado*, bem como das postulações teóricas até aqui empregadas, podemos dizer que essa relação se dá na contundente certeza de que a violência, enquanto efeito/escolha perverso(a), condiciona o ser humano a um estado extremamente encarcerador, tanto para quem se utiliza da violência, pois também está sujeito ao revide do mundo em que se encontra, como para a maioria dos sujeitos que, mesmo negando-se à submissão dos impulsos instintivos e à gratificação que eles concedem, veem-se cada vez mais **ilhados** na sua tentativa de resistir.

Isto posto, podemos perceber, nas entrelinhas do conto, que as falhas na escolha civilizatória, bem como a crescente instabilidade dessa condição, salientam, ao menos, duas grandes marcas da violência enquanto escolha perversa. A primeira delas, que já mencionamos no tópico acima, é a desigualdade social, marca das sociedades cujo modelo econômico é o capitalista. A violência com que essa desigualdade socioeconômica aprisiona o mendigo, marginalizando-o, limitando ou mesmo impedindo suas chances de sair do estado de pobreza em que se encontra e, sobretudo, fazendo com que opte, consciente e inconscientemente, pela alternativa perversa, pela violação do direito do outro, da mesma forma, também instiga o namorado a proteger, mesmo que também de forma perversa¹³⁰, o objeto que lhe pertence, a fim de evitar a constatação de que está totalmente desprotegido no mundo.

Por conseguinte, constatamos que a própria sociedade contemporânea, na atual conjectura, e tão bem metaforizada no título e nas entrelinhas de *Ilhado*, é a principal responsável pela incapacidade do ser humano de se manter regido pela lei social e, conseqüentemente, pela violência decorrente dessa falha, que se faz presente de diferentes formas e por inúmeros meios, física e psicologicamente, seja por intermédio das desigualdades, da insegurança pública, da impossibilidade de garantir meios sublimatórios capazes de abonar, mesmo que de forma paliativa, a sustentação dos impulsos instintivos e essencialmente violentos do ser humano.

Observemos, também, como o narrador, enquanto personagem “inocente”¹³¹, foi submetido a uma situação de extrema brutalidade sem que participasse do conflito entre os dois principais manifestantes da selvageria que resultou na carnificina náutica.

Lembremos, sobretudo, a namorada que, em momento algum, esboçou qualquer reação às inúmeras manifestações de violência presentes na narrativa. Se o narrador ainda possui uma participação em cena que levanta certos questionamentos em relação aos efeitos resultantes de toda violência expressa nas linhas de *Ilhado*, a namorada foi, sem dúvida, a personagem que mais sofreu os efeitos perversos presentes no conto, pois, diferente dos demais personagens que optaram por agir com violência e/ou negligenciar-se diante dela, essa personagem foi a única que, em toda a narrativa, delineou gestos refreadores que poderiam ter

¹³⁰ Escolha perversa do ponto de vista de que não cabe ao cidadão comum a tarefa de exercer, de nenhuma forma, o poder dado pelo Estado exclusivamente à polícia e ao judiciário.

¹³¹ É questionável a condição de inocência do narrador, tendo em vista que, diante dos fatos que ele presenciou, poderia ter contribuído, por exemplo, para um possível impedimento do namorado de ter se dirigido ao prédio inacabado, alertando-o do perigo que residia na vingança e, principalmente, na possibilidade de acionamento da polícia. Mesmo que ele não fosse obrigado a interferir nos acontecimentos, negar-se a fazer algo também constitui, segundo o nosso ponto de vista, em um negligenciamento que também se mostra como uma característica perversa diante da possibilidade de dor alheia.

representado a não ocorrência do desfecho trágico a que o conto nos dá acesso. Em um primeiro momento, o narrador, após apontar o local para aonde se dirigiu o mendigo após furtar o par de tênis, nos diz que “[...] a mulher, por alguns segundos, ainda tentando contê-lo” (FERNANDES, 2005, p. 18). Noutro momento, ao ver o seu namorado prestes a atirar o mendigo do alto do prédio em direção à morte, ela novamente tenta impedi-lo, gritando “Não, amor!”¹³².

Ambos os personagens, o narrador e a namorada, por mais que tenham papéis, posicionamentos e finais distintos no conto, conseguem metaforizar uma característica cada vez mais contumaz, a de que ninguém está a salvo/livre dos efeitos da violência na sociedade contemporânea, e a morte dessa mulher, mesmo que não seja cabível uma discussão acerca de feminicídio¹³³ pela via dos registros oferecidos pela narrativa, nos obriga a, ao menos, mencionar essa questão como um desafio às conturbadas relações de gênero que demarcam a vivência humana na Terra não apenas a partir da escolha civilizatória, mas desde seus primeiros registros, tornando-se ainda mais calamitosa na atualidade, tendo em vista que, com o passar dos anos, os mecanismos de inibição desse tipo de violência passaram a ser mais rigorosos, mas, de forma alguma, ainda capazes de frear tais ocorrências, mostrando, por si só, como o ser humano, apesar dos esforços cerceadores da sociedade, carrega consigo um perigo de uma ordem muito destrutiva.

Atentemos, então, para o fato de que as manifestações de violência, mencionadas acima, são resultado, em sua essência, de uma manifestação psíquica traumática que em parte é instável, apresentando-se por práticas claras, fixas e já reconhecidas e, por isso, mais “fáceis” de serem combatidas; noutra, são mutáveis, ou seja, são de uma plasticidade tão furtiva que, devido ao fato de acompanharem o ritmo do ser humano na tentativa de encontrar outras formas de alcançar o gozo, ocasionam uma dificuldade imensa para a sociedade e seus dispositivos na tentativa de nomeá-las, regulá-las e julgá-las, podendo levar gerações para que se possa tomar alguma providência quando a esses fatos.

Mesmo o conto não abarcando qualquer menção à violência contra a mulher¹³⁴, faz-se necessária a alusão a esse problema tão enraizado na sociedade. É por questões como essa, tão

¹³² *Ibidem*, p. XX.

¹³³ A morte violenta da namorada, a nosso ver, não se caracteriza como feminicídio porque, segundo os dispositivos legais, como o art. 121, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal Brasileiro, o crime de feminicídio se manifesta quando contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, mais especificamente, quando por violência doméstica e familiar ou por menosprezo ou discriminação à condição de mulher, situações que não se encontram presentes no conto.

¹³⁴ Violência contra a mulher levando-se em conta as prerrogativas do **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996, onde está disposto, em seu artigo primeiro, que** “entender-se-á por violência contra a mulher qualquer

evidentes, mas, ao mesmo tempo, tão difíceis de serem eliminadas, e por tantas outras manifestações de violência, de perversão, que Roudinesco (2008) alerta que:

Dar cabo da perversão. Eis, portanto, na atualidade, a nova utopia das sociedades democráticas globalizadas, ditas pós-modernas: suprimir o mal, o conflito, o destino, a desmedida, em prol de um ideal de gestão tranquila da vida orgânica. (ROUDINESCO, 2008, p. 164)

A psicanalista, no entanto, sugere que provavelmente é nesse mesmo projeto que resida a grande falha na subjugação da perversão, afinal:

[...] não haveria risco de um projeto desse tipo ser capaz de fazer ressurgir, no seio da sociedade, **novas formas de perversões, novos discursos perversos**? Não seria ele capaz, em suma, de transformar a própria sociedade numa sociedade perversa? (ROUDINESCO, 2008, p. 164 grifos nossos)

O posicionamento dessa pesquisa converge para o entendimento da psicanalista francesa, tendo em vista que é notório o fato de que a cada novo cerceamento, ou tentativa disto, os indivíduos arquitetam novas formas de burlar, de se manterem no gozo, bem como a constatação de que a sociedade, enquanto expressão máxima do processo civilizatório, faz do Estado o monopolizador de certos dispositivos, mas, sob seu controle, e utilizando o álibi de manter a ordem social, acaba por distorcer o discurso de que o fundamento, como é o caso, por exemplo, dos muitos exemplos de uso desproporcional da força militar, da desigualdade com que a classe política, “representante do povo”, manipula a seu bel prazer os mecanismos de criação e regulamentação das leis, muitas vezes, com intuito de livrar a si próprios de punições que, em tese, deveriam ser aplicadas a todos aqueles que pervertessem as normas por eles mesmos apresentadas e sancionadas.

Ante as muitas demonstrações de corrupção e falta de agilidade e efetividade do Estado, os indivíduos se encontram, cada vez mais, ameaçados pelo desamparo que, ironicamente, a sociedade deveria extinguir. Por isso a escolha por fazer justiça com as próprias mãos se tornou tão frequente em nossa sociedade, com casos sendo noticiados quase que diariamente. *Ilhado* é uma metáfora da incapacidade do ser humano contemporâneo, e da própria sociedade, em conter o perigo que a condição de instabilidade de sua própria agressividade representa.

Imaginemos que para muitos, como é o caso do personagem namorado, o furto não resultaria em uma medida punitiva que impedisse o retorno do mendigo a cometer novos furtos. Essa certeza, fomentada pela ineficiência dos órgãos reguladores em alterar as leis a fim de que se possa punir de forma mais rígida, ou a criar outros meios de contenção da criminalidade, faz com que um simples cidadão assuma um discurso perverso de que se o Estado, a polícia e a justiça não cumprem seu papel, cabe a ele fazê-lo pelas vias possíveis, ou seja, se a sociedade e suas instituições reguladoras agem perversamente com os seus membros, então não há proteção alguma. Dessa forma, o “homem bom”, aquele que aceita anular grande parte de suas cargas instintivas em nome do bem-estar social, encontra-se forçado a ceder, via fragilização/insuficiência das forças do superego, ao desejo de eliminar sua tensão, julgando e condenando a violência que sofreu, mesmo que, ao fazer isso, passe a ser, também, um criminoso, pois começa a ser regido por um discurso perverso de que ele mesmo pode satisfazer aquela demanda, mesmo que, enquanto membro do corpo social, aquele direito não lhe seja cabível, assumindo, mesmo que não a seus olhos, o papel de perverso, pois:

[...] o comportamento anti-social [sic] é interpretado como resultante de uma deficiência do superego, face à incontrolada violência dos instintos agressivos e sexuais. O criminoso aparece como um ser cujos instintos se exteriorizam de imediato, sem que qualquer instância interna venha a reprimir a expressão de seu ódio e de sua agressividade. (GEETS, 1977, p.73)

O que se vê, diante dos atos de extrema brutalidade narrados em *Ilhado* é que, cada vez mais, nos encontramos fragilizados e sem sustentações externas e internas com força suficiente para barrar a ameaça da violência, e nem o superego, com toda sua carga de severidade, encontra-se incapaz de sobrepujar a tendência do ser humano contemporâneo de se curvar ao desmentido.

Da mesma forma, é importante que compreendamos que, diferente do que se pensa, aquele que se rende ao funcionamento perverso, como no caso, por exemplo, do mendigo e de seu ato de delinquência, não é desprovido de um superego, de uma consciência moral, isento de sentir remorso ou arrependimento, mas:

[...] um ser cujo superego permaneceu fixo num estágio arcaico de seu desenvolvimento. Por esta razão, o criminoso é incapaz de suplantar uma relação com o mundo e com outrem baseada na hostilidade e no medo da perseguição. (GEETS, 1977, p. 74)

Ou seja, levando-se em conta o exposto por Geets (1977), que usa a teoria psicanalítica kleiniana como base, o superego de um criminoso possui uma estrutura similar ao de uma criança que, sentindo-se envolta pela angústia inconsciente de ser rejeitada, dilacerada, cortada, devorada pelos próprios pais, empreende algumas ações que visam castigar seus pais cruéis (p. 74-75).

Recordemos que ambos os personagens, namorado e mendigo, tinham a opção de não revidar com violência o ataque que sofreram, mas, diante da ameaça de suas integridades, e da angústia decorrente desta, que é da ordem do horror inominável e arcaico, optaram, talvez por uma insustentabilidade das rédeas sociais, pelo caminho da resposta instintiva e imediata para a satisfação de suas angústias, o que constitui uma das formas de defesa mais primitivas de qualquer ser humano; uma tentativa de contragolpe ao temor de fragmentação de seu corpo, ao temor de quase morte.

É nesse desgaste amplo das instituições, dos civis, e de todos os elementos que compõem a sociedade, que, segundo nossa pesquisa, residem as mais temerárias perspectivas a que Freud (1930) chegou, a despeito da civilização, e que são facilmente notadas nos registros do conto em análise, de “esses empenhos da civilização até hoje não conseguiram muito. Espera-se impedir os excessos mais grosseiros da violência brutal por si mesma, supondo-se o direito de usar a violência contra os criminosos [...]” (p. 134). Ou seja, “o homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança (p. 137)” que, na atualidade, como em nenhum outro momento, mostra-se caminhar para uma fragmentação continua e violenta, demonstrando como esse ideal, como ele já nos revelou, anteriormente, em seu artigo de 1927¹³⁵, não passa de uma ilusão, mesmo que necessária.

Essas conclusões se mostram perfeitamente transcritas no roteiro apresentado na obra de Rinaldo (2005), pois se levarmos em consideração a sequência com que os atos de violência ocorrem, notaremos o estado de perfeita tranquilidade da cena inicial, como alusão à promessa de segurança, felicidade e tranquilidade dada pela opção civilizatória: “No velho restaurante, as mesas e plantas com jarros fendidos espalhadas nas areias da praia [...]. Na avenida deserta, alguns insetos na luz amarelada dos postes [...]. O mar espuma, adiante, nos arrecifes” (FERNANDES, 2005, p. 15), vai cedendo lugar aos muitos e progressivos registros da condição animalesca do ser humano, que alude à falha nessa escolha, e que culmina na descrição sanguenta da última morte: “Mas eu baixo com toda força o facão no infeliz. O

¹³⁵ Referimo-nos ao artigo *O Futuro de Uma Ilusão*.

golpe é firme, ele geme, revolvendo-se na água. [...] desfecho-lhe mais um golpe, esbagaçando-lhe as costelas” (FERNANDES, 2005, p. 25).

E fazendo menção a essa essência animalesca do ser humano, tão bem descrita nas linhas de *Ilhado* e que, por si só, já se mostra uma característica que faz da sociedade uma instituição totalmente instável, fazem-se necessárias para seu melhor entendimento algumas ponderações, como a de Roudinesco (2008), que aborda o fato de alguns sujeitos se enganarem ao classificarem outros indivíduos como “não-humanos”, quando estes agem de forma grotesca e com um nível de violência desmedido, sendo que, segundo nos conta a psicanalista, “apenas os humanos são capazes de tais crimes” (p. 165). Não à toa, Freud (1930/1969, p.133) afirma que somos substâncias instáveis, prontas a explodir com qualquer variação de estado, chegando a aludir à tão contundente frase de Plauto “*Homo homini lupus*” (O homem é o lobo do homem). Nas palavras do psicanalista:

O elemento de verdade por trás disso tudo, elemento que as pessoas estão tão dispostas a repudiar, é que os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. *Homo homini lupus*. Quem, em face de toda sua experiência da vida e da história, terá a coragem de discutir essa asserção? Via de regra, essa cruel agressividade espera por alguma provocação, ou se coloca a serviço de algum outro intuito, cujo objetivo também poderia ter sido alcançado por medidas mais brandas. Em circunstâncias que lhe são favoráveis, quando as forças mentais contrárias que normalmente a inibem se encontram fora de ação, ela também se manifesta espontaneamente e revela o homem como uma besta selvagem, a quem a consideração para com sua própria espécie é algo estranho.¹³⁶

O que Freud nos apresenta na longa citação acima é a constatação de que, assim como nos revelam as reações violentas desenvolvidas pelos personagens de *Ilhado*, todos os homens transportam tendências destrutivas e anti-culturais em sua constituição, que são postas à prova constantemente e que, caso não haja uma sustentação pelas vias do recalque e da sublimação, podem conduzir à práticas de extrema violência. À vista disso, o psicanalista nos apresenta outras tantas assertivas acerca dos “demônios” que habitam cada um de nós, mas, provavelmente, a citação que melhor abarca o cenário de naufrágio do ser humano na

¹³⁶ Ibidem, p. 133.

sociedade contemporânea, e que Rinaldo de Fernandes conseguiu inscrever de forma contundente em sua narrativa é:

A existência da inclinação para a agressão, que podemos detectar em nós mesmos e supor com justiça que ela está presente nos outros, constitui o fator que perturba nossos relacionamentos com o nosso próximo e força a civilização a um tão elevado dispêndio [de energia]. Em consequência dessa mútua hostilidade dos seres humanos, a sociedade civilizada se vê permanentemente ameaçada de desintegração. (FREUD, 1930/1969, p.133)

Contudo, é importante que se diga que, mesmo diante desse cenário caótico, visivelmente fragilizado, e que revela o constante perigo referido não apenas pela teoria psicanalítica, mas por tantas outras disciplinas, bem como o esforço pela manutenção do processo civilizatório, mesmo com todas as suas falhas, principalmente aquelas determinadas pela ineficácia na promoção da igualdade do direito de gozar, constitui, pelo que nos revela o pai da psicanálise, provavelmente, a única saída ao retorno à fase em que não havia qualquer diferenciação entre o ser humano e os demais animais, isso no que se refere às consequências das forças instintivas. Se somos falhos, somos porque lutamos contra nós mesmos no intuito de preservar a vida, mesmo que, para isso sacrifiquemos parcelas tão importantes da nossa possibilidade de felicidade.

O narrador, em *Ilhado*, nos traz à tona o maior desafio da escolha civilizatória, a saber, a (in)capacidade de viver de modo harmonioso com o cerceamento dos instintos e do encontro e convivência com outrem, como nos é visceralmente metaforizado nas últimas linhas do conto:

As cores me vão rareando, as luzes muito distantes dos postes da avenida. Me foge o barulho do mar, vou esmorecendo, deito nas tábuas. Ainda ouço um movimento na água – mas tudo fica calmo, só o barco navegando devagar, o motor desligado. Tudo se mistura, apaga e clareia [...]. Ergo a cabeça – a praia bem perto, as pedras escuras. Um único coqueiro. Eu estou na ilha. (FERNANDES, 2005, p. 25-26)

O narrador se vê distante da praia e próximo à ilha, ou seja, os acontecimentos o afastaram da civilização e, como consequência do retorno ao estado animalesco, como sequela da ação dos instintos arcaicos, agora se encontra isolado, pois violou/perverteu as condições que a cultura impõe ao bem-estar coletivo.

Contudo, apesar de todas essas constatações da inclinação destrutiva das forças que compõem o ser humano, bem como das inúmeras provas da fragilidade do atual panorama da civilização, Freud (1930/1969) nos revela a importância de não deixarmos de acreditar em

nosso próprio potencial enquanto empreendedores de um esforço que vise ao bem comum. Para ele, apesar dos pesares, a cultura/civilização fez do homem um ser capaz de transformar seu próprio sacrifício em produtos extremamente valiosos para o desenvolvimento da humanidade, como a ciência, a religião, as artes etc.. Em uma última citação, o célebre fundador da psicanálise nos expõe sua esperança em relação às diligências humanas em prol da boa convivência, em nome da cultura:

Podemos efetuar, gradativamente, em nossa civilização, alterações tais que satisfaçam melhor nossas necessidades e escapem às nossas críticas. Mas talvez possamos também nos familiarizar com a ideia de existirem dificuldades ligadas à natureza da civilização, que não se submeterão a qualquer tentativa de reforma. (FREUD, 1930/1969, p. 120)

Se a agressividade e a violência imprimem, desde os tempos imemoriais até a nossa contemporaneidade, uma constante ameaça ao bem-estar, à harmonia entre o ser humano e o mundo, entre o desejo e a privação, cabe apenas ao próprio homem a tarefa de se adaptar aos impasses da civilização, buscando possibilidades de sustentação dos laços sociais, de respeito à alteridade, escolhas, subjetividade alheia, de encontrar novas formas de satisfação alternativas àqueles desejos que põem em risco a civilização, administrando, o máximo possível, o teor de agressividade estrutural presente no superego cultural, e sem que, durante esse processo, se caia na ilusão de apagar ou negar aquilo que nos é constitutivo.

Em outras palavras, Freud (1930/1969), apesar da certeza de que há algo de sombrio na constituição de cada um de nós, não deixou de acreditar na existência de uma esperança para a humanidade, contudo, essa esperança só permanecerá existindo se a construirmos.

Em *Ilhado*, a violência ganha contornos, sobretudo, pela incapacidade do ser humano de lidar com a falta — uma característica intrínseca ao funcionamento perverso —, tão bem metaforizado pelos personagens do namorado e do mendigo. O primeiro, nega-se a reconhecer que lhe tiraram o que é seu por direito, o par de tênis, fruto do seu trabalho, do seu suor, portanto, matéria constituída pelo uso de parcela da sua vida, servindo-lhe, nos moldes perversos, como instrumento de gozo; o segundo, não gozando da mesma oportunidade, vê na prática do furto a possibilidade de ter aquilo que lhe falta, o objeto de gozo. Em ambos os casos, mas de formas particulares, os indivíduos desmentem a possibilidade de serem sujeitos faltosos, pois isso ocasionaria a conclusão e que estão totalmente desamparados. A violência emana no conto em questão, portanto, como resposta à possibilidade de constatação da falta, do desamparo, da precariedade no contato com a alteridade alheia.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

“Por que necessitamos de tempo tão longo para nos decidirmos a reconhecer um instinto agressivo? Por que hesitamos em utilizarmos, em benefício de nossa teoria, de fatos que eram óbvios e familiares a todos? Teríamos encontrado provavelmente pouca resistência, se quiséssemos atribuir a animais um instinto com uma tal finalidade. Todavia parece sacrílego incluí-lo na constituição humana; contradiz muitíssimas suposições religiosas e convenções sociais.”

Sigmund Freud (1930)

Como é angustiante para o ser humano ver manifestado diante dos seus olhos aquilo que mais lhe causa temor: o desamparo. A violência, como apresentada nas páginas acima, revela aos sujeitos sociais o quão desamparados estão em relação às forças que agem interna e externamente a eles, e como a sociedade caminha, a passos tão largos como os dados pelas inovações tecnológicas, para um estado em que os laços sociais se tornarão cada vez mais fragilizados, seja pelo declínio das instituições que regulam a civilização, pelo afrouxamento do superego, pela insuficiência das escolhas sublimatórias, pela ineficácia, cada vez mais acentuada, do ser humano em controlar seus impulsos agressivos, ou simplesmente pelo desejo de fazer do outro um mero objeto para obtenção de gozo, algo que pode parecer absurdo, mas que já se mostra um fenômeno comum às diversas formas sociais de as pessoas se relacionarem com outras e consigo mesmas.

Partimos da premissa de que a violência é tanto um ato de descomedimento físico como psíquico, não sendo produto da contemporaneidade, mas manifestação da dinâmica humana desde tempos imemoriais, estando, contudo, cada vez mais presente no itinerário do corpo social na atualidade, como resultado, sobretudo, da ineficácia da escolha civilizatória em garantir segurança ante a constante ameaça da ação das forças não só destrutivas de solapar a convivência dos indivíduos, bem como dificultar-lhes opções sublimatórias eficazes na tarefa de, ao mesmo tempo, refrear e atender o desejo humano de obtenção do gozo.

Levando em consideração tais constatações, o presente material objetivou evidenciar nuances que corroborassem o entendimento do fenômeno das perversões, pela via das manifestações de violência, em seus diversos âmbitos (privado, social, histórico, econômico), salientando como essa instância do desenvolvimento psíquico, ainda estigmatizada como própria de malfeitores, depravados e doentes mentais, constitui, em suas mais variadas formas

de manifestação, componente próprio da compleição humana, sendo um dos elementos-chave daquilo que Freud (1930) cunhou como mal-estar na civilização.

A escolha do binômio literatura e psicanálise como base estrutural de nossa pesquisa se deu pelo fato de que, por um lado, a literatura, enquanto linguagem, é uma das responsáveis por nos constituir enquanto humanos, devido ao fato de fazer com que nos questionemos sobre quem somos, sobre nossa história, sobre nossas incertezas e certezas, sobre nossa condição de ser social, sobre aquilo que pode ser dito e, também, não-dito; e por outro, a psicanálise já se consolidou como uma teoria/prática que tenta dar lugar à história não contada sobre nós mesmos, àquela cuja dimensão é o inconsciente, fazendo uso das inúmeras linguagens a que o ser humano tem acesso, no intuito de aliviar não apenas as suas angústias particulares, mas, também, constituindo-se como ferramenta social de interpretação dos dilemas mais profundos assim como dos sintomas do (sobre)viver na civilização, tentando dar lugar justamente ao não-dito, ao que “não se pode falar”. Assim sendo, literatura e psicanálise compuseram, em nosso trabalho, uma interseção de ferramentas de investigação particular e social da humanidade.

Não obstante, ao aproximarmos os campos da literatura e da psicanálise, tencionamos, sobretudo, demonstrar como uma, a literatura, tanto serve como registro histórico de seu tempo (homem e sociedade), como apontamento e/ou acesso (d)àquilo de que não temos “permissão” de acionar de forma facilitada — o material armazenado no inconsciente —, já que acreditamos ser o inconsciente que guarda aquilo que há de mais fidedigno na história do ser humano; e como a outra, a psicanálise, enquanto meio de acesso a esse “cofre psíquico”, consegue encontrar, no texto literário, a combinação para acionar tais arquivos, ou seja, a justaposição desses dois campos de entendimento do ser humano nos permitiu desvelar como as narrativas analisadas historicam o mal-estar no processo de subjetivação, de constituição particular e social dos sujeitos na contemporaneidade.

O conto contemporâneo, por sua vez, foi escolhido por conseguir, em poucas páginas, circunscrever tão bem o descortínio dos itinerários humanos, registrando, como numa fotografia, tantas e bem condensadas particularidades. Nesse aspecto, os contos que compõem o *corpus* do nosso trabalho, *O Perfume de Roberta* e *Ilhado*, como exemplares da literatura brasileira contemporânea, conseguem registrar, de forma contundente, não apenas os contornos, mas as vísceras do mal-estar na civilização hodierna, tão marcado pela fragilidade dos laços, das leis, das instituições, do superego e das saídas sublimatórias à atuação excessiva das forças arcaicas que nos constituem.

Apresentadas todas as considerações a que este trabalho se propôs, quando, por meio de uma ampla revisão de literatura, esboçamos parcela da dinâmica perversa nos domínios da história, literatura e das teorias psiquiátricas, sexológicas e psicanalíticas, culminamos em nosso objetivo principal, a análise da contística de Rinaldo de Fernandes. Por meio desta, nos dispomos a evidenciar em suas entrelinhas, mediante a utilização de toda essa gama de informações reunidas, como o *desmentido* opera o fenômeno das perversões em suas diferentes manifestações, seja na direção do desmedido da pulsão de agressividade, cuja forma resultante é, quase que exclusivamente, a violência, seja na direção das vivências sexuais com base no imperativo do gozo, marcado pela insuficiência da lei simbólica e mediante o fetiche.

Dessa forma, ao produzirmos este tipo de trabalho, acreditamos não apenas instigar o interesse acadêmico pelo estudo da obra do escritor Rinaldo de Fernandes, que transporta em suas narrativas tantos e tão expressivos registros do mal-estar contemporâneo, mas, igualmente, o interesse da academia pela aproximação epistemológica entre tão importantes matérias que, em suas formas particulares, dão lugar ao ser humano, sem excluir suas angústias, sua subjetividade, suas escolhas sexuais, ou seja, o ser humano como realmente é.

Humildemente, reconhecemos que este trabalho não foi capaz, nem pretendeu, encerrar todo o potencial científico do tema violência, bem como do complexo tema das perversões, pois sabemos que essa tarefa demanda um longo e exaustivo estudo, muito superior aos dois anos necessários à composição desta dissertação, talvez de uma vida inteira, sem que sejam saturadas todas as possibilidades interpretativas. Todavia, acreditamos que o presente trabalho resulta em um material original que, ao agregar um estudo historiográfico, teórico e analítico, servirá como fonte para estudos posteriores no tocante à correlação entre literatura e psicanálise, sendo um dos primeiros, em nível de pós-graduação, a tecer considerações acerca do tema das perversões e de como a literatura contemporânea imprime, em suas narrativas, os códigos dessa manifestação da subjetividade humana.

Finalizamos este trabalho aludindo ao fato de que tanto o texto literário, como o inconsciente, são matérias que interpretativamente não se esgotam, pois não possuem solução definitiva. Sendo assim, esta pesquisa representa apenas o primeiro passo para um estudo posterior, mais amplo e agregador no que diz respeito à confluência literatura e psicanálise, o qual resultará em uma nova e original contribuição aos anais do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, à comunidade acadêmica como um todo, à teoria literária, à teoria psicanalítica e à sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina, 1883.
- ALVES, Rubem. Ciência, coisa boa... In: MARCELLINO, Nelson (org). *Introdução às ciências sociais*. 12ª ed. Campinas: Papirus, 1988.
- ARENDT, Hannah (1906-1975). *A condição humana*; tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer, - 10ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARETINO, Pietro. (1492-1556). *Sonetos luxuriosos*. Tradução, nota biográfica, ensaio crítico, notas José Paulo Paes. — São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ARGENTIERI, Simona. Travestismo, transexualismo, transgêneros: identificação e imitação. In: *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 42(77): 167-185, dez. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v42n77/v42n77a12.pdf> Acesso em 24 de agosto de 2016.
- ARMSTRONG, Karen. *Breve História do Mito*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- BARROS, José D'Assunção. Heresias na Idade Média: considerações sobre as fontes e discussão historiográfica. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano II, n. 6, Fev. 2010 - ISSN 1983 - 2850. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf5/texto1.pdf> Acesso em 02 de setembro de 2015.
- BARROSO, Luís Roberto. Diferentes, mas Iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil. In: *Revista Diálogo Jurídico*. N.º. 16, maio / junho / julho / agosto de 2007 - Salvador - Bahia - Brasil. Disponível em: http://www.direitopublico.com.br/pdf_seguro/diferentes_iguais_lrbarroso.pdf Acesso em 06 de setembro de 2016.
- BAUDELAIRE, Charles. A cabeleira. In: *As flores do mal*. São Paulo: Editora Abril, 1984 (Tradução, introdução e notas de Jamil Almansur Haddad).
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2001. 258 p.
- _____. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- _____. *Vida Líquida*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BELLEMIN-NÖEL, Jean. *Psicanálise e Literatura*. Tradução de Álvro Lorencini e Sandra Nitritini. São Paulo: Cultrix, 1978. 101 p.
- BESTIALIDADE. In: TRIPICCHIO, Adalberto. *Rede Psi*. Disponível em: <http://www.redepsi.com.br/2008/02/28/bestialidade/> Acesso em 24 de agosto de 2016.

BÍBLIA, Português. *Bíblia de Promessas: Velho Testamento e Novo Testamento*. Tradução de João Ferreira de Almeida. 6ª ed. Edição revisada e corrigida no Brasil. King's Cross Publicações, 2011.

BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 8ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BLEICHMAR, Hugo. *Introdução ao Estudo das Perversões: a teoria do Édipo em Freud e Lacan*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. In: *Revista de Teoria da História*, Ano 1, Número 3, junho/ 2010. Disponível em: <http://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO_BORGES.pdf> Acesso em 22 de junho de 2016.

BOSI, Alfredo. *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Cultrix, 1974.

_____. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. *Entre a literatura e a história*. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 11 de setembro de 2016.

_____. (2002). *Código Civil*. Presidência da República. Brasília-DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em 11 de setembro de 2016.

_____. *Art. 121 do Código Penal - Decreto Lei 2848 de 7 de Dezembro de 1940*. Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, tornando-o de caráter hediondo. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm> Acesso em 25 de março de 2017.

_____. *Art. 155 do Código Penal - Decreto Lei 2848 de 7 de Dezembro de 1940*. Dispõe sobre o crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm> Acesso em 07 de fevereiro de 2017.

_____. *Art. 228 do Código Penal - Decreto Lei 2848 de 7 de Dezembro de 1940*. Dispõe sobre o crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm> Acesso em 07 de fevereiro de 2017.

_____. *Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996*. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=122009>> Acesso em 25 de março de 2017.

BRITO, Paloma da Silva. Hércules furioso: a epilepsia na tragédia grega. In: *Em defesa da sociedade? Epilepsia e propensão ao crime no pensamento médico brasileiro. 1897 – 1957*. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/Pibic/relatorio_resumo2008/relatorios/ccs/his/his_paloma%20da_silva_brito.pdf> Acesso em 29 de agosto de 2015.

BROWN, Peter. *Corpo e sociedade. O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

BULFINCH, Thomas (1796-1867). *O livro de ouro da mitologia: (a idade da fábula): histórias de deuses e heróis/ tradução de David Jardim Júnior — 26ª ed. — Rio de Janeiro, 2002*.

CABRAL, Flavio José Gomes; LEAL, Raphael Barros. Religião e Sexo: do controle na idade média e sua herança na contemporaneidade. In: *IV Colóquio de História — Abordagens Interdisciplinares Sobre História da Sexualidade*. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.572.pdf> Acesso em 03 de setembro de 2015.

CAMPOS, Marcelo Gonçalves; CASTRO, Júlio Eduardo de. Freud e a Literatura. In: *Psicanálise & Barroco em revista*. v.12, n.1: 59-73, julho de 2014. Disponível em: <http://www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista/revistas/23/PeBRev23_06_Campos.pdf> Acesso em 18 de maio de 2016.

CAMPOS, Raymundo. *História Geral*. Atual editora, 1991.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Queroz, 2000.

CARCOPINO, Jérôme. *A Vida Cotidiana: Roma no apogeu do Império*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

CARDOSO, Ronnie Francisco. Por uma estética da perversão. In: *Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências*. USP – São Paulo, Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/010/RONNIE_CARDOSO.pdf> Acesso em 13 de setembro de 2015.

CASTELLO, José. (Pós-fácio). In: FERNANDES, Rinaldo de. *O Perfume de Roberta*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Joyce McDougall: uma apresentação. In: *Percursos*, n.18, p. 104-106, 1997.

_____. (2001a) *Delinquência: Uma resposta ao social patológico*. Artigo publicado no Boletim de Novidades da Livraria Pulsional, São Paulo, ano XIV, 145, 5-13 de maio 2001.

Disponível em: http://ceccarelli.psc.br/paulorobertoceccarelli/?page_id=254 Acesso em 02 de dezembro de 2014.

_____. (2001b) Os Efeitos Perversos da Televisão. In: *A Criança na contemporaneidade e a psicanálise*. Mentos e Mídias: diálogos interdisciplinares, Comparato C, Monteiro D., (coord.), São Paulo, Casa do Psicólogo, Vl. II, 75-86. 2001. Disponível em: http://ceccarelli.psc.br/pt/?page_id=267 Acesso em 11 de julho de 2016.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: – Morar, cozinhar*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

_____. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre, RS: Ed.Universidade/UFRGS. 2002.

CINTRA, Elisa Maria de Ulhoa; FIGUEIREDO, Luis Cláudio. *Melanie Klein*. Estilo e Pensamento. São Paulo: Escuta, 2004.

COMMELIN, Pierre. *Mitologia grega e romana*. 4ª ed. WMF Martins Fontes: São Paulo, 2011.

CONTÉ, Claude. Metáfora paterna. In: P. Kaufmann. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: O legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

COMPAGNON. Antoine. *O Demônio da Teoria: Literatura e senso comum*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CORINO, Luiz Carlos Pinto. Homoerotismo na Grécia Antiga – Homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades. In: *Biblos*, Rio Grande, 2006, 19: 19-24. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/06/pdf_7b61bc03a1_0010976.pdf Acesso em 29 de junho de 2015.

CORTÁZAR, Julio. Alguns aspectos do conto e Do conto breve e seus arredores. In: *Valise de cronópio*. Trad. Davi Arrigucci Jr. E João Alexandre Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2006.

COUTINHO, Afrânio. (Org.). *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação de Assistência ao Estudante, 1985.

_____. *Notas de Teoria Literária*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

COUTO, Luís Flávio; CECCARELLI, Paulo Roberto. O Gozo Extático do expectador de uma cena perversa. In: *Revista Mal-estar E Subjetividade*, setembro, ano/vol. IV, número 002. Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Brasil, 2004, pp. 266-276. Disponível em: <http://ceccarelli.psc.br/pt/wp-content/uploads/artigos/portugues/doc/gozoextatico.pdf> Acesso em 22 de janeiro de 2017.

DANTAS, Marta Pragana. Entre ingênua e insaciável: a mulher nos *fabliaux* eróticos medievais. In: *Graphos* (Edição Estudos Medievais) – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/16318>> Acesso em 04 de abril de 2017.

D'AMARAL, Marcio Tavares. Sobre tempo: considerações intempestivas. In: DOCTORS, Marcio (org). *Tempo dos tempos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 15-32.

DEMGOL (Dicionário Etimológico da Mitologia Grega multilíngue On Line) (2003). Disponível em: <http://demgol.units.it/pdf/demgol_pt.pdf> Acesso em: 30 de maio de 2015.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ENRIQUEZ, Eugene. *Da horda ao Estado*. Trad. Teresa Cristina Carreiro e Jacyara Nasciutti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

FALBEL, Nachman. *Heresias Medievais*. São Paulo: Editora Perspectiva. Coleção Kronos, nº 9, 1976, 117p.

FARIAS, Sônia Lúcia Ramalho de. Voz e representação da mulher na escrita masculina. In: *O Perfume de Roberta*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, pp. 179-183.

FEITOSA, Lourdes Conde. *Amor e Sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

_____. Gênero e sexualidade no mundo romano: a Antiguidade em nossos dias. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba. Editora UFPR, 2008. p. 119-135. Disponível em: <http://www.usosdopassado.ufpr.br/textos/lourdes_conde_feitosa1.pdf> Acesso em 23 de setembro de 2015.

FEITOSA, Márcia Manir Miguel. “O Caçador”, de Rinaldo de Fernandes: o viver o jogo e a experiência urbana da ocupação. In: *Revista de Letras*, vol. 1, nº 34, jan/jun de 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/index.php/revletras/article/viewFile/2403/1864>> Acesso em 20 de novembro de 2016.

FERENCZI, Sándor. (1932). Confusão de Línguas entre os Adultos e a Criança. In:_____. *Obras Completas Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 97-106.

FERGUSON, Sinclair Buchanan. *Novo dicionário de teologia* / Sinclair B. Ferguson, David F. Wright. — São Paulo : Hagnos, 2009.

FERNANDES, Rinaldo de. *O Caçador*. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

_____. *O clarim e a oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

_____. *Chico Buarque do Brasil: textos sobre as canções, o teatro e a ficção de um artista brasileiro*. Rio de Janeiro: Garamond/Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

_____. *O perfume de Roberta*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. *Contos cruéis: as narrativas mais violentas da literatura brasileira contemporânea*. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

_____. *Quartas histórias: contos baseados em narrativas de Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. *Capitu mandou flores: contos para Machado de Assis nos cem anos de sua morte*. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

_____. *Rita no Pomar*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

_____. *O professor de piano*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

_____. *Vargas Llosa - Um Prêmio Nobel Em Canudos - Ensaio de Literatura Brasileira e Hispano-americana*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

_____. *50 versões de amor e prazer*. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

_____. *Confidências de um amante quase idiota*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

_____. *Chico Buarque: o poeta das mulheres, dos desvalidos e dos perseguidos – ensaios sobre a mulher, o pobre e a repressão militar nas canções de Chico*. São Paulo: LeYa, 2013.

_____. *Romeu na estrada*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

_____. *Contos Reunidos*. Rio de Janeiro: Novo Século, 2016.

FERNANDES, Thiago. *Desvendando a Homossexualidade na Grécia e Roma Antiga Através da Pintura e Literatura*. 2014. Disponível em: <http://www.academia.edu/7448493/Desvendando_a_Homossexualidade_na_Gr%C3%A9cia_e_Roma_Antiga_Atrav%C3%A9s_da_Pintura_e_Literatura> Acesso em 23 de julho de 2016.

FERRARI, Ilka Franco. (2006). Agressividade e violência. *Psicologia Clínica*, 18(2), 49-62. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v18n2/a05v18n2.pdf>>. Acesso em: 07 de maio de 2016.

FERRAZ, Flávio Carvalho. *Perversão*. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

FERREIRA, Nadiá Paulo. *A teoria do amor na psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. (Coleção Passo-a-passo; 38).

FERREIRA, Andreia Almeida. et al. Homofobia e mito de andrógono: uma leitura psicanalítica. In: *Pensamento Plural: Revista Científica do Unifae*, São João da Boa Vista,

v.5, n.2, 2011, pp. 35-40. Disponível em: http://www.fae.br/2009/PensamentoPlural/Vol_5_n_2_2011/Artigo%206.pdf Acesso em 17 de julho de 2016.

FLAUBERT, Gustave (1857). *Madame Bovary*; tradução de Araújo Nabuco. — São Paulo: Abril Cultural, 1981.

FLEIG, Mário. *O desejo perverso*. Porto Alegre: CMC, 2008.

_____. O desaparecimento da família tradicional. In: *IHU: Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, 359 Ed. Ano X. São Leopoldo, 02 de maio de 2011.

FRANÇA, Cassandra Pereira; MACHADO, Júlia de Sena. Afinal, quem foi Sacher-Masoch?. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. [online]. 2012, vol.15, n.2, pp.419-434. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142012000200015> Acesso em 03 de junho de 2016.

_____. Emanações da caixa de Pandora. In: *Perversão: As engrenagens da violência sexual infanto-juvenil*. Rio de Janeiro: Imago, 2010.

FRANÇA, Eduardo Melo. Poe, Cortázar e um contraponto: Machado de Assis. Ressalvas sobre uma (possível) teoria do conto. In: *Remate de Males*, n. 28, v. 2, p. 251-266, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/864/629>> . Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

FRANCHINI, A. S.; SEGANFREDO, Carmen. *As 100 melhores histórias da mitologia: deuses, heróis, monstros e guerras da tradição greco-romana*. — 9 ed. — Porto Alegre: L&PM, 2007, 464 p.

FRANCO JÚNIOR, Hilário (1948). *A Idade média: nascimento do ocidente*. 2. ed. rev. e ampl. -- São Paulo: Brasiliense, 2001. Disponível em: http://www.letras.ufrrj.br/veralima/historia_arte/Hilario-Franco-Jr-A-Idade-Media-PDF.pdf Acesso em 28 de janeiro de 2016.

FOUCAULT, Michel. *Historia da sexualidade I - A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

_____. *História da sexualidade II - O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Edições Graal. 1984.

FREUD, Sigmund (1895). Sobre os critérios para destacar da neurastenia uma síndrome particular intitulada “neurose de angústia”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. III. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, pp. 107-135.

_____. (1900). A interpretação dos sonhos. In: _____. Vol. IV. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

_____. (1901). Psicopatologia da vida cotidiana. In: _____. Vol. VI. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

_____. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____. Vol. VII. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, pp. 135-228.

_____. (1908) Escritores criativos e devaneios. In: _____. Vol. IX. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, pp. 149-158.

_____. (1913). Totem e Tabu. In: _____. Vol. XIII. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, pp. 20-191.

_____. (1914) Uma introdução ao Narcisismo: ensaios de Metapsicologia e outros textos. In: *Obras Completas*. Tradução de Paulo César de Souza. Vol. XII, Companhia das Letras, 2010. PDF. Disponível em: <<http://ideiaeideologia.com/wp-content/uploads/2012/10/freud-sigmund-obras-completas-cia-das-letras-vol-12-1914-1916.pdf>> Acesso em 09 de julho de 2014.

_____. (1915a) O Instinto e suas Vicissitudes. In: _____. Vol. XIV. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, pp. 137-162.

_____. (1915b). Reflexões para os tempos de guerra e morte. In: _____. Vol. XIV. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, pp. 311-339.

_____. (1917) Conferência XX: A vida sexual dos seres humanos. In: _____. Vol. XVI. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, pp. 355-373.

_____. (1919). ‘Uma criança é espancada’: Uma Contribuição ao Estudo da Origem das Perversões Sexuais. In: _____. Vol. XVII. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, pp. 225-253.

_____. (1920) Além do Princípio do Prazer. In: _____. Vol. XVIII. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, pp. 17-85.

_____. (1923) Carta ao Señor Luis Lopes-Ballesteros y de Torres. In: _____. Vol. XIX. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 362.

_____. (1924). Neurose e Psicose. In: _____. Vol. XIX. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, pp. 189-193.

_____. (1925). Um estudo autobiográfico. In: _____. Vol. XX. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, pp. 17-87.

FREUD, Sigmund. (1926). Inibição, sintoma e angústia. In: _____. Vol. XX. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, pp. 95-201.

_____. (1927). Fetichismo. In: _____. Vol. XXI. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, pp. 179-185.

_____. (1927). O futuro de uma ilusão. In: _____. Vol. XXI. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, pp. 15-71.

_____. (1930). O mal-estar na civilização. In: _____. Vol. XXI. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, pp. 81-171.

_____. (1940). Esboço de Psicanálise. In: _____. Vol. XXIII. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, pp. 168-337.

FROMM, Erich. *Ter ou Ser?* Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

GABRECHT, Ana. A Atuação do Aedo nos Banquetes Homéricos. In: *Caminhos da História*, Vassouras, v. 7, n. 1, p. 69-92, jan./jun., 2011. Disponível em: <http://www.uss.br/pages/revistas/revistacaminhosdahistoria/v7n12011/pdf/006_Atuacao_do_AEDO_nos_banquetes_homericos.pdf> Acesso em 02 de setembro de 2015.

GAMA, Gloria Maria Oliveira. *Escrita masculina/personagens femininas: os contos de Rinaldo de Fernandes*. 2012. 174 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/6221/1/arquivototal.pdf>> Acesso em 21 de novembro de 2016.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Introdução à Metapsicologia Freudiana 3: Artigos de metapsicologia, 1914-1917: narcisismo, pulsão, recalque, inconsciente*. — Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

GEETS, Claude. *Melaine Klein*; tradução de Fernando de Castro Ferro; revisão técnica de Amélia Thereza de Moura Vasconcelos. São Paulo, Melhoramentos, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

GOLDENBERG, Ricardo. (org.). (1997) *Goza! Capitalismo, globalização, psicanálise*. Salvador: Ágalma.

GREENE, Liz; SHARMAN- BURKE, Juliet. *Uma viagem através dos mitos: o significado dos mitos como um guia para a vida*. 1ª ed. — Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

GRENIER, Christian. *Os doze trabalhos de Hércules*. Ilustrações Carlos Fonseca; tradução de Eduardo Brandão. — São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GRIMAL, Pierre. *Mitologia Grega*. 1ª ed. São Paulo, L&PM Pocket. 2009. Disponível em: <<http://lelivros.red/book/download-mitologia-grega-pierre-grimal-em-epub-mobi-e-pdf/>> Acesso em 24 de julho de 2015.

GURFINKEL, Decio. *Adicções: paixão e vício*. 1.ed - São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014. — (Coleção Clínica Psicanalítica/dirigida por Flávio Carvalho Ferraz).

GUARINELLO, Norberto Luiz. Nero, o estoicismo e a historiografia romana. In: *Boletim do CPA*, Campinas, nº 1, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/cpa/boletim/boletim01/guarinello1.pdf>> Acesso em 07 de maio de 2016.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GUERREIRO, Mário Antônio de Lacerda. Repensando o Conceito Platônico de Dianóia. In: *Princípios – Revista de Filosofia*, v. 2, n. 02, junho de 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/741/683>> Acesso em 30 de novembro de 2016.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa, Dom Quixote, 1990.

HACQUARD, Georges - *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. 1ª edição. Porto: Edições ASA, 1996.

HALBERSTADT-FREUD, Hendrika. Electra versus Édipo. *Psyche (São Paulo)*, São Paulo, v. 10, n. 17, p. 31-54, jun. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382006000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 maio 2016.

HESÍODO. *Teogonia: A Origem dos Deuses*. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1991.

HOHLFELDT, Antonio Carlos. *Conto Brasileiro Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HOMERO. *Iliada*. Tradução de Manuel Odorico Mendes. São Paulo: Abril, 2009.

HORNEY, Karen. *A personalidade neurótica de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A. 1964.

HORKHEIMER, Max. Autoridade e Família. In: *Teoria crítica I*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 175-236.

JATOBÁ, Maria Manoella Verde. *O ato de escarificar o corpo na adolescência: uma abordagem psicanalítica*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Disponível em: <http://www.pospsi.ufba.br/Maria_Manoella_Jatob%C3%A1.pdf> Acesso em 24 de agosto de 2016.

JAUSS, Hans. *A História da Literatura como provocação à Teoria Literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

JORGE, Marco Antonio Coutinho; BASTOS, Flávio Corrêa Pinto. Trabalho e capitalismo: uma visão psicanalítica. In: *Trivium*. Artigos temáticos. Rio de Janeiro, ano I, 1ª ed., 2º semestre de 2009, pp. 21-33.

KAUFMANN, Pierre. *Dicionário enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

KLEIN, Melanie. (1946-1963). *Inveja e Gratidão e outros trabalhos*: tradução da 4ª ed. Inglesa; Elias Mallet de Rocha, Liana Pinto Chaves (coordenadores) e colaboradores. – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

KOGUT, Eliane Chermann. *Perversão em Cena*. São Paulo: Escuta, 2005; 144 p.

KRAFFT-EBING, Richard von. (1886) *Psychopathia Sexualis*: as histórias de caso / Krafft-Ebing; tradução de Claudia Berliner. – São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KUHN, Adriana. A Sexualidade na História da Igreja, In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 7*. Universidade Federal da Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2006, 8 p. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/A/Adriana_Kuhn_24_B.pdf> Acesso em 23 de junho de 2015.

LACAN, Jacques. *Outros Escritos*; [tradução Vera Ribeiro; versão final Angelina Harari e Marcus André Vieira; preparação de texto André Telles]. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. (1970). Radiofonia. In: _____. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

LANTÉRI-LAURA, Georges. *Leitura das perversões*: história de sua apropriação médica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário da psicanálise* (P. Tamen, trad.). São Paulo: Martins Fontes. 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*; tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Lourenço. *Do Simbólico ao Racional* - Ensaio sobre a Gênese da Mitologia Grega como Introdução à Filosofia. Sec. Cultura da Bahia, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3744/1/LIVRO%20DE%20MITO-2011-revisado%20e%20ampliado.pdf>> Acesso em 30 de agosto de 2015.

LE MOS, Maria Alzira Brum; OLIVEIRA, Nelson de (Org.). *90-00: cuentos brasileiros contemporâneos*. Lima: PetroPeru/Ediciones Cope, 2009.

LESKY, Albin. *A tragédia grega*. Trad. Jacó Guinsburg, Geraldo Gerson de Souza e Alberto Guzik. 4ª edição. São Paulo, Perspectiva, 2006.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVISKY, David Léo. A mídia: interferências sobre o aparelho psíquico. In: *Revista Diagnóstico & Tratamento*, vol. IV, no 2, abril/maio/junho, 1999. Disponível em: <<http://www.davidleolevisky.com.br/artigos/Amidia-interferenciassobreoaparelhopsiquico-português.pdf>> Acesso em 26 junho de 2016.

LIPOVETSKY, Guilles. *Os tempos hipermodernos*; tradução de Mário Vilela – São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro, JOSÉ OLYMPIO, 1998.

MARIANECCI, Silvia. *Nordeste: paraíso o purgatório*. Disponível em: <http://rinaldofernandes.blog.uol.com.br/arch2009-12-27_2010-01-02.html> Acesso em 19 de novembro de 2016.

MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. Heresia Medieval: um combate pela fé. In: *Revista USP*, São Paulo, (37): 216-221, março/maio de 1998. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/37/22-anapaula.pdf>> Acesso em 02 de setembro de 2015.

MARTINS, Maria Cristina; CECCARELLI, Paulo Roberto. Práticas sexuais ditas “desviantes”: perversão ou direito à diferença. In: *Revista Terapia Sexual - Clínica - Pesquisa e Aspectos Psicossociais*, Vol. VI, 1, 34-52. Disponível em <http://ceccarelli.psc.br/pt/?page_id=203> Acesso em 01 de março de 2017.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MASSON, Jeffrey Moussaieff. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MATOS, Maria Vitalina Leal de. *Introdução aos Estudos Literários*, Lisboa, Verbo, 2001.

MCDUGALL, Joyce. (1982). *Teatros do eu*. Tradução de Orlando Coddá. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

_____. (1995). *As múltiplas faces de Eros: uma exploração psicanalítica da sexualidade humana*. Tradução de Pedro Henrique Bernardes Rondon. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MENEZES, Lucianne Sant’Anna de. Pânico e Desamparo na Atualidade. In: *Ágora* (Rio de Janeiro) v. VIII, n. 2, jul/dez 2005, pp.193-206. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v8n2/a03v8n2.pdf>> Acesso em 02 de março de 2016.

MENEZES, Luís Carlos. Sexualidade e pós-modernidade. In: *Ide: psicanálise e cultura*, São Paulo, 2008, 31(47), p.44-47. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v31n47/v31n47a07.pdf>> Acesso em 18 de outubro de 2016.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2002. p. 605–633.

MICHEL, Bernard. *Sacher-Masoch* (1836-1895). Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

MOUSINHO, Luiz Antonio. Rita no pomar (resenha). In: *Cerrados* (Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura (Dossiê Literatura e Corpo)). Brasília: Ed. da UnB, 2009, n. 33, pp. 217-222.

MURIBECA, Mercês. As diferenças que nos constituem e as perversões que nos diferenciam. In: *Estudos de Psicanálise*, Belo Horizonte, n.32, p. 117-128, nov. 2009. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372009000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 agosto de 2016.

NASCIMENTO, Miguel Antonio do. O Lugar da Filosofia Visado por Platão no Íon. In: *Princípios*, Ano 4, nº 05, p. 199-214, 1997. Disponível em: <<http://www.dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2564961.pdf>> Acesso em 02 de setembro de 2015.

NASIO, Juan-David. *A fantasia: O prazer de ler Lacan* / J.-D. Nasio; [tradução, André Telles e Vera Ribeiro]. — Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

NAVES, Emilse Terezinha. O papel da recusa nas relações entre o narcisismo e a perversão. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 2, n. 2, p. 108-120, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v2n2/1415-4714-rlpf-2-2-0108.pdf>> Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

NETO, Eduardo Hugo Frota; RUDGE, Ana Maria. *Da perversão à expiação: uma mudança de perspectiva*. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 31-44, março 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n1/a03v12n1.pdf>> Acesso em 13 de setembro de 2015.

NETO, João Angelo de Oliva. O Riso Antigo: a Priapéia Latina e uma Paródia da Ilíada e da Odisseia. In: *PHAOS*, nº 5, 2005 – pp. 63-74. Disponível em: <<http://www.revistas.iel.unicamp.br/index.php/phaos/article/download/3452/2912>> Acesso em 02 de setembro de 2015.

NEUTER, Patrick. *Dicionário de psicanálise: Freud & Lacan*, 1. Salvador: Álgama, 1994.

OLIVEIRA, Bruna Belmont de. A semiose em Rita no Pomar. In: *Revista Graphos* (Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba), vol. 16, nº 2, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/viewFile/23724/13020>> Acesso em 20 de novembro de 2016.

_____. *A semiose da linguagem traumática em Rita no Pomar*. 2015. 74 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João pessoa, 2015. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/8255/2/arquivo%20total.pdf>> Acesso em 19 de novembro de 2016.

OLIVEIRA, Nelson de (Org.). *Futuro Presente: Dezoito Ficções sobre o Futuro*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

PAPINI, Giovanni. *A vida de Santo Agostinho*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

PAZ, Ravel Giordano. “Até tu, Pet, ou Rita no Pomar a arte de (des)pentear cachorros”. In: *Remate de Males* (Dossiê Literatura e Arquivos). Campinas: Ed. da Unicamp, jul./dez de 2009, pp. 333-342.

PÉCORA, Alcir. Peripécia em obra fragmentar não surpreende. In: *Ilustrada*, Folha de São Paulo, edição de 21 de fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2102200915.htm>> Acesso em 19 de novembro de 2016.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Krafft-Ebing, a Psychopathia Sexualis e a criação da noção médica de sadismo. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. [online]. 2009, vol.12, n.2, pp. 379-386. ISSN 1984-0381.

PIGLIA, Ricardo. *Formas breves*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PINHEIRO, Victor Sales. “O páthos trágico de Aquiles”. In: *Archai*, n. 7, jul-dez 2011, pp. 87-93. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/archai/article/download/5541/4634>> Acesso em 23 de junho de 2015.

PINTO, Felipe Martins. A inquisição e o sistema inquisitório. In: *Revista da Faculdade de Direito UFMG*, Belo Horizonte, n. 56, p. 189-206, jan./jun. 2010. Disponível em: <www.polos.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/download/116/108> Acesso em 23 de maio de 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. Dossiê Feminismo, História e Poder. In: *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v.18, n.36, p. 15-23, junho de 2010.

PLATÃO. *República*. 2. ed. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Edufpa, 1988.

PLUTARCO. *Vidas de Galba e Otão*. Tradução do grego, introdução e notas: José Luís Lopes Brandão. 2ª ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

POE, Edgar Allan. A filosofia da composição, In: *O corvo*. São Paulo: Expressão, 1986.

_____. O Gato Preto. In: *Assassinatos da Rua Morgue e Outras Histórias*. Rio de Janeiro: L&PM, 2011, p. 51-69.

RESENDE, Adriana Torquato. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos* (Resenha crítica). Disponível em: <editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/download/6414/4543> Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

ROCHA, Sidney; AGUIAR, Cristhiano (Org.) *Tempo bom*,. São Paulo: Iluminuras, 2010.

ROCHA, Zeferino. *Paixão, violência e solidão: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII*. Recife: UFPE, 1996.

RODRIGUES, Hermano de França. Com tabu é mais gostoso. In: *Revista Psicoterapia - Especial Terapias*. n. 6. São Paulo: Mythos Editora, 2015.

ROSSIAUD, Jacques. Sexualidade. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. (Orgs.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2006, v. 2, p. 477- 493.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*; tradução de Vera Ribeiro, Lucy Magalhães; supervisão da edição brasileira Marco Antonio Coutinho Jorge. — Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *A família em desordem*; tradução André Telles. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. *A Parte Obscura de Nós Mesmos: uma história dos perversos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

RUSSO, Jane Araújo. O campo da sexologia e seus efeitos sobre a política sexual. In: Sonia Correa; Richard Parker. (Org.). *Sexualidade e Política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos*. Rio de Janeiro: ABIA, 2011, p. 174-187. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/sexualidade-e-politica.html>> Acesso em 24 de maio de 2016.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; BARBOSA, Maria José de Souza. *A cidade, a reestruturação produtiva e a nova ordem mundial*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.XXIII, n.72, p.7-21, nov. 2002.

SANTO AGOSTINHO. *A virgindade consagrada*. São Paulo: Paulinas, 1990.

_____. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultura, 2000. (Coleção Os Pensadores).

_____. *A Cidade de Deus*, tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições de J. Dias Pereira, vols. I e II, Lisboa, 2ª ed. - Fundação Calouste Gulbenkian, 1996a (Vol. I: livro I a VIII).

_____. *A Cidade de Deus*, tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições de J. Dias Pereira, vols. I e II, Lisboa, 2ª ed. - Fundação Calouste Gulbenkian, 1996b (Vol. II: Livro IX a XV).

SANTOS, Adelson Bruno dos Reis; CECCARELLI, Paulo Roberto. Perversão sexual, ética e clínica psicanalítica. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. [online]. 2009, vol.12, n.2, pp. 316-328. ISSN 1415-4714.

SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SANTOS, Tania Coelho dos; OLIVEIRA, Flávia Lana Garcia de. Teoria e Clínica Psicanalítica da Psicose em Freud e Lacan. In: *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n. 1, p. 73-82, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v17n1/v17n1a08.pdf>> Acesso em 22 de junho de 2016.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. *Cena do crime: violência e realismo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

SCHÜLER, Donaldo. *A construção da Ilíada*. Uma análise de sua elaboração. Porto Alegre, L&PM. 2004.

SCLIAR, Moacyr. A arte do conto. (Prefácio). In: FERNANDES, Rinaldo de. *O Perfume de Roberta*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, pp. 9-11.

SÊNECA. Fedra. In: *Hipólito e Fedra*. Tradução de Joaquim Brasil Fonte. São Paulo: Iluminuras, 2007.

SEQUEIRA, Vania Conselheiro. Pedro e o lobo: o criminoso perverso e a perversão social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. [online]. 2009, vol.25, n.2, pp. 221-228. ISSN 1806-3446. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722009000200010>> Acesso em 09 de setembro de 2015.

SHAMIR, Yoav. *Difamação*. Documentário (2009). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KwVe0-yS3d0>>. Acesso em 26 de julho de 2016.

SILVA, Carlos Roberto Lyra; SILVA, Roberto Carlos Lyra; VIANA, Dirce Laplaca. *Dicionário ilustrado de saúde compacto*. 2ª ed. Revisada e ampliada: São Caetano do Sul, Yendis, 2005. Disponível em: <http://www.filoczar.com.br/Cem_bilhoes/Dicionario_Ilustrado_de_Saude.pdf> Acesso em 28 de maio de 2016.

SILVA, Dora Ferreira da. *Hídrias*. São Paulo: Odysseus, 2004.

SILVA, Frederico de Lima. *Da letra ao inconsciente: dimensões do desejo perverso*. Monografia. Monografia (Graduação em Letras- Língua Portuguesa) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. - João Pessoa, 2014. Disponível em: < http://www.cchla.ufpb.br/ccl/images/FREDERICO_DE_LIMA_SILVA.pdf> Acesso em 08 de maio de 2016.

_____; RODRIGUES, Hermano de França. As Faces do Lobo: configurações do ódio na literatura. In: *Anais do II CONALI - Congresso Nacional de Literatura*, 2014, João Pessoa. A Literatura e Tempo: Cem anos de encantamento - Trabalhos Completos. João Pessoa, 2014. v. 1. p. 247-263.

_____. A fúria do corpo: dimensões do desejo perverso. In: RODRIGUES, Hermano de França; HELOU, Tâmara Duarte; VAZ, Eliane de Oliveira Marinho. (Org.). *Literatura e Psicanálise: aproximações epistemológicas*. 1ed. João Pessoa: Sal da Terra, 2016, v.1 , p. 57-75.

SOARES, Nair de Nazaré Castro. O Drama dos Atridas: A tragédia Thyestes de Séneca. In: *Ágora*. Estudos Clássicos em Debate 6, 2004, p. 51-98. Disponível em: <http://www2.dlc.ua.pt/classicos/Thyestes.pdf> Acesso em 18 de janeiro de 2016.

SOUZA, Ana Paula. *Necrofilia*. 2014. Disponível em: < http://www.usp.br/cje/claro/exibir2.php?edicao_id=145&materia_id=170> Acesso em 24 de agosto de 2016.

STRATHERN, Paul. *Santo Agostinho em 90 minutos* / Tradução de: Maria Helena Rangel Geordane. 1ª ed. – Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

SUTIL, Fernando Martins. Guarujá: perspectivas para o público LGBT. In: *Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Faculdade Don Domênico*, 4ª Edição – Janeiro de Janeiro, 2011 - ISSN 2177-4641. Disponível em: <http://www.faculadadedondomenico.edu.br/novo/revista_don/artigo4_ed4.pdf> Acesso em 02 de setembro de 2015.

TÔRRES, Moisés Romanazzi. Considerações sobre a condição da mulher na Grécia Clássica (sécs. V e IV a.C.). In: *Mirabilia* 1. Dec. 2001. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2226874.pdf>> Acesso em 20 de maio de 2016.

VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Editora Ática, (Série Princípios), 1986, 94 p.

VALAS, Patrick. *Freud e a perversão*. Reunião de textos de Manoel Barros da Mota. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. *Manual da Homoafetividade*, São Paulo, Método, 2008.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento Grego*. Trad. Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel. 2004.

_____. *Mito e Religião na Grécia Antiga*; tradução de Joana Angélica D'Avila Melo. – São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

VIDAL, Paulo. Édipo sem complexo, Hamlet edípico. In: *ECOS: Estudos Contemporâneos da Subjetividade*; Volume 4, Número 1, 2014, p. 76-89. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article/view/1295/976>> Acesso em 14 de maio de 2016.

VIEIRA, Trajano. *Ilíada recriada*. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.50, p. 119-129, junho/agosto 2001. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revusp/article/download/35280/38000> Acesso em 08 de abril de 2015.

WHITE, Matthew. *O grande livro das coisas horríveis: a crônica definitiva das cem piores atrocidades da história*. Tradução de Sergio Moraes Rego. 1ª ed. São Paulo: Rocco Digital, 2013. Disponível em: <<http://portalconservador.com/livros/Matthew-White-O-Grande-Livro-das-Coisas-Horriveis.pdf>> Acesso em 07 de maio de 2016.

WINNICOTT, Donald. Woods. (1984). *Tudo começa em casa*. Tradução de Paulo Sandler. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZILBERMAN, Regina. Mestre do conto (posfácio). In: *O professor de piano*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010, pp.89-94.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a 'literatura' medieval*, trad., São Paulo, Companhia das Letras, 1993.